

FRANCINE FERRAZ DA SILVA

DICIONÁRIO BILÍNGUE FRANCÊS-PORTUGUÊS DO
COMÉRCIO INTERNACIONAL: TRATAMENTO
TERMINOGRÁFICO E REFLEXÕES SOBRE TERMINOLOGIA
BILÍNGUE

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Prof.^a Dr.^a Lidia Almeida Barros

São José do Rio Preto
2006

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof^ª. Dr^ª. Lídia Almeida Barros - Orientador
Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Negri Isquendo
Prof. Dr. Nelson Luís Ramos

Suplentes

Prof. Dr. Evandro Silva Martins
Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Parreira da Silva

*Dedico este trabalho a minha família,
responsáveis pelo que hoje sou.*

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha orientadora, pelo incentivo constante, pelos valiosos ensinamentos e por sua grande dedicação.

A todas as colegas de equipe, pelo suporte, pelas trocas de informações, por todos os momentos compartilhados e pelo ouvido amigo nas horas de incerteza.

A Fran, Érica e Vivis, minha eterna gratidão pelos muitos favores prestados.

Agradeço também ao meu namorado, pelo apoio incondicional e pela paciência com que lidou com minha ausência.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, minha assessora técnica, Daniela Prado Vanzato e Crespo, pela boa vontade e atenção.

Por fim, agradeço a Fapesp, pelo auxílio financeiro, fundamental para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Pressupostos teóricos	16
1.1 <i>Comércio Internacional: histórico e definição</i>	16
1.1.1 O Comércio Internacional no Brasil	18
1.1.2 França/ Brasil – relações bilaterais	19
1.2 <i>Terminologia</i>	21
1.2.1 Conceito e Campo de estudos	21
1.2.2 Objeto de estudos	22
1.2.2.1 Termo	22
1.2.2.2 Conceito	23
1.2.2.3 Contextos e Descritores	23
1.2.3 Abordagens teóricas	25
1.2.3.1 A Escola de Viena	26
1.2.3.2 Socioterminologia	29
1.2.3.3 A Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT	31
1.3 <i>Terminografia</i>	33
1.3.1 Aspectos metodológicos	34
1.3.1.1 Etapas iniciais	34
1.3.1.2 Delimitação da nomenclatura	35
1.3.1.3 Escolha do <i>corpus</i>	37
1.3.1.4 Recolha e registro dos termos	38
1.3.1.4.1 Base de dados textuais	38
1.3.1.4.2 Ficha terminológica	40
1.3.1.4.3 Base de dados terminológicos	41
1.3.2 Diferentes tipos de repertório	42
1.3.3 O Dicionário: partes estruturais	47
1.3.3.1 Macro e microestrutura	47
1.3.3.2 Sistema de remissivas	48
1.4 <i>Terminologia Bilíngüe e Tradução</i>	49
1.4.1 Relação de complementaridade	49
1.4.2 Identidades distintas	50

1.4.3	Orientações metodológicas para a busca de equivalentes	51
1.4.4	Fontes dos dados terminológicos.....	52
1.4.4.1	Os dicionários como fontes primárias	52
1.4.4.2	<i>Corpus</i> textuais	53
1.4.5	Graus de equivalência terminológica	54
1.4.5.1	Comparando realidades distintas	54
1.4.5.2	Equivalência total	56
1.4.5.3	Equivalência parcial	57
1.4.5.4	Não-equivalência	58
1.4.6	Criações neonímicas	60
2	Metodologia	61
2.1	<i>Corpus em francês</i>	61
2.2	<i>Parâmetros para a delimitação da nomenclatura</i>	63
2.3	<i>Corpus em português</i>	66
2.4	<i>Base de dados terminológicos bilíngüe</i>	68
3	Nosso dicionário	73
3.1	<i>Organização da macro e microestruturas de nosso dicionário</i>	73
3.2	<i>Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional</i>	76
3.3	<i>Glossário bilíngüe português-francês de Comércio Internacional</i>	228
4	Análise dos dados	246
4.1	<i>Equivalências francês-português entre termos do domínio do Comércio Internacional</i>	246
4.1.1	Graus de equivalência em Comércio Internacional.....	246
4.1.1.1	Casos de equivalência total.....	247
4.1.1.2	Casos de equivalência parcial.....	251
4.1.1.3	Casos de não-equivalência.....	266
4.2	<i>Termos traduzidos</i>	268
4.3	<i>Termos em inglês</i>	271
	Considerações finais	278
	Referências bibliográficas	282
	Corpus de Comércio Internacional	286
	<i>Corpus em francês</i>	286
	<i>Corpus em português</i>	286

SILVA, F.F. *Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional*: tratamento terminográfico e reflexões sobre Terminologia bilíngüe, São José do Rio Preto, 2006, 283 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de concentração: Análise Lingüística) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

O principal objetivo de nossa pesquisa consistiu em identificar e analisar as relações de equivalência francês-português entre um conjunto terminológico do domínio do Comércio Internacional. Uma vez que, no Brasil, não há nenhuma obra terminográfica bilíngüe (francês-português) nessa área de especialidade, elaboramos o *Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional*. Para a elaboração do dicionário, baseamo-nos em Felber (1984), Cabré (1992), Alpizar-Castillo (1995), Aubert (1996), Barros (2004) e Krieger & Finatto (2004). Para delimitarmos a nomenclatura a ser estudada, cotejamos os termos pertencentes a dois dicionários franceses, a citar: *Dictionnaire du Commerce International* (Câmara de Comércio e da Indústria de Paris, 2003) e *Glossaire de l'exportation* (Interex SA., 2003). Os termos que pertenciam à nomenclatura das duas obras constituíram nosso objeto de estudo. Consultamos também grandes bases de dados terminológicos que confirmaram a relevância dos termos levantados em ambas as obras supracitadas. Para a elaboração das fichas terminológicas, utilizamos o programa Access 2000, por meio do qual pudemos organizar todas as informações coletadas sobre os termos. Com o intuito de atender às necessidades dos tradutores, elaboramos um modelo de verbete e o aplicamos a todos os termos estudados. No que concerne à análise de equivalências, nosso trabalho se fundamentou em Alpizar-Castillo (1995), Dubuc (1985), Clas (1996) e Auger (1978). Constatamos, por um lado, que há uma tendência à homogeneização da terminologia do Comércio Internacional em nível mundial, comprovado pelo grande número de equivalentes totais encontrados no conjunto de termos que estudamos. Por outro lado, vários foram os termos que estabeleceram relação de equivalência parcial devido a questões culturais, políticas e econômicas envolvidas no processo de nomeação dos referentes. Houve, ainda, alguns casos de ausência de equivalência devido ao fato de determinado referente existir apenas na França e não no Brasil. Nossa análise mostrou ainda que é forte a presença de termos em inglês nesse domínio, devido à hegemonia política e econômica dos EUA.

Palavras-chave: Terminologia bilíngüe, Terminografia, Equivalências, Dicionário, Comércio Internacional

SILVA, F.F. *Bilingual french-portuguese International Trade Dictionary: terminographic research and reflections on Bilingual Terminology*, São José do Rio Preto, 2006, 283 p. Dissertação (Master's degree in Linguistics Studies – Concentration Area: Linguistics Analysis) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

The main purpose of this research was to identify and analyse the French-Portuguese equivalence relations among groups of terms of International Trade. Since there is not any French-Portuguese dictionary in this specialized area in Brazil, we created the *Bilingual French-Portuguese dictionary of International Trade*. With respect to the elaboration of the dictionary, our work was based on Felber (1984), Cabré (1992), Alpizar-Castillo (1995), Aubert (1996), Barros (2004) and Krieger & Finatto's (2004) studies. In order to delimit the nomenclature to be studied, we compared the terms of two French dictionaries: *Dictionnaire du Commerce International* (Chamber of Commerce and Industry of Paris, 2003) and *Glossaire de l'exportation* (Interex SA., 2003). The terms found in both dictionaries became our object of study. We also consulted terminological databases to confirm the importance of the terms extracted from the dictionaries mentioned above. To create terminological records, we used the Access 2000 program which helped us to organize all the information about the terms. We also created an entry model that was applied to all the terms studied in order to meet the needs of translators. As regards equivalences analysis, we based on Alpizar-Castilho (1995), Dubuc (1985), Clas (1996) and Auger's (1978) studies. We verified a tendency to homogenisation in the International Trade terminology, which was proved by the great number of total equivalents found in the group of terms that we have already studied. However, we noticed that there is partial equivalence among many terms due to cultural, political and economical issues involved in the process of labelling referents. We also found some cases of non-equivalence motivated by the absence of a referent, which exists in France but not in Brazil. Our analysis also demonstrated that there is a significant number of terms in English in this specialized area as a result of the enormous political and economic power of the USA.

Key-words: Bilingual Terminology, Terminography, Equivalents, Dictionary, International Trade

Introdução

Nosso interesse pela Terminologia vem de longa data, já que trabalhamos na equipe de pesquisa do VMD - Vocabulário Multilíngue de Dermatologia, sob a coordenação da Prof^a Dr^a. Lidia Almeida Barros, desde março de 2002. Cumpre ressaltar que contamos com o auxílio de duas bolsas de Iniciação Científica, sendo a primeira concedida pelo CNPq - PIBIC, com duração de 12 meses (de julho de 2002 a agosto de 2003), e a segunda concedida pela FAPESP, com duração de cinco meses (de agosto a dezembro de 2003), coincidindo com o final da Graduação.

No projeto já mencionado, participamos de diversas atividades que vão desde o ato de escanear páginas de Tratados de Dermatologia com o fim de colaborar para a criação de uma base de dados textuais, passando pela revisão da relação hiperônimo (termo mais genérico)/hipônimo (termo específico) nas definições, renumeração referente ao paradigma “Símbolo de classificação” do sistema conceptual do Vocabulário, até à busca de equivalências em francês de um subconjunto da nomenclatura do VMD.

Durante a execução de nosso último projeto de Iniciação Científica, despertou-nos o interesse em aprofundar nossos conhecimentos sobre as relações de equivalências estabelecidas entre unidades terminológicas de línguas diferentes. Pelo fato de termos sempre trabalhado com a língua francesa nas pesquisas de Iniciação Científica, decidimos desenvolver um projeto de Mestrado em Terminologia Bilíngüe francês-português.

Nosso interesse pela área de Comércio Internacional associado à não-existência, hoje, nem no Brasil nem na França, de um repertório terminológico bilíngüe francês-português especializado nesse domínio, levou-nos a elaborar um dicionário bilíngüe francês-português de Comércio Internacional, área de grande importância no atual mundo globalizado, em que o Brasil mantém estreitas relações com a França.

Assim, os principais objetivos de nossa pesquisa foram:

- Elaborar um dicionário bilíngüe francês/português do Comércio Internacional;
- Fazer uma reflexão sobre os principais problemas de equivalências terminológicas encontrados durante a pesquisa.

Para alcançarmos tais objetivos, seguimos os seguintes passos:

- Criar uma base de dados terminológicos com as informações obtidas em duas obras em francês;
- Analisar a frequência dos termos dessas obras para levantar aqueles que serão estudados;
- Fazer análise semântico-conceitual de cada termo em francês para estabelecer as equivalências em português;
- Refletir sobre os principais problemas de terminologia bilíngüe encontrados durante a pesquisa.

Nesse sentido, nossa pesquisa teve como objeto de estudo um conjunto terminológico em francês do Comércio Internacional. Para delimitarmos a nomenclatura a ser estudada, cotejamos os termos pertencentes a dois dicionários franceses, a citar: *Dictionnaire du Commerce International* (Câmara de Comércio e da Indústria de Paris, 2003) e *Glossaire de l'exportation* (Interex SA., 2003). Os termos que pertencem às nomenclaturas das duas obras constituíram nosso objeto de estudo. Consultamos, também, grandes bases de dados terminológicos que confirmaram a relevância dos termos levantados.

Para a elaboração das fichas terminológicas, utilizamos o programa Access 2000, por meio do qual pudemos organizar todas as informações coletadas acerca dos termos.

Com o intuito de atender às necessidades dos tradutores, elaboramos um modelo de verbete e o aplicamos a todos os termos estudados.

Durante o processo de busca das equivalências, vários problemas se apresentaram. As reflexões sobre essas questões encontram-se no capítulo *4. Análise dos dados*.

Ressaltamos que, em nossa pesquisa, buscamos analisar o funcionamento dos termos em contexto, pois não acreditamos que os termos sejam munidos de conceitos fixos; pelo contrário, acreditamos que os conceitos sejam ativados nas situações de comunicação. Dessa forma, em nosso trabalho seguimos a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT, uma vez que, segundo essa linha de pesquisa, os termos devem ser analisados *in vivo* e não *in vitro* como eram realizados os antigos trabalhos de pesquisa em Terminologia.

Enfim, nossa dissertação divide-se em quatro grandes capítulos, além da Introdução e das Considerações finais. No capítulo *1. Pressupostos Teóricos*, apresentamos as principais características e conceitos sobre Comércio Internacional, Terminologia, Terminografia e Terminologia bilíngüe nos quais nossa análise foi baseada. No capítulo *2. Metodologia*, descrevemos os passos metodológicos seguidos na elaboração do dicionário. No capítulo *3. Nosso dicionário*, demonstramos o modelo de macro e microestrutura de nossa obra e apresentamos o dicionário em sua totalidade. O capítulo *4. Análise dos dados* contém nossas reflexões acerca dos graus de equivalência identificados no domínio estudado.

Com este trabalho, esperamos dar uma contribuição aos estudos terminológicos e terminográficos bilíngües, além de auxiliar na difusão do conhecimento em Comércio Internacional e no trabalho dos tradutores.

1 Pressupostos teóricos

1.1 Comércio Internacional: histórico e definição

A necessidade de se trocar produtos excedentes para a subsistência de uma comunidade por outros de outra comunidade existe desde os primórdios da civilização, o que caracteriza um tipo de comércio internacional que é praticado há centenas de anos. Mas “essa atividade adquire os contornos práticos e teóricos que se desenvolvem até os nossos dias” com o advento do Mercantilismo (SOARES, 2004, p.21).

Nesse período, a Europa impõe sua dominação mundial, sobretudo após a descoberta da América e das Índias. Após a Revolução Industrial, a grande potência econômica da Europa era a Grã-Bretanha e a segunda era a França. No entanto, a partir de 1945, ocorrem algumas mudanças na estrutura e organização da economia mundial. A Europa foi o pólo dominante até metade do séc. XX. Depois desse período, a hegemonia econômica divide-se entre três grandes pólos: EUA, Japão e Europa. Vinte anos depois, novos centros de produção econômica se firmam. São eles: os Tigres Asiáticos, o México e o Brasil (HISTOIRE D'ÉCONOMIE, 2005).

Em suma, desde o início das relações comerciais, sobretudo com o advento do Mercantilismo, o Comércio Internacional tem sido fundamental para o crescimento econômico de muitos países. Mas qual seria a definição de “Comércio Internacional” atualmente?

Como já dizia Saussure ao tratar a definição de *língua*, “o ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, 1977). Isso não é diferente com relação à definição de “Comércio Internacional”. Por ser uma área de especialidade que faz fronteira com várias outras disciplinas, dentre as quais o Direito, a Economia e a Administração, pode ser definida sob

vários pontos de vista. Cláudio César Soares põe em evidência essa multidisciplinaridade da área quando define Comércio Internacional como

uma operação de compra e venda internacional (...) em que dois ou mais agentes econômicos sediados e/ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que sofrerá um transporte internacional e cujo resultado financeiro sofrerá uma operação de câmbio (SOARES, 2004, p.13).

Em outras palavras, ao realizar uma transação comercial com outros países, o profissional da área deve estar a par, sobretudo, das legislações, dos regulamentos de Comércio Internacional e dos sistemas econômicos dos países envolvidos. Nessas relações comerciais, a diplomacia também desempenha papel fundamental, uma vez que culturas diferentes estão envolvidas. Por essa razão, o conhecimento de outros idiomas é de grande importância.

No que concerne ao vocabulário utilizado pelos profissionais da área, este reflete a dinâmica e a multidisciplinaridade da área. É também uma terminologia que precisa ser atualizada sempre, adaptando-se às novas condições econômicas e tecnológicas (SOARES, 2004, p. 03). De acordo com a situação econômica de um país e das relações comerciais que mantém com outros países, novos termos podem surgir e outros podem desaparecer. Atualmente, com a globalização e a hegemonia dos EUA, tem havido uma invasão de termos em inglês nessa área de especialidade, os quais concorrem com termos do vernáculo.

Com a elaboração de nossa obra, esperamos contribuir para a descrição do vocabulário do Comércio Internacional e para a difusão do conhecimento na área, sobretudo no que concerne às relações Brasil-França.

1.1.1 O Comércio Internacional no Brasil

No que concerne ao Comércio Internacional brasileiro, durante muito tempo o país manteve seus mercados fechados. No entanto, nos anos de 1990, a economia brasileira sofreu grandes mudanças, marcadas por aberturas comerciais como “uma abertura unilateral em 1990, uma abertura regional com o Mercosul e uma abertura multilateral com a Organização Mundial do Comércio em 1995” (SOARES, prefácio, 2004).

Nesse período, o cenário das relações comerciais brasileiras no âmbito internacional renovou-se rapidamente, mas deparou-se com uma escassez de profissionais especializados e atualizados e de material didático que pudesse auxiliar na formação dos mesmos. Desde então, a busca por informações e pela renovação do conhecimento tem sido crescente, uma vez que, com a velocidade com que ocorrem mudanças econômicas, políticas, jurídicas e tecnológicas, o profissional da área deve atualizar-se sempre para que seus conhecimentos não se tornem obsoletos.

A área do Comércio Internacional é bastante dinâmica. Cada vez mais, faz-se necessário utilizar ferramentas de tecnologia avançada a fim de que as empresas possam ampliar seus mercados, transpondo com rapidez barreiras comerciais (VAZQUEZ, 2001).

Às vezes, o profissional se vê diante de uma infinidade de informações novas que precisa dominar logo para não perder espaço. Este é um momento de crescimento para o Comércio Internacional brasileiro e, para ganhar crédito e conquistar novos mercados, é preciso que haja uma disseminação rápida da informação.

De acordo com Cintra Neto, na Introdução do *Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio* de Emílio Garofalo Filho, “a literatura sobre o setor externo da economia brasileira é, para dizer o mínimo, rarefeita” (CINTRA NETO, 2004, p. VII). E isso se deve a várias razões, dentre elas “a constante mudança em planos e políticas, o que contribui para a obsolescência rápida dos livros com maior conteúdo teórico” (*idem, ibidem*).

Assim sendo, a elaboração de dicionários e de obras teóricas de Comércio Internacional vem contribuir para o enriquecimento da literatura da área, sanando as dúvidas que possam surgir ao fazer, segundo Garofalo Filho, “uma ponte entre o desconhecido ou duvidoso e a informação” (GAROFALO FILHO, 2004, p. XVI).

1.1.2 França/ Brasil – relações bilaterais

Desde os primórdios das relações comerciais, a França tem sempre exercido papel de destaque no cenário mundial. Está entre os países mais ricos do mundo e é o quinto maior exportador. É um país que importa energia, matéria-prima, bens de consumo, dentre outros, e exporta produtos de luxo, cosméticos e produtos alimentícios, além de alta tecnologia. Cerca de 60% das trocas comerciais da França são feitas com países da União Européia, mas também mantém excelentes relações comerciais com países em desenvolvimento. Dentre os 25 países prioritários para a França, no que concerne às relações comerciais, está o Brasil (MAXICOURS, 2005).

Essa relação entre Brasil e França, aliás, já vem de longa data. A França exerceu forte influência sobre nosso país no que concerne à instalação de Universidades e à formação de intelectuais aqui. De acordo com o atual embaixador da França no Brasil, Jean de Gliniasty, em entrevista à “Revista Brasil - Marca de Excelência” as relações entre os dois países são ótimas e isso se deve à

(...) proximidade geográfica (não devemos esquecer que é com o Brasil que a França possui a sua mais longa fronteira terrestre, a que une a Guiana e o Estado do Amapá), uma longa história de intercâmbios, uma cumplicidade intelectual e uma fascinação recíproca (GLINIASTY, 2005).

De acordo com o embaixador, essa relação vem se fortalecendo ao longo dos anos por meio de parcerias entre os dois países, dentre as quais, destaca-se a luta pelo combate à fome em escala mundial.

Há também um grande número de empresas francesas já estabelecidas no Brasil por muitos anos, tais como *Alcatel*, *Aventis*, *Carrefour*, *Danone*, *Fnac*, *L'Oreal*, *Michelin*, *Renault*, *Rhodia*, dentre outras, empregando assim, em torno de 250.000 pessoas, o que contribui substancialmente para o crescimento econômico do país. Destacam-se ainda projetos de cooperação entre Universidades francesas e brasileiras.

O ano de 2005, em especial, foi o ano do Brasil na França, momento em que foram realizados vários eventos culturais naquele país para divulgar a cultura brasileira, mostrando

(...) uma nova imagem do Brasil, com toda a riqueza de sua engenhosidade e de sua potencialidade, portanto mais adequada à realidade atual, a de um país de dimensão continental, jovem e moderno, na vanguarda da tecnologia num grande número de setores e que se abre cada dia mais para o mundo (GLINIASTY, 2005).

Houve diversos eventos de promoção comercial, dentre eles a visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva à França, ocasião em que foi possível valorizar as parcerias já existentes entre empresas dos dois países e colocar em evidência o potencial do Brasil, despertando, assim, o interesse dos executivos franceses em relação a nosso país.

Sobre a importância desse evento realizado na França, o embaixador da França no Brasil afirmou:

(...) estou intimamente persuadido de que, numa sociedade globalizada, a plena manifestação das identidades exige que as grandes áreas da civilização, ao invés de se recolherem sobre si mesmas, fortaleçam-se mutuamente através do intercâmbio e do diálogo. Isso vale, naturalmente, tanto para a França quanto para o Brasil, que, apesar das vicissitudes da história, jamais se perderam de vista em cinco séculos (GLINIASTY, 2005).

Com base no acima exposto, temos a certeza de que há laços estreitos entre Brasil e França, o que só vem a contribuir para o crescimento de ambos os países.

Sendo assim, a elaboração de obras bilíngües francês-português/português-francês é de grande importância para a difusão das duas culturas e para o auxílio à comunicação entre franceses e brasileiros.

1.2 Terminologia

1.2.1 Conceito e Campo de estudos

Na metalinguagem da Terminologia atual, evidencia-se uma dupla significação do termo *terminologia*. Em uma primeira acepção, designa o “conjunto dos termos pertencentes a uma ciência, uma atividade profissional, ou um grupo social (...)”¹ (PAVEL; NOLET, 2002, p.117). Em uma segunda acepção, significa “ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão de terminologias em diferentes domínios”² (ISO 1087, 2000, p.10).

De acordo com Biderman, a Terminologia se ocupa “de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano” (BIDERMAN, 1998, p.17), ou seja, o campo de pesquisa próprio da Terminologia enquanto disciplina científica é o das línguas (ou linguagens) de especialidade, compreendidas como “sistema de comunicação verbal e escrita observado através do uso particular que uma comunidade de especialistas faz em um domínio de conhecimentos determinados”³ (PAVEL; NOLET, 2002, p.110).

Segundo Rondeau (1984, p.20-21), é possível identificar três funções principais da Terminologia:

1. função conceptual ou cognitiva;
2. função comunicacional;
3. função simbólica ou identitária.

Além de analisar e descrever terminologias, ou seja, conjuntos de termos técnicos, a primeira função dessa ciência relaciona-se à análise e descrição de textos e discursos especializados. A segunda está ligada à comunicação, à informação e à transferência de

¹ Ensemble de mots techniques appartenant à une science, une activité professionnelle, ou un groupe social.

² Science étudiant la structure, la formation, le développement, l’usage et la gestion des terminologies dans différents domaines.

³ langue spécialisée: Système de communication verbale et écrite observé à travers l’usage particulier qu’en fait une communauté de spécialistes dans un domaine de connaissances déterminé (...).

conhecimentos científicos e de tecnologia. A terceira e última função refere-se a uma identidade nacional, regional ou de grupo.

A Terminologia também caracteriza-se por seu caráter multidisciplinar, interagindo com outras ciências da linguagem. No âmbito deste trabalho, interessa-nos de modo particular a relação da Terminologia com a Tradução. Por este motivo, trataremos essa questão no capítulo *1.4. Terminologia bilíngüe e Tradução*.

1.2.2 Objeto de estudos

1.2.2.1 Termo

Segundo a Norma ISO 1087, termo é a “designação verbal de um conceito geral em um domínio específico”⁴ (ISO 1087, 2000, p.6), podendo aquele ser formado por uma palavra (termo simples), por dois radicais ou mais (termo complexo), por uma ou várias palavras (termo composto) ou ainda por truncamento de um termo simples (termo truncado).

Até recentemente, grande parte dos terminólogos afirmavam que o termo, para ser objeto de estudo da Terminologia, só poderia ser uma unidade lingüística. No entanto, este conceito vem mudando e alguns terminólogos já admitem que a unidade terminológica possa ser definida como “palavra, sintagma, símbolo ou fórmula que designa um conceito próprio de um domínio”⁵ (PAVEL; NOLET, 2002, p.117). Desse modo, não mais apenas unidades lingüísticas são consideradas termos, mas todo tipo de designação (lingüística, numérica, e outras).

Em nosso trabalho adotaremos esta última definição de termo, levando em consideração, sobretudo, a possibilidade de haver variantes, como as variantes ortográficas, por exemplo.

⁴ désignation verbale d'un concept general dans un domaine spécifique.

⁵ terme: Mot, syntagme, symbole ou formule désignant un concept propre à un domaine d'emploi (...).

1.2.2.2 Conceito

O conceito (ou noção) é definido como uma “unidade de conhecimento constituída por abstração com base em traços ou propriedades comuns a uma classe de objetos, de relações ou de entidades”⁶ (PAVEL; NOLET, 2002, p.105). Estas “propriedades abstratas de um objeto ou de um conjunto de objetos”⁷ que servem para descrever os conceitos são chamadas *traços conceptuais* (ISO 1087, 2000, p.3).

Esses traços podem ser essenciais, ou seja, descrevem elementos fundamentais do conceito; ou secundários, que servem de complemento aos essenciais.

Os conceitos e os traços conceptuais são os elementos principais do trabalho terminológico, visto que este é definido como uma “atividade relativa à sistematização da coleta, da descrição, do tratamento e da apresentação dos conceitos e de suas designações”⁸ (ISO 1087, 2000, p.10).

1.2.2.3 Contextos e Descritores

Visto que os termos e os conceitos são estudados dentro de um contexto, este representa um elemento de grande importância nos estudos terminológicos, sobretudo na elaboração de obras terminográficas bilíngües, como será visto no Capítulo 1.4.3. desta dissertação.

Define-se contexto como “um enunciado que exprime uma idéia completa, no qual o termo estudado encontra-se atualizado”⁹ (DUBUC, 1985, p. 62). Graças aos descritores, os

⁶ concept: Unité de connaissance constitué par abstraction à partir de traits ou propriétés communs à une classe d'objets, de relations ou d'entités (...).

⁷ propriété abstraite d'un objet ou d'un ensemble d'objets.

⁸ activité portant sur la systématisation de la collecte, de la description, du traitement et de la présentation des concepts et de leurs désignations.

⁹ (...) l'énoncé qui entoure le terme reperé tout en exprimant une idée complète.

quais são os elementos que refletem propriedades atribuídas a um objeto, os traços conceptuais de um conceito num contexto são identificados.

Três tipos de contextos são fundamentais:

- contexto definitório, onde há dados precisos acerca do conceito designado pelo termo estudado;
- contexto explicativo, que apresenta informações a respeito da natureza e de certos aspectos do termo, porém não chega a defini-lo com clareza;
- contexto associativo, que permite identificar, por meio de associações, o domínio ou o campo ao qual o termo pertence (DUBUC, 1985, p.62-63).

Há, ainda, segundo Boutin-Quesnel, mais três tipos importantes de contexto:

- contexto de uso lingüístico, o qual mostra o funcionamento de um termo em discurso;
- contexto metalingüístico, que apresenta dados que explicam a formação ou dão outra informação sobre o termo;
- contexto enciclopédico, que, apesar de não definir o termo, apresenta informações sobre a natureza, sobre o uso do termo, dentre outros aspectos do objeto (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p.27-28).

Embora os contextos acima apresentados sejam de natureza lingüística diferente, nada impede que um se contraponha ao outro.

Em alguns casos, o contexto definitório será de maior utilidade do que os outros; contudo, como nem sempre é possível encontrar esse tipo de contexto, “a terminologia descritiva monolíngüe e bilíngüe utilizará, mais comumente, o contexto explicativo como registro do conceito de cada termo, suplementado, quando possível, pelo contexto definitório” (AUBERT, 1996, p.67).

De fato, os contextos mais valiosos variam de acordo com o tipo de pesquisa que se desenvolve. O terminólogo deve, portanto, buscar os tipos de contextos que lhe sejam mais adequados. Assim, todos os contextos apresentam alguma importância e devem ser levados em consideração, uma vez que constituem “apoio para o trabalho de investigação terminográfica”¹⁰ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.52).

Ainda sobre a importância dos contextos, Rondeau afirma que é “graças a diferentes contextos e a uma ou várias definições que se chega, por um lado, a delimitar um conceito e a mostrar o lugar que esse ocupa em um campo conceptual e, por outro lado, a demonstrar a ligação existente entre conceito e denominação”¹¹ (RONDEAU, 1984, p.84).

Para o preenchimento das fichas terminológicas (vide capítulo 1.3.1.4.2), Alpizar-Castillo afirma que os contextos devem ser copiados tais quais constam na fonte de onde foram retirados. No entanto, se forem muito longos, pode-se recorrer às reticências entre parênteses nos trechos de menor importância. É fundamental, ainda, que se indique a fonte de onde foram extraídos (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.53).

1.2.3 Abordagens teóricas

A Terminologia de base científica nasce nos anos de 1930. No Ocidente, a tese de Doutorado de Eugen Wüster, defendida em 1935 na Alemanha, é considerada o marco fundador da Terminologia. Por outro lado, na Rússia do mesmo período, D. S. Lotte e outros cientistas também desenvolviam pesquisas sobre as línguas de especialidade.

¹⁰ (...) son un apoyo para el trabajo de investigación terminográfica.

¹¹ (...) grâce à différents contextes et à une ou plusieurs définitions que l'on arrivera, d'une part, à délimiter une notion et à montrer la place qu'elle occupe dans un réseau notionnel et, d'autre part, à faire voir le lien qui la rattache à telle dénomination.

Devido a essa concomitância de estudos no campo da Terminologia, os especialistas na matéria não apresentam unanimidade de opinião quanto à primazia do surgimento da Terminologia enquanto disciplina científica.

De acordo com Rondeau (1984, p.07), o berço da Terminologia seria a Rússia, onde se desenvolviam, já nessa época, trabalhos terminológicos que envolviam reflexão teórica sobre princípios, métodos, funcionamento e características das línguas de especialidade e dos termos. Desse modo, a Terminologia já teria, ali, feições de disciplina científica. Ainda segundo esse autor, na Áustria os trabalhos seriam voltados para a prática de elaboração de dicionários especializados, caracterizando-se, então, a Terminologia como uma metodologia de tratamento dos dados terminológicos e não propriamente como uma disciplina científica. Essa não é, porém, a opinião da maior parte dos terminólogos do mundo Ocidental, que têm nos trabalhos de Wüster a maior referência.

Apresentaremos, a seguir, as bases de cada uma das principais Escolas que se desenvolveram no século XX, demonstrando os pontos em que suas idéias convergem ou divergem.

1.2.3.1 A Escola de Viena

A Escola de Viena foi fundada nos anos de 1930 por Eugen Wüster que, apesar de não ser lingüista por formação, é considerado o pai da Terminologia e sua tese de Doutorado, defendida na Alemanha, é tida como o documento fundador dessa disciplina científica.

Para a Escola de Viena, a Terminologia é uma ciência autônoma, de caráter filosófico, que mantém relações com outras ciências, como a Lingüística, a Ontologia, a Lógica e a Informática (CABRÉ, 1999, p.111).

Essa ciência pode ser classificada em descritiva e prescritiva, dependendo da finalidade de seu trabalho. A Terminologia descritiva é tarefa do terminólogo, que coleta

dados e descreve os termos por meio de definições, sendo que o resultado desse trabalho são vocabulários técnicos e científicos. Já a Terminologia prescritiva tem como tarefa uniformizar os conceitos e atribuir termos para designá-los com o fim de eliminar ou reduzir a sinonímia, a homonímia e a polissemia (BARROS, 2004, p.56).

O trabalho de Wüster caracteriza-se como essencialmente prescritivo, ou seja, os termos são criações conscientes orientadas pela normalização. Seus objetivos, em princípio, eram fundamentalmente práticos. Anos mais tarde, a prática o levou a iniciar uma reflexão teórica sobre o fazer terminológico, o que resultou na Teoria Geral da Terminologia – TGT (CABRÉ, 1999, p.109).

Wüster pretendia dar as bases científicas para a eliminação da ambigüidade nos discursos técnicos e científicos evitando, assim, equívocos. Baseava-se na lógica e na busca de uma língua universal. Para alcançar tais objetivos, acreditava ser preciso normalizar os termos técnicos e científicos, pois assim garantiria a precisão e a univocidade na comunicação profissional, ou seja, a um termo deveria corresponder apenas um conceito, apenas uma interpretação. Essa normalização seria assegurada por organismos internacionais de normalização, sendo que a forma gráfica teria prioridade sobre a forma fônica, uma vez que a forma escrita dos termos estaria unificada em escala internacional, apenas diferindo na pronúncia de um país para outro (WÜSTER, 1998, p.21-26). Para manter o princípio de univocidade, deveria ser seguido o percurso onomasiológico, isto é, a definição de um determinado objeto deveria preceder à nomeação.

Interessava-se, praticamente, apenas pelos termos, dissociando o léxico da gramática, do contexto e do discurso. Dessa forma, não haveria termos polissêmicos, sinônimos ou homônimos, ou seja, seria possível “identificar um conjunto de conceitos de um domínio especializado, organizá-los em um sistema estruturado e defini-los sem nem mesmo

identificar com precisão os termos que os designam” (BARROS, 2004, p.56). Essa identificação consistiria em uma etapa posterior à delimitação e à organização do conceito.

O termo, para a Escola de Viena, é composto de conceitos e denominações independentes, contrariando, assim, a Lingüística Geral, segundo a qual o signo lingüístico possui forma e conteúdo indissociáveis (WÜSTER, 1998, p.21). Além dos princípios já apresentados anteriormente, a TGT de Wüster ainda difere da Lingüística Geral em vários outros pontos.

A TGT considera a língua de um ponto de vista sincrônico e a análise de um termo parte do conceito, que expressa apenas seu significado denotativo, enquanto que na Lingüística Geral o significado de uma palavra pode expressar o sentido denotativo e o conotativo (WÜSTER, 1998, p.22).

No que tange à organização dos termos nos dicionários, essa deveria, obrigatoriamente, seguir a ordem sistemática, ou seja, os termos que compõem a obra não poderiam ser dispostos em uma seqüência alfabética, devendo, portanto, seguir a estrutura de um sistema conceptual anteriormente estabelecido (CABRÉ, 1999, p.111). Por sistema conceptual (árvore do domínio ou mapa conceptual) entende-se o “conjunto de conceitos estruturados segundo as relações que os unem”¹² (ISO 1087, 2000, p.4). O termo adquire seu valor dependendo do lugar que ocupa no sistema conceptual.

Durante muitos anos, essa teoria regeu os estudos terminológicos, porém a prática foi demonstrando que os princípios da TGT não correspondiam à realidade. Como afirma Biderman,

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente (...) A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizados em signos lingüísticos: as palavras (BIDERMAN, 1998, p.11).

¹² ensemble de concepts (3.2.1) structuré selon les relations qui les unissent.

Como é possível, portanto, que o termo seja analisado ignorando os usuários da língua e o contexto social em que está inserido? Pensando nisso, vários terminólogos e lingüistas começaram a levantar críticas a essa corrente teórica. Esses questionamentos conduziram ao surgimento de novas linhas de pesquisa, das quais trataremos a seguir.

1.2.3.2 Socioterminologia

Como anteriormente mencionado, há algum tempo vários pesquisadores vinham percebendo a limitação e insuficiência da TGT para explicar o funcionamento dos termos em toda sua amplitude.

O fazer terminológico foi mostrando que, ao tratar o termo descontextualizado, deixasse de lado o aspecto social e pragmático no qual as línguas de especialidade atuam, distanciando, assim, do real uso dos termos. Nesse sentido, os terminólogos começam a criticar o apagamento do aspecto comunicativo que envolve as terminologias e sugerem que se iniciem investigações terminológicas de base lingüístico-comunicacional, em que o termo seja analisado em contexto, e não isoladamente, ou seja, sugerem que se considere o termo do ponto de vista descritivo e não mais prescritivo (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.34-35).

Neste período de redimensionamento nos estudos terminológicos, Jean-Claude Boulanger surge com os princípios que mais tarde dariam origem à Socioterminologia. É Yves Gambier, entretanto, o autor da primeira manifestação mais significativa, em um colóquio realizado em 1986 em Paris (SANTOS BORBUJO, 2001, p. 661).

Em 1993, com a publicação de sua tese de Doutorado “Pour une Socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles”, François Gaudin formaliza a Socioterminologia enquanto teoria. Essa nova abordagem surge com novos princípios para o tratamento da unidade terminológica, dentre eles, a análise do termo *in vivo*, ou seja, em

contexto real de uso, e não *in vitro*. Prima-se também pela relevância da variação terminológica, isto é, a sinonímia, polissemia e homonímia. De acordo com Faulstich,

O princípio subjacente da pesquisa socioterminológica é o registro de variante(s) que leva em conta os contextos social, situacional, espacial e lingüístico em que os termos circulam; não abandona também a frequência de uso, se for este o método escolhido pelo especialista (FAULSTICH, 1995, p. 8).

Desse modo, a Socioterminologia sugere que sejam privilegiados os aspectos sociais da linguagem.

Louis Guésdin, no prólogo à obra de Gaudin, afirma que

na verdade, a prática pela qual o autor milita mereceria ser chamada simplesmente de Terminologia; é a linha wüsteriana que, sendo uma prática restrita, deveria vir marcada por uma determinação; trata-se, com efeito, de uma terminologia normalizadora¹³ (GAUDIN, 1993, p.09).

Em outras palavras, para o autor, seria inconcebível uma prática terminológica que não levasse em consideração a variação lingüística e os efeitos que os aspectos sociais exercem sobre a linguagem. Sob este ponto de vista, não haveria a necessidade do prefixo *socio-*, pois já estaria intrínseco em “Terminologia” o estudo dos termos no contexto social.

Devemos ressaltar a grande contribuição dessa disciplina científica para os estudos terminológicos, afinal, os socioterminólogos abriram os caminhos para que outros pesquisadores também começassem a refletir sobre o fazer terminológico e para que fosse possível, posteriormente, instaurar um novo paradigma, alternativo à TGT, hoje conhecido como Teoria Comunicativa da Terminologia-TCT.

¹³ En fait, la pratique pour laquelle milite l'auteur mériterait de s'appeler tout simplement terminologie ; c'est la branche wüsterienne qui, constituant une pratique restreinte, devrait être pourvue d'une détermination ; il s'agit en effet d'une terminologie normalisatrice.

1.2.3.3 A Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT

A experiência com pesquisas de Terminologia descritiva durante anos conduziu os terminólogos a uma reflexão sobre seus princípios, modelos e métodos, e novas propostas nasceram. Com base nos avanços das reflexões, Maria Teresa Cabré sistematiza, no final da década de 1990, uma nova proposta: a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT, que se instaura como paradigma alternativo à TGT e se aproxima da Socioterminologia.

De acordo com Cabré, a prática foi mostrando que a TGT tinha um caráter reducionista e idealista, visto que o objeto de estudos de Wüster se limitava a

(...) unidades normalizadas, unívocas, próprias dos discursos técnicos e científicos, reduz a atividade terminológica à compilação de conceitos e termos para a normalização (fixação de conceitos e denominações padrão) dos termos, circunscreve os discursos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos a assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional¹⁴ (CABRÉ, 1999, p.110).

Já a TCT considera os termos como unidades lingüísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não são dissociados do léxico e da gramática. Trata o signo terminológico como uma unidade lingüística composta de forma e de conteúdo indissociáveis e o conceito expresso pelo termo é ativado pelo contexto e pela situação em que é usado (CABRÉ, 1999, p.123).

De acordo com Krieger,

(...) a passagem do domínio, ou seja, do privilégio aos esquemas conceituais das ciências e das técnicas, para o texto e o discurso consiste num dos mais importantes pontos de reversão dos estudos terminológicos (KRIEGER, 2001, p.58).

Deste modo, a organização dos termos de forma sistemática não é mais obrigatória para a realização de um trabalho terminológico. Entretanto, em casos em que o terminólogo decida por organizar os termos em árvores conceituais, o valor do termo continua sendo

¹⁴ (...) limita el objeto a las unidades unívocas normalizadas propias de los ámbitos científico-técnicos, reduce la actividad terminológica a la recopilación de conceptos y de términos para la normalización (fijación de nociones y denominaciones estandarizadas) de los términos, circunscribe los ámbitos especializados a la ciencia y la técnica y limita sus objetivos a asegurar la univocidad de la comunicación profesional, fundamentalmente en el plano internacional.

ativado pela posição que ocupa no sistema conceptual, mas pode ocupar vários lugares dentro do sistema, pois, de acordo com Cabré, os termos “não pertencem a um domínio, mas são ativados em um domínio”¹⁵ (CABRÉ, 1999, p.124). Assim, o conteúdo do termo não é visto mais como fixo, como desejava Wüster, mas variável de acordo com a situação comunicativa em que estiver inscrito.

Nas palavras de Cabré, o objetivo da TCT é

(...) descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como são ativados e explicar suas relações com outros tipos de signos do mesmo ou distinto sistema para, assim, fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que são usadas nela¹⁶ (CABRÉ, 1999, p.133).

Em um estudo terminológico de perspectiva comunicativa, a sinonímia, a polissemia e a homonímia passam a ser previstas, aceitas e tratadas. Segundo Cabré, a TCT seria

... uma macroteoria lingüística constituída por três teorias: uma teoria da gramática, que inclua a variação dialetal e funcional; uma teoria da aquisição, que explique em uma só proposta como se adquire o conhecimento e dê conta das correlações, identidades e diferenças entre as características e o processo de aquisição do conhecimento geral e o especializado em toda sua diversidade funcional; e uma terceira teoria da atuação, que recubra em um só modelo o uso geral e o especializado em toda sua variada amplitude (temática, perspectiva, nível de especialização, propósito comunicativo, propósito funcional, tipo de texto, tipo de discurso, etc.)¹⁷ (CABRÉ, 1999, p.120).

Em nosso trabalho, seguimos a TCT, uma vez que nosso objetivo não foi normalizar os termos da área do Comércio Internacional, mas tão-somente descrever uma parte da terminologia dessa área, observando de que modo se dava a equivalência entre os termos em

¹⁵ Los términos *no pertenecen a un ámbito* sino que *son usados en un ámbito* con un valor singularmente específico.

¹⁶ El *objetivo* de la terminología teórica es el de describir formal, semántica y funcionalmente las unidades que pueden adquirir valor terminológico, dar cuenta de cómo lo activan y explicar sus relaciones con otros tipos de signos del mismo o distinto sistema, para hacer progresar el conocimiento sobre la comunicación especializada y las unidades que se usan en ella.

¹⁷ (...) una macroteoría lingüística constituída por tres teorías: una teoría de la gramática que incluya la variación dialetal y funcional; una teoría de la adquisición que explique en una sola propuesta cómo se adquire el conocimiento y dé cuenta de las correlaciones, identidades y diferencias entre las características y el proceso de adquisición del conocimiento general y el especializado en toda su diversidad funcional; y una tercera teoría de la actuación que recoja en un solo modelo el uso general y el especializado en toda su variada amplitud (temática, perspectiva, nivel de especialización, propósito comunicativo, propósito funcional, tipo de texto, tipo de discurso, etc.).

francês e em português. Os termos que compuseram nosso objeto de estudo foram analisados em contexto, levando-se em conta a variação.

1.3 Terminografia

De acordo com a Norma ISO, a Terminografia define-se como uma “parte do trabalho terminológico que consiste no registro e apresentação dos dados terminológicos”¹⁸ (ISO, 2000, p.10).

Com vistas à elaboração de dicionários técnicos e científicos, tem como objetivo registrar unidades lexicais no nível da norma, ou seja, interessa-se apenas pelo conceito expresso pelo termo em determinada área de especialidade, não importando as diferentes acepções que possa ter em outras áreas.

Para que seu trabalho seja realizado, busca fundamentos teóricos na Terminologia, mantendo com esta uma relação de alimentação e realimentação, como explica Barros:

Os resultados de sua prática e de suas reflexões teóricas sobre o tratamento dos termos nos vocabulários validam ou põem em questão os fundamentos teóricos da Terminologia, contribuindo, assim, para uma realimentação científica desta última (BARROS, 2004, p.68).

Desse modo, Terminologia e Terminografia são ciências que se complementam no tratamento da unidade terminológica.

¹⁸ partie du travail terminologique (3.6.1) portant sur la consignation et la présentation des données terminologiques.

1.3.1 Aspectos metodológicos

1.3.1.1 Etapas iniciais

Na elaboração de obras terminográficas, é importante seguir um planejamento baseado em algumas decisões prévias. Sobre a organização de grandes projetos terminográficos, que normalmente são realizados por equipes de pesquisa, Krieger & Finatto afirmam:

A confecção de um “projeto piloto” ou de um “ensaio de glossário” é algo aconselhável, pois permite vivenciar as rotinas de trabalho numa escala menor, além de tornar possível a percepção antecipada de ajustes de tarefas e das funções de cada um (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.128).

Essa afirmação serve também para a realização de projetos menores, já que a metodologia seguida é basicamente a mesma, só diferindo na quantidade de dados com que os terminólogos trabalham.

De antemão, faz-se necessário refletir sobre a exequibilidade do projeto, ou seja, sobre o tipo de obra que se pretende fazer e se há condições científicas e materiais para sua realização. Tendo avaliado essas condições, recomenda-se decidir sobre os objetivos da mesma, que estão intimamente ligados ao público-alvo, uma vez que esses determinarão as características da obra e o tipo de informação que será veiculada nos verbetes, ou seja, se será uma obra mono, bi- ou multilíngüe, se será descritiva ou prescritiva etc. (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.36, 37).

Barros afirma que um terminólogo “pode lançar-se em um projeto de obra sobre um campo específico do saber que não conheça de modo aprofundado, bastando, para tanto, ter sólida formação em Terminologia” (BARROS, 2004, p.192). Entretanto, a familiarização com o objeto de estudo, isto é, com a área de especialidade com a qual se pretende trabalhar, também é fundamental para o bom desenvolvimento da pesquisa. Assim, a leitura de textos da área e o contato com especialistas podem auxiliar o terminólogo a ter uma idéia sobre a terminologia de determinada área, sobre os limites do campo e sobre as dificuldades que serão

encontradas. Esses conhecimentos básicos sobre a área de estudo certamente serão expandidos com o avançar das pesquisas e com o contato que o terminólogo for tendo com as fontes que comporão o *corpus* de análise.

De maior importância ainda é a escolha do modelo teórico que fundamentará a pesquisa. Se optarmos por dar um tratamento wüsteriano aos termos, os métodos empregados e o resultado final serão, certamente, diferentes daqueles trabalhos baseados na TCT.

Em nosso trabalho, optamos pela Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT, como já mencionado anteriormente, por considerarmos esse modelo mais adequado aos propósitos de nossa pesquisa.

1.3.1.2 Delimitação da nomenclatura

Após refletir sobre as questões mencionadas anteriormente, é de extrema importância delimitar a nomenclatura que irá compor uma obra, pois, de acordo com Barros,

(...) a interdisciplinaridade é uma característica das ciências e técnicas, o intercâmbio do saber conduz a um intercâmbio terminológico e o trabalho de levantamento dos termos certamente se deparará com problemas como o dos conceitos próprios do domínio, conceitos emprestados e conceitos que ultrapassam o domínio (BARROS, 2004, p.194).

Outra razão para se delimitar a nomenclatura de uma obra é o tempo de que o terminólogo dispõe para realizar a pesquisa. De fato, é preciso ter em mente que as línguas de especialidade são marcadas por riqueza léxica, como explicam Krieger e Finatto:

(...) além de nomes, substantivos em especial, outros elementos são também importantes quando reconhecemos e registramos uma terminologia num sentido amplo: adjetivos, verbos, sintagmas terminológicos e fraseológicos. Afinal, são também elementos integrantes de uma linguagem técnico-científica (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.129).

No entanto, como muitas vezes não é possível tratar toda a terminologia de uma área, é necessário escolher quais elementos serão alvo da pesquisa, ou seja, é preciso definir se o terminólogo apresentará em sua obra apenas substantivos ou também adjetivos, por exemplo.

Deve-se, ainda, ponderar se a obra conterá apenas unidades estritamente lingüísticas ou também apresentará símbolos ou outras formas.

Em qualquer pesquisa terminológica/terminográfica, os critérios adotados para se determinar o recorte que será dado à nomenclatura não podem ser arbitrários ou variáveis, principalmente quando se trabalha em equipe, pois a não-homogeneização desses critérios pode levar a incoerências no resultado final do trabalho.

Para realizar esse recorte na nomenclatura de uma área de especialidade, o terminólogo pode se valer de critérios qualitativos, com base na pertinência do termo à determinada área do conhecimento, ou quantitativos, ou seja, com base na freqüência de uso dos termos, e outros.

Pode ocorrer, todavia, que alguns termos levantados pelo critério estatístico não sejam pertinentes à pesquisa. Nesse sentido, o ideal seria conciliar critérios quantitativos e qualitativos. O importante é que se determine um critério para a delimitação da nomenclatura e que este seja aplicado igualmente a todos os termos.

Em nosso caso, como o período do Mestrado é de apenas dois anos, não seria possível tratarmos toda a riqueza vocabular própria do discurso do Comércio Internacional. Assim, para delimitar a nomenclatura de nosso dicionário, utilizamos critérios quantitativos, dos quais trataremos mais detalhadamente na metodologia de nosso trabalho (Cap. 2).

1.3.1.3 Escolha do *corpus*

Uma vez determinado o público-alvo e as características da obra, é possível iniciar mais concretamente a pesquisa. Para tanto, algumas etapas devem ser cumpridas, como o estabelecimento do *corpus* e a recolha e registro dos dados.

Entendido em Terminologia como um “conjunto de recursos orais e escritos relativos ao domínio estudado e que são utilizados em um trabalho terminológico”¹⁹ (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p.26), o *corpus* pode ser de diferentes tipos, os quais são agrupados por Berber Sardinha seguindo alguns critérios específicos, como *modo*, *tempo*, *seleção*, *conteúdo*, *autoria*, *disposição interna* e *finalidade*. Não pretendemos tratar aqui de toda a tipologia de *corpus* existente. Portanto, apenas mostraremos os tipos de *corpus* apresentados por Berber Sardinha segundo sua *finalidade*. Para o autor, um *corpus de estudo* é aquele que o pesquisador “pretende descrever”; um *corpus de referência* é aquele “usado para fins de contraste com o *corpus* de estudo” e, um *corpus de treinamento* ou *de teste* é “construído para permitir o desenvolvimento de aplicações e ferramentas de análise” (BERBER SARDINHA, 2004, p.21).

As fontes que comporão o *corpus* podem ser orais ou escritas, sendo recomendado que sejam indicadas por especialistas da área; pode-se também recorrer a *sites* de busca na Internet ou a livrarias e bibliotecas *on line*. Catálogos técnicos publicados por empresas, sistemas de classificação e normas internacionais também são preciosas fontes de informação (FELBER, 1984, p.275).

O *corpus* pode ainda compor-se de dicionários, glossários, vocabulários e bancos de dados. Contudo, Aubert afirma que dicionários monolíngües ou bilíngües de especialidade apresentam algumas deficiências que se manifestam “no já aludido viés do especialista, além

¹⁹ Ensemble des sources orales et écrites relatives au domaine étudié et qui sont utilisées dans un travail terminologique.

de assumirem um caráter por vezes normativo, que pode não corresponder ao uso efetivo constatável entre os diversos grupos de usuários (...)” (AUBERT, 1996, p.43). Desse modo, essas obras podem ser usadas como fontes primárias, devendo o terminógrafo buscar informações complementares em textos originalmente escritos em língua de partida, tais como manuais e textos sobre a área, revistas especializadas, publicações científicas, dentre outros, uma vez que permitem observar o termo em uso no discurso (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995).

É preciso, entretanto, cuidar para que as fontes que compõem o *corpus* sejam confiáveis e de boa qualidade, o que pode ser confirmado pelos especialistas da área. Afinal, a qualidade deve prevalecer sobre a quantidade.

O *corpus* utilizado em nossa pesquisa compõe-se de dicionários de língua geral e especializados (francês e português) e de bancos de dados multilíngues. Para a obtenção de contextos que confirmassem o conceito dos termos em discurso, recorreremos ao programa de busca *Google*.

1.3.1.4 Recolha e registro dos termos

1.3.1.4.1 Base de dados textuais

A grande vantagem do desenvolvimento informático para a elaboração de dicionários reside no fato de oferecerem aos dicionaristas grandes quantidades de dados aos quais eles podem ter acesso e na qualidade das ferramentas de que dispõem para tratar a informação (GRUNDY, 1996, p.129).

Cada vez mais se torna imprescindível a utilização da ferramenta informática em todas as áreas do saber e

A Lexicologia e a Terminografia são indubitavelmente as áreas do conhecimento humano que mais se beneficiaram com as informações propiciadas pelos *corpora* de língua escrita e falada e pelas ferramentas computacionais. Para configurar o leatório de um dicionário, por exemplo, são muito úteis, tanto para incluir palavras novas como para excluir palavras desusadas. E também: para detectar as diferentes acepções em que as palavras estão sendo utilizadas, para detectar as co-ocorrências entre os vocábulos, a combinatória sintática, etc. (BIDERMAN, 2001, p.92).

A Lingüística de *Corpus*, uma área de pesquisa que tem experimentado um crescimento vertiginoso nos últimos anos e que tem tido um impacto considerável na Lingüística, ocupa-se da exploração de grandes quantidades de dados textuais em formato eletrônico (*corpora*), por meio de programas de computador (BERBER SARDINHA, 2002). Trabalha com dados reais tão exaustivos quanto possível e que, portanto, possam reproduzir com a máxima fidelidade a realidade lingüística (BIDERMAN, 2001, p.81). Para tanto, uma das necessidades da pesquisa em Lingüística de *Corpus* é a existência de programas acessíveis e flexíveis, que permitam a investigação de uma gama ampla de questões lingüísticas.

A construção de imensas bases de dados textuais, também conhecidas como *corpora*, constitui um avanço de grande valia para o ofício de elaborar dicionários, pois possibilita ao pesquisador o acesso a milhões de dados, provenientes de diversos textos, sem maiores esforços. Para a Terminologia, *corpus* [textual] é um “conjunto de textos selecionados que servem de base para realizar uma análise terminológica”²⁰ (PAVEL; NOLET, 2002, p.106).

A coleta de textos pode ser feita pela captura via Internet ou pela utilização de um *scanner*. Esse sistema de coleta de textos elimina custos e diminui possibilidades de erros, sendo preciso apenas adaptar os arquivos importados ao formato exigido pelo programa utilizado.

²⁰ corpus textuel: Ensemble limité de textes servant de base à une analyse terminologique.

Para a montagem desses bancos e bases de dados textuais, os estudiosos da linguagem contam, atualmente, com programas que fazem mais do que um tratamento meramente quantitativo dos textos. Trata-se de programas que permitem a interação homem-máquina de modo a facilitar e otimizar não somente a busca e a organização, mas também a análise de dados lingüísticos, auxiliando, assim, sobremaneira na elaboração de dicionários, sejam eles de língua geral ou especializados. Alguns dos programas mais conhecidos são o **WordSmith Tools**, **Xtract**, **Tact** e **Hyperbase**.

As informações que acabamos de apresentar têm apenas a função de demonstrar a atual tendência em pesquisas terminológicas/terminográficas: a elaboração de grandes bases de dados textuais com o auxílio de ferramentas computacionais que facilitam a organização dos textos e a extração dos termos. Devido à exigüidade de tempo do Mestrado, não foi possível montarmos nossa própria base de dados textuais e, portanto, não utilizamos nenhuma das ferramentas que acabamos de citar. Os termos em francês foram coletados de dicionários disponíveis em formato eletrônico e, com o auxílio da programa de busca *Google*, os contextos foram extraídos de textos coletados na Internet.

1.3.1.4.2 Ficha terminológica

Quanto ao registro dos dados sobre cada termo, aconselha-se que seja efetuado em fichas individuais, as quais trazem o “registro completo e organizado de informações referentes a um dado termo”, ou seja, constituem um verdadeiro dossiê do termo (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.136).

De acordo com os objetivos do trabalho, o terminógrafo determinará quais dados deverão constar na ficha e elaborará um modelo compatível com os mesmos. Alguns dos principais dados sugeridos são: termo principal (sinônimos, se houver), contexto ou definição,

fonte, data de publicação da fonte, parâmetros gramaticais e domínio de aplicação (DUBUC, 1985, p.76).

Certamente nem todos esses dados precisam constar em uma ficha terminológica, assim como outros, além dos que acabamos de expor, podem ser incluídos. Desse modo, haverá diferentes tipos de ficha de acordo com os objetivos pretendidos, como afirmam Krieger & Finatto:

Cada trabalho, em suas especificidades, pode exigir um tipo distinto de ficha terminológica que, em linhas gerais, alimentará tipos diferentes de verbetes e de dicionários. Desse modo, não se pode imaginar que haja um modelo único de ficha que pudesse atender a todas as especificidades dos diferentes trabalhos. O fundamental é que esse documento, a ficha, seja um registro bem planejado com todas as informações coletadas e que essas informações sejam tanto facilmente recuperáveis quanto perfeitamente entendidas por todos os membros da equipe. Por isso, a ficha é tão importante para o andamento do trabalho (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.136).

Em suma, as fichas terminológicas são de extrema importância na elaboração de dicionários, pois estas armazenam de modo organizado todas as informações coletadas sobre o termo, permitindo, assim, que os dados necessários, sobretudo para a organização dos verbetes, sejam recuperados mais facilmente.

1.3.1.4.3 Base de dados terminológicos

Atualmente, já contamos com ferramentas computacionais que auxiliam na criação das fichas terminológicas e no armazenamento dos dados eletronicamente.

Sobretudo quando se trabalha com uma nomenclatura muito extensa ou com grandes quantidades de dados, contamos hoje com as bases e os bancos de dados terminológicos, definidos respectivamente como “conjunto estruturado de fichas terminológicas e organizado num sistema de informação eletrônica”²¹ (ISO 1087, 1990, p.12) e um “conjunto de bases de

²¹ base de données terminologiques: Ensemble structuré de fiches terminologiques (6.1.3) et constitué en système d’information électronique.

dados ligadas de forma lógica e colocadas à disposição dos usuários”²² (PAVEL; NOLET, 2002, p.104). Neles, são armazenados os dados relativos ao conjunto de termos tratados em uma pesquisa terminológica.

Para cada termo é destinada uma ficha eletrônica, sendo que em cada campo desta são registrados dados específicos. Existem inúmeros *softwares* que permitem a criação deste tipo de base. O mais utilizado pelos usuários de produtos Microsoft é o Access 2000, também adotado por nós neste trabalho.

O Access é um sistema de gerenciamento de banco de dados que pode ser utilizado para armazenar e organizar os mais diversos tipos de dados. Tais dados são armazenados, inicialmente, em **tabelas**. Posteriormente, para interagir com o banco de dados utilizando uma interface gráfica mais aprimorada, são criados **formulários**. Ainda podem ser criados **relacionamentos** entre as tabelas e planilhas de **consultas** de dados, que fornecem as respostas a determinadas perguntas. Para resumir as informações e imprimir os dados, o terminólogo pode criar **relatórios** ou **gráficos**.

1.3.2 Diferentes tipos de repertório

De acordo com a natureza das informações e a quantidade de termos veiculados em uma obra, podemos identificar diferentes tipos de repertórios. Como estamos elaborando uma obra terminográfica bilíngüe francês-português do Comércio Internacional, faz-se necessário situá-la no âmbito de uma tipologia.

Devido ao fato de não haver consenso entre os lexicógrafos e terminólogos quanto às classificações tipológicas das obras, apresentaremos, a seguir, definições, propostas por alguns autores, de *dicionário terminológico* ou *técnico*, *vocabulário*, *léxico* e *glossário*, para melhor identificarmos, do ponto de vista tipológico, nosso trabalho.

²² banque de données: Ensemble de bases de données logiquement reliées et mises à la disposition des usagers.

A Norma ISO 1087 (2000) distingue as seguintes obras:

3.7.1 dicionário terminológico/dicionário técnico

conjunto de verbetes terminológicos (3.8.2) que registram informações relativas aos conceitos (3.2.1) ou às designações (3.4.1) de um ou vários domínios (3.1.2) particulares (ISO, 2000, p.12).

3.7.2 vocabulário

dicionário terminológico (3.7.1) que contém designações (3.4.1) e definições (3.3.1) extraídas de um ou vários domínios (3.2.1) particulares.

Nota: Um vocabulário pode ser monolíngüe, bilíngüe ou multilíngüe (*idem, ibidem*).

3.7.3 glossário

dicionário terminológico (3.7.1) que contém uma lista de designações (3.4.1) de um domínio (3.1.2) com seus equivalentes em uma ou várias línguas²³ (*idem, ibidem*).

Analisando essa classificação, temos a impressão de que, para a Norma ISO 1087 de 2000, *dicionário terminológico* ou *técnico* seria o termo mais genérico para se referir a obras que registram a nomenclatura de uma área de especialidade, sendo que essas obras podem ser, de modo mais específico, um *vocabulário* ou um *glossário*.

O *vocabulário* caracteriza-se por apresentar os termos de uma área de especialidade e suas definições, com a particularidade de poder ou não apresentar equivalentes em outras línguas. No entanto, apesar de *dicionário terminológico* ser o hiperônimo de *vocabulário*, não fica muito clara a distinção entre esses dois repertórios. Quanto à definição de *glossário*, de acordo com a Norma ISO 2000, este apresenta apenas uma lista de termos com seus equivalentes, sem, contudo, defini-los.

A nosso ver, a distinção que a Norma ISO 1087 de 2000 faz entre os repertórios acima descritos é um pouco confusa, deixando margem a dúvidas.

Em Boutin-Quesnel (1985) encontramos a distinção entre vinte e quatro repertórios.

²³ 3.7.1 dictionnaire terminologique/dictionnaire technique: ensemble d'articles terminologiques (3.8.2) répertoriant des informations relatives à des concepts (3.2.1) ou des désignations (3.4.1) d'un ou plusieurs domaines (3.1.2) particuliers.

3.7.2 vocabulaire: dictionnaire terminologique (3.7.1) contenant des désignations (3.4.1) et des définitions (3.3.1) tirées d'un ou plusieurs domaines (3.2.1) particuliers.

Note Un vocabulaire peut être unilingue, bilingue ou multilingue.

3.7.3 glossaire: dictionnaire terminologique (3.7.1) qui contient une liste de désignations (3.4.1) d'un domaine (3.2.1) avec leurs équivalents dans une ou plusieurs langues.

Porém, como não é possível (e tampouco é o objetivo deste capítulo) discutir, no âmbito desta dissertação, de modo aprofundado, todas as diferentes classificações tipológicas, abordaremos aqui apenas aquelas que nos auxiliaram na caracterização da obra que elaboramos. Sendo assim, apresentamos abaixo a distinção entre os seguintes tipos:

3.1.1.7. dicionário terminológico. Dicionário que apresenta a terminologia de um ou de vários domínios (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p.29).

3.1.2. vocabulário. Repertório que arrola os termos de um domínio e que descreve os conceitos designados por esses termos por meio de definições ou ilustrações (*idem, ibidem*, p. 29).

3.1.3. léxico. Repertório que arrola os termos acompanhados de seus equivalentes em uma ou várias línguas, e que não apresenta definições (*idem, ibidem*, p. 30).

3.1.4. glossário. Repertório que define ou explica termos antigos, raros ou pouco conhecidos²⁴ (*idem, ibidem*).

Como se pode perceber, o hiperônimo de *dicionário terminológico* é *dicionário*, definido pelo mesmo autor como “repertório de unidades lexicais que contém informações de natureza semântica, nocional, referencial, gramatical ou fonética”²⁵ (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p.29). Desse modo, resgatando o conceito de dicionário, temos a impressão de que um dicionário terminológico traz mais informações do que um vocabulário, mas ambos apresentam a terminologia de uma área de especialidade e suas definições, enquanto que o *léxico* não traria definições, mas tão-somente os equivalentes em outras línguas. Já o glossário define vocábulos antigos, raros ou desconhecidos e não a terminologia de uma área de especialidade. Nota-se, contudo, que faltam a essas definições mais dados sobre o tipo de informações que realmente seriam veiculadas em cada obra, o que acaba provocando ambigüidades e dificuldades de compreensão das diferenças tipológicas.

²⁴ 3.1.1.7 dictionnaire terminologique: dictionnaire qui présente la terminologie d’un ou de plusieurs domaines.

3.1.2 vocabulaire: répertoire qui inventorie les termes d’un domaine, et qui décrit les notions désignées par ces termes au moyen de définitions ou d’illustrations.

3.1.3 lexique: répertoire qui inventorie des termes accompagnés de leurs équivalents dans une ou plusieurs autres langues, et qui ne comporte pas de définitions.

3.1.4. glossaire. Répertoire qui définit ou explique des termes anciens, rares ou mal connus.

²⁵ 3.1.1 dictionnaire: Répertoire d’unités lexicales qui contient des informations de nature sémantiques, notionnelle, référentielle, grammaticale ou phonétique.

Pavel & Nolet (2002) apresentam a definição dos seguintes repertórios:

- **Léxico:** repertório bilíngüe ou multilíngüe de termos pertencentes a um domínio de conhecimento, e que não apresenta definições (PAVEL; NOLET, 2002, p.111).
- **Vocabulário terminológico:** repertório monolíngüe, bilíngüe ou multilíngüe de termos próprios a um domínio especializado que apresenta definições ou outros tipos de dados textuais referentes aos conceitos²⁶ (*idem, ibidem*, p.118).

Fica claro, nessas definições, que *léxico* e *vocabulário terminológico* registram unidades terminológicas de um domínio especializado, sendo a maior diferença entre eles a presença ou não de definições. De acordo com Pavel & Nolet, o *léxico* forneceria apenas uma lista de termos e seus equivalentes em outras línguas; já o *vocabulário terminológico* não necessariamente apresentaria os equivalentes em outros idiomas, mas sempre forneceria as definições dos respectivos termos.

Barros (2004) propõe outra classificação tipológica das obras lexicográficas e terminográficas, vistas enquanto objeto definido. Assim temos:

- **dicionário terminológico** (termo concorrente: vocabulário): situa-se no nível da(s) norma(s), registrando unidades terminológicas de um ou de vários domínios de especialidade. Apresenta, obrigatoriamente, definições, mas nenhum dado enciclopédico (BARROS, 2004, p.144).
- **glossário** (termo tolerado: dicionário bilíngüe, dicionário multilíngüe): pode situar-se tanto no nível do sistema como no da(s) norma(s). Sua principal característica é não apresentar definições, mas tão-somente uma lista de unidades lexicais ou terminológicas acompanhadas de seus equivalentes em outras línguas (*idem, ibidem*).
- **léxico:** situa-se no nível de uma norma, uma vez que lista unidades lexicais, terminológicas ou qualquer outro tipo de expressão utilizada pelo autor que se considere de difícil compreensão do público leitor de uma obra. Nesses casos, o léxico figura normalmente como apêndice da obra e apresenta as unidades lexicais seguidas de suas definições (*idem, ibidem*).

A diferença que se pode depreender da comparação entre *dicionário terminológico* e *glossário* na proposta de Barros é que o primeiro forneceria definições dos termos, enquanto

²⁶ *lexique* : Répertoire bilingue ou multilingue de termes appartenant à un domaine de connaissances, et ne comportant pas de définitions.

vocabulaire terminologique : Répertoire unilingue, bilingue ou multilingue de termes propres à un domaine spécialisé, qui comprend des définitions ou autres types de justifications textuelles des concepts concernés.

que o segundo não. Quanto ao léxico, este apresentaria apenas uma lista de termos próprios de um autor, por exemplo, e não de uma área de especialidade.

Vale lembrar que a autora se propõe a apresentar somente uma classificação básica, ou melhor, de tipos básicos de repertórios, já que vários podem ser os elementos combinados em uma obra.

Segundo Barros,

Não há homogeneidade, em nível internacional, no que concerne à tipologia de obras lexicográficas e terminográficas e sua terminologia designativa. É na linha de um *continuum* de características tipológicas que os lexicógrafos e terminólogos trabalham e tomam decisões sobre suas obras e títulos (BARROS, 2004, p.150).

Quando da elaboração do nosso projeto de pesquisa, não tínhamos a intenção de apresentar definições, por essa razão, naquela ocasião optamos por denominar nossa obra “glossário”. Contudo, posteriormente, notamos que, para nosso público-alvo (tradutores), seria de grande importância a presença de conteúdo definitório, porém, devido à exigüidade de tempo, não seria possível redigir definições próprias. Assim, pensando em conciliar os interesses do público-alvo e nossas condições de trabalho, decidimos que não redigiríamos definição própria, mas apresentaríamos contextos definitórios de outros autores tanto em francês quanto em português.

Portanto, após determinarmos as características de nossa obra, baseados nas informações apresentadas, concluímos que, enquanto objeto descrito, essa se caracteriza, no sentido empregado por Pavel & Nolet e por Barros, como um “dicionário terminológico”. Como a definição de “dicionário terminológico” para os autores supracitados é bastante semelhante à definição de “vocabulário” na Norma ISO 1087 e em Boutin-Quesnel, consideramos como termo tolerado “vocabulário”. Contudo, enquanto objeto denominado, chamaremos nossa obra de “Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional”.

A questão do número de idiomas, embora não seja abordada pelos autores dessas definições, não se contrapõe aos diferentes tipos de obras. De fato, um dicionário terminológico pode ser mono-, bi- ou multilíngüe.

1.3.3 O Dicionário: partes estruturais

1.3.3.1 Macro e microestrutura

Compreende-se por macroestrutura “o conjunto das partes principais que compõem a obra, além de ser também sua concepção geral”²⁷ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.27). De acordo com esse mesmo autor, a macroestrutura de uma obra pode ser composta de uma **introdução**, em que o terminólogo explique as características e o conteúdo da obra, do **corpo da obra**, ou seja, os verbetes completos e dos **anexos**, em que se apresente a bibliografia ou quaisquer outras informações que não poderiam ser encaixadas no corpo da obra. Ressaltamos, porém, que a introdução e os anexos são opcionais. É também no nível da macroestrutura que se observa toda a organização dos verbetes, ou seja, se estão em ordem alfabética ou sistemática ou ainda se estão divididos por tema, por exemplo.

Já a microestrutura concerne à “organização dos dados em cada uma das entradas de um repertório”²⁸ (ISO 1087, 2000, p.13). Esta pode variar de uma obra para outra, mas deve ser constante no interior de uma mesma obra. De fato, para haver uma homogeneidade do repertório, é preciso que o programa de informações seja previamente estabelecido e seja constante.

O verbete mínimo é composto de uma entrada e uma definição, entretanto, os dados podem ir muito além do verbete mínimo. O mais importante é que as definições veiculem, de

²⁷ es el conjunto de las partes principales que componen la obra, pero es también su concepción general.

²⁸ organisation des données dans chacune des entrées d'un repertoire.

forma simples e precisa, as informações necessárias a uma boa compreensão do conteúdo semântico-conceitual do termo-entrada.

1.3.3.2 Sistema de remissivas

Uma remissiva “é a indicação de uma relação *recíproca* (mas não equitativa) entre dois termos; um termo remete a outro, com o qual está relacionado por alguma razão, e este segundo, por sua vez, remete ao primeiro”²⁹ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.73).

Algumas entradas, por exemplo, não são definidas na macroestrutura. Nesses casos, utiliza-se, por exemplo, V. (Ver), cuja função é remeter o leitor ao verbete principal, o qual deverá transmitir as informações relativas à unidade terminológica procurada pelo consulente.

Na microestrutura, a remissiva pode assumir diversas formas, como: *cf.* (confronte, compare), *q.v.* (queira ver), V. (Ver), negrito, asterisco, número de série, símbolo de classificação, índice, entre outros.

O asterisco, por exemplo, colocado logo após uma unidade lexical empregada em uma definição, indica ao leitor que aquela unidade lingüística é entrada de um verbete, no qual é definida.

Já o número de série, colocado entre parênteses logo após o enunciado lexicográfico, indica o lugar de um verbete na cadeia formada por todos os verbetes (de um dicionário) dispostos em ordem alfabética. Nos vocabulários sistemáticos, o número de série pode ser substituído pelo símbolo de classificação, o que permite ao leitor saber onde tais unidades terminológicas se encontram no sistema de noções (BARROS, 2004, p.186).

Enfim, o sistema de remissivas pode estar presente tanto na macro quanto na microestrutura e sua organização varia de uma obra para outra de acordo com a natureza,

²⁹ (...) es la indicación en el texto de una entrada de una relación *recíproca* (pero no necesariamente equitativa) entre dos términos; un envía a otro con el cual está relacionado por algún motivo, y este segundo remite a su vez al primero.

funções e tipo de obra. Entretanto, a eficácia e a operacionalidade desse sistema dependem da determinação de critérios de organização coerentes.

1.4 Terminologia Bilíngüe e Tradução

1.4.1 Relação de complementaridade

Segundo Cabré, a Terminologia “contribui para tornar mais eficaz a comunicação entre especialistas”³⁰ (CABRÉ, 1993, p.106). Se essa comunicação se der entre falantes de línguas diferentes, a Terminologia bi- e multilíngüe passa a manter estreita relação com a Tradução, na medida em que traduzir implica, primeiramente, uma compreensão do conteúdo do texto e, portanto, a compreensão dos termos na língua de partida (CABRÉ, 1993, p.107).

Os tradutores, sobretudo de textos de áreas técnicas, são os principais usuários de obras resultantes da prática terminológica: os dicionários e bases de dados terminológicos mono, bi- e multilíngües.

Sobre o papel da Terminologia na vida de um tradutor, Vega afirma que

(...) o mais importante na educação do futuro tradutor com relação à terminologia é ensiná-lo e habitué-lo a ser usuário, convertê-lo em usuário empedernido de Lexicografia e de documentação terminológica: bases de dados, tesouros, glossários etc; colocá-lo a par das produções existentes, dos centros de produção terminográfica, das últimas técnicas de gestão de glossários, de bases de dados, programas etc., para proporcionar-lhe as condições para um exercício exato e fiel da tradução”³¹ (VEGA, 1995, p.69).

Assim, Terminologia e Tradução complementam-se em seus fazeres.

³⁰ contribuye a hacer más eficaz la comunicación entre especialistas.

³¹ lo más importante en la educación del futuro traductor con relación a la terminología es enseñarle y habituarle a ser usuario, convertirle en un usuario empedernido de lexicografía y documentación terminológica: base de datos, tesouros, glosarios, etc.; ponerle al corriente de las producciones existentes, de los centros de producción terminográfica, de las últimas técnicas de gestión de glosarios, de base de datos, programas, etc., para proporcionarle las condiciones para un ejercicio exacto y fiel de la traducción.

1.4.2 Identidades distintas

A Terminologia e a Tradução, embora se conduzam por caminhos distintos, “no *fazer* tradutório, bem como no *fazer* terminológico, esses mesmos caminhos se cruzam e se entrecruzam”, afirma Aubert (1996, p.13). Deve-se, contudo, atentar para o fato de que o princípio básico que norteia a pesquisa terminográfica bilíngüe ou multilíngüe é que fazer Terminologia não é fazer Tradução, como nos explica Cabré:

(...) fazer terminologia não é, de modo algum, traduzir as formas de uma língua para outra baseando-se em algumas denominações pretendidamente equivalentes, mas colher as denominações que os usuários de uma língua efetivamente empregam para se referirem a um determinado conceito e, em último caso, cabe propor alternativas de denominação a situações mal resolvidas pelos falantes³² (CABRÉ, 1992, p.246).

Apesar da relação de complementaridade que as duas atividades mantêm entre si, “as relações entre Tradução/Terminologia não se estabelecem, na realidade cotidiana, de maneira tão simples, direta e unidirecional” (AUBERT, 1996, p.14), sendo a Tradução “tão antiga quanto os primeiros contatos entre povos de línguas distintas”, enquanto que

(...) a Terminologia, entendida como estudo descritivo e sistematizador dos vocábulos das línguas de especialidade, constitui área de estudos relativamente recente e a produção de materiais terminológicos, particularmente em forma bilíngüe, é ainda, em muitos domínios, apenas incipiente (*idem, ibidem*).

Nosso trabalho caracteriza-se como uma pesquisa em Terminologia e não em Tradução. Portanto, nosso dever é o de encontrar os termos equivalentes efetivamente empregados pelos especialistas da língua de chegada e não traduzir um termo.

³² ... hacer terminología no es en ningún caso traducir las formas de una lengua a otra sobre la base de unas denominaciones pretendidamente equivalentes, sino recoger las denominaciones que los usuarios de una lengua emplean realmente para referirse a un concepto y, en último término, si cabe, proponer alternativas de denominación a casos mal resueltos por los hablantes.

1.4.3 Orientações metodológicas para a busca de equivalentes

No que concerne à metodologia da investigação bilíngüe ou multilíngüe, vários terminólogos recomendam que todos os procedimentos seguidos em uma investigação monolíngüe sejam seguidos da mesma forma em cada língua com as quais se esteja trabalhando. Desse modo, um verdadeiro trabalho bilíngüe consistiria em

aplicar, para cada língua, o mesmo procedimento que sucintamente consta de: inventário dos recursos terminográficos, busca da documentação apropriada, sistematização de termos em fichas, etc.³³ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.54).

No entanto, esse processo apresenta inconvenientes, uma vez que é longo e, geralmente, o mercado exige uma certa agilidade na elaboração das obras bilíngües.

Outra possibilidade metodológica, então, é partir de uma nomenclatura preestabelecida, ou seja, determinar uma nomenclatura em LP e buscar seus equivalentes em LC. Esse procedimento é considerado como totalmente normal por centros especializados em Tradução e também é o mais adotado nos projetos terminográficos multilíngües. De acordo com o Grupo de Trabalho em Terminologia e Documentação da Conferência dos Estados Membros da Europa Ocidental – CST, com sede na Suíça, os seguintes passos metodológicos na pesquisa multilíngüe, que valem também para a pesquisa bilíngüe, devem ser adotados:

- 1.(...) definição precisa dos conceitos na língua de partida
- 2.(...) identificar as denominações nas línguas de chegada, apoiando-se em uma documentação original³⁴(GROUPE, 1990, p.08).

Nesse sentido, a pesquisa garante o mesmo rigor científico, sendo também mais objetiva e prática, além de obter resultados rapidamente.

Para se identificarem os equivalentes entre duas línguas, são de grande importância os contextos, pois é neles que se atualizam os descritores que atestam a analogia dos conceitos

³³ (...) aplicar, para cada lengua, el mismo procedimiento que sucintamente consta de: inventario de los recursos terminográficos, búsqueda de la documentación apropiada, vaciado de términos en fichas, etc.

³⁴ (...)la définition précise des notions dans la langue de départ. (...)établir les dénominations dans les langues cibles en s'appuyant sur une documentation originale.

em uma outra língua, chamados por Dubuc (1985, p.57) *ganchos terminológicos*. A presença de um gancho terminológico é, segundo o autor, necessária para a plena validade de uma ficha terminológica bilíngüe. Ocorrem, porém, situações em que os ganchos não são evidentes.

Nesses casos,

em não havendo um gancho explícito, é preciso extrair do sentido global dos contextos um gancho implícito que ateste a paridade entre os conceitos. Todavia, somente um especialista poderá julgar a validade de uma ficha sem gancho terminológico explícito”³⁵ (*idem, ibidem*, p.58).

Um gancho terminológico pode também ser constituído de ilustrações que constam de catálogos, sendo essas eficazes, por exemplo, para se detectar determinado tipo de objeto.

A correspondência formal das unidades terminológicas, embora seja de grande utilidade à identificação de equivalências, não pode ser considerada de modo absoluto como um gancho terminológico. É preciso que se compare o **conteúdo semântico** dos prováveis equivalentes. De fato, ao se considerar como equivalente um termo descontextualizado, corre-se o risco de se cair em falsos cognatos.

1.4.4 Fontes dos dados terminológicos

1.4.4.1 Os dicionários como fontes primárias

As definições em língua de chegada podem ser extraídas de dicionários especializados e é aconselhável consultar o maior número possível dessas obras, tentando, assim, abranger todo o domínio estudado. Contudo, nem todos os dicionários trazem definições adequadas, com o tipo de informação desejada para os propósitos da pesquisa. É preciso, assim, comparar as diversas definições existentes sobre um termo e, com base em todas as coletadas, verificar

³⁵ Faute d'un crochet explicite, il faut que se dégage du sens global des contextes un crochet implicite qui atteste l'appariement des notions. Généralement, seul un spécialiste peut juger de la validité d'une fiche sans crochet terminologique explicite.

se os termos da LP e da LC são equivalentes. Pode-se também recorrer a dicionários de língua geral e a enciclopédias. Normas internacionais também são boas fontes de informação (AUGER; ROUSSEAU, 1978, p.38).

Para a pesquisa de equivalências, a utilização de dicionários, sobretudo bilíngües, como *corpus* é questionada por alguns lexicógrafos e terminólogos. Porém, podem ser adotadas abordagens alternativas que, de acordo com Aubert (1996),

gerassem, em tempo mais curto, bases de dados utilizáveis no contexto bilíngüe. Tal base de dados – que denominaríamos ‘bases terminológicas de primeiro nível’ - poderia ser constituída a partir dos materiais lexicográficos já existentes sob forma de dicionários especializados monolíngües ou bilíngües (AUBERT, 1996, p.90).

Assim, obras terminográficas bilíngües podem ser utilizadas como fontes de pesquisa em primeira instância, devendo-se, posteriormente, consultar obras monolíngües que confirmem o uso de cada termo. Essa recomendação, feita por Aubert, deve-se ao fato de que obras bilíngües não são totalmente satisfatórias na busca de equivalências, uma vez que, geralmente, não trazem os contextos em que os termos são empregados. Portanto, as equivalências fornecidas por obras bilíngües só podem ser levadas em consideração após a confirmação pelo estudo comparado das definições e dos contextos.

Já documentos normalizados elaborados por equipes de especialistas podem ser utilizados sem desconfianças, uma vez que apresentam o jargão efetivamente empregado no ambiente de trabalho (AUGER, ROUSSEAU, 1978, p.38).

1.4.4.2 *Corpus* textuais

Outra fonte de informação a que os terminólogos podem recorrer na busca de equivalentes são os *corpus* textuais, ou seja, “uma coleção de textos digitalizados usados na pesquisa lingüística” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.140). Estes nos permitem ter acesso a contextos reais em que os termos são empregados.

Embora a utilização desses *corpus* textuais nos permita coletar termos e contextos de modo mais rápido e eficaz, o trabalho terminológico não dispensa a intervenção de um terminólogo bem treinado. As novas ferramentas computacionais auxiliam o terminólogo no sentido de ganho de tempo, contudo, somente o olho clínico e os conhecimentos desse especialista permitirão a realização de um trabalho eficaz. Afinal de contas, a máquina apenas obedece aos comandos do homem.

1.4.5 Graus de equivalência terminológica

1.4.5.1 Comparando realidades distintas

Na comparação dos sistemas lingüísticos de duas línguas, Clas (1996) afirma que o lexicógrafo ou terminólogo pode se deparar com três situações típicas:

- a realidade para a língua fonte e a língua alvo é a mesma;
- a realidade só existe na língua alvo;
- a realidade permite equivalências aproximativas entre a língua fonte e a língua alvo³⁶ (CLAS, 1996, p.210).

O primeiro e o último casos descritos por Clas são chamados por Dubuc, respectivamente, de *equivalência* e *correspondência*, dos quais trataremos mais adiante.

Além dessas três situações, destacamos ainda algumas outras com as quais o terminólogo pode se deparar durante a elaboração de obras terminográficas bilíngües. Pode ocorrer que “a palavra exista como elemento do léxico nas duas línguas, mas que não ocupe exatamente o mesmo espaço no universo cultural dos falantes das duas comunidades”³⁷ (SZENDE, 1996, p.120). Citamos como exemplo a palavra *vaca* na Índia e no Brasil. Em

³⁶ - la réalité pour la langue source et la langue cible est la même ; - la réalité n'existe que dans la langue cible ; - la réalité permet des équivalences approximatives entre la langue source et la langue cible.

³⁷ Il arrive que le mot existe bien en tant qu'élément du lexique dans les deux langues, mais qu'il n'occupe pas tout à fait la même place dans l'univers culturel des locuteurs des deux communautés.

ambos os países existe o referente *vaca*, porém, na Índia é considerado um animal sagrado, enquanto que, no Brasil, é apenas um animal que nos fornece alimento, como leite e carne.

Em casos como esse, o dicionário deveria apresentar marcas que alertassem o tradutor (ou usuário em geral) sobre a diferença cultural existente entre os termos em cada país, para que, assim, evite-se empregar, na língua de chegada, termos suscetíveis de despertar associações não desejáveis ou até desagradáveis. Szende (1996) lembra, porém, que “antes de assinalá-las [as marcas de uso], o lexicógrafo deve assegurar-se de que se tratam de conotações coletivas e não conotações individuais”³⁸ (*idem, ibidem*).

Esse mesmo autor ressalta ainda que “todo léxico comporta incoerências, redundâncias e vazios. Mas ainda que incompletos e dissimétricos, os sistemas lexicais coincidem com as maiores necessidades de seus locutores”³⁹ (*idem, ibidem*, p.113). Assim, se em uma língua um objeto foi nomeado, é porque este desempenha um papel importante naquela cultura, enquanto que, se em outra língua esse mesmo objeto não é nomeado, é porque não há interesse por parte dos falantes com relação a ele, como no caso da neve para os esquimós, que possuem 53 unidades lexicais para designar os diferentes estados da neve, enquanto que, no Brasil, país tropical onde raramente neva, só conhecemos a unidade léxica “neve”.

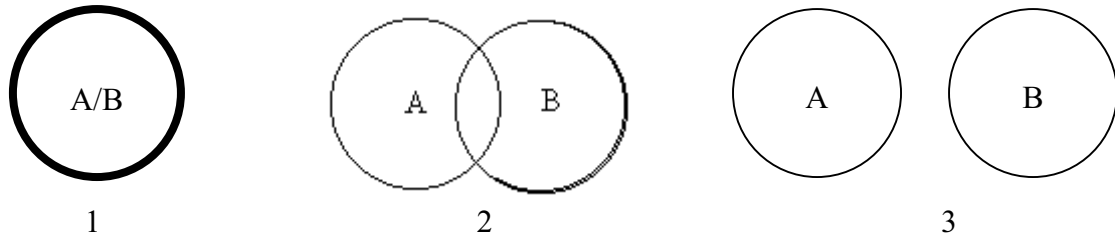
Ainda podem ocorrer situações em que:

- para expressar o mesmo conceito, uma língua possua várias palavras;
- uma língua use uma única palavra para designar algo que, em outra língua, é expresso por uma paráfrase;
- uma língua faça distinção de gênero e a outra não (*idem, ibidem*, p.112-114).

³⁸ (...) avant de les signaler, le lexicographe doit s’assurer qu’il s’agit bien de connotations collectives et non pas de connotations individuelles.

³⁹ Tout lexique comporte des incohérences, des redondances et des vides. Mais bien qu’incomplets et dissymétriques, les systèmes lexicaux coïncident avec les besoins majeurs de leurs locuteurs.

As três principais relações de equivalência podem ser visualizadas no esquema abaixo:



O primeiro conjunto ilustra dois termos totalmente equivalentes, ou seja, um termo recobre totalmente o campo de significação do outro; o segundo ilustra dois termos correspondentes, isto é, um termo recobre parcialmente o campo de significação do outro; e o terceiro ilustra dois termos em que não há nenhuma relação de equivalência.

Nos capítulos que se seguem, apresentaremos, mais detalhadamente, como ocorrem essas três relações de equivalência e de que modo o terminólogo pode lidar com elas na elaboração de uma obra terminográfica.

1.4.5.2 Equivalência total

Para Dubuc, termos de línguas diferentes são equivalentes (perfeitos, totais) se têm “uma **identidade** quase **completa** de **sentido** e de **uso** no interior de um mesmo domínio de aplicação”⁴⁰ (DUBUC, 1985, p.69).

Nesse sentido, segundo Dubuc, para identificarmos dois termos como sendo equivalentes perfeitos deve-se observar: a) se há identidade de sentido entre os termos; b) se esses se situam no mesmo nível de língua sociolingüístico; c) se há identidade de uso entre os termos. Assim, dá-se equivalência perfeita (total) quando a relação mantida entre dois termos de idiomas diferentes atende aos **três critérios** acima mencionados, ou seja, os termos possuem mesmo conteúdo semântico, pertencem ao mesmo nível de língua e apresentam o

⁴⁰ (...) une identité à peu près complète de sens et d’usage à l’intérieur d’un même domaine d’application.

mesmo uso por parte dos especialistas nos dois idiomas confrontados (DUBUC, 1985, p.55-56).

O autor ressalta, porém, que, ainda que cada língua não examine um conceito sob o mesmo ângulo, pode haver equivalência. Por exemplo, em uma língua pode ocorrer que a denominação que representa certa realidade enfatize o **efeito** desta realidade, enquanto que, em outro idioma, a ênfase se dê sobre a **causa**. Mesmo assim, de acordo com Dubuc, a equivalência entre os termos não ficaria comprometida.

1.4.5.3 Equivalência parcial

Há equivalência parcial ou correspondência quando “o termo da língua A só recobre parcialmente o campo de significação do termo da língua B e vice-versa”⁴¹(DUBUC, 1985, p.69), ou, ainda, quando um dos termos se situa em um nível de língua diferente de seu homólogo da outra língua. Para se referir a casos de solução aproximativa por causa de conceptualizações diferentes, Lerat (1995) prefere falar em **equivalentes funcionais** em vez de equivalentes parciais ou correspondentes (LERAT, 1995, p.95). Na opinião do autor, não é muito clara a distinção entre equivalência total, parcial e nula, visto “ser preciso proceder a uma análise dos traços semânticos de cada termo, tarefa pouco própria à quantificação”⁴² (*idem, ibidem*).

Às vezes, em uma dada língua, só existe o termo genérico e não os específicos ou vice-versa. De acordo com Alpizar-Castillo:

Isso depende das necessidades de precisão denominativa que possuem os falantes dos diversos sistemas lingüísticos, de acordo com a forma como estruturam seus sistemas conceituais sobre o universo extralingüístico e suas relações objetivas e subjetivas com ele. E isso não é uma característica particular dos tecnoletos, estando também presente na língua geral⁴³ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.102).

⁴¹ (...) le terme A ne recouvre que partiellement le champ de signification du terme de la langue B, ou vice versa.

⁴² (...) il faut procéder à une analyse en traits sémantiques, tâche particulièrement peu propre à la quantification.

⁴³ Ello está en dependencia de las necesidades de precisión denominativa que encaren los hablantes de los diversos sistemas lingüísticos, a partir de la forma en que tienen estructurados sus sistemas de nociones sobre el universo extralingüístico y sus relaciones objetivas y subjetivas con él. Esto, por demás, no es una característica particular de los tecnoletos, sino está presente en la lengua general.

Quando, em dada língua, só há o termo genérico, por exemplo, pode-se, segundo alguns terminólogos, apresentar este como sendo equivalente dos termos específicos. Em Terminologia, essa diferença de recorte pode se dar devido a diferentes visões conceituais e referenciais dos especialistas do domínio.

O mais aconselhável ao terminólogo que se depara com situações como essas é que este apresente em seu trabalho “as marcas de uso sociolingüístico que particularizam o valor das acepções”⁴⁴ (DUBUC, 1985, p. 73) para que o leitor possa perceber o alcance da correspondência entre os termos, em que situações são empregados. O terminólogo também pode apresentar em sua obra as marcas lógicas, que definem as relações entre os termos em: genérico, específico, causa, efeito, parte, todo, noção partitiva, noção integrante etc (*idem*, *ibidem*, p.56-57).

Como se sabe, “a grande maioria dos signos de duas línguas não são equivalentes; eles podem designar realidades múltiplas e geralmente bastante diferentes”⁴⁵ (SZENDE,1996, p.115), ou seja, o que ocorre com frequência são as correspondências (equivalentes parciais). De fato, pode ocorrer até um vazio de equivalência entre línguas diferentes.

1.4.5.4 Não-equivalência

Quanto à não-coincidência entre termos de línguas diferentes, Auger (1978, p.41) afirma que esse fenômeno pode se dar por várias razões, tais como:

- o levantamento das nomenclaturas em cada língua se deu de forma diferente;
- a documentação em uma língua é mais pobre que na outra, ou situam-se em níveis de língua diferentes, assim, seria preciso buscar novas fontes;

⁴⁴ les marques d’usage qui limitent la portée du terme.

⁴⁵ La grande majorité des signes de deux langues ne sont pas équivalentes; ils peuvent désigner des réalités multiples et souvent fort différentes.

- um conceito não existe na outra língua, visto que cada cultura recorta de maneiras diferentes uma mesma realidade.

Se for comprovado que a falta de equivalência deve-se à diferença de recorte que cada cultura faz da realidade, Szende afirma que o dicionarista “proporá uma glosa contextual”, uma vez que “o real só existe no universo cultural e no léxico do falante da língua de partida”⁴⁶ ou vice-versa (SZENDE, 1996, p.119). Pode-se, ainda, recorrer aos empréstimos, desde que sejam apresentadas as informações necessárias para o bom entendimento do usuário, ou à criação de neologismos.

É importante, no entanto, ressaltar que o dicionário não deve temer o vazio. Não é recomendável apresentar como equivalentes termos que não tenham sido atestados em alguma referência, seja ela oral ou escrita. É preferível deixar um vazio durante certo tempo até que se possa proceder a uma análise mais minuciosa utilizando material complementar, buscando mais bibliografia especializada e conversando com especialistas da área (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.54).

Neste trabalho adotaremos a proposta de Dubuc, que classifica os diferentes graus de equivalência em **equivalência total** e **equivalência parcial** ou **correspondência**.

O problema dos diferentes graus de equivalências é sentido pelos tradutores e pelos terminólogos que elaboram obras bi- e multilíngües. Nesse sentido, os fundamentos teóricos e as situações práticas expostos são preciosos ao trabalho de ambos os profissionais.

⁴⁶ (...) il proposera une glose contextuelle. C’est ce qui se passe lorsque le réel n’existe que dans l’univers culturel et le lexique du locuteur de la langue de départ.

1.4.6 Criações neonímicas

Em casos de não-equivalência entre termos de duas ou mais línguas, uma das soluções normalmente adotadas, sobretudo por tradutores, mas também por terminólogos, é a criação neonímica, porém, Alpízar-Castillo afirma que “...não é recomendável. A função do dicionário não é criar palavras, mas registrar as existentes com o maior rigor científico possível”⁴⁷ (ALPÍZAR-CASTILLO, 1995, p.103).

Clas (1996) também não concorda com a criação neológica, visto que esse papel geralmente é desempenhado por centros de normalização nacional. O terminólogo não é autoridade para criar termos quando bem entender, seguindo suas intuições. Sobre este assunto, Clas afirma que

A liberdade do lexicógrafo é, como acabamos de ver, condicionada e sua reação frente às possibilidades de equivalências entre os signos da língua fonte e da língua alvo é a de uma procura pelo equilíbrio, em que as ‘perdas’ e os ‘acréscimos’ são mínimos ou minimizados totalmente na medida do possível. O lexicógrafo deve, então, constantemente ‘pesar’ e ‘medir’⁴⁸ (CLAS, 1996, p.209).

Deste modo, o lexicógrafo/terminógrafo tem apenas o papel de analisar, dentre todas as definições e todos os equivalentes levantados, aqueles que são mais produtivos e que melhor representam a realidade lingüística.

Se houver, entretanto, a necessidade de se criar novos termos, o terminólogo ou o tradutor deve seguir as regras do sistema lingüístico vigente e, posteriormente, deve submeter os neologismos à aprovação de especialistas (GROUPE, 1990, p.09).

Neste trabalho, nosso papel foi o de apresentar os equivalentes encontrados nas fontes que compõem nosso *corpus*. Quando um equivalente não foi identificado, optamos por deixar um vazio em vez de criar um neologismo.

⁴⁷ (...) no es recomendable. La función del diccionario no es la de crear palabras, sino la de registrar las existentes con el mayor rigor científico posible.

⁴⁸ La liberté du lexicographe est, comme on vient de le voir, conditionnée et sa réaction face aux possibilités d'équivalences entre les signes de la langue source et de la langue cible sont celles d'une recherche d'équilibre où les 'pertes' et les 'ajouts' ne sont que minimales ou minimalisés dans toute la mesure du possible. Le lexicographe doit donc constamment 'peser' et 'mesurer'.

2 Metodologia

2.1 *Corpus em francês*

De acordo com o projeto inicial, a primeira etapa de nosso trabalho consistiu no planejamento da obra que estamos elaborando. Decidimos que essa seria bilíngüe, sendo a língua de partida o francês e a de chegada o português. O público-alvo são os tradutores, brasileiros ou franceses, que habitualmente se vêem confrontados com o tratamento de textos da área do Comércio Internacional Brasil-França.

Para nos interarmos das particularidades do domínio, visitamos vários *sites* como o da Câmara de Comércio de Paris, do Consulado Geral da França no Brasil, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre outros. Nesses *sites*, tivemos acesso a informações gerais sobre o Comércio Internacional, além de matérias de revistas, entrevistas com representantes dos governos francês e brasileiro, discursos do presidente Jacques Chirac e do presidente Lula, além de informações sobre as relações Brasil/França. Com base nessa pesquisa, encontramos as obras que compõem nosso *corpus* de estudo. Para o levantamento dos termos a serem estudados, nosso *corpus* de partida constituiu-se das seguintes obras:

- *Glossaire de l'exportation*: dicionário monolíngüe francês com definições de 300 termos, apresentando, em grande parte das vezes, os equivalentes em inglês. Esta obra encontra-se disponível no *site* da Interex SA, filial da EXPORT Entreprises SA., especializada no acompanhamento de empresas no exterior. Exerce atividade há 11 anos e já serviu a 2500 empresas na França e na Bélgica: dispõe de uma equipe de 25 representantes em Paris e em Bruxelas, e de uma rede de correspondentes composta por 150 sociedades de pesquisa de mercado em 80 países. O *site* fornece todas as informações necessárias para a exportação.

➤ *Dictionnaire du Commerce International*: dicionário monolíngüe contendo 868 termos e suas respectivas definições, elaborado pela Câmara do Comércio e da Indústria de Paris. A CCIP, primeira Câmara do Comércio e da Indústria da França e da Europa, representa 300.000 empresas da circunscrição *Paris, les Hauts de Seine, la Seine-Saint-Denis e le Val de Marne*. Representante de todas as empresas, ela é o ponto de união entre os poderes públicos e o mundo econômico. A CCIP emprega 3934 colaboradores, 62% dos quais têm a missão de formar profissionais na área. Esses colaboradores estão divididos em 4 grupos: *Enseignement Supérieur de Gestion, Enseignement Supérieur Technique, Enseignement Technologique, Enseignement Commercial et Administratif*. Com as 160 Câmaras do Comércio e da Indústria e as 21 Câmaras Regionais do Comércio e da Indústria, constitui a rede nacional das CCI, representada pela Assembléia das Câmaras do Comércio e da Indústria.

Essas são algumas das obras desse tipo encontradas durante a pesquisa que fizemos na Internet e nas principais livrarias do país. Foram essas as escolhidas para comporem nosso *corpus* por considerarmos muito competentes os responsáveis pela elaboração das mesmas e por apresentarem uma quantidade de termos possível de ser analisada no período do Mestrado. Queremos ressaltar que ambas as obras estão em formato eletrônico, o que facilitou e acelerou a pesquisa.

Nas próximas citações a essas obras, utilizaremos sempre os nomes de seus autores ou dos organizadores a fim de facilitar a identificação das mesmas.

A referência completa dessas obras encontra-se no final desta dissertação.

2.2 Parâmetros para a delimitação da nomenclatura

Como a duração do Mestrado é de apenas dois anos, não seria possível tratar de todos os termos encontrados nas obras elencadas anteriormente, portanto, para delimitarmos nossa nomenclatura, utilizamos critérios quantitativos, ou seja, verificamos a frequência de ocorrência dos termos nas obras do *corpus*. Considerando-se que nos baseamos em duas obras, os termos que obtiveram frequência 2 foram considerados como pertencentes ao conjunto de termos a serem analisados, constituindo, assim, nosso objeto de estudo.

Para procedermos à fusão das nomenclaturas das duas obras, recorreremos ao programa Access 2000. Nele abrimos uma ficha terminológica para cada termo em francês (língua de partida). O fato de as obras francesas já se encontrarem digitalizadas permitiu-nos preencher as fichas mais rapidamente. Lembramos, porém, que antes de montarmos as fichas no Access, procedemos a uma análise minuciosa de cada obra para observarmos o tipo de informação que cada uma trazia, pois, com base nessas informações, decidimos quais campos comporiam nossa ficha.

O *Glossaire de l'exportation*, doravante *Interex*, apresenta os termos e suas respectivas definições em francês, além de fornecer, em grande parte das vezes, o termo equivalente em inglês ou a sigla correspondente. Não há nenhuma informação sobre categoria gramatical ou marcas de uso sociolinguístico. Os verbetes estão organizados em ordem alfabética, sendo que não só os termos em francês aparecem como entrada, mas também as siglas e os termos equivalentes em inglês.

O *Dictionnaire du Commerce International*, doravante *CCIP*, apresenta os termos e suas respectivas definições em francês. Apresenta também siglas, sendo estas, geralmente, verbetes remissivos. Assim como o *Glossaire de l'exportation*, não traz informações sobre categoria gramatical ou marcas de uso sociolinguístico e os verbetes organizam-se em ordem alfabética.

Assim, criamos dois sub-formulários, sendo o primeiro referente ao glossário da Interex, e o segundo ao dicionário da CCIP. Ambos os formulários contêm os seguintes campos: *fonte*, *termo principal*, *categoria gramatical*, *definição/contexto* e *outras designações*. No início do primeiro sub-formulário há o campo *código*, preenchido automaticamente pelo Access, e ao final do segundo sub-formulário abrimos mais três campos comuns às duas obras: *freqüência*, *notas sobre o termo* e *notas sobre o trabalho*. Embora nenhuma das duas obras apresente categoria gramatical, este campo está previsto na ficha terminológica, pois, geralmente, pelo contexto definitório, é possível deprendermos essa informação.

Para melhor visualizarmos essas informações, apresentamos o modelo de ficha elaborada com o auxílio do Access para levantamento dos termos a serem estudados:

The screenshot shows a Microsoft Access window titled "Microsoft Access - [Formulário de freqüência]". The window contains a form with a table of data. The table has columns for "Cód", "Fonte 1", and "Termo principal 1". The data is organized into sections for "Interex" and "CCIP".

Cód	Fonte 1	Termo principal 1
2	Interex	Accises
Cat Gram 1		
s.f.pl		
Definição/Contexto 1		
Droits indirects de consommation frappant certaines catégories de produits. Ces droits sont codifiés et régis par des directives communautaires et le Code général des impôts.		
Outras designações 1		
Excise Tax		
Fonte 2	Termo principal 2	Cat Gram 2
CCIP	Accises	s.f.pl.
Definição/Contexto 2		
Droits indirects de consommation frappant certaines catégories de produits. Ces droits sont codifiés et régis par des directives communautaires et le Code général des impôts. Les droits d'accises concernent trois catégories de produits : les huiles minérales ; l'alcool et les boissons alcooliques ; les tabacs manufacturés. Concernant plus		
Outras designações 2		
Freqüência		
2		
Notas sobre o termo		
não encontrado equivalente em inglês na segunda obra		

At the bottom of the window, the status bar shows "Registro: 2 de 378" and "Modo formulário".

Para o levantamento dos termos mais freqüentes nas duas obras, partimos da nomenclatura de *Interex*. Desse modo, preenchemos o primeiro sub-formulário com os 300 termos e suas definições extraídas dessa obra. Em seguida, buscamos em *CCIP* os termos que coincidiam com aqueles apresentados em *Interex*. Quando localizávamos na segunda fonte (*CCIP*) um termo sinônimo a outro da primeira (*Interex*), o segundo sub-formulário era preenchido e esse termo era considerado como tendo freqüência 2. Quando isso não ocorria, ou seja, quando não havia coincidência dos termos nas duas obras, deixávamos o segundo sub-formulário em branco.

Após preenchermos todos os campos com as informações extraídas das duas obras francesas, procedemos à análise da freqüência. Utilizando o recurso “filtro por seleção” do Access, extraímos apenas os termos com freqüência 2, obtendo, assim, um total de 150 termos (excluídos os verbetes remissivos), os quais se tornaram nosso objeto de estudo.

Para confirmarmos a relevância desses termos, utilizamos, ainda, como obras de consulta:

- *Dictionnaire commercial*: elaborado pelos membros da Academia das Ciências Comerciais da França e editado pelo CILF - Conselho Internacional da Língua Francesa. Contém 9.000 termos em francês e seus equivalentes em inglês e alemão.
- *Le Robert et Collins du management pratique*: dicionário bilíngüe francês-inglês da editora Le Robert.
- *Grand Dictionnaire Terminologique*: base de dados bilíngüe francês-inglês/inglês-francês elaborada pelo Office de la Langue Française do Québec.

Para nos referirmos a essas obras utilizaremos respectivamente: *CILF*, *Le Robert*, *GDT*.

2.3 Corpus em português

Tendo delimitado a nomenclatura de nosso dicionário e recolhidos os dados sobre cada unidade terminológica, pudemos iniciar a busca dos equivalentes em português. Para a pesquisa em língua portuguesa, adotamos como *corpus* inicial as seguintes obras:

1. *Dicionário do Comércio Exterior*: dicionário monolíngüe português com 98 termos e suas respectivas definições. As entradas estão organizadas em ordem alfabética, muitas das quais são termos em inglês e siglas. Essa obra encontra-se disponível no *site* da VisoNet - Portal de Comércio Exterior. O portal nasceu com a intenção de criar na Internet uma Comunidade de Comércio Exterior. É o ponto de encontro dos empresários, profissionais, estudantes e interessados em comércio exterior, visando desde a simples troca de informações até a geração de negócios. O VisoNet pertence à empresa Visotrader S/A Informática e Comércio Exterior, empresa especializada em Comércio Exterior, atuante no mercado há aproximadamente 10 anos. Esta obra será tratada, doravante, como *Visonet*.

2. *Dicionário de termos de Comércio Exterior*: o autor é José Lopes Vazquez, consultor especializado em Comércio Exterior e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP de Ribeirão Preto. Apresenta os termos e suas respectivas definições em português. Assim como na obra anteriormente descrita, os termos estão em ordem alfabética. Quando o termo-entrada está em inglês, geralmente apresenta o termo equivalente em português. As siglas normalmente remetem à forma expandida. O objetivo desta obra é ajudar o leitor a entender as áreas ligadas ao Comércio Exterior, como empresas exportadoras e importadoras, bancos, seguradoras, transportadoras, agentes de serviços e profissionais liberais. O dicionário não atende só o empreendedor de Comércio Exterior, mas também os profissionais das áreas que atuam em parceria com o exportador e importador, tendo como diferencial um conteúdo voltado para a tecnologia desse setor. Para citarmos essa obra, tomá-la-emos por seu autor: *Vazquez*.

3. *Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio*: o autor é Emílio Garofalo Filho, especialista em câmbio e Comércio Exterior e ex-diretor das Áreas Externa do Banco Central e da Internacional do Banco do Brasil. Fruto de longas pesquisas e anos de trabalho na área de câmbio e Comércio Exterior, a obra, com cerca de 5 mil termos, fornece o subsídio necessário para que o leitor possa se situar, acompanhar a evolução da área e organizar o excesso de informações. Além de esclarecer o leitor de forma objetiva sobre os principais termos da área, também indica outras fontes (sobretudo endereços eletrônicos) e a ligação com outros verbetes que possam complementar ou auxiliar o entendimento. Essa obra apresenta os termos, organizados em ordem alfabética, e as definições em português. Muitos dos termos-entrada encontram-se em inglês. No final da obra, o autor ainda apresenta uma lista de siglas e suas respectivas formas expandidas, além de fornecer informações sobre todas as moedas do mundo e sobre como convertê-las em reais. As citações a essa obra serão feitas em nome de seu autor: *Garofalo Filho*.

Para a busca dos equivalentes em português, consultamos também o *Dicionário Multilíngüe do FMI*, com aproximadamente 4.500 termos e o *Glossário multilíngüe da União Européia*, com 10.000 termos. Este último faz parte de um grande banco de dados multilíngüe de terminologia: o *Eurodicautom*.

No decorrer da pesquisa, contudo, sentimos a necessidade de buscar mais informações em outras obras. Após uma pesquisa apurada na Internet acerca de outras obras existentes sobre Comércio Internacional, adquirimos algumas que também foram de grande utilidade em nossa pesquisa. São elas:

- 1- *Dicionário de Comércio Exterior* (português-inglês/inglês-português) - Amélia Kaneko Serra e Yone Silva Pontes. Para citarmos essa obra utilizaremos *Pontes&Serra*
- 2- *Terminglês - Glossário de Expressões Inglesas de Uso Corrente no Comércio Exterior* - E.P. Luna. Em citações dessa obra utilizaremos *Luna*.

- 3- *Vade-Mécum de Comércio Internacional e Câmbio* - Bruno Ratti. A obra será citada como *Ratti*.
- 4- *Introdução ao Comércio Exterior* – Cláudio César Soares. Citaremos a obra como *Soares*.

Como se pode observar, as duas primeiras obras são bilíngües português-inglês/inglês-português. Isso se deve ao fato de muitos termos-entrada, tanto nas obras francesas quanto nas brasileiras, estarem em inglês, uma vez que esta é a língua internacional dos negócios. Por esta razão, tais obras foram de grande valia, uma vez que, via inglês, encontramos muitos equivalentes em português. A última referência trata-se de uma obra teórica para que pudéssemos nos familiarizar um pouco mais com a área e observar os termos em contexto.

Vale lembrar que o dicionário de língua geral *Houaiss* também desempenhou papel fundamental para confirmarmos os conceitos de alguns termos em português.

As referências completas dessas obras encontram-se no final dessa dissertação.

2.4 Base de dados terminológicos bilíngüe

Com base nas informações extraídas dessas obras, montamos outro modelo de ficha terminológica no Access, agora bilíngüe, para podermos determinar os equivalentes em português.

Assim, a ficha terminológica ficou composta, inicialmente, por oito sub-formulários, sendo os três primeiros relativos às obras francesas (*Interex*, *CCIP*, *CILF*) e os outros cinco relativos às obras que compunham nosso *corpus* inicial em português (*Visonet*, *Vazquez*, *Garofalo Filho*) e a dois bancos de dados multilíngües (*FMI*, *Eurodicautom*). No entanto, durante a pesquisa houve a necessidade de adquirirmos mais algumas obras para auxiliarem na busca dos equivalentes. Portanto, abrimos mais três subformulários em nossa base de dados, relativos, respectivamente, a: *Luna*, *Ratti* e *Pontes & Serra*. Desse modo, nossa base

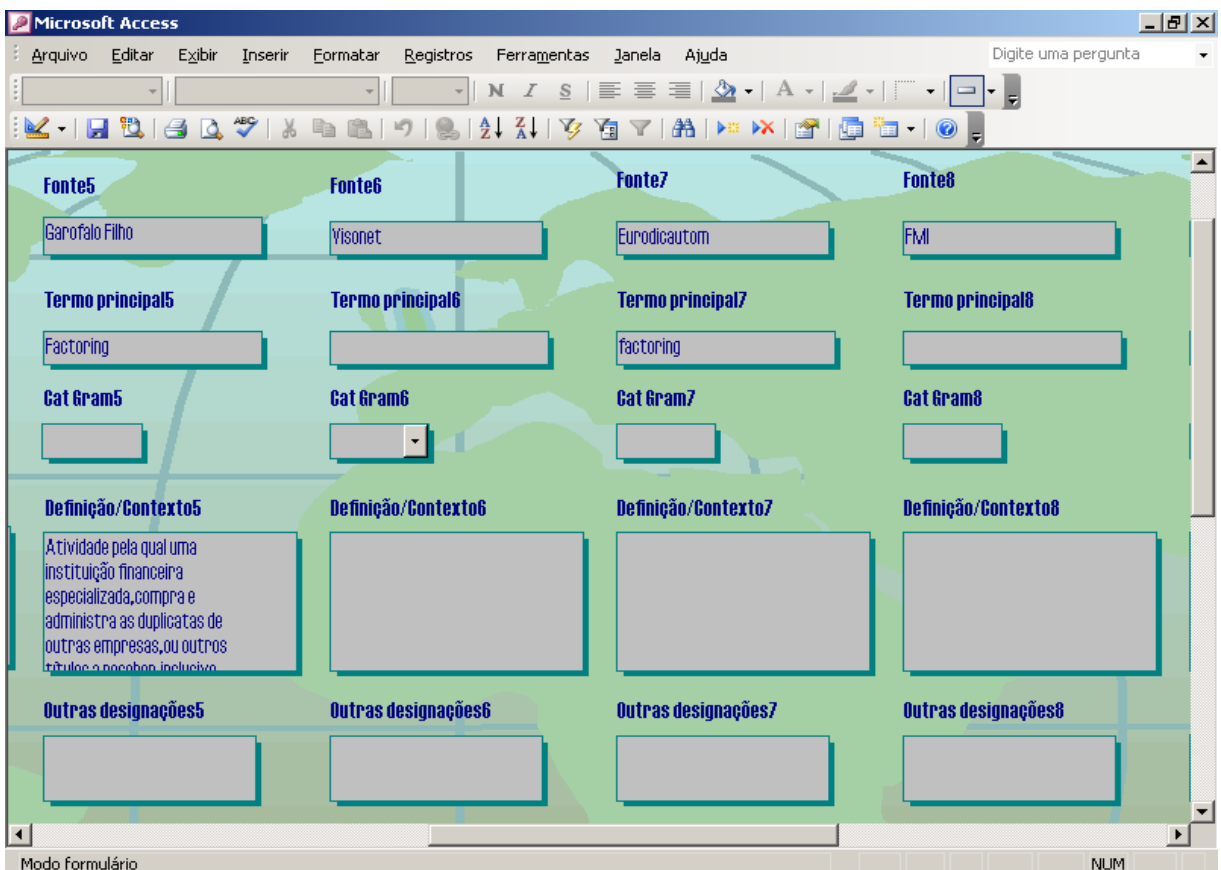
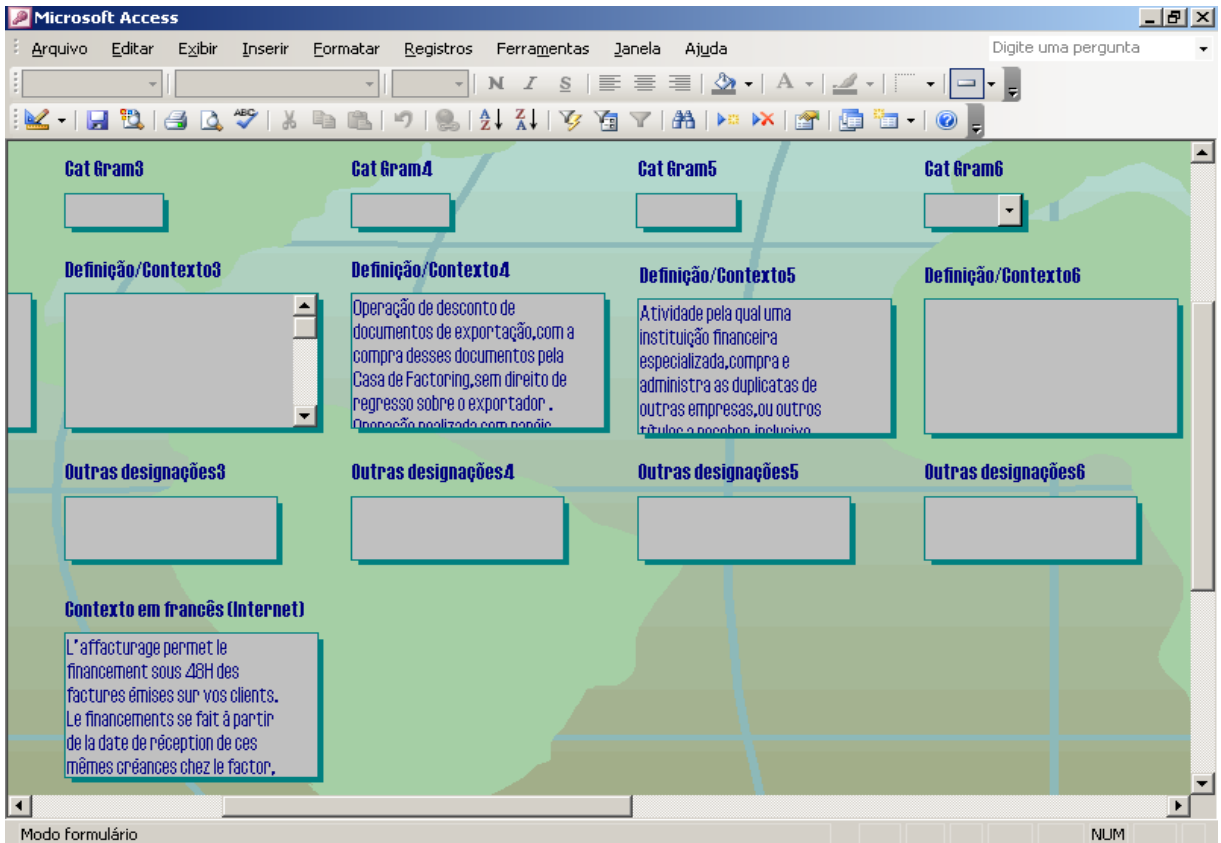
final ficou composta por onze subformulários.

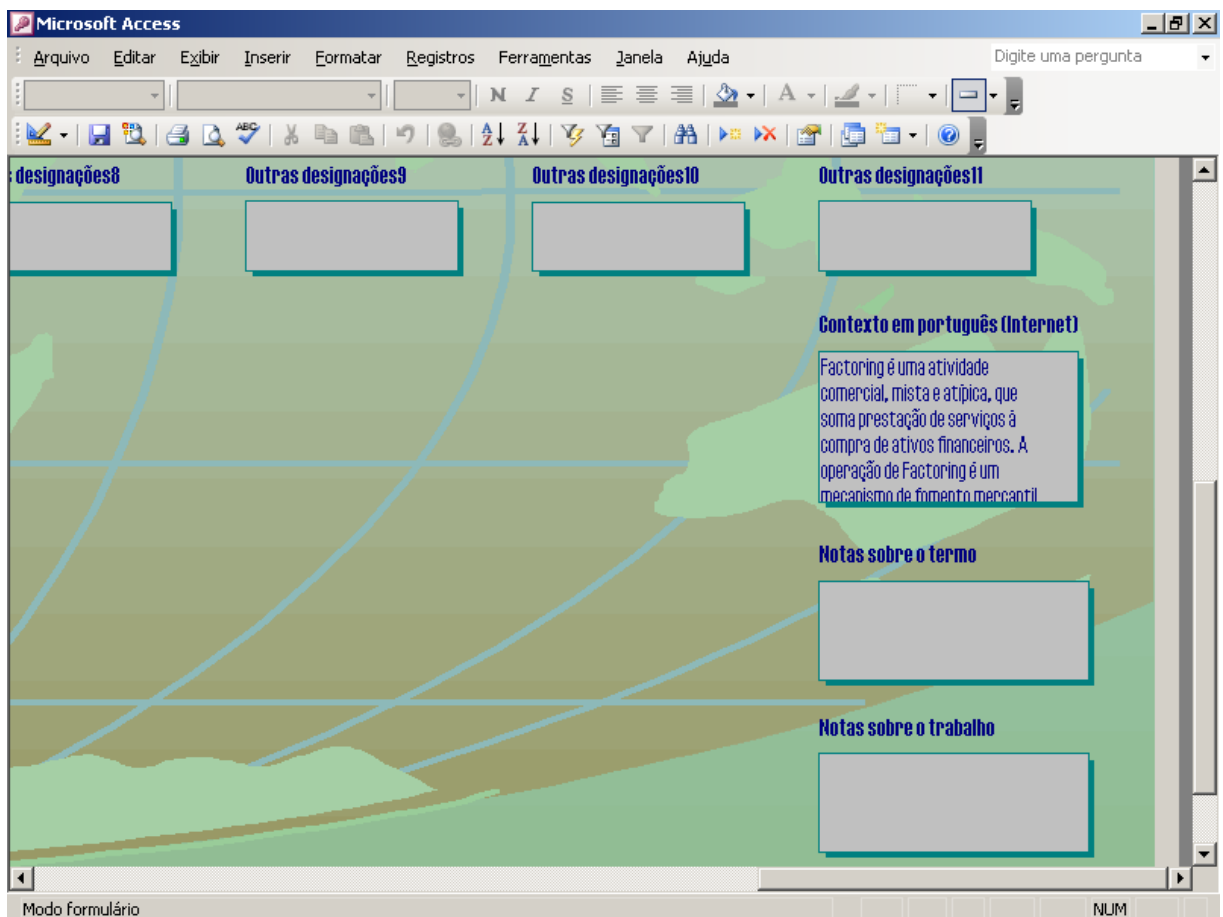
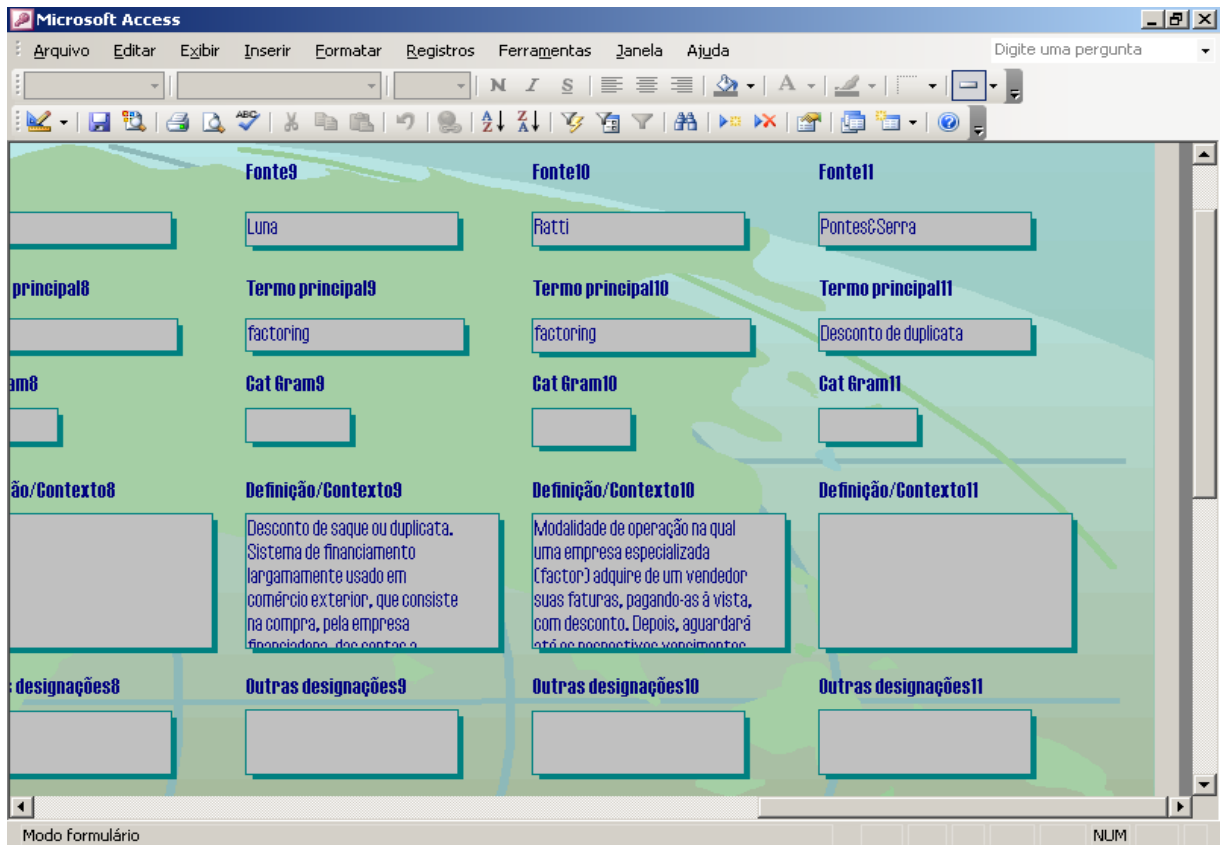
Os onze sub-formulários são compostos pelos seguintes campos: *fonte*, *termo principal*, *categoria gramatical*, *definição/contexto* e *outras designações*. No início do primeiro subformulário há o campo *código*, preenchido automaticamente pelo Access, no final do terceiro subformulário (referente às obras francesas) colocamos o campo *contexto em francês* (Internet) e, no final do último sub-formulário (referente às obras em português) colocamos os campos *contexto em português* (Internet), *notas sobre o termo* e *notas sobre o trabalho*.

Após preenchermos os três primeiros sub-formulários com os 150 termos em francês e suas definições extraídas, respectivamente, de *Interex*, *CCIP* e do *Dictionnaire Commercial* (CILF), passamos a preencher os demais sub-formulários com as informações em português, sendo a fonte 4, Vazquez, a fonte 5, Garofalo Filho, a fonte 6, Visonet, a fonte 7, Eurodicautom, a fonte 8, FMI, a fonte 9, Luna, a fonte 10, Ratti e a fonte 11, Pontes & Serra.

Para melhor visualizarmos essa ficha, seguem ilustrações da mesma:

The screenshot shows a Microsoft Access form in 'Modo Formulário' (Form View). The form is titled 'Modo Formulário' and is displayed in a window titled 'Microsoft Access'. The form is divided into several sections, each with a label and a corresponding text box or list box. The sections are: 'Cod' (5), 'Fonte1' (Interex), 'Fonte2' (CCIP), 'Fonte3' (Dictionnaire Commercial), 'Fonte4' (Vazquez), 'Termo principal1' (Affacturage), 'Termo principal2' (Affacturage), 'Termo principal3' (Factoring), 'Termo principal4' (Factoring), 'Cat Gram1' (s.m.), 'Cat Gram2' (s.m.), 'Cat Gram3' (empty), 'Cat Gram4' (empty), 'Definição/Contexto1' (Réunit les caractères d'un procédé de recouvrement...), 'Definição/Contexto2' (Technique de gestion financière...), 'Definição/Contexto3' (empty), 'Definição/Contexto4' (Operação de desconto de documentos de exportação...), and 'Outras designações1' through 'Outras designações4' (empty). The form is displayed in a window titled 'Microsoft Access' with a menu bar and a toolbar.





Os dados terminológicos registrados nessas fichas foram extraídos dos dicionários brasileiros e dos bancos de dados já mencionados. Foi por meio desses dados que fizemos a análise semântico-conceitual de cada termo, ou seja, a análise das definições/contextos em francês e em português, identificando os descritores comuns (ganchos terminológicos) e, por fim, determinando os equivalentes.

Ressaltamos que as informações fornecidas pelo *CILF*, pelo *GDT* e pelas bases de dados multilíngües foram de grande valia.

No entanto, apenas a análise semântico-conceitual das definições de cada termo em ambas as línguas não é suficiente para garantir que dois termos sejam realmente equivalentes. Portanto, também buscamos contextos na Internet utilizando o *site* de busca Google, o que contribuiu bastante para solucionar algumas dúvidas e confirmar a equivalência entre os termos, além de submetermos nosso dicionário à revisão da especialista em Comércio Internacional Daniela Prado Vanzato e Crespo.

3 Nosso dicionário

3.1 Organização da macro e microestruturas de nosso dicionário

Tendo preenchido nossa base de dados com todas as informações relativas aos termos em francês e aos equivalentes em português, já estávamos aptos a dar um tratamento terminográfico aos dados terminológicos, organizando-os em verbetes.

Primeiramente, decidimos que a obra seria dividida em duas partes: uma francês-português e outra português-francês, sendo que, em ambas as partes, os termos estariam organizados, na macroestrutura, em ordem alfabética.

Na parte francês-português, a microestrutura do verbete mínimo do *Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional*, encontra-se composta pelos seguintes microparadigmas:

Termo-entrada [França] + (categoria gramatical) + definição [França] + outras designações [França] + contexto de uso [França] + equivalente [Brasil] + definição [Brasil] + outras designações [Brasil] + contexto de uso [Brasil] + notas sobre o termo

No campo “contexto de uso” (França ou Brasil), incluímos informações extraídas de *sites* da Internet. Esses contextos têm a função de comprovar o uso dos termos em discurso.

O microparadigma “notas sobre o termo”, quando vazio, significa que não há informação extra sobre o termo ou problema a ser discutido.

Com relação à configuração da microestrutura, os termos-entrada em francês encontram-se grafados em negrito, seguidos da categoria gramatical. Logo abaixo, aparece(m) o(s) contexto(s) definitório(s) encontrado(s). Dentre todos os contextos definitórios extraídos das obras que compõem nosso *corpus*, selecionamos aquele que melhor descreve o conceito

em pauta. Quando necessário, apresentamos definições obtidas em mais de uma obra para que uma complemente a outra.

No microparadigma “outras designações” (França ou Brasil), apresentamos os sinônimos, sejam eles variantes ortográficas em francês ou português respectivamente, ou ainda termos em inglês, além das siglas.

Nos contextos extraídos da Internet, destacamos em negrito o termo em questão.

Os equivalentes em português encontram-se grafados em itálico seguidos dos contextos definitórios provenientes das obras que compõem nosso *corpus* em português.

A seguir, apresentamos um exemplo de verbete de nosso dicionário:

Accord multifibres: s.m.

Arrangement concernant le commerce international des textiles; élaboré dans le cadre du GATT, signé en 1973 et renouvelé en 1977 et 1982, il a pour but de concilier les besoins d'exportation de textile à très bas prix des pays du tiers-monde et la protection de l'emploi dans les pays industrialisés. Il comporte trois clauses principales: la libération de principe des obstacles contingentaires ou tarifaires, des restrictions temporaires possibles et une sauvegarde durable permettant aux pays importateurs de revenir sur leurs obligations (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Arrangement Multifibre-AMF, Multi-fiber Arrangement-MFA, Accord sur les textiles et les vêtements-ATV.

Contexto de uso (França):

Depuis la fin de l'**accord multifibres**, en janvier 2005, qui limitait les exportations de textile des pays en développement vers l'Europe et les États-Unis, les ventes chinoises ont explosé. De ce fait, la Commission de Bruxelles a annoncé, le 14 avril, l'ouverture d'une procédure de surveillance. L'offensive commerciale de Pékin atteint aussi l'Afrique. Parfois agressive, mais jouant la carte tiers-mondiste, la stratégie de l'empire du Milieu suscite espoir et controverse sur le continent noir (<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>).

Comme si la tâche n'était pas assez lourde, deux échéances explosives sont inscrites dans l'agenda politico-économique marocain: le démantèlement de l'**accord multifibre**, en 2005, qui livrera le secteur du textile à la concurrence pure et dure; la levée, en 2010, des barrières douanières qui entravent encore les échanges entre l'Union européenne et le royaume chérifien (<http://www.lexpress.fr/info/monde/dossier/maroc/dossier.asp?ida=403936>).

Equivalente (Brasil): *Acordo Multifibras*

Acordo entre os maiores países produtores e importadores mundiais de têxteis e que permite a restrição quantitativa na importação, a fim de evitar colapsos, muito embora o próprio Gatt considere essas medidas ilegais (pela imposição de restrições). Contudo é assim que o acordo funciona. Seu objetivo é equilibrar a oferta e a demanda (VAZQUEZ, 2001, p.108).

Outras designações (Brasil): Multi-fiber arrangement –MFA, Acordo de têxteis e vestuários – ATV.

Contexto de uso (Brasil):

O **Acordo Multifibras (AMF)**, formalmente denominado Acordo Internacional sobre Comércio Têxtil (*Arrangement Regarding International Trade in Textiles*), era um importante acordo sobre o comércio internacional de produtos têxteis. O AMF serviu como estrutura para acordos bilaterais ou ações unilaterais que estabeleceram quotas limitando as importações em países que estivessem enfrentando sérios danos decorrentes do rápido aumento nas importações. As quotas eram, então, a característica mais visível. Os acordos estavam em dissonância com o sistema estabelecido pelo GATT, que manifestava uma preferência pelas tarifas aduaneiras ao invés de medidas de restrições quantitativas (<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=23&Integra=Sim>).

Em 2005 encerra-se o **acordo multifibras**, que estabelece cotas de exportação de têxteis para vários países. A China, que já detém 20% do mercado mundial de têxteis, pode chegar em pouco tempo, segundo os analistas, a 50%. O Brasil tem que escolher quais segmentos irá competir para conseguir reinserir-se estrategicamente no mercado mundial. A GIII, empresa de serviços e consultoria que vende processos, produtos, corantes, auxiliares e pigmentos está na Febratex, em Blumenau. Quer dobrar o faturamento na região Sul (<http://an.uol.com.br/2004/ago/13/0loe.htm>).

Notas sobre o termo: Como se nota nos contextos, o Acordo multifibras foi extinto em 2005.

Todos os termos que se encontram no campo “outras designações (França)” constituem entrada de verbete remissivo ao termo principal. Por exemplo:

Accord sur les textiles et les vêtements: s.m.V. Accord multifibres.

AMF: sigla V. Accord multifibres.

Arrangement Multifibre: s.m.V. Accord multifibres.

ATV: sigla V. Accord multifibres.

MFA: sigla V. Accord multifibres.

Multi-fiber Arrangement: inglês V. Accord multifibres.

Na parte português-francês, todos os termos utilizados no Brasil, ou seja, aqueles que foram identificados no campo “equivalente (Brasil)” ou aqueles identificados no campo “outras designações (Brasil)” são verbetes remissivos ao termo principal em francês e estão organizados em ordem alfabética, como observaremos no exemplo abaixo:

Acordo de têxteis e vestuários: s.m.V. Accord multifibres.

Acordo Multifibras: s.m.V. Accord multifibres.

ATV: sigla V. Accord multifibres.

MFA: sigla V. Accord multifibres.

Multi-fiber Arrangement: inglês V. Accord multifibres.

Este modelo de macro e microestrutura foi aplicado a todos os termos de nosso dicionário.

3.2 Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional



FRANCÊS-PORTUGUÊS



A

Accises: s.f.pl.

Droits indirects de consommation frappant certaines catégories de produits. Ces droits sont codifiés et régis par des directives communautaires et le Code général des impôts. Les droits d'accises concernent trois catégories de produits: -les huiles minérales; -l'alcool et les boissons alcooliques; -les tabacs manufacturés. Concernant plus particulièrement les boissons alcooliques, les droits d'accises en France sont: -le droit de consommation sur les vins, cidres, poirés et hydromels; -le droit de consommation sur les alcools et les produits intermédiaires; -le droit spécifique sur les bières (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Excise tax, droit d'accise, impôts de consommation spéciaux.

Contexto de uso (França):

La Commission européenne a engagé des travaux de simplification et de modernisation de la réglementation relative aux produits soumis à des **droits d'accises** (huiles minérales, tabacs, alcools et boissons alcooliques) (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=eservice/infoaccises.htm&cusnum=1437>).

La Commission a adopté une proposition de directive permettant aux États membres de réduire les **accises** sur le biocarburant afin de rendre les carburants de substitution plus compétitifs par rapport à l'essence tout en contribuant au développement durable (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/fr/lvb/l21046.htm>).

La Commission européenne se félicite de l'adoption par le Conseil des ministres de l'UE et le Parlement européen d'une décision visant à informatiser les documents qui accompagnent les produits soumis à **accises** (alcools, tabacs et huiles minérales) lorsqu'ils circulent dans l'Union Européenne entre opérateurs économiques en suspension de droits d'accises. La décision, fondée sur une proposition présentée par la Commission le 19 novembre 2001 (voir IP/01/1804), établira un nouveau système qui permettra aux États membres d'être informés en temps réel des mouvements en cours, et de mettre en place les contrôles préalables (<http://www.info-europe.fr/document.dir/actu.dir/AC007066.htm>).

Equivalentente (Brasil): *Imposto seletivo*

Impostos sobre consumos específicos, impostos especiais de consumo, capitação de consumo (EURODICAUTOM, 2003).

Outras designações (Brasil): Excise tax, excise, excise duty.

Contexto de uso (Brasil):

Implantação do **excise tax**, imposto aplicável a mercadorias específicas de alto poder arrecadador. De uma forma geral, sugere-se que impostos progressivos com finalidade redistributiva sejam administrados centralizadamente, ou seja, pela União. Também são mais adequados ao Governo Federal impostos com objetivos de estabilização ou de caráter regulatório da atividade econômica, além daqueles que incidam sobre bases distribuídas bastante irregularmente pelo território nacional ou sobre fatores extremamente móveis. Por outro lado, impostos incidentes sobre fatores imóveis, sobre consumo geral ou sobre bens específicos (tipo excise tax) podem ser administrados pelos demais níveis de governo (estados e municípios) (<http://www.receita.fazenda.gov.br/TextConcat/Default.asp?Pos=2&Div=Historico/EstTributarios/PalestrasCIAT/1997/Portugues/Federalismo/>).

A proposta de reforma tributária da Fiesp pretendeu não destoar dos demais projetos em discussão. Mas apresenta uma peculiaridade: elimina o **Imposto Seletivo (excise tax)**, cobrado sobre produtos de uma lista especial onde constariam bebidas, fumo, veículos, energia elétrica, combustíveis e telecomunicações. As características mais importantes do **Imposto Seletivo** são seu elevado potencial tributário e fácil arrecadação (<http://txt.jt.com.br/noticias/99/07/18/cming.htm>).

Notas sobre o termo:

Dentre os termos em português, "imposto seletivo" é mais usado do que "imposto de consumo", no entanto, o termo mais usado no Brasil, como se observa nos contextos extraídos da Internet, é o termo em inglês. Em inglês, o equivalente pode ser "excise", "excise tax" ou "excise duty".

Accompanied transport: inglês V. Transport accompagné.

Accord multifibres: s.m.

Arrangement concernant le commerce international des textiles; élaboré dans le cadre du GATT, signé en 1973 et renouvelé en 1977 et 1982, il a pour but de concilier les besoins d'exportation de textile à très bas prix des pays du tiers-monde et la protection de l'emploi dans les pays industrialisés. Il comporte trois clauses principales: la libération de principe des obstacles contingentaires ou tarifaires, des restrictions temporaires possibles et une sauvegarde durable permettant aux pays importateurs de revenir sur leurs obligations (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Arrangement Multifibre-AMF, Multi-fiber Arrangement-MFA, Accord sur les textiles et les vêtements-ATV.

Contexto de uso (França):

Depuis la fin de l'**accord multifibres**, en janvier 2005, qui limitait les exportations de textile des pays en développement vers l'Europe et les États-Unis, les ventes chinoises ont explosé. De ce fait, la Commission de Bruxelles a annoncé, le 14 avril, l'ouverture d'une procédure de surveillance. L'offensive commerciale de Pékin atteint aussi l'Afrique. Parfois agressive, mais jouant la carte tiers-mondiste, la stratégie de l'empire du Milieu suscite espoir et controverse sur le continent noir (<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>).

Comme si la tâche n'était pas assez lourde, deux échéances explosives sont inscrites dans l'agenda politico-économique marocain: le démantèlement de l'**accord multifibre**, en 2005, qui livrera le secteur du textile à la concurrence pure et dure; la levée, en 2010, des barrières douanières qui entravent encore les échanges entre l'Union européenne et le royaume chérifien (<http://www.lexpress.fr/info/monde/dossier/maroc/dossier.asp?ida=403936>).

Equivalente (Brasil): *Acordo Multifibras*

Acordo entre os maiores países produtores e importadores mundiais de têxteis e que permite a restrição quantitativa na importação, a fim de evitar colapsos, muito embora o próprio Gatt considere essas medidas ilegais (pela imposição de restrições). Contudo é assim que o acordo funciona. Seu objetivo é equilibrar a oferta e a demanda (VAZQUEZ, 2001, p.108).

Outras designações (Brasil): Multi-fiber Arrangement –MFA, Acordo de Têxteis e Vestuários – ATV.

Contexto de uso (Brasil):

O **Acordo Multifibras (AMF)**, formalmente denominado Acordo Internacional sobre Comércio Têxtil (*Arrangement Regarding International Trade in Textiles*), era um importante acordo sobre o comércio internacional de produtos têxteis. O AMF serviu como estrutura para acordos

bilaterais ou ações unilaterais que estabeleceram quotas limitando as importações em países que estivessem enfrentando sérios danos decorrentes do rápido aumento nas importações. As quotas eram, então, a característica mais visível. Os acordos estavam em dissonância com o sistema estabelecido pelo GATT, que manifestava uma preferência pelas tarifas aduaneiras ao invés de medidas de restrições quantitativas ([http://www.iconebrasil.org.br /portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=23&Integra=Sim](http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=23&Integra=Sim)).

Em 2005 encerra-se o **acordo multifibras**, que estabelece cotas de exportação de têxteis para vários países. A China, que já detém 20% do mercado mundial de têxteis, pode chegar em pouco tempo, segundo os analistas, a 50%. O Brasil tem que escolher quais segmentos irá competir para conseguir reinserir-se estrategicamente no mercado mundial. A GIII, empresa de serviços e consultoria que vende processos, produtos, corantes, auxiliares e pigmentos está na Febratex, em Blumenau. Quer dobrar o faturamento na região Sul (<http://an.uol.com.br/2004/ago/13/0loe.htm>).

Notas sobre o termo: Como se nota nos contextos, o Acordo multifibras foi extinto em 2005.

Accord sur les textiles et les vêtements: s.m. V. Accord multifibres.

Accounts receivable financing: inglês V. Mobilisation de créance née sur l'étranger.

Achat en détaxe: s.m.

Achat hors "taxe sur la valeur ajoutée" (TVA) que peut effectuer un résident étranger (pays tiers) sous certaines conditions liées à sa personne, au type de marchandises et au respect de certaines formalités (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Duty free purchase.

Contexto de uso (França):

Achat en détaxe: le nouveau bordereau de vente à l'exportation. Le régime du bordereau de détaxe permet aux voyageurs résidant dans un pays tiers à l'Union européenne (UE) de bénéficier de l'exonération de la TVA pour les marchandises qu'ils achètent en France et emportent à l'étranger dans leurs bagages personnels (<http://www.lenouveaucourrier.ccip.fr/article.asp?id=705>).

Achat en détaxe

Achats de biens de consommation effectués par un résident étranger (hors communauté européenne) pour lesquels il pourra se faire rembourser tout ou partie de la TVA dans la limite de certaines quantités et sous réserve du respect de certaines formalités notamment de preuve de sortie du territoire communautaire (http://www.odasce.asso.fr/Site_Odasce/m_lexique1.htm).

Equivalentente (Brasil): *Compra livre de impostos*

Outras designações (Brasil): Duty free purchase, compra isenta de impostos.

Contexto de uso (Brasil):

A Receita Federal elevou de US\$ 150,00 para US\$ 300,00 o limite de **compras isentas de impostos** para turistas que vão ao Paraguai. A informação foi divulgada na manhã deste sábado. O limite diz respeito não apenas ao Paraguai, mas a todos os países que têm fronteira terrestre, fluvial ou

lacustre e serve apenas para bens de consumo pessoal. "Não pode ser utilizada para trazer bens que, por sua natureza ou quantidade, revelem destinação comercial, tampouco produtos pirateados ou contrafeitos ou de importação proibida", diz a nota (<http://www13.estadao.com.br/economia/noticias/2005/abr/02/18.htm>).

Notas sobre o termo:

ACP: sigla V. Afrique, Caraïbes et Pacifique.

Act of God: inglês V. Force majeure.

AELE: acrônimo V. Association européenne de libre échange.

Affacturage: s.m.

Technique de gestion financière par laquelle, dans le cadre d'une convention, un organisme spécifique (le factor) gère les comptes clients d'entreprises après avoir acquis leurs créances en assurant le recouvrement pour son propre compte, en supportant les pertes éventuelles sur les débiteurs insolubles, et en procurant, le cas échéant, le financement des créances (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Factoring.

Contexto de uso (França):

L' **affacturage** permet le financement sous 48H des factures émises sur vos clients. Le financements se fait à partir de la date de réception de ces mêmes créances chez le factor, et sous une forme plus souple que celle employée par l'escompte, la MCNE, ou la loi Dailly (voir les avantages et les inconvénients sur les techniques de financement).

L' **affacturage** apporte une garantie contre les impayés (en remplacement ou en l'absence d'un contrat d'assurance crédit dans l'entreprise).

L' **affacturage** propose la gestion du poste "clients" avec un suivi par pays, par client, par facture sans oublier la gestion des encaissements et le recouvrement des créances (<http://www.affactassur.com/asp/affacturage.asp>).

Equivalente (Brasil): *Factoring*

Desconto de saque ou duplicata. Sistema de financiamento largamente usado em comércio exterior, que consiste na compra, pela empresa financiadora, das contas a receber de uma firma, sem direitos de regresso no caso dos devedores não cumprirem o pagamento. O crédito ao comprador deve ser aprovado pela firma Factoring (LUNA, 2003, p. 71).

Outras designações (Brasil):-

Contexto de uso (Brasil):

Factoring é uma atividade comercial, mista e atípica, que soma prestação de serviços à compra de ativos financeiros. A operação de **Factoring** é um mecanismo de fomento mercantil que possibilita à empresa fomentada vender seus créditos, gerados por suas vendas a prazo, a uma

empresa de **Factoring**. O resultado disso é o recebimento imediato desses créditos futuros, o que aumenta seu poder de negociação, por exemplo, nas compras à vista de matéria-prima, pois a empresa não se descapitaliza. A **Factoring** também presta serviços à empresa - cliente, em outras áreas administrativas, deixando o empresário com mais tempo e recursos para produzir e vender. (Conceito da HP da SinfacRJ) (<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/16/2016/>).

Notas sobre o termo:

Affrètement: s.m.

Contrat par lequel un armateur (fréteur) s'engage, moyennant rémunération, à mettre un navire à la disposition d'un affréteur pour le transport de marchandises ou de personnes (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Affrètement

Opération pour laquelle un propriétaire de bateau s'engage à mettre à la disposition d'un affréteur un bateau de commerce afin de transporter des marchandises par voie fluviale (le terme est aussi utilisé dans le maritime). On distingue l'affrètement au voyage simple (pour un seul trajet), le contrat au tonnage (pour une quantité donnée) et le contrat à temps (pour une durée donnée) (http://www.vnf.fr/vnf/lexique.vnf?action=theme&ID_word=6921&ID_theme=9471).

Equivalentente (Brasil): *Afretamento*

Contrato por meio do qual o proprietário de um navio ou outro meio de transporte, mediante um preço previamente antecipado, compromete-se a cedê-lo, parcial ou totalmente, para o transporte de mercadorias ou pessoas (GAROFALO FILHO, 2004, p. 06).

Outras designações (Brasil):

Contexto de uso (Brasil):

Fontes do Governo federal revelam que a haverá mudanças na política de **afretamento** de embarcações estrangeiras. Informa-se que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai antes realizar uma audiência pública e, em seguida, editará uma resolução sobre a política de **afretamento**. Acredita-se que haja diferenciação entre **afretamento** de navios mercante e de embarcações de apoio marítimo. Segundo informações de bastidores, o Governo Lula estaria preocupado com o alto custo para se alugar navios estrangeiros. Somando-se navios mercantes em geral e embarcações de apoio a plataformas, os gastos se aproximam de US\$ 1 bilhão, o que afeta as contas nacionais (<http://www.sindaees.com.br/comercio140.htm>).

Hoje, menos de 1% dos navios que trafegam pelas costas brasileiras tem a nossa bandeira. Os fretes pagos em moeda brasileira representam apenas 3,6% do total. A maior fatia (81%) é de fretes pagos em moeda estrangeira a armadores estrangeiros. Os demais 15% equivalem a fretes gerados por empresas sediadas no Brasil, mas que pagam em dólares o **afretamento** de navios estrangeiros.

(<http://www.transpetro.com.br/portugues/centralInformacoes/jornal/popJornalN21m2.shtml>)

Notas sobre o termo: -

Afrique, Caraïbes et Pacifique: s.f..

Accord de coopération économique, financière et technique, plus connu sous le nom de Convention de Lomé, conclu par 64 États de ces trois zones avec la CEE en 1975 et renouvelé en 1979 puis en 1984. Il assure le libre accès au marché communautaire à la plus grande partie des produits originaires de ces régions et tend à maintenir les revenus des pays exportateurs de produits de base en cas de chutes des prix sur le marché mondial ou de baisses de la production. Les pays adhérents sont: Angola, Antigua et Barbuda, Bahamas, Barbade, Bélize, Bénin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Cap-Vert, République Centrafricaine, Comores, Congo, Côte-d'Ivoire, Djibouti, Dominique, Éthiopie, Fidji, Gabon, Gambie, Ghana, Grenade, Guinée, Guinée-Bissau, Guinée Equatoriale, Guyana, Jamaïque, Kenya, Kiribati, Lesotho, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurice, Mauritanie, Mozambique, Niger, Nigéria, Ouganda, Papouasie-Nouvelle-Guinée, Rwanda, Saint-Christophe-et-Nevis, Sainte-lucie, Saint-Vincent et les Grenadines, Salomon, Samoa Occidentales, São Tomé et Príncipe, Sénégal, Seychelles, Sierra Léone, Somalie, Soudan, Surinam, Swaziland, Tanzanie, Tchad, Togo, Tonga, Trinité et Tobago, Tuvalu, Vanuatu, Zaïre, Zambie, Zimbabwe (CCIP, 2003).

Outras designações (França): ACP.

Contexto de uso (França):

Le Groupe **Afrique, Caraïbe et Pacifique (ACP)** est un partenariat Nord-Sud entre 78 pays d'Afrique, des Caraïbes, du Pacifique - le groupe ACP - et pays de l'UE. Ces relations existent depuis 47 ans et se sont exprimées au travers d'accords successifs qui, au fil des ans, se sont approfondis. Ce sont les accords de Yaoundé, Lomé et Cotonou (http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/diversite-culturelle_1046/mobilisation-communaute-internationale_11653/dialogue-regional-bilateral_11693/).

L'AFP annonce le programme de la visite du Président de la république aux Antilles(de jeudi à dimanche) et signale que vendredi, Jacques Chirac présidera le sommet du CARIFORUM qui réunit les pays de la région, liés à l'Union européenne par des accords de partenariats UE-**ACP (Afrique, Caraïbe et Pacifique)** (http://www.drogues.gouv.fr/fr/actualites/synthese/synthese_aff.asp?id=93).

Equivalentente (Brasil): *Estados ACP*

Outras designações (Brasil): Estados da África, Caribe e Pacífico.

Contexto de uso (Brasil):

Ministros de grupos como o G 20 (formado atualmente por 21 países em desenvolvimento que possuem interesses de defesa comum na área de agricultura), o G 33, o Grupo Africano, a Comunidade do Caribe (Caricom) e os países da **África, Caribe e Pacífico (ACP)** - que representam cerca de 80% da população mundial - reuniram-se hoje (13), após a abertura oficial do encontro (http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=250276&editoria=&q=1).

A **ACP** é um grupo de países da África, Caribe e Pacífico, formado por ex-colônias dos países-membros da União Européia. O países da ACP recebem da União Européia tratamento preferencial e outras formas de assistência, conforme estipulado pelos Acordos de Lomé e de Cotonou. O ACP é composto por 77 países (...) (<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=113&Integra=Sim>).

Notas sobre o termo:

Agence nationale de valorisation de la recherche: s.f. V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

Agence nationale de la valorisation et de la recherche: s.f.

Établissement public à caractère industriel et commercial, qui a pour objet de promouvoir les innovations techniques françaises notamment à l'étranger, éventuellement en co-développement avec un partenaire étranger (CCIP, 2003).

Outras designações (França): ANVAR, Agence nationale pour la valorisation de la recherche, Agence nationale de valorisation de la recherche.

Contexto de uso (França):

Outre l'organisation de missions exploratoires et la participation à des manifestations technologiques ou sur le thème de l'innovation, OSÉO anvar encourage les coopérations technologiques franco-brésiliennes. A ce titre, **OSÉO anvar et la Finep (Financière d'études et de projets)**, son homologue au Brésil, ont signé en 2002 un accord ayant pour principal objectif le rapprochement des Pme des deux pays.

Pour se faire, les deux agences ont plusieurs missions :

- Informer sur tout programme pouvant favoriser les coopérations technologiques entre Pme.
- Développer la coopération technologique pour répondre aux offres et demandes de technologie des Pme françaises et brésiliennes en particulier dans les domaines suivants: technologies de l'information et de la communication, agro-alimentaire et biotechnologies.
- Mettre en relation Pme, universités et pôles de compétence par le biais de manifestations et rencontres sectorielles (<http://www.anvar.fr/agenueointebresil.htm>).

OSÉO anvar a pour mission de soutenir l'innovation et le transfert de technologies : financement et accompagnement des projets. **L'ex-Anvar (Agence nationale de valorisation de la recherche**, dite "Agence française de l'innovation"), établissement public, a été créée en 1968 pour valoriser les résultats de la recherche scientifique. Depuis 1979, l'**Anvar** gère l'aide à l'innovation (avance remboursable en cas de succès, subventions) en direction des créateurs, PME et laboratoires. L'**Anvar** a été transformée en société anonyme depuis juillet 2005, dans le cadre de son rapprochement avec la BDPME (Banque du développement des PME) qui a donné naissance au groupe OSÉO, porté par une structure de tête ayant le statut d'établissement public national à caractère industriel et commercial (<http://www.anvar.fr/agenpres.htm>).

L'établissement public industriel et commercial **Agence nationale de valorisation de la recherche** est transformé en une société anonyme dénommée **OSEO ANVAR**, dont l'État détient, directement ou indirectement, plus de 50 % du capital. Cette société est soumise aux dispositions en chapitres II et III de la présente ordonnance et, dans la mesure où elles ne lui sont pas contraires, aux dispositions législatives applicables aux sociétés commerciales, ainsi qu'à celles applicables aux sociétés dans lesquelles l'État détient directement ou indirectement une partie du capital (<http://www.legifrance.gouv.fr/WAspad/UnTexteDeJorf?numjo=ECOX0500044R>).

Equivalente (Brasil): *Agência Nacional de Valorização da Pesquisa*

Outras designações (Brasil): ANVAR

Contexto de uso (Brasil):

Agência Nacional de Valorização da Pesquisa - ANVAR

Agência pública responsável pelo financiamento e promoção da inovação nas indústrias francesas, especialmente as de pequeno e médio porte. Apresenta seu modelo de organização. Arrola suas delegações regionais e oferece acesso às suas diversas publicações (<http://www4.prossiga.br/finep/asp/SaidaCat.asp?cod=4&codintermed=20&id=port>).

A **Agência Nacional de Valorização da Pesquisa (ANVAR)** apóia a inovação nas pequenas e médias empresas contribuindo para o financiamento das despesas em R&D ligadas a seus projetos de inovação. Ela pode, por outro lado, participar do financiamento do recrutamento de pessoal de nível científico e técnico. A agência acompanha também as empresas através de consultorias e de uma intermediação entre parceiros graças a suas 25 delegações regionais (<http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/inovadoras.htm>).

A **FINEP** mantém convênio com entidades congêneres em dois países:

- na Espanha, com o CDTI (Centro para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial) e
- na França, com a **ANVAR (Agência Nacional de Valorização de Pesquisa)**. A **FINEP** também representa o Brasil como organismo gestor do programa Projetos IBEROEKA, juntamente com outras 20 instituições de países ibero-americanos. O IBEROEKA oferece oportunidades de parceiros para projetos inovadores entre empresas dos países participantes. Além disso, a FINEP participa em Comitês Gestores de mais de 20 acordos de cooperação firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e seus parceiros de outros países (<http://www.prossiga.br/finep/>).

A **Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)** assinou nesta quarta-feira com a **Agência Nacional de Valorização da Pesquisa da França (Anvar)** um acordo de cooperação para estimular a pesquisa, desenvolvimento e inovação a serem feitos em parceria de empresas, universidades e institutos de pesquisa brasileiros e franceses. "Esse acordo consiste na troca de informação e experiências entre França e Brasil", disse o presidente da Finep, Mauro Marcondes Rodrigues (<http://www.finep.gov.br/clipping/meio&imagem/u18303.htm>).

Notas sobre o termo:

Como se nota pelos contextos, nos meios de comunicação brasileiros, utiliza-se a tradução do termo francês *Agence nationale de valorisation de la recherche – ANVAR/ Agência Nacional de Valorização da Pesquisa – ANVAR*. No entanto, há, aqui, uma agência que desempenha papel semelhante à *ANVAR* francesa. Trata-se da *FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos*.

Agence nationale pour la valorisation de la de la recherche: s.f. V. Agence Nationale de la Valorisation et de la Recherche.

Agent: s.m.

Personne physique ou morale qui a la charge exclusive de vendre des produits dans un pays ou un groupe de pays en vertu d'un contrat précis et pour le compte de ses commettants. L'agent n'est pas responsable financièrement et n'est pas du croire (CCIP, 2003).

Outras designações (França):-

Contexto de uso (França): -

Equivalente (Brasil): *Agente*

Pessoa física ou jurídica, comum em operações de comércio exterior, que atua como representante de uma das partes, normalmente a vendedora. Não é incomum a existência do agente como representante do comprador (GAROFALO FILHO, 2004, p.07).

Outras designações (Brasil): Agent

Contexto de uso (Brasil):

Conhecimento de Embarque

Este documento é emitido pelo transportador internacional da mercadoria ou seu **agente**, sendo primordial a negociação junto ao banco com o qual estiver sendo conduzida a operação (http://www.despachosaduaneiros.com.br/rot_exp.htm#indice).

Embora aumentem os custos finais da exportação, os serviços de um **agente** no exterior concorrem para a fluidez da operação. Na exportação, o agente domiciliado no exterior, recebe a comissão após o efetivo ingresso das divisas relativas à liquidação da transação (http://www.expportnews.com.br/inftec/301099_09.htm).

Notas sobre o termo:

Agent commercial: s.m.

L'agent commercial est un mandataire qui, à titre de profession indépendante, sans être lié par un contrat profession indépendante, sans être lié par un contrat de louage de services, est chargé, de façon permanente, de négociier et, éventuellement, de conclure des contrats de vente, d'achat, de location ou de prestation de services, au nom et pour le compte de producteurs, d'industriels, de commerçants ou d'autres agents commerciaux (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Les fonctions de l'**agent commercial** sont très proches de celles du VRP dans le sens où il doit vendre les produits de la société qu'il représente. Cependant, son statut juridique et social est radicalement différent. En effet, l'**agent commercial** exerce son activité dans le cadre d'un contrat de mandat. Néanmoins, il doit rendre compte de sa gestion s'il est travailleur indépendant (http://www.commerciaux.fr/juridique/agent_commercial.htm).

L'**agent commercial** n'est pas lié par un contrat de louage de services avec l'entreprise ou le commerçant qu'il représente. Ils sont unis par un mandat à caractère professionnel, de ce fait, l'**agent commercial** n'a pas d'obligation d'exclusivité donc, pas d'autorisation à demander pour représenter de nouveaux mandants. La plus part des agents sont multicarte, ce qui leur permet un large champs d'investigation. Ils doivent cependant se soumettre à l'obligation de non concurrence (http://lexinter.net/JF/agent_commercial.htm).

Equivalente (Brasil): *Representante comercial*

Outras designações (Brasil): Agente comercial

Contexto de uso (Brasil):

A profissão de **representante comercial** tem um futuro promissor pela frente, pois o elemento humano sempre será fundamental nas relações comerciais. Essa é a avaliação do presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere), localizado no Rio de Janeiro/RJ, José Paulo Pereira Brandão. Ele destaca que as novas tecnologias vieram para contribuir no trabalho do agente comercial e que estes profissionais, cada vez mais, devem investir na capacitação profissional para garantir lugar no mercado (<http://www.assintecal.org.br/assintecal/web/index.asp?area=1&codmenu=179&codconteudo=8036>).

Notas sobre o termo: -

Agent général: s.m.

Agent à qui une entreprise attribue le droit exclusif d'agir en son nom sur un territoire déterminé. Un agent général peut être chargé de l'ensemble des opérations commerciales liées à la vente d'un produit, notamment des services qui en découlent: implantation sur les marchés, création d'un réseau de distribution et de vente, publicité, stockage, service après-vente, etc. suivant des modalités précisées dans un contrat. Il a généralement le statut de mandataire (CILF, 2003).

Outras designações (França): Agent général d'assurances.

Contexto de uso (França):

(...) polyvalent et autonome, l'**agent général** est responsable de sa propre agence; il est à la fois conseiller, commerçant, gestionnaire et manager d'une équipe de collaborateurs (<http://www.leguidedesmetiers.letudiant.fr/redac/afficher-secteur-gdm.asp?lien=afficher-secteur-gdm.asp&pg=metiers/m37.asp&fichemetier=m37.asp&cs=10>).

L'**agent général** représente dans son secteur géographique une société d'assurances. Il engage celle-ci:

- en vendant des contrats d'assurance à ses clients.
- en recevant le paiement des cotisations d'assurance et aussi les déclarations de sinistre.
- en versant des indemnités aux assurés à la suite d'un sinistre.

L'**agent général** est rémunéré à la commission (http://www.assuronline.com/glossaire_assurance/A/Agent-general-assurances).

Equivalentente (Brasil): *Agente exclusivo*

Aquele que tem o exclusivo direito de representar um fabricante ou exportador em certo território, durante o período de duração do contrato assinado por ambas as partes (RATTI, 2003, p. 20).

Outras designações (Brasil):

Contexto de uso (Brasil):

O Banespa é o **agente exclusivo** do FUMEFI, cabendo a ele administrar os recursos, a contratação, o acompanhamento financeiro, a liberação de recursos e o controle dos contratos. Os interessados devem consultar a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (<http://www.banespa.com.br/portal/bnp/script/templates/GCMRequest.do?page=794&entryID=4183>).

Notas sobre o termo: -

Agréé en douane: s.m. V. Commissionnaire en douane.

Air consignment note: inglês V. Lettre de transport aérien.

Air way bill of lading: inglês V. Lettre de transport aérien.

Aire de dédouanement: s.f. V. Magasin et aire de dédouanement temporaire.

Airway Bill: anglais V. Lettre de transport aérien.

ALENA: acrônimo V. Association de libre échange nord américaine.

Allotment: anglais V. Contingent.

AMF: sigla V. Accord multifibres.

ANVAR: acrônimo V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

Apurement: s.m.

Acte administratif qui constitue la phase finale d'une opération de douane ou comptable et permet de s'assurer du bon accomplissement des formalités par recouplement documentaire (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Settlement.

Contexto de uso (França):

Apurement de la dette: Même si la signature d'un plan d'**apurement** n'est pas une condition préalable à la signature du protocole, il convient de rechercher simultanément une solution à la résorption de la dette. En fonction de la situation et de l'effort du locataire, cette recherche pourra comporter un effort financier du bailleur et des autres partenaires (http://www.logement.gouv.fr/article.php3?id_article=732).

II. - Durant ce délai de six mois, un plan d'**apurement** est signé entre l'entreprise et les caisses compétentes. Sa durée est au maximum de sept ans. Il peut comporter l'annulation des pénalités et majorations de retard (<http://www.legifrance.gouv.fr/texteconsolide/MTEBX.htm>).

Equivalente (Brasil): *Liquidação de conta*

Liquidação, ajuste, pagamento de contas, solução, estabelecimento (GAROFALO FILHO, 2004, p.235).

Outras designações (Brasil): Settlement.

Contexto de uso (Brasil):

Liquidação: processo de extinção de direitos e obrigações em Ativos e recursos financeiros (www.clc.com.br/CBLC/Download/ACblc/ProcedimentosOperacionais.pdf).

Na **liquidação** de operações com títulos e valores mobiliários, o SPB apresenta certa segmentação. O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, operado pelo Banco Central do Brasil, liquida operações com títulos públicos federais. A BM&F Câmara de Ativos também liquida operações com esses títulos, segundo sistemática diferenciada. As operações com ações, normalmente realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, são liquidadas por intermédio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, entidade que também atua como depositária central desse valor mobiliário. A CBLC liquida também as operações com ações e títulos negociados no âmbito da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – Soma. Os títulos de dívida corporativa são liquidados principalmente por intermédio da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - Cetip, que também atua como depositário central (<http://www.bcb.gov.br/?SPBSLT>).

Notas sobre o termo: -

Arbitrage: s.m.

1. Disposition grâce à laquelle un litige est porté, par accord entre les parties, non devant le tribunal de droit commun qui normalement devrait en connaître, mais devant une ou plusieurs personnes (le ou les arbitres) choisies en raison de leur compétence et de leur honorabilité, constituées en "instance arbitrale" chargée de rendre un jugement appelé "sentence arbitrale". Les arbitres, lorsque les parties leur donnent des pouvoirs d'amiables compositeurs, peuvent statuer en toute indépendance; leur décision est alors sans recours.
2. Opération consistant à tirer profit, par des achats et des ventes combinés, des différences de cours de valeurs mobilières ou de biens qui existent à un moment donné sur plusieurs marchés.
3. Opération consistant à substituer à une créance utilisable dans une devise et sous certaines conditions une créance utilisable dans une autre devise et sous certaines autres conditions (CILF, 2003).

Outras designações (França): Arbitration.

Contexto de uso (França):

La Chambre offre des services d'**arbitrage** et de conciliation (http://portail.droit.francophonie.org/categories.epl?etat_clef=36&categorie=51&lang=fr).

Aujourd'hui l'**arbitrage** est le moyen le plus utilisé pour régler les différends découlant de transactions commerciales internationales. Une grande majorité de contrats inclut une clause d'arbitrage sous la rubrique «Règlement des différends» (<http://www.mcci.org/readmorechamber.aspx?id=164>).

Equivalente (Brasil):

1. *Arbitramento*: resolução de uma pendência fora da corte, ambas as partes tendo concordado em aceitar o julgamento de uma pessoa ou pessoas não diretamente envolvidas na pendência (RATTI, 2003, p.27).
2. *Arbitragem*
 - a) Processo de submeter os assuntos em disputa ou de natureza contenciosa a juízo de determinada pessoa ou pessoas sem recorrer aos Tribunais de Justiça. É normal que todos os conhecimentos de embarque e os contratos de fretamento incluam uma cláusula de arbitragem para a solução de controvérsias (VISONET, 2003).
 - b) Compra e venda simultâneas de câmbio objetivando a obtenção de lucros em razão de discrepâncias entre as taxas cambiais vigentes na mesma época em diferentes centros, ou entre margens futuras (forward) para diferentes vencimentos, ou entre taxas de juros vigentes ao mesmo tempo

em diferentes centros ou em diferentes moedas (RATTI, 2003, p.26).

- c) A compra e venda simultânea do mesmo produto ou de uma moeda estrangeira, em dois ou mais mercados, a fim de obter vantagem da diferença de preços (LUNA, 2003, p. 20).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

1. O QUE É ARBITRAGEM ?

— É um instrumento para resolver litígios sem intervenção de um juiz de direito ou qualquer outro órgão estatal (<http://www.inee.org.br/download/escos/cartilha%20de%20arbitragem1.doc>).

A **arbitragem** e a mediação são dois dos mais importantes meios de acesso à justiça (http://www.acrj.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=17).

O **arbitramento** que hoje é efetuado pelos Tribunais e apelidado de Poder Normativo da Justiça do Trabalho, passará a denominar-se *arbitramento público por meio da Justiça do Trabalho*. Chega a ser um tanto ridículo mas, a proposta fala que os Tribunais terão o prazo de dez dias para tal finalidade. Por algum milagre da “vontade política”, aquilo que demora em média um ano para ser julgado terá de concluir-se em dez dias (<http://www.espacoacademico.com.br/037/37csady.htm>).

Em fevereiro de 1895 resolvia-se com o **arbitramento** do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, a questão de limites com a Argentina (a questão das Palmas); no mês seguinte reatavam-se relações diplomáticas com Portugal, rompidas um ano antes, quando dois navios portugueses deram asilo político a Saldanha da Gama e a outros participantes da Revolta Armada. Sob arbitramento do governo português, solucionou-se o caso da Ilha da Trindade, ocupada desde dezembro de 1895 pelos ingleses, sob a alegação de não existirem ali marcos indicativos da posse brasileira (<http://elologica.br.inter.net/crdubeux/hbarros.html>).

Notas sobre o termo: O termo em português *arbitramento* é equivalente ao termo francês *arbitrage* apenas no sentido 1. Nos outros sentidos, o equivalentes em português é *arbitragem*.

Arbitration: inglês V. Arbitrage.

Arrangement Multifibre: s.m. V. Accord multifibres.

Association de libre échange nord américaine: s.f.

Accord douanier entre les USA, le Canada et le Mexique destiné à favoriser la libre circulation des marchandises. En français, on parle de l'ALENA (CCIP, 2003).

Outras designações (França): ALENA, North American Free Trade Agreement-NAFTA.

Contexto de uso (França):

Les États-Unis, renforcés par la création de l'**Association de Libre-échange Nord-américaine (ALENA ou NAFTA)** montrent un dynamisme renouvelé et continuent de conquérir de nouveaux marchés (<http://www.pan-europe.org/histoire.htm>).

Un Comité de l'**Association de libre-échange nord-américaine** entre Mexique, Canada et États-Unis (**ALENA**) préconise, dans un rapport destiné aux ministres de l'environnement, la mise en place

d'un moratoire sur les importations de maïs OGM au Mexique jusqu'à ce que les risques sur la santé humaine, sur l'intégrité culturelle des producteurs de maïs mexicains et sur l'environnement en général soient mieux (...) (http://www.infogm.org/rubrique.php3?id_rubrique=416).

Equivalente (Brasil): *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio*

1. Acordo Norte-Americano de livre comércio firmado por Estados Unidos, Canadá e México (VAZQUEZ, 2001, p.109).
2. (...) o Nafta é a ampliação do acordo de livre comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, incluindo o México. O acordo entrou em vigor a partir de janeiro de 1994 e prevê a eliminação de tarifas alfandegárias entre os três países. (GAROFALO FILHO, 2004, p.184).

Outras designações (Brasil): Nafta - North American Free Trade Agreement, Acordo Norte-Americano de Livre Comércio.

Contexto de uso (Brasil):

Acordo de livre comércio da América do Norte - NAFTA

Constitue-se em um instrumento de integração das economias dos EUA, do Canadá e do México.

O **NAFTA** (North America Free Trade Agreement) foi iniciado em 1988, entre norte-americanos e canadenses, e por meio do Acordo de Liberalização Econômica, assinado em 1991, formalizou-se o relacionamento comercial entre os Estados Unidos e o Canadá. Em 13 de agosto de 1992, o bloco recebeu a adesão dos mexicanos.

O **NAFTA** entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, com um prazo de 15 anos para a total eliminação das barreiras alfandegárias entre os três países, estando aberto a todos os Estados da América Central e do Sul.

O **NAFTA** consolidou o intenso comércio regional no hemisfério norte do Continente Americano, beneficiando grandemente à economia mexicana, e aparece como resposta à formação da Comunidade Européia, ajudando a enfrentar a concorrência representada pela economia japonesa e por este bloco econômico europeu (<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/NAFTA.htm>).

O **Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)** entre Estados Unidos, Canadá e México, que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1994, pleiteava um grande objetivo: criar a zona comercial mais importante do mundo, que favoreceria o crescimento e a prosperidade econômica na região e asseguraria melhora na condição econômica dos três países, apesar da desigualdade entre seus respectivos níveis de ingresso, riqueza e desenvolvimento (<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/internacional/livecomercioamericadonorte.htm>).

Notas sobre o termo: -

Association du transport aérien international: s.f.

Association dont le rôle est de définir les règles applicables en matière d'acheminement par avion des personnes et du fret. Elle fixe également les tarifs relatifs aux liaisons aériennes assurées par ses membres (CCIP, 2003).

Outras designações (França): ATAI, Association internationale du transport aérien, IATA - International Air Transport Association.

Contexto de uso (França):

Selon l'**Association du transport aérien international (IATA)**, en 2004, le trafic aérien mondial a progressé de 15,3 %, mais de 20,5 % en Asie et de 24,8 % au Moyen-Orient. Mieux, selon le *Centre for Asia Pacific Aviation* les compagnies aériennes de ces deux régions devraient afficher plus de 3 milliards de dollars de profit dont 750 millions pour les transporteurs chinois (<http://www.amb-inde.fr/India%20in%20French%20Media/Le%20Monde%2006042005.doc>).

L'**Association du transport aérien international (IATA)** prévoit que les compagnies aériennes transporteront 120 millions de passagers supplémentaires en 1998 sur leurs lignes internationales, soit un total de 437 millions de passagers (318 millions en 1993) (<http://www.evariste.org/100tc/D3-Transp-Determ-Auto.html>).

Equivalente (Brasil): *Associação de Transporte Aéreo Internacional*

1. Fundada em 1919, na França; associação que reúne empresas de todo o mundo, contando com aproximadamente 1000 empresas e 10000 agentes de carga associados. Sua finalidade é solucionar problemas comuns, surgidos em virtude do desenvolvimento rápido ocorrido com a aviação civil internacional (VAZQUEZ, 2001, p.85).
2. Instituição que coordena e regula os transportes aéreos internacionais e as tarifas e fretes aéreos (VISONET, 2003).

Outras designações (Brasil): IATA, International Air Transport Association, Associação Internacional de Transporte Aéreo e Internacional.

Contexto de uso (Brasil):

O transporte aéreo é baseado em normas da **Associação de Transporte Aéreo Internacional (IATA - International Air Transport Association)**. A associação das empresas aéreas na IATA não é obrigatória. A IATA representa as companhias aéreas e estabelece tarifas máximas fixadas anualmente, com base nas rotas e nos serviços prestados (<http://www.exporta.sp.gov.br/2004/pages/popPasso.asp?id=8>).

Em Montreal, o diretor da **Associação de Transporte Aéreo Internacional (Iata)**, Pierre Jeannot, considerou que permitir que os pilotos andem armados nos aviões é uma opção "a examinar com precaução" (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u29997.shl>).

IATA (International Air Transport Association): Associação Internacional de Transporte Aéreo, órgão que regulamenta e coordena o serviço de transporte aéreo internacionalmente (<http://www.fiopa.org.br/cin/index.asp?assunto=14&letra=I>).

Notas sobre o termo:

Association européenne de libre échange: s.f.

European Free Trade Area (AELE) regroupe 4 pays dont l'Islande, la Norvège, la Suisse et le Liechtenstein. Ces derniers ont signé en 1992 un accord de libre échange avec la CEE. Cet accord est entré en vigueur le 1er janvier 1994 et a donné naissance à l'Espace Économique Européen (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): AELE, European Free Trade Association, European Free Trade Area – EFTA.

Contexto de uso (França):

Par ailleurs, chaque pays de l'**association européenne de libre-échange** (Islande, Norvège, Suisse, Liechtenstein) créée en 1960, a signé en 1972 des accords de libre échange avec la CEE. L'accord sur l'espace économique européen (EEE), signé en 1992 et entré en vigueur au 1^{er} janvier 1994, élargit le marché unique de l'UE à trois des quatre membres de l'AELE, la Suisse

ayant voté contre son adhésion en 1992 (<http://www.assemblee-nationale.fr/12/rapports/r1143.asp>).

AELE (Association européenne de libre-échange): zone de libre-échange créée en 1962 par un certain nombre de pays européens non membres (à l'époque) de la Communauté économique européenne, à l'instigation du Royaume-Uni. Elle regroupait, outre ce dernier pays, l'Autriche, la Suisse, la Suède, le Danemark, la Norvège, la Finlande et l'Irlande. A l'exception de la Suisse, tous les autres pays ont adhéré à la Communauté européenne (devenue Union européenne en 1993); aussi l'**AELE** a été dissoute en 1994, et la Suisse a passé avec l'Union européenne un accord particulier de libre-échange, créant l'Espace économique européenne (EEE) (http://www.ac-bordeaux.fr/Etablissement/JMonnet/ses/2001/2001-2002/term/internat/internat_dossier2.htm).

Equivalente (Brasil): *Associação Européia de Livre Comércio*

Organismo de cooperação econômica criado em 1960, visando abolir as tarifas alfandegárias entre os países-membros na comercialização de produtos industrializados. É uma organização internacional que envolve quatro países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, com sede em Genebra e escritórios em Bruxelas e Luxemburgo. Atua em três áreas principais: monitorar e gerenciar as atividades entre os quatro membros; desenvolver relacionamento dos países-membros com outros países não-europeus, e estruturar as relações entre seus membros, exceto a Suíça, com a União Européia (GAROFALO FILHO, 2004, p.101).

Outras designações (Brasil): European Free Trade Agreement, European Free Trade Association-EFTA, Tratado de Livre Comércio Europeu, AELC.

Contexto de uso (Brasil):

A **EFTA**, criada em 1960, conta hoje apenas com a Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega como países membros (http://www.bahiaexport.com.br/port/servicos/apoio_principais.asp).

A **EFTA** foi constituída pela Convenção de Estocolmo, assinada em 04 de janeiro de 1960, tendo como primeiros parceiros Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte). A **EFTA** surgiu como uma oposição à Comunidade Econômica Européia (CEE), pois seus Estados-Membros procuravam evitar o que consideravam pesados compromissos econômicos e institucionais, pois enquanto o Reino Unido buscava total liberdade econômica, sem maiores compromissos institucionais, a Áustria, a Suécia e a Suíça defendiam o direito à soberania política (http://www.cfa.org.br/html/p_serv/bl_econ_efta.html).

Notas sobre o termo: -

Association internationale du transport aérien: s.f. V. Association du transport aérien international.

Assurance crédit: s.f.

Assurance délivrée par la Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur (COFACE), destinée à couvrir l'exportateur contre certains risques spécifiques aux opérations d'exportation pouvant survenir avant et après la livraison; avant la livraison, l'exportateur est exposé à un risque d'interruption de contrat du fait de l'acheteur victime d'un sinistre d'origine commerciale ou politique; le risque est appelé risque de fabrication. Après la livraison, l'exportateur est exposé au risque de non-paiement de sa créance, à bonne date et dans la devise convenue du fait de l'acheteur victime d'un sinistre d'origine commerciale ou politique. Le risque est appelé risque de crédit (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Export Credit Insurance, Credit Insurance.

Contexto de uso (França):

Face au ralentissement de la conjoncture et la hausse des risques, plusieurs compagnies et courtiers d'assurances proposent aux entreprises un produit qui permet de les prémunir contre l'insolvabilité de leurs clients et de limiter les impayés: l'**assurance-crédit**. Le contrat d'**assurance-crédit** est un outil de gestion qui repose sur trois services: la prévention, le recouvrement, l'indemnisation (<http://www.netpme.fr/recouvrement-creances/158-l-assurance-credit.html>).

Assurance crédit

OBJECTIFS: Garantir les risques d'impayés – risques clients et risques pays – encourus par les entreprises exportatrices. Selon les cas, des garanties complémentaires peuvent porter sur les risques d'interruption de marché pendant la période de fabrication, de cautions ou stocks consignés, les matériels d'entreprise temporairement exportés (http://www.industrie.gouv.fr/pratique/aide/developper_presence.htm#2).

Equivalente (Brasil): *Seguro de Crédito à Exportação*

Garante ao exportador a indenização por perdas líquidas definitivas, em consequência ao não recebimento de crédito concedido a cliente no exterior. Adicionalmente, funciona também como instrumento de prevenção, como incentivo para prospecção de novos clientes e novos mercados e ainda como ferramenta de cobrança. Entre as garantias vinculadas às vendas externas, esta modalidade é a que apresenta menor custo. O SCE tem por objetivo a cobertura contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários a que estão sujeitas as transações comerciais e financeiras vinculadas às exportações. Pode ser contratado pelo exportador ou pela instituição financeira que amparar a exportação de bens e serviços (GAROFALO FILHO, 2004, p.233).

Outras designações (Brasil): SCE, Export Credit Insurance, Credit Insurance, Seguro de crédito, Seguro de empréstimo ou crédito externo.

Contexto de uso (Brasil):

O **Seguro de Crédito à Exportação (SCE)** tem por objetivo segurar as exportações brasileiras de bens e serviços contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar as transações econômicas e financeiras vinculadas a operações de crédito à exportação (http://www.fazenda.gov.br/sain/m_seguro.htm).

Seguro de Crédito à Exportação, que possibilita a cobertura dos riscos comercial e político dos bens e serviços exportados. No Brasil este instrumento é operado pela - Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação - SBCE (<http://www.bndes.gov.br/linhas/exportacao.asp>).

Notas sobre o termo: -

Assurance prospection: s.f.

L'assurance prospection de la COFACE permet à l'exportateur, contre paiement d'une prime et dans la limite d'un budget fixé, de recevoir, à l'issue de chaque exercice, pendant la période de garantie, une indemnité provisionnelle représentant de 50% à 75% de la part des dépenses de prospection non amorties par la marge dégagée sur les ventes générées par l'effort de prospection. Cette assurance existe sous deux formes: l'APN, assurance prospection normale et l'APS, assurance prospection simplifiée (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Assurance prospection de la COFACE, Market exploration insurance.

Contexto de uso (França):

L'**assurance-prospection COFACE** est une assurance contre le risque d'échec commercial d'une action de prospection à l'étranger, ainsi qu'un soutien financier (<http://www.ccinordisere.fr/pages/index/cci-nord-isere/num/341>).

L'**assurance - prospection** a pour objet d'accompagner la prospection commerciale des PME dans un ou plusieurs pays. La procédure présente pour les entreprises deux avantages:

- un allègement de trésorerie: dans la phase de prospection, des indemnités sont versées à l'entreprise pour couvrir une partie de ses dépenses.
- une assurance contre l'échec: lorsque les recettes résultant de la prospection sont insuffisantes, l'entreprise conserve tout ou partie des indemnités qu'elle a reçues (<http://www.senat.fr/rap/104-074-313/104-074-31319.html>).

Equivalente (Brasil): *Seguro de Prospecção de Mercado*

Outras designações (Brasil): Seguro-prospecção.

Contexto de uso (Brasil):

(...) um instrumento efetivo para o incentivo da maior participação das MPMEs no comércio exterior brasileiro poderia ser, por exemplo, a introdução de uma nova modalidade de seguro, bastante utilizada na Europa, i.e., o “**Seguro de Prospecção de Mercado**” (SPM). Trata-se de instrumento de garantia que propiciaria o acesso das Micro, Pequenas e Médias Empresas MPMEs, de bens e/ou de serviços - ao mercado internacional. O objetivo do **SPM** seria o de cobrir parte das despesas incorridas na ação de prospecção de mercado pelas MPMEs que não possam ser amortizadas pelas mesmas, seja pelo insucesso na ação de prospecção, seja em virtude do nível insatisfatório de vendas. Entre as despesas que poderiam ser cobertas com esta modalidade de seguro encontram-se aquelas relacionadas à participação em feiras e exposições, gastos fixos com agentes locais no exterior, gastos com funcionamento de escritório ou filial no exterior, consultorias e estudos de mercado, publicidade, registro de marcas e patentes no exterior, pareceres jurídicos e fiscais e adaptação de produtos às normas locais. Segundo experiência da COFACE, na França, para cada EU 1,00 gasto pelo Governo com este tipo de operação, EU 50,00 retornam sob a forma de novas exportações (<http://www.bancohoje.com.br/artigo.asp?Artigo=1344>).

No caso do mecanismo operado pela Coface na França, esse prazo do contrato do **seguro-prospecção** pode chegar a, no máximo, sete anos e cobre uma parcela significativa dos gastos de prospecção entendidos em sentido amplo, de forma a incluir, entre outros, despesas de adaptação dos produtos às normas do mercado visado, gastos financeiros ligados à manutenção de estoques no destino, gastos de pessoal dedicado à prospecção e contratação de serviços de consultoria jurídica e outras no mercado visado etc. (www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-05.pdf).

Notas sobre o termo:

Assurance prospection de la COFACE: s.f. V. Assurance prospection.

ATA: s.m. V. Carnet ATA.

ATAI: acrônimo V. Association du transport aérien international.

Attestation de prise en charge du transitaire: s.f. V. Forwarder's Cargo Receipt.

ATV: sigla V. Accord multifibres.

Avance en devises: s.f

Prêt en devises consenti par une banque à un exportateur pour financer des ventes payables à court et à moyen terme et, sous certaines conditions, garantir la vente contre le risque de change; les conditions de mise en place et de remboursement sont libres (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

L'avance en devise dans le cadre de vos activités internationales peut vous permettre à l'export de mobiliser vos créances en devises, ou à l'import, d'obtenir un crédit de trésorerie, à des taux avantageux (http://www.ca.midi.fr/Vitrine/CatalogueProduit/FichProd/P_FichProd_InternationalAvanceDe vise.jsp).

Equivalentente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo:

Avance en devises export: s.f.

Financement bancaire de trésorerie pour l'exportateur qui accorde un délai de paiement à son acheteur étranger. Si l'avance en devises est consentie dans la monnaie de facturation du contrat commercial, elle constitue également un moyen de protection contre le risque de change (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Avance en devise à l'exportation C'est un financement en devise de vos exportations de marchandises ou de prestations de service dans l'attente du règlement en provenance de l'étranger.

Avantages: Un coût pouvant être inférieur à un financement en Euro, suppression du risque de change dans la mesure où l'avance en devises est mise en place dans la monnaie de facturation (http://www.sb.cic.fr/international/produits/av_de vise/main.htm).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Avance en de devises import: s.f.

Financement bancaire de trésorerie pour l'importateur qui lui permet de payer comptant son vendeur étranger. Si l'avance en devises est consentie dans la monnaie de facturation du contrat commercial, elle constitue également un moyen de protection contre le risque de change (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Avance en devise à l'importation et prêt en devise C'est un prêt en devise destiné à financer le règlement d'une importation ou tout autre besoin de trésorerie à court ou moyen terme.

Avantages: Le coût de l'avance ou du prêt peut être, selon la devise empruntée, inférieur à un financement en Euros; suppression éventuelle du risque de change si l'entreprise a des créances à recevoir dans la même devise que celle du financement. Dans le cas contraire, vous pouvez vous prémunir contre ce risque par une couverture à terme ou une option de change (http://www.sb.cic.fr/international/produits/av_devise/main.htm).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Avarie: s.f.

Perte ou dommages subis par la marchandise transportée (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Damage.

Contexto de uso (França):

Malgré tous les soins apportés à l'exécution du transport, et en dépit de toutes les améliorations techniques que l'on peut y apporter, le voyage maritime comporte toujours certains risques d'une nature et d'une ampleur extrêmement variées. Ces risques se traduisent tout d'abord par des dommages physiques subis par le navire et la cargaison en cours de transport: destruction, perte, casse, vol, moisissure... Les auteurs classiques nomment ces dégradations matérielles: les **avaries**-dommages.

Mais, en droit maritime, le mot **avarie** a un sens beaucoup plus large que dans le vocabulaire courant. Il englobe non seulement les dommages matériels au navire et à la cargaison, mais aussi certaines dépenses accidentelles engagées en cours de voyage, soit en faveur du navire, soit en faveur de la marchandise, soit en faveur de l'un et de l'autre ensemble (<http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/memoires/2004/m04duce.html>).

Equivalente (Brasil): *Avaria*

Dano ao navio ou à carga transportada (RATTI, 2003, p.33).

Outras designações (Brasil): Damage.

Contexto de uso (Brasil):

Considera-se **avaria** para efeito deste item todo e qualquer prejuízo que sofra a mercadoria ou seu envoltório, desde o embarque até a entrega ao legítimo destinatário (http://www.fenop.com.br/cct/cc_sc2_2.html).

Avaria

Termo empregado no Direito Comercial para designar os danos às mercadorias (<http://www.proriscoseguros.com.br/glossario.htm>).

Notas sobre o termo: -

Avarie frais: s.f.

1. Dépense qui vise à la préservation de marchandises couvertes par l'assurance et ayant subi des dommages (CCIP, 2003).
2. Dommages causés au navire ou à la cargaison; frais exceptionnels engagés pour prévenir ces dommages (CILF, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

On rencontre donc, à côté des avaries-dommages, un autre type d'avarie, totalement différent par nature: les **avaries-frais**. Ces dernières sont consécutives à des dépenses engagées pendant le voyage et qu'il faut répartir entre le navire et la cargaison. Cette distinction entre avarie-dommage et **avarie-frais** constitue la summa divisio du droit maritime des avaries (<http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/memoires/2004/m04duce.html>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Avarie Commune: s.f.

Ces avaries sont spécifiques aux transports maritimes et fluviaux et résultent d'un événement qui mettrait le navire et sa cargaison en danger si le capitaine, dans l'intérêt commun, ne prenait pas d'initiative (exemple: afin d'éviter un naufrage, une partie de la cargaison est sacrifiée). Dans ce cas de figure, les dépenses exceptionnelles et la valeur des marchandises sacrifiées seront remboursées par tous ceux à qui l'action a profité (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): General average, avarie grosse.

Contexto de uso (França):

En droit maritime, par contre, s'il existe des dommages qui sont soufferts uniquement par le propriétaire de la chose, il existe également d'autres dommages qui sont supportés par toutes les personnes engagées dans l'expédition maritime. C'est pour cela que les avaries sont divisées en

deux classes: les **avaries grosses** ou **communes** et les avaries simples ou particulières. Les **avaries communes** sont ainsi dénommées parce qu'elles sont supportées par le gros, l'ensemble de la cargaison, et en commun, tandis que les avaries simples sont dites particulières parce qu'elles sont supportées par le propriétaire du navire ou de la marchandise, en particulier.

(...) L'**avarie commune** se définit ainsi comme tout sacrifice, en nature ou en argent, fait volontairement et raisonnablement par le capitaine pour faire face à un risque de mer ou à un évènement exceptionnel mettant l'expédition en danger, pour assurer la sécurité commune du navire et de la cargaison, et permettre la poursuite du voyage. Le sacrifice doit ensuite être supporté à la fois par les propriétaires du navire et de la cargaison, proportionnellement à la valeur respective de ces biens (<http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/memoires/2004/m04duce.html>).

Equivalente (Brasil): *Avaria grossa*

Aquela que atinge os interesses comuns do navio ou da carga e é suportada por todas as partes interessadas no navio e na carga, proporcionalmente. Exemplo: lançamento de parte da carga ao mar para salvar o navio (RATTI, 2003, p.33).

Outras designações (Brasil): General average, avaria geral, avaria comum.

Contexto de uso (Brasil):

(...) **avaria grossa ou comum** (que também se chama **avaria geral**): é todo o dano e despesa extraordinária, feita deliberada, regular e utilmente, para o bem da salvação comum do navio e carregação (<http://cacbufc.org.br/artigos/verartigo.asp?id=346>).

Havendo um acidente a bordo ou uma colisão, em que parte da carga começa a oferecer perigo para a estabilidade do navio, o comandante tem autoridade para tomar tal decisão, e, neste caso ficou caracterizada a **avaria grossa** (<http://www.defensoriadaagua.org.br/sgc/base/new4one.asp?idn=463>).

Notas sobre o termo: -

Avarie particulière: s.f.

Dans le domaine du transport, ces avaries concernent la marchandise elle-même. Elles sont représentées par des pertes, des manquants, des détériorations subies lors du transport ou lors des manutentions pré ou post acheminement (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Particular average, avarie simple.

Contexto de uso (França):

Les avaries communes sont ainsi dénommées parce qu'elles sont supportées par le gros, l'ensemble de la cargaison, et en commun, tandis que les **avaries simples** sont dites **particulières** parce qu'elles sont supportées par le propriétaire du navire ou de la marchandise, en particulier (<http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/memoires/2004/m04duce.html>).

Equivalente (Brasil): *Avaria particular*

Aquela que é suportada totalmente pelo dono (ou seu segurador) de propriedade particular que é perdida ou avariada, seja parte do navio, seja de sua carga. Exemplo: danificação da carga por efeito da água salgada (RATTI, 2003, p.34).

Outras designações (Brasil): Avaria simples, particular average.

Contexto de uso (Brasil):

AVARIA PARTICULAR - No ramo Cascos Marítimos é definida como o dano sofrido pela embarcação que importe em valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor total da mesma. No ramo Transportes é qualquer avaria à carga transportada diferente de uma Avaria Grossa (http://comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/dic_seguro.cfm).

Avaria simples ou particular é aquela suportada só pelo navio ou só pela coisa que sofreu o dano ou deu causa à despesa (<http://www.edilsonsoares.com.br/artigos/artigo.asp?ArticleID=293>).

Notas sobre o termo: -

Avarie grosse: s.f. V. Avarie Commune.

Avarie simple: s.f. V. Avarie particulière.

Avis de passage: s.m. V. Certificat de passage.

AWB: sigla V. Lettre de transport aérien.

B

B/L: sigla V. Connaissance maritime.

BAE: acrônimo V. Bon à enlever.

BAF: acrônimo V. Bunker Adjustment Factor.

Banque européenne d'investissement: s.f.

Institution de droit public autonome créée en 1958 par le Traité de Rome dont la mission est de contribuer, en faisant appel au marché international des capitaux et à ses ressources propres, au développement équilibré des pays de la Communauté. Elle octroie des prêts à long terme ou des garanties à des entreprises privées ou publiques ou à des collectivités pour des investissements relatifs à la mise en valeur de régions moins développées, la modernisation ou la conversion d'entreprises ou la création d'activités nouvelles. Son activité s'étend aux investissements à l'extérieur de la Communauté lorsqu'ils présentent un intérêt particulier pour la CEE, ou dans le cadre d'accords ou conventions organisant une coopération financière avec des États tiers (pays notamment d'Afrique, Caraïbes, Pacifique -ACP) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): European Investment Bank – BEI.

Contexto de uso (França):

Institution financière de l'Union européenne, la **Banque européenne d'investissement** a pour mission de contribuer à l'intégration, au développement équilibré et à la cohésion économique et sociale des pays membres. À cette fin, elle emprunte sur les marchés des capitaux d'importants volumes de fonds qu'elle oriente, aux meilleures conditions, vers le financement d'investissements conformes aux objectifs de l'Union. En dehors de l'Union, la **BEI** met en oeuvre les volets financiers des accords conclus dans le cadre des politiques européennes d'aide et de coopération au développement (<http://www.bei.org/about/>).

Equivalentente (Brasil): *Banco Europeu de Investimento*

Outras designações (Brasil): BEI.

Contexto de uso (Brasil):

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (Luxemburgo, Luxemburgo)

Instituição financeira da União Europeia, criada em 1958 pelo Tratado de Roma. Contribui para a concretização dos objetivos da UE, através do financiamento de projetos de investimentos públicos ou privados, no intuito de promover a integração europeia, o desenvolvimento equilibrado, a coesão econômica e social, assim como uma economia baseada no conhecimento e na inovação (por exemplo, as redes transeuropeias de transportes e telecomunicações) (<http://www.france.org.br/abr/label/label53/02.html#11>).

O **Banco Europeu de Investimento (BEI)** é uma instituição de crédito autônoma no seio da União Europeia (UE), com sede em Luxemburgo. Foi criado em 1958 pelo Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Europeia, com o objetivo de financiar projetos de investimento que promovam o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da União Europeia e contribuam para a consecução dos objetivos de política geral desta. Os financiamentos do Banco destinam-se essencialmente a projetos nos Estados-Membros da UE (http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seain/manual_financiamento.doc).

Notas sobre o termo: Certamente, não há, no Brasil, um *Banque Européenne d'Investissement*, portanto, *Banco Europeu de Investimento* é apenas uma tradução do termo francês, e não um equivalente.

Banque internationale pour la reconstruction et le développement: s.f.

Institution financière née des accords de Bretton Woods (1944) qui avait initialement pour mission d'apporter une aide financière aux pays dévastés par la seconde guerre mondiale. De nos jours, la BIRD exerce sa fonction d'assistance financière auprès des pays en voie de développement en leur prêtant des capitaux utilisés à des fins productives (CCIP, 2003).

Outras designações (França): International Bank for Reconstruction and Development, World Bank, Banque Mondiale, BIRD.

Contexto de uso (França):

Les activités de la **BIRD** ont débuté en 1946 et son rôle a progressivement évolué au cours des années. Ses opérations se sont en effet étendues au financement de projets d'équipements dans les pays en développement, lesquels sont actuellement les principaux bénéficiaires de son aide (http://www.globenet.org/ifi/article.php?id_article=18).

La **Banque internationale pour la reconstruction et le développement**, communément appelée **Banque Mondiale**, est, avec le FMI, le second pilier des institutions financières internationales. Elle a été créée en juillet 1944 lors de la conférence monétaire et financière des Nations Unies à Bretton Woods. La lutte contre la pauvreté est devenue le principal objectif de la Banque Mondiale. Cette orientation, engagée dès les années 60, est devenue une priorité sous la Présidence de Mac Namara (1971) (<http://www.diplomatie.gouv.fr/actu/actutxt.asp?DOS=12324>).

Equivalente (Brasil): *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*

Instituição financeira internacional ligada à ONU e conhecida também como Banco Mundial - World Bank. Criado em 1944, na Conferência de Breton Woods, teve o objetivo inicial de financiar os projetos de recuperação econômica dos países atingidos pela guerra. Sediado em Washington, fornece empréstimos diretos de longo prazo, 15 a 25 anos, aos governos e às empresas com garantias oficiais, para projetos de desenvolvimento e assistência técnica (...) (GAROFALO FILHO, 2004, p. 26).

Outras designações (Brasil): BIRD, IBRD - International Bank for Reconstruction and Development, World Bank, Banco Mundial.

Contexto de uso (Brasil):

O **Banco Mundial** foi fundado em 1944, com sede em Washington, e é a maior fonte de linhas de crédito para projetos de desenvolvimento. Seu objetivo é promover países em desenvolvimento num padrão de crescimento econômico sustentável e visando ao combate à pobreza. Sua instituição mais conhecida é o **Bird**, o **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento**, que oferece linhas de crédito a países em desenvolvimento. O Banco Mundial é uma organização de direito privado, da propriedade de mais de 180 países, todos acionistas, cuja participação varia em função das suas contribuições ao banco (<http://www.estadao.com.br/ext/financas/glossario/?l=b>).

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

- Finalidade: apoio ao desenvolvimento dos países membros que compõem os recursos do Banco Mundial.
- Objeto de Cooperação: fundamentalmente às áreas de agricultura, saneamento e meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.
- Clientela: governos de todos os níveis dos países membros do Banco Mundial.
- Faixa de financiamento: não há limite, depende do projeto (<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/ffinanci.html>).

Notas sobre o termo: -

Banque Mondiale: s.f. V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

BEI: acrônimo V. Banque européenne d'investissement.

Bill of lading: inglês V. Connaissance maritime.

BIRD: acrônimo V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

Bon à enlever: s.m.

Document émis par la douane et permet à l'importateur de disposer de sa marchandise (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): BAE.

Contexto de uso (França):

En principe, le **Bon à Enlever (BAE)** doit être disponible dans un délai de 48 heures.

Lorsque le **BAE** est délivré, il est retiré par le Transitaire qui va s'adresser à sa compagnie maritime pour enlever les marchandises.

(...) Au magasin Douane ou chez le Transitaire, le **BAE** est enregistré et vérifié par les Agents des Douanes et par les agents de la Compagnie maritime avant que les marchandises ne soient définitivement libérées pour la consommation.

(...) Le **Bon à Enlever** Automatique des marchandises est une procédure de dédouanement instantanée qui concerne 80% des déclarations en Douane à l'exclusion de celles qui couvrent des marchandises dont la sensibilité à la fraude est connue. Avec cette procédure, l'importateur obtient le **BAE** dès le Dépôt de sa Déclaration en Douane à la Section des Ecritures (<http://www.douanes.ci/BasesRegles/Procedures.htm>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Bonded Warehouse: inglês V. Entrepôt fiscal.

Broker: inglês V. Courtier.

Bunker Adjustment Factor: inglês

BAF et CAF sont deux types d'ajustement qui viennent s'ajouter au fret de base soit à la hausse, soit à la baisse. BAF (Bunker Adjustment Factor) est un correctif qui dépend de l'évolution du prix du carburant. CAF (Currency Adjustment Factor) est un correctif qui dépend de l'évolution de la devise dans laquelle est libellé le tarif (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): BAF.

Contexto de uso (França):

BAF: Bunker Adjustment Factor: surcharge de tarif en transport maritime en cas de montée du prix des carburants (également appelée IFP: Interim Fuel Participation) (<http://www.ecogexport.com/export/abbreviations.htm#B>).

Equivalentente (Brasil): *Sobretaxa de combustível*

Sobretaxa aplicada pelo armador em cima do frete para cobrir o custo do combustível.

Outras designações (Brasil): Bunker Surcharge, BAF, Bunker Adjustment Factor.

Contexto de uso (Brasil):

Sobretaxa de combustível (bunker surcharge): percentual aplicado sobre o frete básico, destinado a cobrir custos com combustível (http://www.fiesp.com.br/infra_estrutura/secao2/secao3/index.asp?id=49&se=131).

Notas sobre o termo: -

Bureau de domiciliation: s.m.

Bureau de douane où sont centralisées toutes les opérations d'une entreprise dans le cadre d'une procédure particulière dont elle a le bénéfice (par exemple dans le cadre d'une procédure de dédouanement à domicile). Dans le cadre d'une domiciliation unique, le bureau de domiciliation est celui où sont centralisés les crédits, les paiements et les formalités de dédouanement (comptabilité matières et déclarations de régularisation). Dans le cadre de cette procédure, les bureaux dont dépendent les différents sites à partir desquels sont réalisées les opérations physiques d'importation et/ou d'exportation, sont dits "bureaux de rattachement" (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Art.4.— Les marchandises exportées par l'entreprise bénéficiant de la procédure doivent obligatoirement être déclarées auprès d'un même bureau de douane dit **bureau de domiciliation** (www.presidence.pf/stock/tree/pdf/8010.pdf).

- Quel est l'intérêt de la procédure ?

Elle simplifie la tâche des opérateurs puisque le dédouanement des marchandises s'effectue dans les locaux de l'entreprise exportatrice, sans passage par le bureau de douane. Toutes les opérations d'exportation sont traitées par le bureau de douane le plus proche de l'entreprise, également appelé **bureau de domiciliation**. La procédure peut être combinée avec les régimes douaniers économiques (<http://douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d11232431.htm&cusnum=397>).

Le **bureau de domiciliation** est, en principe, le bureau le plus proche du lieu de destination ou d'expédition des marchandises. Tout bureau de plein exercice peut être désigné comme **bureau de domiciliation** (<http://admi.net/jo/20030103/BUDD0260250A.html>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Bureau de douane: s.m.

Lieu où sont effectués les formalités et contrôles douaniers. Il existe non seulement des bureaux aux frontières terrestres et maritimes mais également à l'intérieur du territoire, partout où les nécessités du commerce international l'exigent (aéroports, ports fluviaux, gares routières et ferroviaires, etc.). Les bureaux de douane sont répartis en trois catégories selon leur compétence: 1) - bureaux de plein exercice. Lieux dans lesquels, sauf exception, la déclaration de toutes marchandises peut être effectuée sous tous régimes douaniers, 2) - bureaux à compétence limitée. Lieux ouverts seulement au tourisme international, au cabotage national et à certaines opérations du trafic frontalier, 3) - bureaux spécialisés. Lieux dans lesquels ne peuvent être déclarées que certaines marchandises (par ex.: pelleteries et fourrures, perles fines, pierres gemmes, certains objets d'art et de collection, etc.). Les marchandises peuvent être dédouanées également dans un centre régional de dédouanement (CRD) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Customs Office, Douane.

Contexto de uso (França):

Rattachée au Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie, par l'intermédiaire du ministre délégué au budget et à la réforme budgétaire, **la douane** compte près de 20.000 agents. Elle protège désormais l'économie et les citoyens européens des 25 pays membres de l'Union européenne, particulièrement en luttant contre les trafics illicites et la criminalité organisée. L'instauration du marché unique, le 1er janvier 1993, a conduit à une modification des missions exercées par les services douaniers. Traditionnellement axées sur la perception des droits et taxes dus à l'entrée des marchandises sur le territoire national, la lutte contre les trafics illicites et les contrôles des personnes aux frontières, les missions de la douane s'étendent désormais à d'autres secteurs (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=organisation/missiondouane.htm&cusnum=134>).

Equivalente (Brasil): *Alfândega*

1. Repartição governamental que fiscaliza a entrada e saída de mercadorias em cada país, para assegurar o pagamento das tarifas correspondentes e o cumprimento das normas locais de

comércio internacional. Cumpre também à alfândega impedir a prática de contrabando e a entrada no país de mercadorias consideradas contrárias aos interesses da produção nacional (GAROFALO FILHO, 2004, p.09).

2. Serviços administrativos responsáveis pela aplicação da legislação aduaneira e da arrecadação dos direitos e impostos aplicados à importação, à exportação, ao movimento ou à armazenagem de mercadorias e encarregados, também, da aplicação de outras leis e regulamentos relativos a essas operações (VISONET, 2003).

Outras designações (Brasil): Customs, Customs house, aduana.

Contexto de uso (Brasil):

Customs: Alfândega, aduana, escritório ou edifício da Agência da Receita Federal nos portos e aeroportos, encarregada de fiscalizar a entrada, trânsito e saída de mercadorias do país, bem como coletar impostos daí oriundos e liberar os navios e aeronaves na chegada e saída dos portos e aeroportos (<http://www.amello.com.br/terminologia2.htm>).

Notas sobre o termo: -

Bureau de douane de sortie: s.m. V. Bureau de sortie.

Bureau de sortie: s.m.

Dernier bureau de douane par lequel les marchandises quittent physiquement le territoire de la Communauté européenne (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Bureau de douane de sortie.

Contexto de uso (França):

On entend par **bureau de douane de sortie**, le bureau où les marchandises sont prises en charge à destination d'un pays tiers. Il est chargé de veiller à ce que les marchandises ne quittent pas le territoire douanier de la Communauté sans avoir satisfait aux formalités d'exportation, et à ce que, celles qui ont été déclarées pour l'exportation le quittent effectivement (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d112323.htm&cusnum=378>).

Equivalente (Brasil): Alfândega de saída

Outras designações (Brasil): Aduana de saída, repartição de saída.

Contexto de uso (Brasil):

O MIC/DTA deve ser preenchido em 5 (cinco) vias originais que serão apresentadas à Alfândega de partida, acompanhada de 5 (cinco) cópias, que terão a seguinte destinação:

a conjunto de originais:

1ª via Alfândega de partida

2ª via **Alfândega de saída** no país de partida

3ª via Alfândega de entrada no país de destino

4ª via Alfândega de destino

5ª via Transportador

Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se:

II como **repartição de saída** do trânsito aduaneiro internacional ferroviário, o órgão fiscal de fronteira que jurisdicione o ponto de saída do trânsito aduaneiro do território aduaneiro nacional (<http://www.mercadores.com.br/cons/Traad-v.doc>).

Neste documento, o portador internacional declara perante a **alfândega de saída** ou de chegada o detalhe das mercadorias transportadas, identificando o número do conhecimento ou guia, o dos volumes e a natureza da mercadoria, seu peso, o consignatário e seu endereço (<http://www.mmcontabilidade.com.br/dicionario/default.asp?letra=M>).

ALFÂNDEGA DE PARTIDA

Repartição aduaneira onde começa uma operação de trânsito aduaneiro (<http://www.mmcontabilidade.com.br/dicionario/default.asp?letra=A>).

O Estado de exportação poderá, mediante consentimento por escrito dos Estados interessados, permitir que o gerador ou o exportador usem uma notificação geral pela qual os resíduos perigosos ou outros resíduos com as mesmas características físicas e químicas sejam **aduana de saída** do Estado de exportação, via a mesma aduana de entrada do Estado de importação e, no caso de trânsito, via a mesma aduana de entrada e saída do Estado ou Estados de trânsito (<http://www.bdt.fat.org.br/sma/entendendo/convbas2>).

Notas sobre o termo: -

C

CAF: acrônimo V. Currency Adjustment Factor.

Carnet: s.m. V. Carte d'exportation temporaire.

Carnet ATA: s.m.

Le carnet ATA est un document douanier international institué en 1961 par la Convention de Bruxelles. Ce dernier permet à un exportateur de faire séjourner temporairement des marchandises dans plusieurs pays successifs, sans obligation d'établir une déclaration en douane à chaque frontière (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): ATA.

Contexto de uso (França):

Les **carnets** de passage en douane **ATA** sont délivrés en France par les Chambres de Commerce et d'Industrie (CCI). La Chambre de Commerce et d'Industrie de Paris (CCIP) est l'organisme national garant responsable de cette procédure pour tous les carnets émis (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/exportempo.htm&cusnum=1297>).

Equivalente (Brasil): *Carnet ATA*

Documento oficial válido internacionalmente para obtenção de isenção do pagamento de direitos aduaneiros sobre mercadorias temporariamente, como: amostras, produtos para exibição em feiras e exposições (LUNA, 2003, p.21).

Outras designações (Brasil): Ata carnet.

Contexto de uso (Brasil):

A movimentação a que se refere o parágrafo 1 deve ocorrer nos casos de:

- a) procedimento de trânsito;
- b) apresentação do carnê TIR ;
- c) apresentação do **carnê ATA**, válido como documento em trânsito;
- d) apresentação do Formulário 302, estipulado na Convenção entre as Partes do Tratado da OTAN relativo ao Status das Forças, assinado em Londres, no dia 19 de junho de 1951;
- e) envio pelos correios, inclusive embalagens postais
(www.abimaq.org.br/comercio_exterior/docs/Turquia.pdf).

Notas sobre o termo:

Carnet TIR: s.m.

1. Carnet à feuillets détachables utilisé pour une opération de transit international routier (INTEREX, 2003).
2. Régime douanier issu de la nouvelle Convention de Genève du 14 novembre 1975; il a pour but d'accélérer l'acheminement des marchandises en réduisant les formalités aux frontières. Les transports s'effectuent avec les carnets TIR dont l'émission est assurée par les organismes garants; en France, ces documents sont émis par le Service du carnet TIR et de transit communautaire - 8 place de la Concorde - 75008 - Paris La plupart des pays d'Europe ont adhéré à la Convention TIR; à l'intérieur de la CEE ce régime est remplacé par le transit communautaire (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Le **carnet TIR**, reconnu internationalement, accompagne les marchandises. Il est pris en charge par les services douaniers dans le pays de départ et sert de document de contrôle douanier dans les pays de départ, de transit et de destination.

L'association garante se porte caution des opérateurs agréés qui utilisent les **carnets TIR**.

Chaque carnet TIR est garanti pour un montant de: 50 000 US\$.

En pratique, en application de l'article 2 de la convention TIR, ce régime peut être utilisé:

- pour les transports de marchandises qui ont débuté ou doivent se terminer à l'extérieur de la Communauté;
- pour les transports de marchandises réalisés par un même véhicule et comportant deux ou trois lieux de déchargement, dont l'un au moins situé dans un pays tiers;
- pour les transports de marchandises d'un point à l'autre de la Communauté avec emprunt d'un pays tiers autre qu'un pays de AELE (ex: Grèce => France via l'Albanie et la Slovénie) (www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d11525.htm&cusnum=479).

Equivalentente (Brasil): *Caderneta TIR, carnê TIR.*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

A **caderneta TIR** serve de declaração aduaneira e de garantia. A caderneta é impressa e distribuída pela União Internacional dos Transportes Rodoviários (IRU) e emitida aos utilizadores pelas associações garantes nacionais, para o efeito autorizadas pelas autoridades competentes (por norma aduaneiras) de cada parte contratante (www.sefaz.rs.gov.br/EICMS/eICMSdoc2_IVAeuropeu.pdf).

Notas sobre o termo: Este documento não é utilizado no Brasil, portanto, “carnê TIR” e “caderneta TIR” são traduções do termo francês e não equivalentes.

Carrier: s.m. V. Transitaire.

Carte d'exportation temporaire: s.f.

Document authentifié par le service des douanes reprenant la liste détaillée du matériel qu'un professionnel emporte avec lui lors de ses déplacements hors de l'Union européenne le dispensant de toute formalité lors de son retour en France (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Carnet.

Contexto de uso (França):

La **carte d'exportation temporaire** pour les matériels professionnels (y compris audiovisuels) est une procédure nationale destinée à faciliter la sortie et le retour des personnes qui se rendent à l'étranger, pour les besoins de leur travail (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/exportempo.htm&cusnum=1297>).

Carte d'exportation temporaire Document authentifié par le service des douanes reprenant la liste détaillée du matériel qu'un professionnel emporte avec lui (membres.lycos.fr/ykhelifi/lexique.htm).

Equivalente (Brasil): *Carnet*

Documento emitido pela alfândega de alguns países que permite ao portador remeter temporariamente mercadorias ao exterior, para exposições, feiras etc.; sem pagamento de impostos. O documento poderá ser emitido com ou sem garantias, e estas, se houver, normalmente, bancárias. No Brasil, o correspondente ao carnet é a exportação temporária, com autorização da Secex e da SRF (VAZQUEZ, 2001, p.30).

Outras designações (Brasil): Exportação temporária.

Contexto de uso (Brasil):

Exportação Temporária é a saída do país, de mercadoria nacional ou nacionalizada, condicionada à reimportação em prazo determinado, no mesmo estado ou após submetida a processo de conserto, reparo ou restauração. O Regime também é aplicável às mercadorias destinadas a feiras, competições esportivas ou exposições, no exterior e a veículos para uso de seu proprietário ou possuidor (http://www.columbia.com.br/columbiaApp/Portal/contport1.nsf/va_sysProd01/armalfexportacaotemporaria?op_menu_l=PRD&path_type=FULL).

Notas sobre o termo: -

Carte de libre circulation: s.f.

Carte délivrée par la douane permettant de justifier la régularité de la situation douanière des objets repris sur ce document et transportés par les voyageurs dans leurs bagages personnels (CCIP, 2003).

Outras designações (França):-

Contexto de uso (França):

La **carte de libre circulation**, est gratuite, **valable 10 ans** à partir du jour de sa délivrance et renouvelable. Elle est le passeport de vos objets personnels.

Vous pouvez la faire établir :

- dans n'importe quel bureau de douane en présentant vos objets accompagnés des pièces justificatives (factures, quittances de douane, certificats de garantie, etc...);
- immédiatement au point d'entrée du territoire (port, aéroport, bureau frontière).

Bon à savoir... Vous pouvez faire figurer sur votre carte tout objet, neuf ou usagé, quelle que soit son origine, correspondant à vos objets usuels et que vous transportez habituellement dans vos bagages, tels que les appareils photographiques, caméscopes, téléphones portables, etc.

Vous pourrez ensuite faire compléter votre carte au fur et à mesure de vos acquisitions, en vous adressant toujours au bureau qui l'a établie (<http://www.douane.gouv.fr/pvoir.asp?page=particulier/d211123.htm&idsee=177>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Cash On Delivery: inglês V. Contre-remboursement.

CCI: sigla V. Chambre de commerce internationale.

CCO: sigla V. Déclaration d'autorisation de sortie.

CCT: sigla V. Tarif extérieur commun.

CECA: acrônimo V. Communauté européenne de charbon et d'acier.

CEN: acrônimo V. Comité européen de normalisation.

Centre européen de normalisation: s.m. V. Comité européen de normalisation.

Certificat de passage: s.m.

Document que le transporteur remet au bureau de passage lors du franchissement de chaque frontière dans le cadre d'une opération de transport effectuée sous le régime du transit communautaire. Ce document sert à matérialiser ce franchissement et éventuellement à établir des présomptions sur la localisation des infractions ou des irrégularités commises dans le cadre de l'application de ce régime (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Avis de passage, Transit Certificate; clearance certificat, transit advice note.

Contexto de uso (França):

Certificat de passage / Transit Certificate

Dans le cas particulier des mouvements des animaux, semences et embryons en provenance de pays tiers, les marchandises doivent être accompagnées du **certificat de passage** frontalier délivré par le vétérinaire officiel du poste d'inspection frontalier par lequel ils ont été introduits dans la Communauté, ainsi que de la copie du certificat sanitaire établi par l'autorité compétente du pays tiers d'origine (http://www.afas-siamois.com/textes_deplace_import_1994-06-09.htm).

Equivalente (Brasil): *Certificado de trânsito*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

(...) XX - expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o **certificado de passagem** nas alfândegas, mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm).

Dentre as novas regras está a que determina que os caminhões de carga só poderão ultrapassar a barreira para abastecer a cada quatro dias. Serão extintos também a cobrança do seguro civil e o **certificado de trânsito** para esses veículos (http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/agosto/MJ_16_de_Agosto%5B1%5D.rtf).

Caso no ponto de embarque seja notada alguma avaria, poderá realizar-se outra inspeção para atestar a qualidade da mercadoria. Não há necessidade de fazer reinspeção no caso de produtos transportados em caminhões ou containers, lacrados pelo SIF de origem, acompanhados do Certificado Sanitário Internacional e **Certificado de Trânsito**. No caso de virem acompanhados apenas de **Certificado de Trânsito**, o Certificado Sanitário Internacional deverá ser expedido pelo fiscal do Vigiagro (sistema de Vigilância Agropecuária do MAA que opera nos portos, aeroportos e postos de fronteira), após reinspeção. A emissão do Certificado Sanitário Internacional, quando não emitido no estabelecimento produtor e da Autorização de Embarque (<http://www.sfiec.org.br/cin/destaques/estudos2.htm>).

Notas sobre o termo: -

Certificat d'exportation: s.m.

Document délivré, en contrepartie d'une caution, par les offices agricoles pour l'exportation de certains produits agricoles à destination de pays extérieurs à l'Union européenne (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Export Certificate, Certificat d'exportation ou de préfixation des restitutions.

Contexto de uso (França):

Pour bénéficier des restitutions, l'exportateur est tenu de déclarer sa marchandise en déposant une déclaration en douane en utilisant une codification spécifique appelée code restitution. Il doit, en outre, présenter un **certificat d'exportation** délivré par un organisme agréé (62.39.109.53/finc.asp?page=entreprise/d1123226.htm&cusnum=393).

Equivalente (Brasil): Licença de exportação

1. Documento emitido pelas autoridades governamentais de alguns países que permite a licença de determinados produtos de exportação (VAZQUEZ, 2001,p.62).
2. Autorização emitida por uma autoridade governamental para que possa ser exportada uma dada quantidade de certa mercadoria, a determinado preço (RATTI, 2003, p.189).

Outras designações (Brasil): Certificado de exportação, export licence.

Contexto de uso (Brasil):

"**Licença de Exportação**" – licença para exportar bens sujeitos ao controle de exportação estatal (http://www.mct.gov.br/legis/decretos/5266_2004.htm).

A segunda alternativa seria "implementar um novo sistema de licença para exportação baseado nos direitos de propriedade industrial da Monsanto no exterior. Nesse novo sistema, os preços de mercado serão ajustados para pagar à Monsanto pela **licença de exportação da soja**", diz a empresa, em seu anúncio (http://megaagro.com.br/noticias/muestranoticiasprincipales_includes.asp?cod=6517).

Os Correios possuem recintos alfandegários da Receita Federal em suas instalações, o que agiliza o trâmite aduaneiro das remessas postais, ao enviar para o exportador o **certificado de exportação** emitido pelo Sistema de Comércio Exterior (Siscomex) (http://www.sebrae.com.br/br/revista_agro/correio.asp).

Notas sobre o termo: -

Certificat d'exportation ou de préfixation des restitutions: s.m. V. Certificat d'exportation.

Certificat d'importation: s.m.

Document délivré par les offices agricoles, la direction générale des douanes et des droits indirects ou les receveurs régionaux pour l'importation de certains produits agricoles (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Import Certificate.

Contexto de uso (França):

La mise en libre pratique dans la Communauté d'huile d'olive originaire de Turquie est subordonnée à la délivrance d'un **certificat d'importation** par la Société Interprofessionnelle des Oléagineux (S.I.D.O.) (...) (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/01-049.html>).

L'Europe et la France doivent agréer et ne fournir de **certificat d'importation** qu'aux semences et aux produits alimentaires étiquetés (<http://www.unicaen.fr/collectivite/infosolidaires/actu/actu1c.htm>).

Equivalente (Brasil): Licença de importação

Documento exigido na importação, para alguns produtos e por determinados países. O sistema administrativo do Brasil prevê importações sujeitas e dispensadas do licenciamento de

importação, que, no caso de obrigatoriedade, poderá ser antes do embarque no exterior ou antes do desembarço no Brasil. No caso de dúvida, consultar o representante da Unidade Aduaneira Fiscal da Receita Federal de seu domicílio (VAZQUEZ, 2001, p.86).

Outras designações (Brasil): Certificado de importação, import certificate, import licence.

Contexto de uso (Brasil):

A **Licença de Importação** só deve ser emitida nos casos de licenciamento não automático, ou seja, quando se tratar de uma mercadoria ou negociação sujeita à autorização dos órgãos licenciadores (<http://www.sulpartner.com.br/new/index.php?session=importacao&id=servicos>).

Licença de Importação (L.I.) – Documento de Importação denominado Licenciamento não automático de importação (L.I.) feito antes do embarque da mercadoria. De um modo geral, o licenciamento das importações ocorrerá de forma automática, efetuado pelo próprio Sistema, no momento da elaboração da D.I. Somente em determinadas operações ou produtos, quando da importação de mercadorias sujeitas a procedimentos especiais, conforme legislação específica, exigidas pelo órgão licenciador (SECEX) e/ou por órgãos federais que atuam como anuentes nas importações, será exigido ao importador a elaboração antecipada da LI, compreendendo um conjunto de informações correspondentes a uma determinada mercadoria sujeita a licenciamento não automático ([http://www.europacomissaria.com.br/servicos.htm# Licença%20de%20Importação%20\(L.I.\)](http://www.europacomissaria.com.br/servicos.htm#Licença%20de%20Importação%20(L.I.))).

Notas sobre o termo: -

Certificat d'origine: s.f.

Document qui atteste la provenance territoriale de certaines marchandises et qui est établi par un organisme officiel du pays d'origine (GDT, 2005).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

[10.2. Une demande de traitement préférentiel dûment présentée ne peut être rejetée avant que ne soit d'abord entamé le processus de vérification de cette demande. L'autorité compétente de la Partie importatrice ne peut en aucun cas empêcher le dédouanement des produits du seul fait qu'il existe un doute sur l'authenticité du **certificat d'origine** ou lorsque le certificat d'origine n'est pas présenté, contient des erreurs ou est incomplet ou d'une présomption de non-conformité aux règles établies dans le présent chapitre] (http://www.ftaa-alca.org/FTAADraft03/ChapterXI_f.asp).

Le **certificat d'origine** est délivré par les autorités compétentes et visé par le service des douanes de l'État membre où le produit a été entièrement obtenu ou a fait l'objet d'une ouvraison ou d'une transformation suffisante (<http://droit.francophonie.org/doc/html/znao/loi/lgum/fr/2001/2001dfznaolgumfr7.html>).

Equivalent (Brasil): *Certificado de origem*

Documento que comprova o país de origem de mercadorias transacionadas no mercado internacional. O certificado é exigido pelas autoridades alfandegárias quando os produtos do país em questão são beneficiados por tarifas preferenciais. É emitido pelas federações de agricultura, da indústria e do comércio, por associações comerciais, centros e câmaras de comércio. O importador o utiliza para comprovação da origem da mercadoria e habilitação à isenção ou redução do imposto de importação, em decorrência de disposição prevista em acordos internacionais, ou ao cumprimento de exigências impostas pela legislação do país de destino. Os certificados de origem são fornecidos mediante a apresentação de cópia da fatura comercial e documentos de análise previstos em cada acordo internacional. É documento a ser providenciado pelo exportador (GAROFALO FILHO, 2004, p.48).

Outras designações (Brasil): Origin certificate, certificate of origin.

Contexto de uso (Brasil):

A Fiesp emite o **Certificado de Origem** -documento necessário no processo de exportação, para obtenção de tratamento preferencial ou cumprimento de exigências estabelecida através de legislação do país importador (http://www.fiesp.com.br/certificado_de_origem/).

Nos **Certificados de Origem** estão normalmente indicados a classificação na nomenclatura, o instrumento internacional (acordo) que ampara a operação e a indicação do requisito de origem cumprido pelo produto (<http://www.firjan.org.br/notas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4082&sid=35>).

Notas sobre o termo: -

Certificate of origin: inglês V. Certificat d'origine.

Certificat phytosanitaire: s.m.

Document délivré par les services de la protection des végétaux à la première introduction sur le territoire communautaire. Ce certificat appelé "laissez-passer PV 04" en France est obligatoire pour que les formalités de dédouanement y compris le transit puissent être effectuées pour les marchandises reprises à l'annexe V, partie B de l'arrêté du 02 septembre 1993 modifié (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Phytosanitary Inspection Certificate, laissez-passer PV 04.

Contexto de uso (França):

certificat phytosanitaire: Document de contrôle des marchandises destiné à constater que les mesures ont été prises pour prévenir les maladies et assurer le bon état de consommation. Il constate l'absence d'insectes ou animaux nuisibles dans les marchandises d'origine végétale (<http://www.termisti.refer.org/data/credoc/23.htm>).

Le **certificat phytosanitaire**, établi en application de la convention internationale pour la protection des végétaux susvisée, doit comporter sous la rubrique <<déclaration supplémentaire>> la mention suivante: <<matériel importé conformément aux dispositions de la directive 95/44/CE>>. Lorsque le matériel importé de pays tiers est porteur d'organismes nuisibles, ceux-ci doivent être mentionnés sur le **certificat phytosanitaire** (<http://droit.org/jo/19970919/AGRG9602403D.html>).

Equivalente (Brasil): *Certificado de inspeção sanitária*

Certificado emitido pelas autoridades sanitárias ou agropecuárias para satisfazer os regulamentos dos países importadores, indicando que a carga foi inspecionada e encontrada livre de pestes, doenças ou infecções. Em alguns casos, as autoridades sanitárias exigem medidas preventivas como a prévia fumigação dos produtos (LUNA, 2003, p.130).

Outras designações (Brasil): Phytosanitary Inspection Certificate, Certificado fitossanitário, Certificado sanitário, CIS.

Contexto de uso (Brasil):

Certificado Sanitário: **certificado de inspeção sanitária** no qual se descrevem os requisitos de sanidade animal e/ou saúde pública, em conformidade com a legislação vigente (<http://www.avestruzbrasil.com.br/leg1.htm>).

Em se tratando de couros, peles, lãs, chifres, ossos e outros, para fins industriais, tais produtos só poderão ser transportados acompanhados de **Certificado de Inspeção Sanitária (CIS)** (<http://www.seagri.ce.gov.br/defesaanimal.htm>).

Sempre que o produto exportado é de origem animal ou vegetal, o **Certificado Fitossanitário** é requerido, sob pena de a mercadoria não ser liberada, para entrada, no país importador. O Certificado é emitido pelo órgão local do Ministério da Agricultura (<http://www.foreigntrade.com.br/documentos.html>).

Notas sobre o termo: -

Chambre de commerce internationale: s.f.

Organisme de droit privé créé en 1919 pour promouvoir une plus grande liberté du commerce international, harmoniser et faciliter les affaires au niveau international. La CCI exerce une activité normative par l'établissement des Règles et usances uniformes du commerce international, et assure des arbitrages dans les litiges commerciaux internationaux (CCIP, 2003).

Outras designações (França): CCI, International Chamber of Commerce – ICC.

Contexto de uso (França):

La **Chambre de Commerce Internationale (CCI)** a été fondée en 1919 avec un objectif premier qui est toujours resté le même: servir le monde des affaires en favorisant les échanges et l'investissement, l'ouverture des marchés aux biens et aux services, et la libre circulation des capitaux. Un des services qu'elle offre pour atteindre cet objectif est sa Cour internationale d'arbitrage, fondée en 1923. Contrairement à la plupart des autres organisations d'arbitrage, qui ont un champ d'action national ou régional, la Cour a une vocation réellement internationale. Ainsi, les différents mécanismes proposés par la CCI ont été spécialement conçus pour résoudre les différends commerciaux internationaux. Cela a permis à sa Cour d'administrer plus de 12000 arbitrages internationaux impliquant des parties et des arbitres de plus de 170 pays et territoires (<http://www.jurisint.org/fr/ctr/32.html>).

Equivalente (Brasil): *Câmara de Comércio Internacional*

1. Organismo fundado em 1919, com sede em Paris, França. Objetiva favorecer a expansão do comércio e sua liberalização em nível mundial (RATTI, 2003, p.54).
2. A razão de ser da CCI é promover e estimular o comércio entre os países do mundo, sendo uma de suas tarefas principais revisar permanentemente as práticas comerciais internacionais em várias áreas. É editora e revisora dos INCOTERMS (LUNA, 2003, p.98).

Outras designações (Brasil): ICC - International Chamber of Commerce.

Contexto de uso (Brasil):

A **Câmara de Comércio Internacional (CCI)** criou regras para administrar conflitos oriundos da interpretação de contratos internacionais firmados entre exportadores e importadores concernentes à transferência de mercadorias, às despesas decorrentes das transações e à responsabilidade sobre perdas e danos (www.bb.com.br/portal/on/intc/dwn/IncotermsRevised.pdf).

CCI – Câmara de Comércio Internacional – Organização não governamental, com sede em Paris, que tem, dentre outros objetivos, o de desenvolver estudos com vistas a promover a uniformização de costumes e práticas comerciais internacionais (http://cursos.aduaneiras.com.br/treinamento/estudecomex_2004/site_estudecomex/Guia_glossario.htm).

Notas sobre o termo: -

Chantier de transbordement: s.m.

Lieu de transbordement d'un mode de transport à l'autre (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Terminal.

Contexto de uso (França):

La première pierre du **chantier de transbordement** d'Aiton sera posée au mois de mars 2002. La maîtrise d'ouvrage pour la construction de ce **terminal** sera confiée à la société des autoroutes alpines Area (http://www.cnt.fr/NEWS/Multimodal/2001-10/05.Snfc_et_Modaloehr_se_marient_pour_developper_la_route_roulante.shtml).

En cas de données manquantes ou incorrectes dans les documents de transport, ou en cas de mauvaise identification ou étiquetage des unités de chargement, l'envoi pourra être refusé par l'entreprise ferroviaire et devra être enlevé du **chantier de transbordement** aux frais du client (<http://assodis.free.fr/signal.html>).

Equivalente (Brasil): *Terminal*

Área que serve para carregamento ou descarregamento de mercadorias, ponto de transferência e armazenagem, localizada nos portos, áreas secas, servida por rede ferroviária, rodoviária etc (VAZQUEZ, 2001, p.144).

Outras designações (Brasil):-

Contexto de uso (Brasil):

Por movimentação portuária devemos entender toda aquela realizada pelo operador portuário desde a entrada da mercadoria no **terminal** até a sua colocação ao lado do navio para embarque, na ponta da exportação, e aquela realizada desde a colocação da mercadoria ao lado do navio, após o seu desembarque, até a saída do **terminal**, na ponta da importação (http://www.wilsonsons.com.br/agencia_maritima/mostra_comercio.asp?titulo=THC%20-%20Terminal%20Handling%20Charge&ano=2001).

Notas sobre o termo: -

Charge unitisée: s.f. V. Unité de charge.

Chargeur: s.m.

Expéditeur de la marchandise, entendu comme celui qui la confie juridiquement au transporteur, sans procéder aux opérations matérielles de chargement, lesquelles sont le plus souvent assumées par un tiers, appelé manutentionnaire ou acconier. Ce terme est employé en droit maritime pour désigner l'expéditeur de la marchandise (qu'il en soit ou non propriétaire) (CILF, 2003).

Outras designações (França): Shipper.

Contexto de uso (França):

Le contrat de transport est conclu entre le transporteur et le **chargeur** qui représente la marchandise. Le **chargeur** est soit l'expéditeur réel de la marchandise ou son représentant le transitaire, soit le destinataire réel ou son représentant, selon le contrat vente (<http://www.asmex.org/asmex/Rubriques.jsp?THM=7&MOD=65&RUB=240>).

CHARGEUR: Personne physique ou morale qui effectue la mise en place et dispose les marchandises sur ou dans le véhicule de transport. Ce terme désigne aussi quelques fois l'expéditeur de la marchandise. Dans la terminologie maritime le **chargeur** est l' affréteur (<http://www.agrojob.com/definition-Chargeur/definition-2639.aspx>).

Equivalente (Brasil): *Expedidor*

Pessoa física ou jurídica que celebra o contrato de transporte; não necessariamente o proprietário da mercadoria (RATTI, 2003, p.127).

Outras designações (Brasil): Shipper, embarcador.

Contexto de uso (Brasil):

Quando o conhecimento aéreo é não-negociável, como no caso examinado, a respectiva posse e os correspondentes direitos não podem ser transferidos pelo **expedidor** a ninguém. Logo, o **expedidor** pode sempre, em nome próprio, dispor da mercadoria, antes de sua chegada ao ponto de destino (<http://www.sbda.org.br/neda/Consolid/awb.htm>).

Embarcador; responsável pelo embarque da mercadoria no meio de transporte, que, na maioria dos casos, é o próprio exportador e quem contratou o transporte com o armador (http://comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/dic_comex.cfm).

Notas sobre o termo: -

CIM: acrônimo V. Convention internationale pour les marchandises.

Classification: s.f. V. Nomenclature douanière.

Clause de la nation la plus favorisée: s.f.

La clause de la Nation la Plus Favorisée (Most-Favoured Nation clause) fait partie du premier principe de l'Organisation Mondiale du Commerce qui est celui de "la non discrimination". Cette clause a pour but de mettre fin aux avantages consentis à un pays par rapport aux autres. Cette clause concerne évidemment les pays signataires de l'accord (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Most-Favoured Nation clause - MFN, NPF, Clause MFN.

Contexto de uso (França):

La **clause de la nation la plus favorisée (NPF)** prévoit que lorsqu'un État membre concède à un autre État des avantages commerciaux spéciaux, il doit également les concéder à tous les autres États membres. Les pays sont ainsi obligés d'octroyer un traitement *similaire* – ni plus favorable ni discriminatoire - aux produits et aux services de tous les membres de l'OMC (http://www.unesco.org/culture/industries/trade/html_fr/question11.shtml).

La **clause de la Nation la Plus Favorisée (dite «clause NPF»)** stipule que tout avantage commercial accordé par un pays à un autre (même si celui-ci n'est pas membre de l'OMC), doit être immédiatement accordé à la totalité des membres de l'OMC. Autrement dit: «ce qui est accordé à l'un, est accordé à tous» sans discrimination (http://www.commerce-exterieur.gouv.fr/omc/mode_emploi/fiches/fiche7.htm).

Equivalente (Brasil): *Cláusula de nação mais favorecida*

Cláusula existente em tratados de comércio, mediante a qual dois países estabelecem vantagens mútuas, diferenciando-se em relação aos demais países (GAROFALO FILHO, 2004, p.52).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Neste momento é criada a cláusula central do Acordo – a chamada **cláusula de nação mais favorecida**, que determina qualquer concessão feita por uma nação a um parceiro comercial deve ser estendida a todos os países signatários do GATT. Esta cláusula impedia as chamadas preferências na abertura comercial (http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=226621&editoria=&q=1).

O estudo menciona que, em quase cinco décadas da criação do sistema multilateral de comércio, a **cláusula de nação mais favorecida (MFN)** “não é mais a regra, mas quase a exceção”. Isso porque os acordos regionais levam à discriminação (<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=179443>).

Uma **cláusula de "nação mais favorecida"** que determina que uma vantagem fiscal ou de outra natureza, concedida a um país ou grupo de países, pode ser exigida por outro país (<http://www.pdt.org.br/partido/alca.asp>).

Notas sobre o termo: Nota-se que há duas grafias para a seguinte palavra: "favored" e "favoured". Ambas estão corretas. Mas vale lembrar que a primeira refere-se à grafia americana e a segunda à britânica.

Clause MFN: s.f. V. Clause de la Nation la Plus Favorisée.

Clean: inglês

Le mot clean est un mot anglais qui signifie que le document de transport est net de réserves (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Clean Bill of Lading.

Contexto de uso (França):

On voit ainsi que l’insertion par le transporteur dans le connaissance de réserves justifiées diminue considérablement la force probante du connaissance et son efficacité économique: de ce point de vu rien ne vaut un connaissance «net de réserves» (en anglais, on parle de «**clean bill of lading**») (<http://www.cdmtdroit.u-3mrs.fr/memoires/2002/m02chla.doc>).

CLEAN (Clean bill of lading): Connaissance sans réserve (<http://www.umbl.org/pages/lexique.htm>).

Equivalente (Brasil): *Clean*

Diz-se dos documentos sem ressalvas ou rasuras. Limpo (LUNA, 2003, p.39).

Outras designações (Brasil): Clean Bill of Lading.

Contexto de uso (Brasil):

CLEAN BILL OF LADING - diz-se do documento de embarque que não contém cláusula ou anotação superposta indicando o estado defeituoso da mercadoria e/ou embalagem (<http://www.auditoriainterna.com.br/glossario.htm>).

Clean (on board) Bill of Lading: Conhecimento de Embarque Limpo (a bordo). Usa-se tal documento quando nenhuma ressalva ou anotação é feita sobre o estado da carga recebida a bordo quando é encontrada no mesmo, sendo normalmente exigido pelos importadores nas cartas de crédito (http://www.fiea.org.br/cin/dicionario_do_export_c.htm).

Notas sobre o termo: -

Clean Bill of Lading: inglês V. Clean.

Clearance certificat: inglês V. Certificat de passage.

Clering: inglês V. Compensation.

CMR: sigla V. Convention de merchandise par route.

COD: sigla V. Contre-remboursement.

Code de restitution: s.m.

Code mentionné sur la déclaration en douane pour bénéficier des subventions versées à l'exportation de certains produits agricoles de statut communautaire vers les pays tiers (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Code de restitution

F804: **code de restitution** à l'exportation (8 ou 12 chiffres) 12 pour la nomenclature agricole et 8 pour les produits agricoles transformés ("Hors annexe I", antérieurement "Hors annexe II". Voir traité d'Amsterdam) (http://admi.net/eur/loi/leg_euro/fr_399R2390.html).

Equivalentente (Brasil): *Código de subsídios*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Os ministros da Economia e os presidentes dos bancos centrais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, reunidos no Rio de Janeiro (Brasil), decidem adotar o **Código de Subsídios e Antidumping**, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) no comércio regional de produtos agrícolas (http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Cronologiamercosul/cron_mercosul.doc).

No **Código de Subsídios** de 1994 não há nenhuma referência isentando a área agrícola da aplicação de suas regras gerais. Mas é a cláusula de paz (o falado artigo 13) que suspende a aplicação do Código - até o fim de 2003. Depois disso, está aberto o tema para utilização do Código - que não aceita a maior parte dos estímulos à agricultura utilizados pelos vários países (http://www.abifina.org.br/entrevistas/denis_barbosa02.php).

Notas sobre o termo: -

Codex: acrônimo V. Comité de développement extérieur.

Coentreprise: s.f. V. Joint Venture.

Co-entreprise: s.f. V. Joint Venture.

COFACE: acrônimo V. Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur.

Combined Transport: inglês V. Transport combiné.

Comité de développement extérieur: s.m.

Cellule de la Direction des relations économiques extérieures (DREE), qui coordonne l'ensemble des aides publiques en faveur de l'implantation des entreprises françaises à l'étranger, notamment l'assurance prospection, les prêts du Crédit National, la déduction fiscale temporaire, la garantie des investissements (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Comité du développement extérieur, Codex.

Contexto de uso (França):

Le projet de budget pour 1999 modifie sensiblement la structure des aides aux PME. Ainsi, le **Comité de développement extérieur (CODEX)** disparaît pour être remplacé par un nouveau volet du Fonds d'études au secteur privé (FASEP) nommé "Appui au secteur privé" (www.assemblee-nationale.fr/cr-cpro/99-00/c9900015.asp).

Les crédits du **comité de développement extérieur (CODEX)** diminuent de 82,1% puisque ce dernier a été incorporé dans le Fonds d'Études et d'Aide au Secteur Privé (FASEP) depuis juillet 1998. Ainsi, les 10 millions de francs de crédits de paiement inscrits dans la loi de finances initiale doivent uniquement servir à couvrir les besoins financiers des dossiers CODEX ouverts avant sa suppression (<http://www.senat.fr/rap/198-066314/198-0663141.html>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

O **Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores** visa a incrementar as exportações brasileiras, divulgar oportunidades de investimentos e estimular a transferência de tecnologia e o fluxo de turistas para o Brasil. As entidades envolvidas na implementação deste Sistema incluem o **Departamento de Promoção Comercial do Ministério (DPR)** e suas três divisões, cada uma com funções específicas, bem como **Setores de Promoção Comercial (Secom's)** nas Embaixadas e Consulados no exterior. A partir de 1990, com a política de inserção da economia brasileira na economia internacional globalizada, as atividades dos **Secoms** ganharam maior envergadura, uma vez que representam o contato direto e sistemático do Governo brasileiro com o mundo empresarial internacional. Cada **Secom** colabora com um "marketing" continuamente aprimorado dos produtos brasileiros e sua maior competitividade, bem como com o aumento da exportação de artigos de maior valor agregado e, portanto, de maior capital, tecnologia e mão-de-obra qualificada (<http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/servicos/promocao/index.asp>).

O **sistema de promoção comercial** do Ministério das Relações Exteriores tem como objetivo primordial aproximar a oferta exportável brasileira da demanda mundial. Seu principal instrumento é a **BrazilTradeNet**, sistema via Internet para captação e disseminação de informações sobre oportunidades de exportação de produtos/serviços brasileiros e sobre oportunidades de investimentos estrangeiros. O **Ministério das Relações Exteriores**, por intermédio do **Departamento de Promoção Comercial (DPR)**, tem desenvolvido um amplo trabalho de promoção comercial no exterior, com vistas ao aumento e à diversificação das exportações brasileiras. No exterior, o DPR presta apoio aos exportadores brasileiros por meio de uma rede de 52 **Setores de Promoção Comercial (SECOMs)**, que integram as estruturas de Embaixadas e Consulados-Gerais do Brasil em 48 países.

Cabe ter presente, ainda, que a **Agência de Promoção de Exportações (APEX)**, atuando em coordenação com o **Departamento de Promoção Comercial (DPR)**, apoia projetos de promoção de exportações, apresentados por instituições sem fins lucrativos, que contemplem ações de desenvolvimento da oferta exportável (adequação de produtos e melhoria de processos), bem como outras ações promocionais (feiras, missões, elaboração de catálogos, encontros de negócios). As empresas interessadas em contar com o apoio da APEX devem procurar as entidades e associações de classe que as representam ou o SEBRAE do respectivo Estado, para obter mais informações sobre os programas da APEX, aderir a projetos em execução ou participar da elaboração de um novo projeto a ser apresentado àquela agência (<http://www.schualm.com.br/4fipe.htm#4,2>).

Notas sobre o termo: No Brasil, o *Ministério das Relações Exteriores - MRE*, por intermédio do *Departamento de Promoção Comercial - DPR*, é responsável pela divulgação do comércio nacional, incentivando as empresas à exportação e atraindo a atenção de mercados externos aos produtos nacionais. Os *Setores de Promoção Comercial - Secoms* fazem esse papel junto às embaixadas e consulados no exterior. No que concerne ao financiamento de projetos à exportação, tal função cabe à *Agência de Promoção Comercial - APEX*.

Comité du développement extérieur: s.m. V. Comité de développement extérieur.

Comité européen de normalisation: s.m.

1. Le Comité Européen de Normalisation (European Standards Committee) est l'organisme européen responsable de l'établissement des normes européennes. La CEN offre la possibilité aux entreprises de mettre leurs produits en conformité avec les normes européenne (marque CE). Le CEN compte 160 organisations européennes. En France les demandes doivent être établies à l'AFNOR (INTEREX, 2003).
2. Groupement qui réunit les organismes de normalisation de 15 pays européens et qui a pour objet d'harmoniser les normes applicables dans ces pays et mettre à la disposition de la Commission des Communautés européennes, de l'AELE ainsi que d'autres organisations gouvernementales des normes européennes auxquelles elles peuvent se référer dans leurs directives. En matière d'électronique, l'harmonisation est du ressort du CENELEC (Comité européen de normalisation électronique) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Centre européen de normalisation, CEN, European Standards Committee – ESC.

Contexto de uso (França):

La mission du **Comité européen de normalisation (CEN)** est d'œuvrer en faveur de l'économie européenne dans les échanges commerciaux internationaux, du bien-être des citoyens européens et de l'environnement en offrant aux parties intéressées:

- une structure efficace pour l'élaboration, la mise à jour et la diffusion d'ensembles cohérents de normes et spécifications;
- des produits et des services directement ou indirectement apparentés aux normes et à leur utilisation (4 <http://www.techniques-ingenieur.fr/affichage/DispIntro.asp?nGcmId=R8>).

Des normes européennes existent depuis plus de quarante ans. L'éditeur en est le **Centre Européen de Normalisation (CEN)**. L'association suisse de normalisation (SNV) est membre du **CEN** depuis ses débuts comme formation faîtière des associations éditant des normes en Suisse. Durant les dix dernières années la normalisation européenne a pris un essor énorme (http://www.sia.ch/f/actuel/presse/communiques/20050118_normes.pdf).

Equivalente (Brasil): *Comitê Europeu de Normalização*

Outras designações (Brasil): CEN.

Contexto de uso (Brasil):

Normas regionais são normas técnicas estabelecidas por um organismo regional de normalização para aplicação num conjunto de países (uma região, como a Europa ou o Mercosul).

Os organismos regionais de normalização aos quais o Brasil é associado são a **AMN** (Mercosul) e a **COPANT** (continente americano). Nos outros continentes existem ainda outros organismos regionais de normalização.

Outros Organismos Regionais de Normalização:

Europa

O **CEN - Comitê Europeu de Normalização** é o organismo regional de normalização para a maioria dos setores. As normas europeias (EN) são obrigatoriamente adotadas como normas nacionais pelos seus membros, e reconhecidas pela união europeia como as normas europeias a serem consideradas como referência para o mercado único europeu, inclusive no que se refere ao cumprimento dos regulamentos técnicos europeus (as chamadas Diretivas da Comissão Europeia). As EN são voluntárias (http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas_regionais.htm).

As normas podem ser elaboradas em 4 níveis:

Nível internacional - normas destinadas ao uso internacional, resultantes da ativa participação das nações com interesses comuns. Por exemplo, normas da ISO (International Organization for Standardization) e IEC (International Electrotechnical Commission).

Nível regional - Normas destinadas ao uso regional, elaboradas por um limitado grupo de países de um mesmo continente. Por exemplo: normas da **CEN (Comitê Europeu de Normalização - Europa)**, **COPANT (Comissão Panamericana de Normas Técnicas- Hemisfério Americano)**, **AMN (Associação Mercosul de Normalização - Mercado Comum do Cone Sul)**.

Nível nacional - Normas destinadas ao uso nacional, elaboradas por consenso entre os interessados em uma organização nacional reconhecida como autoridade no respectivo país. Por exemplo: normas da ABNT (Brasil); AFNOR (França); DIN (Alemanha); JISC (Japão) e BSI (Reino Unido).

Nível de empresa - normas destinadas ao uso em empresas, com finalidade de reduzir custos, evitar acidentes, etc (http://www.abnt.org.br/normal_process_body.htm).

Notas sobre o termo: Como se nota nos contextos, no Brasil é conhecida a tradução de *CEN: Comitê Europeu de Normalização*. A *Comissão Panamericana de Normas Técnicas - COPANT* e a *Associação Mercosul de Normalização - AMN*, às quais o Brasil é associado, são organismos regionais de normalização, assim como o *Comitê Europeu de Normalização – CEN*.

Commerçant grossiste: s.m. V Grossiste.

Commercial Invoice-Proforma: inglês V. Facture pro forma.

Commercial risk: inglês V. Risque commercial.

Commissionnaire agréé en douane: s.m. V. Commissionnaire en douane.

Commissionnaire en douane: s.m.

Spécialiste des opérations en douane admis à effectuer pour le compte d'autrui des formalités douanières telles que la déclaration et la présentation des marchandises pour les opérations d'importation, d'exportation, de transit, d'entrepôt, d'avitaillement, etc. L'agrément pour exercer cette profession est donné par le Ministre de l'économie et des finances sur proposition du Directeur général des douanes et après avis d'un comité dont la composition est fixée par l'arrêté du 19 octobre 1962. Sur le plan pénal, les commissionnaires en douane sont responsables, auprès de l'administration, des déclarations qu'ils présentent. Ils le sont aussi en ce qui concerne le paiement des droits et taxes dus au titre des marchandises qui donnent lieu à l'accomplissement de ces formalités (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Commissionnaire agréé en douane, Agréé en douane; Customs broker, Commissionnaire en douane agréé.

Contexto de uso (França):

La D3 est établie par un **Commissionnaire en Douane Agréé** appelé communément Transitaire. L'importateur dispose de 20 jours pour dédouaner sa marchandise (Passé ce délai, les marchandises sont constituées en Dépôt de Douane). Il rassemble tous les documents afférents à l'importation (la Facture Fournisseur, le Certificat BIVAC, le Connaissance, la Licence d'Importation, la Fiche de Renseignement à l'Importation, la Facture fret) et sollicite les services d'un **Commissionnaire en Douane Agréé**. Le Commissionnaire en Douane Agréé s'assure de la conformité des documents fournis pour éviter d'éventuels contentieux avec les services des douanes. Si les documents sont conformes, il prépare la D3 et la dépose à la Section des Ecritures (<http://www.douanes.ci/BasesRegles/Procedures.htm>).

Equivalente (Brasil): *Despachante aduaneiro*

1. Encarregado de promover, junto às alfândegas, os despachos de importação, reexportação, trânsito, baldeação e reembarque de mercadorias estrangeiras e os de exportação para o estrangeiro (RATTI, 2003, p.110).
2. Pessoa física ou jurídica especializada nos procedimentos relativos aos despachos aduaneiros, que envolve classificação de mercadorias, recolhimento de impostos, contratação de fretes e seguros e acompanhamento das diversas etapas do processo (GAROFALO FILHO, 2004, p.87).

Outras designações (Brasil): Customs broker, despachante, customhouse broker.

Contexto de uso (Brasil):

A principal função do **Despachante Aduaneiro** é a formulação da chamada Declaração Aduaneira, cujo conceito moderno foi delimitado pela Convenção de Kyoto, das Nações Unidas e absorvido pelas principais legislações aduaneiras do mundo, entre elas as dos mais importantes blocos econômicos formados no pós-guerra (União Européia e Mercosul) (http://www.sda-rj.com.br/site/historico/f_desp.html).

O **despachante aduaneiro**, o transportador, o agente de carga, o depositário e os demais intervenientes em operação de comércio exterior ficam obrigados a manter em boa guarda e ordem, e a apresentar à fiscalização aduaneira, quando exigidos, os documentos e registros relativos às transações em que intervierem, ou outros definidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal, na forma e nos prazos por ela estabelecidos (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2003/lei10833.htm>).

Notas sobre o termo: -

Commissionnaire en douane agréé: s.m. V. Commissionnaire en douane.

Common customs tariffs: inglês V. Tarif extérieur commun.

Common external tariff: inglês V. Tarif extérieur commun.

Communauté européenne de charbon et d'acier: s.f.

Institution créée par le Traité de Paris signé le 18 avril 1951 par l'Allemagne fédérale, la Belgique, la France, l'Italie, le Luxembourg et les Pays-Bas; par la suite, les autres pays qui ont adhéré à la Communauté économique européenne ont adhéré à la CECA. Elle a pour mission la création d'un marché commun dans les domaines du charbon et de l'acier. Elle a dû faire face à la crise causée par la surproduction mondiale du charbon et de l'acier. Depuis le Traité de fusion en 1967, les trois Communautés (CEE, CECA et EURATOM) disposent d'institutions communes (CCIP, 2003).

Outras designações (França): CECA, ECSC.

Contexto de uso (França):

Signé à Paris le 18 avril 1951, le traité de Paris instituant la **Communauté européenne du charbon et de l'acier (CECA)** a été conclu pour 50 ans. Par ce traité, les six pays signataires, la République Fédérale d'Allemagne, la France, l'Italie, et les trois pays du Benelux (Belgique, Luxembourg, Pays-Bas), mettent en oeuvre une forme de coopération internationale entièrement nouvelle (<http://www.info-europe.fr/document.dir/fich.dir/QR000930.htm>).

Equivalente (Brasil): *Comunidade Européia do Carvão e do Aço*

Outras designações (Brasil): CECA.

Contexto de uso (Brasil):

Estes foram apenas alguns dos esforços empreendidos pelos Estado europeus visando a criação da União Européia, até alcançarmos assinatura do Tratado constitutivo da **CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço**, constituída pela Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Assinado em 1951, em Paris, formando um único mercado comum para a produção e comercialização do carvão, aço, minério de ferro e refugo metálico, tendo sido abolidas todas as barreiras comerciais para esses produtos, facilitando também a circulação dos trabalhadores ligados à essas atividades, que passaram, a poder trabalhar em qualquer Estado-Membro, independentemente de sua nacionalidade (http://www.dip.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=45).

A semente da construção européia foi plantada em 1951, quando, com o Tratado de Paris, foi criada a **Ceca (Comunidade Européia do Carvão e do Aço)**, proposta pelo então chanceler francês, Schuman, em 1950, que reunia a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo. O mercado comum do carvão e do aço — estabelecido pela **Ceca** — tinha como principais objetivos contribuir para a expansão econômica, o desenvolvimento do emprego e a melhora do nível de vida de seus países-membros (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u813.shtml>).

Notas sobre o termo: No Brasil, não há instituição equivalente, mas é conhecida a tradução da Instituição européia.

Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur: s.f.

1. Société sous la tutelle de l'état dont l'objectif est de gérer l'essentiel des garanties liées au développement international des entreprises (INTEREX, 2003).
2. Société nationale créée par le décret du 1er juin 1946, qui assume la gestion du service public des différentes formes d'assurance à l'exportation: avant la vente, il s'agit de l'assurance prospection et des procédures annexes; après la vente, il s'agit de l'assurance crédit et ses différentes formes ainsi que des garanties telles que garanties de change, garanties du risque économique. Elle gère pour son compte propre les garanties d'assurance crédit à court terme (CCIP, 2003).

Outras designações (França): COFACE.

Contexto de uso (França):

Coface a pour mission de faciliter les échanges entre les entreprises partout dans le monde. Pour cela, elle offre à toutes les entreprises quatre outils pour gérer, financer et protéger leur Poste clients, c'est à dire l'ensemble des crédits à 30 jours, 60 jours, parfois plus, qu'elles sont amenées à accorder à d'autres entreprises dans le cadre de leurs relations commerciales (http://www.coface.fr/CofacePortal/redirection.jsp?pageId=pages/home/wwa&site=FR_fr_FR).

Créé en 1946, le Groupe **Coface** facilite par ses services et ses garanties, le développement du commerce entre les entreprises. Il propose à ses 78.000 clients dans 99 pays des solutions combinant les savoir-faire du Groupe: assurance-crédit domestique et internationale, assurance investissement, prospection et information commerciale, gestion de créances (<http://www.facto.fr/facto/parteneriat/coface/coface.htm>).

Equivalente (Brasil): *COFACE*

Acronimo de Companhia Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur. Companhia Francesa de Seguros para o Comércio Exterior que atua no Brasil, em associação com a SBCE - Sociedade Brasileira de Crédito à Exportação (LUNA, 2003, p.41).

Outras designações (Brasil): Companhia Francesa de Seguro para o Comércio Exterior.

Contexto de uso (Brasil):

A Companhia Francesa de Seguro para o Comércio Exterior (COFACE)

Essa companhia privada de seguros garante e gera por conta do estado os riscos comerciais e políticos corridos pelas empresas francesas e não reasseguráveis pelo mercado. Ela cobre os riscos comerciais até três anos, para todos os países, bem como os riscos políticos sobre os países da OCDE (fora a Hungria, o México, a Polônia, a República Tcheca e a Turquia), assim como os riscos de câmbio para as operações de comércio corrente. No âmbito do seguro Feira, a **COFACE** concede às empresas 65% das despesas que assumiram para participar de uma manifestação comercial no exterior (fora da União Européia), a título de crédito reembolsável em um prazo de dois a três anos (<http://www.france.org.br /abr/label/Label29/Dossier/dispositif.html>).

Notas sobre o termo:

Compensation: s.f.

1. Attribution en espèces ou en nature, ou bien encore en avantage immatériel, pour servir de contrepartie à quelque désavantage ou dommage. 2. Opération comptable de règlement entre créanciers et débiteurs réciproques, qui consiste à établir la balance des dettes et des créances afin de limiter l'utilisation des moyens de paiement au seul règlement du solde net constaté. Cette opération comptable est d'utilisation courante dans le fonctionnement bancaire, aussi bien sur le marché monétaire que sur le marché financier ou dans les règlements internationaux; elle s'opère par le truchement d'organismes appelés Chambres de compensation. 3. Opération à laquelle sont contraints à des dates réglementaires les opérateurs en bourse de valeurs mobilières ou de marchandises. Ces dates fixes apparaissent des valeurs dites cours de compensation. 4. Opération permettant de tirer le solde en valeur de clearing, l'offset. Transactions de sens opposés, conclues sur une place donnée. Ces compensations se pratiquent en matière de change des monnaies, en matière de vente et d'achat de certaines marchandises bien définies et traitées sur des marchés organisés, et aussi en matière de titres de créance ou de dette. Des organismes particuliers sont reconnus sur chaque place pour l'exactitude et l'opportunité de leurs opérations de compensation: ce sont les Chambres de compensation (CILF, 2003).

Outras designações (França): Set-off, making up, clearing.

Contexto de uso (França):

La **compensation** est définie par le Code civil: "lorsque deux personnes se trouvent débitrices, l'une envers l'autre, il s'opère entre elles une compensation qui éteint les deux dettes jusqu'à concurrence de leur quotité respective (article 1289 et suivants du Code civil) (<http://www.netpme.fr/bilan-entreprise/349-compensation-mode-d-emploi-.html>).

La **compensation** financière est entièrement prise dans le fonds d'indemnisation intégralement alimenté par les producteurs de PGM, suite à l'acquittement d'une taxe parafiscale annuelle de 13,4 euro/ha (http://www.infogm.org/article.php?id_article=2450).

Compensation

Procédé par lequel un débiteur paie une partie ou la totalité de sa dette à son créancier par des livraisons de produits qui annulent une partie ou la totalité d'une créance qu'il détient sur ce dernier. Il peut s'agir d'une opération d'échange ou de troc ('barter') (http://www.unistrat.com/article.php?id_article=165).

Equivalente (Brasil): *Compensação*

1. Princípio do Gatt que estabelece que, se um país elevar suas tarifas acima daquela permitida pelo Acordo, contra violação, deverá baixar sua tarifa ou fazer concessões que compensem as desvantagens sofridas pelos outros parceiros, sob pena de sofrer sanções (retaliações) por parte dos países afetados pela medida. Seriam as medidas compensatórias (VAZQUEZ, 2001, p.39).
2. Ajuste de contas entre duas partes que sejam reciprocamente credoras e devedoras, mediante a apuração das diferenças. As contas de compensação são registros de direito e obrigações contingentes ou condicionais; por seu caráter transitório e/ou hipotético, aparecem no ativo e no passivo dos balanços em partidas dobradas, que têm origem simultânea, e são eliminadas da mesma forma (GAROFALO FILHO, 2004, p.60).
3. Nos pagamentos internacionais, os acordos de clearing são mecanismos de pagamento por compensação que admitem, contudo, modalidades diferentes, segundo os países e as épocas. Também liberação alfandegária (LUNA, 2003, p.40).
4. Sistema pelo qual um exportador aceita que parte ou o total de sua venda sejam pagos sob a forma de mercadorias por parte do importador (RATTI, 2003, p.81).

Outras designações (Brasil): Compensation, clearing.

Contexto de uso (Brasil):

Em termos de direito comum ocorre a **compensação**, quando duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra, extinguindo-se as obrigações até onde se compensarem (art. 1009 do CC) (http://www.suigeneris.pro.br/direito_dt_harada1.htm).

A **compensação** efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis. (http://www.dji.com.br/codigos/2002_lei_010406_cc/010406_2002_cc_0368_a_0380.htm).

Notas sobre o termo:

Compte centralisateur: s.m.

Compte courant ouvert dans les livres d'une banque étrangère, destiné à centraliser l'ensemble des règlements, virements ou chèques, d'une entreprise française sur le pays où se situe la banque étrangère (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Le **compte centralisateur** est utilisé car peut être jumelé avec un compte dans le pays de l'exportateur, donc simplicité. Utilisé lorsque l'entreprise française réalise des exportations pour de faibles montants. Réduction des coûts de transfert. Maîtrise des flux financiers (www.lyonnaisedebanque.fr/International/Dossiers/ESPAGNE2005.pdf).

Vous disposez d'un compte chez nous et vous souhaitez isoler un type d'opérations (Avis de prélèvement, LCR, chèques, tirage de chèques, virements) ou les opérations d'un de vos clients. Nous vous proposons d'ouvrir un **compte centralisateur**, sous-compte de votre compte LORO principal en euros (https://www.portail.nxbp.banquepopulaire.fr/banques/vosBesoins_detailProduit/0,2612,fr_FR_9865_25030_33519,00.html).

Le **compte centralisateur** vous rend un service fondamental et vous permet de faire des économies importantes si vous exportez vers l'Italie et si vous recevez régulièrement des fonds de la péninsule. Il s'agit d'un compte "étranger" ouvert au nom de votre société auprès d'une agence Banca Monte dei Paschi di Siena, parmi les 1.800 que compte le Groupe en Italie (<http://www.montepaschi.be/fr/prodcorpcentral.html>).

Equivalentente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Connaissance: s.m. V. Connaissance maritime.

Connaissance à bord: s.m.

Connaissance portant la mention «on board», c'est-à-dire attestant que la marchandise a bien été embarquée (GDT, 2005).

Outras designações (França): On board B/L, on board bill of lading.

Contexto de uso (França):

Le **connaissance «à bord»** est émis lorsque la marchandise a été chargée à bord du navire cité. Le transporteur, l'agent du transporteur, le capitaine du navire, l'agent du capitaine sont les quatre parties normalement autorisées à apporter cette annotation (http://www.sg-tradeservices.com/index_glossaireDEF.php?IDHTML=onboard).

Dans le cas d'un transport maritime la marchandise doit être mise à bord au plus tôt le premier jour et au plus tard le dernier jour de la période désignée. La date de mise à bord est celle portée sur le **connaissance "à bord" (on board bill of lading)** couvrant la marchandise. Dans tous les autres cas, les délais repris ci-dessus demeurent valables, la date de remise étant celle figurant sur le premier document de transport émis (http://afcot.org/dossier.asp?DOSS_CLE=209&versImp=yes).

Equivalentente (Brasil): *Conhecimento a bordo*

Conhecimento de embarque com a cláusula "a bordo". É um conhecimento de embarque em que o transportador atesta que a mercadoria foi colocada a bordo de um determinado navio (VAZQUEZ, 2001, p.116).

Outras designações (Brasil): On board bill of lading.

Contexto de uso (Brasil):

ON BOARD BILL OF LADING = conhecimento a bordo, conhecimento que pressupõe que a mercadoria está a bordo (<http://www.bb.com.br/portal/on/intc/dwn/Vocabulario.doc>).

On board - Diz-se do Conhecimento de Embarque Marítimo que indica esta condição para evidenciar que os bens foram recebidos a bordo de um navio designado. Esta condição pode ser indicada por uma expressão pré-impressa no Conhecimento de Embarque, ou por uma anotação em tal documento, on board notation. É condição exigida em todas as operações CFR e CIF e, em outras, quando o Crédito assim determina (<http://cicex.desenvolvimento.gov.br/sitio/glossario/?LETRA=O>).

Notas sobre o termo: -

Connaissance maritime: s.m.

Titre de transport propre au transport maritime et également utilisé sur certaines voies navigables. Établi en deux originaux au moins (dont un pour le chargeur), ce document est à la fois un reçu, une preuve du contrat de transport et un titre de propriété. Le porteur du connaissance détient le droit d'entrer en possession de la marchandise. En tant que titre négociable représentatif de la marchandise, le connaissance peut être le support du crédit documentaire (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Connaissance, Bill of lading (B/L).

Contexto de uso (França):

Le transporteur délivre le document de transport maritime: **Connaissance Maritime = Bill of Lading**. Le connaissance maritime est considéré comme la preuve du contrat passé entre le chargeur et le transporteur. C'est une pièce de justification, il représente la marchandise (<https://prospection-etranger.creditlyonnais.fr/comprendre-les-termes-du-transport-international/>).

En transport maritime, le document d'embarquement (**BL**, ou **connaissance maritime**) devra être expédié à votre destinataire pour qu'il puisse récupérer la marchandise (<http://perso.wanadoo.fr/bioport/expedition.htm>).

Equivalente (Brasil): *Conhecimento de embarque*

Documento firmado por uma empresa transportadora dado como comprovação de que tem, em seu poder uma mercadoria que vai transportar. Quando se trata de transporte marítimo, o conhecimento de embarque é firmado por um agente ou capitão do navio, com especificação do nome deste, o porto de destino, o número e o peso das mercadorias embarcadas, as condições de frete e o nome da pessoa ou empresa a que se destinam as mercadorias. Com as adaptações necessárias, os conhecimentos de embarque fluvial, ferroviário, rodoviário e aeroviário são semelhantes ao marítimo (GAROFALO FILHO, 2004, p.63).

Outras designações (Brasil): Bill of lading, Ocean Bill of Lading, Conhecimento marítimo.

Contexto de uso (Brasil):

Conhecimento de Embarque - O conhecimento de embarque (**BL - Bill of Lading**) é um dos documentos mais importantes do comércio exterior, sendo de emissão da companhia responsável pelo transporte da mercadoria. O **BL** é um contrato de transporte, recibo de entrega da carga e título de crédito. O conhecimento pode ser emitido em quantas vias originais forem necessárias e solicitadas pelo embarcador. Normalmente é emitido em três vias. Os pagamentos de fretes marítimos são feitos pela companhia responsável pelo embarque, podendo ser feitos de três maneiras: pré-pago, a pagar e pagável no destino (<http://www.exporta.sp.gov.br/2004/pages/popPasso.asp?id=8>).

Conhecimento de embarque: documento celebrado entre o armador e o embarcador, com a função de recibo de entrega da carga para embarque e de identificação da mercadoria embarcada, do

titular, consignatário ou endossatário dessa mercadoria, e do valor da remuneração do transporte aquaviário (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5543.htm).

O contrato de transporte marítimo é o instrumento que estabelece o vínculo jurídico entre o transportador e o consignatário das mercadorias transportadas. O embarcador, ou seja, aquele incumbido de embarcar as mercadorias (normalmente o produtor das mesmas), embora expressamente citado no contrato de transporte, não é parte principal dele, uma vez que ele contrata por conta e ordem do consignatário. É denominado **Conhecimento de Embarque**, Conhecimento de Frete, Conhecimento de Carga, Conhecimento de Transporte e, mais comumente, **Conhecimento Marítimo**. Universalmente, se faz conhecido pela expressão inglesa **Bill of Lading (B/L)** (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3671>).

Notas sobre o termo:

Consolidated shipment: inglês V. Groupage.

Consular Invoice: inglês V. Facture consulaire.

Container: inglês V. Conteneur.

Conteneur: s.m.

Caisse de dimensions normalisées pour le transport des marchandises, destinée à éviter les ruptures de charges et à être acheminée par plusieurs modes de transport (terrestre, fluvial, maritime). Il existe différents types de conteneurs (réfrigérés ou citernes par exemple) et des conteneurs spéciaux pour le transport aérien. Le conteneur réduit les risques et facilite le groupage. Sur mer, les conteneurs sont généralement transportés sur des navires spécialement adaptés (porte-conteneurs) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Container.

Contexto de uso (França):

CONTAINER ou CONTENEUR: "Boîte" généralement métallique aux dimensions normalisées, pour le transport des marchandises diverses, liquides ou pulvérulentes. On distingue les petits conteneurs (moins de 20m³) et les transcontainers ou TC de 20', 30', 35', 40' (forty footers) (<http://www.umbl.org/pages/lexique.htm>).

Equivalente (Brasil): *Contêiner*

Cofre de carga, recipiente, vasilha, equipamento internacionalmente padronizado para o transporte de mercadorias composto de módulos retangulares, com altura de 8 pés e comprimentos que variam entre 5, 10, 20, 30 e 40 pés, apresentando como principais vantagens a inviolabilidade, redução de 10% no frete marítimo e taxas especiais para o transporte rodoferroviário, prêmios de seguros menores e livre trânsito em todo o território nacional. Sistema de embalagem de mercadorias em recipientes metálicos para o transporte, o que aumenta a velocidade de embarque e desembarque, reduzindo, portanto, os custos de transporte (GAROFALO FILHO, 2004, p.66).

Outras designações (Brasil): Container, cofre de carga.

Contexto de uso (Brasil):

Cada parte que tiver a posse do **contêiner** é responsável quanto à sua segurança enquanto a carga estiver sob sua guarda, quer a carga esteja parada em um ponto, quer esteja em movimento entre dois pontos de convergência (<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/OMA/Anexos/ApendiceAnexoI.htm>).

O **Container** é, primordialmente, uma caixa, construída em aço, alumínio ou fibra, criada para o transporte unitizado de mercadorias e suficientemente forte para resistir ao uso constante. O container é identificado com marcas do proprietário e local de registro, número, tamanho, tipo, bem como definição de espaço e peso máximo que pode comportar etc. Ele foi se transformando na sua concepção e forma, deixando de ser apenas uma caixa fechada, para apresentar diversos tipos, dependendo da exigência de cada mercadoria (<http://www.unb.br/daf/drm/sci/tran.htm>).

Notas sobre o termo: -

Contingent: s.m.

Quantité donnée d'un produit qu'il est permis d'importer ou d'exporter, à l'échelon national, pendant une période de temps déterminée et, le cas échéant, dans le cadre des échanges avec un pays ou un groupe de pays. À l'importation, les contingents relèvent de mesures protectionnistes destinées à protéger les industries nationales contre l'afflux de produits étrangers concurrentiels. En France, l'autorisation d'importer des produits contingentés est délivrée par la Direction des douanes sous forme de licences (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Quota, allotment.

Contexto de uso (França):

Lors d'une visite officielle dans les Antilles françaises, M. Alain Juppé déclarait, le 14 avril 1996, que le gouvernement «ferait bloc avec ses alliés (...) pour s'opposer à la proposition» du commissaire européen à l'agriculture et au développement rural, M. Franz Fischler, d'augmenter le **contingent** d'importation de bananes dollars, commercialisées par les opérateurs internationaux (<http://www.monde-diplomatique.fr/1996/10/LAPORTE/7279.html>).

Pour les échanges, un régime de contingent d'importation est défini pour l'ensemble de la Communauté: -un **contingent** de 857700 tonnes par an à droit nul est ouvert pour les bananes exportées par les fournisseurs ACP traditionnels de la Communauté ("bananes traditionnelles ACP"); (...) (<http://www.senat.fr/leg/ppr99-221.html>).

Equivalente (Brasil): *Cota*

É a limitação de quantidades de mercadorias que podem ser importadas de certos países durante um certo limite de tempo (GAROFALO FILHO, 2004, p.219).

Outras designações (Brasil): Quota.

Contexto de uso (Brasil):

A **cota** de importação autorizada poderá ser importada de uma só vez, ou parceladamente (<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=5780>).

A Rússia aumentou a **cota** para importações de carne de frango e outras aves dos Estados Unidos em 5,2% para 811.900 toneladas neste ano (<http://www.avisite.com.br/clipping/maisclipping.asp?CodNoticia=6372&Mes=11&Ano=2005>)

Notas sobre o termo: -

Contre-remboursement: s.m.

Condition de vente obligeant l'acheteur à payer le coût des marchandises achetées, au moment de leur livraison. Les marchandises ainsi vendues donnent lieu à une «vente» dite «contre remboursement» (GDT, 2005).

Outras designações (França): Cash On Delivery – COD.

Contexto de uso (França):

Le **contre remboursement**:

-le transporteur final de la marchandise sert d'intermédiaire financier et assure l'encaissement du prix et son rapatriement.

-l'exportateur doit être sûr que l'acheteur acceptera la marchandise (www.savoie.cci.fr/download/international/notice_import_export.pdf).

Les paiements doivent être exécutés par virement à la commande ou carte bancaire ou par chèque à la commande ou à réception en **contre remboursement** transporteur (http://www.missprint.fr/e_commerce/FR/aide_info/cgv/cgv.cfm).

Equivalente (Brasil): *Pagamento contra entrega*

Pagamento na entrega da mercadoria (RATTI, 2003, p.65).

Outras designações (Brasil): Cash on delivery- COD, pagamento na entrega.

Contexto de uso (Brasil):

PAGAMENTO NA ENTREGA (Cash on Delivery) - recebimento, no ato da entrega domiciliar da encomenda, de cheque nominal e cruzado, em favor do remetente (<http://www.correios.com.br/encomendas/servicos/sedex/eSedex.cfm>).

Pagamento contra entrega (cash on delivery - COD) - Termo segundo o qual o transportador recebe o pagamento do consignatário e remete a quantia ao embarcador (<http://www.canaldotransporte.com.br/letrap.asp>).

Notas sobre o termo:

Convention de marchandise par route: s.f.

Signée à Genève le 19 mai 1956, entrée en vigueur le 2 juillet 1961, elle régit les contrats de transports de marchandises assurés par la route entre deux pays dont l'un au moins est un pays contractant. Elle permet l'établissement d'une lettre de voiture unique, sans utiliser un formulaire spécial (CCIP, 2003).

Outras designações (França): CMR, Convention relative au contrat de transport de marchandises par route.

Contexto de uso (França):

Convention relative au contrat de transport international de marchandises du 19 mai 1956, dite "**CMR**"

La présente Convention s'applique à tout contrat de transport de marchandises par route à titre onéreux au moyen de véhicules, lorsque le lieu de la prise en charge de la marchandise et le lieu prévu pour la livraison, tels qu'ils sont indiqués au contrat, sont situés dans deux pays différents dont l'un au moins est un pays contractant. Il en est ainsi quels que soient le domicile et la nationalité des parties (http://www.peczynski.com/txt/tp/txt/1956_05_19_cmr.htm).

Les transports internationaux régis par la convention dite **CMR** s'effectuent sous le couvert exclusif de la lettre de voiture CMR et le document de suivi n'est pas exigé (<http://www.hiblotavocat.com/v1commentaires.htm>).

Equivalente (Brasil): *Convenção relativa ao contrato de transporte rodoviário internacional de mercadorias (CMR)*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

No caso de um transporte multimodal, que é aquele que envolve mais de um modal de transporte e é realizado por um único operador, que será o responsável perante o usuário pelo trajeto total acordado, é essencial que fique claro que devemos também considerar a legislação aplicável nos outros modais e não apenas no marítimo. Como exemplo, podemos citar as convenções sobre transportes terrestres vigentes na Europa: **Convenção CMR sobre transporte rodoviário internacional de cargas** e Regras CIM sobre transporte ferroviário internacional de cargas (<http://www.guiaalog.com.br/ARTIGO179.htm>).

De acordo com o art 4º da **C.M.R.** "o contrato de transporte estabelece-se por meio de uma declaração de expedição. A falta, irregularidade ou perda da declaração de expedição não prejudicam nem a existência nem a validade do contrato de transporte, que continua sujeito às disposições da presente Convenção" (http://www.direitobancario.com.br/artigos/direitogeral/julgados/julg_pt5.htm).

Notas sobre o termo: Convenção estabelecida apenas entre os países europeus, portanto, no Brasil, há apenas a tradução do termo.

Convention des transports internationaux ferroviaires: s.f.

Convention qui établit un droit international du chemin de fer et définit les conditions pratiques pour établir une lettre de voiture internationale conforme à ses prescriptions. Cette convention contient, entre autres, un appendice A consacré aux règles uniformes concernant le contrat de transport international ferroviaire des voyageurs et des bagages (RU-CIV) et un appendice B consacré aux règles uniformes concernant le contrat de transport international ferroviaire des marchandises (RU-CIM). Ce dernier appendice contient des annexes concernant le transport international de marchandises dangereuses (RID), des wagons de particuliers (RIP), de conteneurs (RICO) et des colis express (RIEx) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): COTIF, Convention relative aux transports ferroviaires internationaux

Contexto de uso (França):

(...) la **Convention relative aux transports internationaux ferroviaires (Cotif)** du 9 mai 1980 repose sur le principe que les chemins de fer sont à la fois les gestionnaires de leur infrastructure et les exploitants des services de transport ferroviaire (...) (<http://droit.org/jo/19950627/MAEJ9530061D.html>).

La **Convention du 9 mai 1980 relative aux transports internationaux ferroviaires (COTIF)**, actuellement en vigueur, comporte des règles uniformes concernant le contrat de transport international ferroviaire des voyageurs et des bagages. Tous les États membres de l'Union européenne ont ratifié cette convention. Cependant, la Commission européenne a jugé nécessaire d'aller au-delà des dispositions prévues par la COTIF, s'agissant notamment des droits des voyageurs (<http://www.assemblee-nationale.fr/12/rapports/r2097.asp>).

Equivalente (Brasil): *Convenção relativa ao transporte ferroviário internacional*

Outras designações (Brasil): COTIF.

Contexto de uso (Brasil):

RID: Regulamentações relativas ao Transporte Internacional de Bens Perigosos por Ferrovias Anexo 1 ao Apêndice B (Regras Uniformes Relativas aos Contratos de Transporte Internacional de Materiais Perigosos por Ferrovia) (CIM) da **COTIF (Convenção relativa ao transporte ferroviário internacional)** e emendas (www.anvisa.gov.br/reblas/reblas_public_manual_ghs.pdf).

Nos termos dos artigos 6.º e 19.º, n.º 2, da **Convenção Relativa aos Transportes Internacionais Ferroviários**, assinada em Berna em 9 de Maio de 1980, adiante designada por **COTIF 1980**, realizou-se em Vilna, de 26 de Maio a 3 de Junho de 1999, a 5.ª Assembleia Geral da Organização Intergovernamental para os Transportes Internacionais Ferroviários (OTIF).

Convicta da necessidade e da utilidade de uma organização intergovernamental que trate, tanto quanto possível, de todos os aspectos relacionados com o transporte internacional ferroviário ao nível dos Estados;

Considerando que para o efeito, tendo em conta a aplicação da **COTIF 1980** por 39 Estados na Europa, na Ásia e em África, bem como pelas empresas de transporte ferroviário estabelecidas nesses Estados, a OTIF é a organização mais apropriada (http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OTIF/decreto_3-2004_COTIF.htm).

Notas sobre o termo: -

Convention internationale concernant le transport des marchandises par chemin de fer: s.f.
V. Convention Internationale pour les marchandises

Convention internationale pour les marchandises: s.f.

Convention dite de Berne, signée le 14 octobre 1890 et révisée plusieurs fois; dans le cadre des révisions périodiques dont elle a été l'objet, a été signée à Berne le 9 mai 1980 une nouvelle Convention relative aux transports ferroviaires internationaux (COTIF) qui est entrée en vigueur le 1er mai 1985. Elle établit un droit international du chemin de fer et définit les conditions pratiques pour établir une lettre de voiture internationale conforme à ses prescriptions. Cette convention contient, entre autres, un appendice A consacré aux règles uniformes concernant le contrat de transport international ferroviaire des voyageurs et des bagages (RU-CIV) et un appendice B consacré aux règles uniformes concernant le contrat de transport international ferroviaire des marchandises (RU-CIM). Ce dernier appendice contient des annexes concernant le transport international de marchandises dangereuses (RID), des wagons de particuliers (RIP), de conteneurs (RiCo) et des colis express (RIEx) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): CIM, Convention internationale concernant le transport des marchandises par chemin de fer.

Contexto de uso (França):

L'obligation d'apposer le symbole indiquant la présence d'animaux vivants sur les emballages servant au transport des animaux n'est pas prescrite par les règlements en vigueur pour l'application de la **convention internationale concernant le transport des marchandises par chemin de fer (C.I.M.)** (<http://conventions.coe.int/Treaty/FR/Reports/Html/065.htm>).

Equivalente (Brasil): CIM

Abreviatura de "Convention Internationale concernant le transport de Marchandise par chemin de fer", que originou o documento padrão internacional para transporte por ferrovia. Em vigor desde 1º de janeiro de 1965 (GAROFALO FILHO, 2004, p.51).

Outras designações (Brasil): Convention internationale concernant le transport de marchandise par chemin de fer.

Contexto de uso (Brasil):

No caso de um transporte multimodal, que é aquele que envolve mais de um modal de transporte e é realizado por um único operador, que será o responsável perante o usuário pelo trajeto total acordado, é essencial que fique claro que devemos também considerar a legislação aplicável nos outros modais e não apenas no marítimo. Como exemplo, podemos citar as convenções sobre transportes terrestres vigentes na Europa: Convenção CMR sobre transporte rodoviário internacional de cargas e **Regras CIM sobre transporte ferroviário internacional de cargas** (<http://www.guialog.com.br/ARTIGO179.htm>).

Notas sobre o termo: Convenção vigente apenas na Europa.

Convention relative au contrat de transport de marchandises par route: s.f. V. Convention de marchandise par route.

Convention relative aux transports ferroviaires internationaux: s.f. V. Convention des Transports Internationaux Ferroviaires.

COTIF: acrônimo V. Convention des transports internationaux ferroviaires.

Courtier: s.m.

Intermédiaire du commerce qui met en rapport des acheteurs avec des vendeurs et qui est rémunéré sous forme de commissions (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Broker, Courtier international.

Contexto de uso (França):

Le **courtier** est un travailleur indépendant inscrit au registre du commerce. Contrairement à l'agent général, il n'est pas lié à une compagnie d'assurances. Mandataire de ses clients (entreprises ou particuliers), il négocie pour eux la signature de contrats d'assurances ou de produits financiers, les assiste dans l'exécution de ceux-ci ou dans le règlement des sinistres. Il connaît donc parfaitement l'offre des différentes compagnies d'assurances et est à même de choisir les meilleures solutions en fonction de la situation particulière de chaque client. Tout comme l'agent général, il est à la tête d'un cabinet et s'occupe du recrutement et de la gestion de son personnel salarié (http://www.studyrama.com/article.php3?id_article=809)

Equivalente (Brasil): *Corretor*

Corretor de seguros ou de resseguros. Agente ou corretor que representa o dono ou comprador de uma mercadoria, cujas funções são atuar como intermediário entre o cedente e o ressegurador, encarregando-se - em troca de uma comissão - de encontrar colocação para determinados riscos, cujo volume ou especial periculosidade tornam aconselhável seu resseguro (VISONET, 2003).

Outras designações (Brasil): Broker, agent, agente.

Contexto de uso (Brasil):

Broker: Corretor, indivíduo ou instituição, que promove o encontro entre compradores e vendedores (bids e asks) em um dado mercado, cobrando uma comissão (<http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&q=broker>).

BROKER: Pessoa física ou jurídica que intermedia os negócios entre segurado e segurador ou entre segurador e ressegurador (<http://www.miralseg.com.br/glossario.htm#B>).

Notas sobre o termo: Em Comércio Internacional, o termo em inglês *broker* é mais utilizado que o termo em francês e o termo em português.

Courtier international: s.m. V. Courtier.

Crédit d'enlèvement: s.m.

Facilité qui permet aux déclarants en douane d'enlever leurs marchandises au fur et à mesure des vérifications et avant paiement des droits et taxes. Facilité accordée moyennant la souscription auprès du receveur régional d'une soumission cautionnée annuelle par laquelle le redevable s'engage à payer dans les trente jours au plus tard après leur prise en compte, les droits et taxes dus, augmentés d'une remise de un pour mille (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Customs bond credit.

Contexto de uso (França):

Le **crédit d'enlèvement** vous permet de bénéficier d'un report de paiement qui ne peut excéder 30 jours. Ainsi, vous disposez de vos marchandises avant acquittement des droits et taxes.

Le bénéfice du crédit d'enlèvement est subordonné à la constitution d'une garantie et donne lieu au paiement d'une remise de un pour mille, calculée sur le montant des droits et taxes liquidés (<http://www.douane.gouv.fr/pvoir.asp?page=entreprise/d1133282.htm&idsee=470>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Credit insurance: inglês V. Assurance crédit.

Crédit documentaire: s.m.

Contrat par lequel une banque s'engage, pour le compte et sur instruction d'un donneur d'ordre (importateur), à verser une somme d'argent au fournisseur d'une marchandise (exportateur) en règlement de celle-ci et contre remise des documents justifiant de son expédition depuis le pays de l'exportateur. Le crédit documentaire revêt différentes formes. Il est: 1) -révocable lorsqu'il peut être annulé ou amendé à tout moment et sans avis préalable au bénéficiaire, 2) -irrévocable

lorsqu'il constitue pour la banque émettrice, et pour autant que les conditions du crédit soient respectées, un engagement ferme de payer la somme convenue ou d'accepter les effets émis dans le cadre de cette opération, 3) -irrévocable et confirmé lorsque l'engagement pris par la banque émettrice de payer à production des documents exigés est garanti par la banque notificatrice qui se substituera à la première en cas de défaillance, 4) -revolving lorsque la somme pour laquelle il a été ouvert redevient immédiatement disponible après chaque utilisation du fait du renouvellement automatique du montant initial après chaque opération, 5) -adossé lorsqu'il existe un second crédit adossé au premier et ouvert sur ordre du bénéficiaire du premier crédit au profit d'un autre bénéficiaire qui est le fournisseur réel des marchandises. On utilise également les termes de crédit dos à dos ou crédit subsidiaire ou contre-crédit pour désigner le crédit adossé. En anglais, le terme employé est back to back credit, -transférable lorsque le crédit peut être transféré à un ou plusieurs bénéficiaires différents de celui pour qui il a été ouvert (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Documentary credit, Lettre de crédit.

Contexto de uso (França):

Le **crédit documentaire** est un moyen de paiement sécurisé qui répond aux exigences des importateurs et des exportateurs. Il vous permet de vous prémunir contre les incertitudes commerciales de vos opérations à l'import comme à l'export (https://www.entreprises.secure.societegenerale.fr/EIEMain/1,,EIE_EIEProduitService_PES_05-02-GERER-FLUX-INTERNATIONAL-04-Credit-doc_PESACC_,00.html).

Le **crédit documentaire** est un instrument de paiement et non une forme de financement. En effet, dans les crédoc généralement émis avec la mention "paiement à vue", le vendeur est payé à la remise documentaire (www.cnccef.org/expertises/redown/pme-exporter-credoc.pdf).

Equivalente (Brasil): *Crédito documentário*

Documento cujo signatário autoriza a entregar a uma terceira pessoa certa importância em dinheiro ou determinada quantidade de mercadorias, mediante certas condições. A entrega se faz sob a garantia do signatário, de forma que ele exerça o papel de fiador da operação. Pode ser entendida como uma ordem de pagamento realizável contra entrega de determinadas mercadorias em determinadas condições, como é seu uso comum no comércio exterior (GAROFALO FILHO, 2004, p.45).

Outras designações (Brasil): Documentary credit, Letter of credit - L/C, Carta de crédito.

Contexto de uso (Brasil):

Carta de Crédito

Esta condição, mundialmente utilizada nas operações internacionais, tem como denominação mais correta **Crédito Documentário**. O **Crédito Documentário** é a condição de pagamento mais difundida no comércio internacional, e sua aceitação não tem encontrado qualquer resistência quanto à garantia que transmite ao explorador ou vendedor. Este documento estampa as mais variadas alternativas de operações e sua aceitação é normal entre os bancos que operam internacionalmente. A grande virtude da utilização desta condição de pagamento está no fato do pagador não ser importador, mas sim um banco nomeado pelo próprio documento (http://www.opcaoaduaneiros.com.br/exibe_conteudo.asp?codigo=62&secao=nocoos).

Crédito Documentário - Trata-se de compromisso bancário de pagamento condicionado, emitido por um banco (Banco Emitente), por conta e ordem de um tomador (em regra, o comprador), em favor de um Beneficiário (geralmente o vendedor). O Banco Emitente assume o compromisso de pagar certa quantia, à vista ou a prazo, ao Beneficiário, desde que este comprove, documentalmente, ter cumprido todos os termos e condições indicados no referido instrumento. O mesmo que Carta de Crédito ou Crédito (<http://cicex.desenvolvimento.gov.br/sitio/glossario/?LETRA=C>).

Notas sobre o termo:

Currency Adjustment Factor: inglês

BAF et CAF sont deux types d'ajustement qui viennent s'ajouter au fret de base soit à la hausse, soit à la baisse. CAF (Currency Adjustment Factor) est un correctif qui dépend de l'évolution de la devise dans laquelle est libellé le tarif (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): CAF.

Contexto de uso (França):

CAF: Currency Adjustment Factor: surcharge de tarif demandée au chargeur en transport maritime si l'évolution du cours des monnaies a été défavorable au transporteur depuis la fixation de la grille tarifaire (<http://www.ecogexport.com/export/abreviations.htm#B>).

Equivalentente (Brasil): *Fator de ajuste cambial*

Outras designações (Brasil): CAF.

Contexto de uso (Brasil):

Fator de ajuste cambial - CAF (currency adjustment factor): utilizado para moedas que se desvalorizam sistematicamente em relação ao dólar norte-americano (http://www.fiesp.com.br/infra_estrutura/secao2/secao3/index.asp?id=49&se=131).

Notas sobre o termo: -

Customs bond credit: inglês V. Crédit d'enlèvement.

Customs broker: inglês V. Commissionnaire en douane.

Customs classification: inglês V. Nomenclature douanière.

Customs clearance outwards: inglês V. Déclaration d'autorisation de sortie.

Customs clearing outwards: inglês V. Déclaration d'autorisation de sortie.

Customs item: inglês V. Espèce tarifaire.

Customs Office: inglés V. Bureau de douane.

Customs Value: inglés V. Valeur en douane.

Customs Warehouse: inglés V. Entrepôt fiscal.

D

Damage: inglês V. Avarie.

DAS: sigla V. Déclaration d'autorisation de sortie.

DAU: acrônimo V. Document administratif unique.

DE: sigla V. Déclaration d'exportation.

DEB: acrônimo V. Déclaration d'échange de biens.

Déclarant: s.m.

Personne physique ou morale qui est débiteur de la dette douanière. Le déclarant est l'opérateur lorsqu'il déclare pour compte propre. Il est seul débiteur de la dette douanière. Le déclarant est l'opérateur représentant lorsque celui-ci agit en représentation indirecte. En ce cas le déclarant et l'opérateur représenté sont co-débiteurs de la dette douanière. Le déclarant est l'opérateur représenté lorsque le représentant agit en représentation directe. En ce cas, l'opérateur représenté a la qualité de déclarant et est seul débiteur de la dette douanière. Ce monde de représentation est ouvert aux seuls commissionnaires agréés (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

La personne tenue au paiement de la dette est le **déclarant** et également, en cas de représentation indirecte (c'est-à-dire lorsque le représentant agit en son nom propre mais pour le compte d'autrui article 5, paragraphe 2 du CDC), la personne représentée (article 201, paragraphe 3 du CDC) (http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/customs/procedural_aspects/general/debt/index_fr.htm).

Déclarant: Personne physique ou morale qui accomplit les formalités douanières qui est responsable des énonciations portées sur la déclaration (http://www.odasce.asso.fr/Site_Odasce/m_lexique1.htm#D).

Equivalente (Brasil): *Declarante*

Tomador (de uma Carta de Crédito); requerente, peticionário (VAZQUEZ, 2001, p.15).

Outras designações (Brasil): Applicant.

Contexto de uso (Brasil):

A dívida aduaneira considera-se constituída no momento da aceitação da declaração aduaneira em causa.

3. O devedor é o **declarante**. Em caso de representação indireta, a pessoa por conta de quem a declaração aduaneira é feita é igualmente considerada devedora (www.trf4.gov.br/trf4/upload/arquivos/ji_decisoes_4b04/ue_constituicao_divida_aduaneira.pdf)

A retificação da declaração de débito por iniciativa do **declarante**, quando vise a reduzir ou excluir imposto, só será admissível mediante comprovação, perante a repartição fiscal competente, do erro em que se fundamente, na forma que dispuser o regulamento (http://sileg.sga.df.gov.br/sileg/default.asp?arquivo=http%3A//sileg.sga.df.gov.br/sileg/legislacao/distrital/LeisOrd/LeiOrd1999/..%255CLeiOrd1996%255Clei_ord_1254_96.html).

Notas sobre o termo: -

Déclaration d'autorisation de sortie: s.f.

1. Ce document est un formulaire simplifié d'exportation qui est utilisé dans les procédures simplifiées domiciliées (INTEREX, 2003).
2. Ce document, qui peut être constitué d'une simple facture, d'un titre de transit, etc., vaut déclaration de sortie et évite l'établissement d'une déclaration en détail. La DAS est visée par le bureau de domiciliation auquel est rattachée l'entreprise; les DAS sont régulièrement récapitulées sur un imprimé dit déclaration complémentaire (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DAS, Customs clearing outwards, Customs Clearance Outwards – CCO.

Contexto de uso (França): -

Equivalente (Brasil): *Declaração simplificada de exportação*

Outras designações (Brasil): DSE.

Contexto de uso (Brasil):

Também com a finalidade simplificar e facilitar o processamento de operações de até US\$ 10 mil foi regulamentada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n ° 155, de 22 de dezembro de 1999, a **Declaração Simplificada de Exportação (DSE)**. Esta deverá ser preenchida pelo exportador por intermédio de ponto conectado ao SISCOMEX. Todas as exportações, feitas por DSE, podem ser pagas por meio de cartão de crédito internacional ou por meio de Boleto de Compra e Venda de Moeda Estrangeira. Os registros das exportações via Courier no valor de até US\$ 10 mil também são feitas através do DSE (<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/export/exp2.html>)

Declaração Simplificada de Exportação - (DES)

Documento eletrônico emitido pelo exportador ou seu representante em terminal conectado ao SISCOMEX, com validade para utilização de até 15 dias (<http://www2.ciesp.org.br/spcred/simplex.asp>)

Notas sobre o termo: A *Declaração Simplificada de Exportação* é documento semelhante à *Déclaration d'autorisation de sortie*, não idêntico.

Déclaration de la valeur: s.f.

Déclaration accompagnant le DAU et reprenant les éléments relatifs à la valeur en douane des marchandises soumises à droits de douane et d'une valeur supérieure à 500 euros (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DV1.

Contexto de uso (França):

L'attention du service et des opérateurs est appelée sur les conséquences de l'introduction de l'euro au 1er janvier 1999, sur les dispositions relatives à la **déclaration de la valeur (DV1)**.

L'obligation de présenter une déclaration des éléments relatifs à la valeur en douane des marchandises résulte de l'article 178 des dispositions d'application du code des douanes communautaire (C.D.C.), qui prévoit que "lorsqu'il est nécessaire de déterminer la valeur en douane pour l'application des articles 28 à 36 du code, une déclaration des éléments relatifs à la valeur en douane (déclaration de valeur) est jointe à la déclaration en douane établie pour les marchandises importées. La déclaration de la valeur sera établie sur un formulaire **DV1** correspondant au modèle figurant en annexe 28 du C.D.C., accompagné, le cas échéant, d'un ou plusieurs formulaires DV1 BIS correspondant au modèle figurant à l'annexe 29" des dispositions d'application du code des douanes communautaire (DAC) (<http://www.minefi.gouv.fr/formulaires/douanes/dv1/ndv1.htm>).

Formulaire accompagnant la déclaration en douane, lorsqu'il est nécessaire de déterminer la valeur en douane (Art 178, Annexes 28, 29 DAC) (http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/common/glossary/customs/index_fr.htm#D).

Equivalente (Brasil): *Declaração de valor aduaneiro*

Outras designações (Brasil): DVA.

Contexto de uso (Brasil):

Para as mercadorias selecionadas no canal cinza deverá ainda ser formulada a **Declaração de Valor Aduaneiro (DVA)** com a respectiva transmissão no SISCOMEX, para os esclarecimentos que se fizerem necessários dos aspectos comerciais da operação e a apresentação de outras informações que justifiquem o preço que foi praticado (http://www.despachosaduaneiros.com.br/rot_imp.htm#gloss).

"Art. 31. As informações adicionais àquelas constantes da declaração de importação ou da **declaração de valor aduaneiro**, bem como os documentos comprobatórios correspondentes, exigidos para o exame conclusivo, conforme o inciso I do artigo anterior, deverão ser apresentados em prazo não superior a vinte dias, fixado pelo servidor encarregado do exame de valor, de acordo com o tempo considerado necessário para o atendimento à exigência (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/in12599.htm>).

Art. 3º No caso de mercadoria selecionada para controle do correspondente valor aduaneiro declarado, o importador deverá apresentar **declaração de valor aduaneiro** acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/Ant1999/Dec249898.htm>).

Notas sobre o termo: -

Déclaration d'échange de biens: s.f.

Déclaration mensuelle de nature statistique et fiscale qui reprend l'ensemble des mouvements de marchandises communautaires qui circulent d'un État membre à un autre. Établie sur support papier (CERFA), magnétique (disquettes) ou par moyen électronique (e-mail ou modem), au coup par coup ou de manière récapitulative, la déclaration doit être transmise au plus tard le 10ème jour ouvrable suivant le mois de référence. Selon le support concerné (papier, informatique), les déclarations sont collectées soit par un des six Centres Interrégionaux de Saisie des Données (CISD), soit par la Direction Nationale des Statistiques du Commerce Extérieur (DNSCE) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DEB.**Contexto de uso (França):**

En effet, il est nécessaire de remplir ce qui est appelé «**DEB**», ou **déclaration d'échange de biens**.

Cette déclaration est à destination des services de douane et revêt plusieurs fonctions :

- elle sert à l'établissement des statistiques du commerce extérieur,
- la surveillance du respect des règles fiscales concernant la TVA. Il convient de rappeler que certains produits spécifiques
- demeurent soumis à des règles spécifiques. Il s'agit :
 - Des produits soumis à accises (alcools, pétrole, huiles minérales, tabac). Certains produits, du fait de leur caractère sensible, continuent à être soumis à des contrôles particuliers, ce qui signifie que ces produits sont confrontés à des restrictions quant à leur circulation. Les produits concernés sont les armes, les munitions, les poudres et substances explosives, les stupéfiants, les psychotropes et médicaments, les biens culturels, les végétaux et animaux.

Ces formalités ne dispensent en aucun cas des obligations en matière de TVA (déclaration sur le chiffre d'affaire, paiement de la taxe).

La **DEB** doit être remplie chaque mois et transmise à la douane au plus tard le 10ème jour ouvrable qui suit le mois de référence, pour tous les échanges intra communautaires de marchandises. Cette obligation doit être remplie dès lors que l'entreprise est assujettie à la TVA. Selon le montant des introductions et expédition, il sera nécessaire de choisir entre quatre niveaux d'obligation déclarative (ces niveaux peuvent être consultés sur le site des douanes: <http://www.douane.gouv.fr>). La **DEB** peut être remplie sur Internet, grâce à un service appelé «**Deb sur le Web**», <http://deb.douane.finances.gouv.fr> (<http://sitedev.cci63.net/europe/doss/2004/1004.php>).

Equivalente (Brasil): -**Outras designações (Brasil):** -**Contexto de uso (Brasil):** -

Notas sobre o termo: Documento utilizado apenas na Europa.

Déclaration d'exportation: s.f.

Formulaire douanier utilisé lors de l'exportation de produits non soumis à une prohibition de sortie mais assujettis à une procédure de surveillance (leur liste est précisée au moyen d'avis aux exportateurs publiés au Journal Officiel); cette surveillance s'exerce a posteriori (aucun visa n'est nécessaire), ou a priori et dans ce cas le visa préalable de la Direction générale des douanes et des droits indirects (Service des autorisations financières et commerciales -SAFICO) est requis (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DE, Export Customs Entry – ECE.

Contexto de uso (França):

L'exportation d'un bien culturel vers un pays tiers fait obligatoirement l'objet du dépôt d'une **déclaration d'exportation** (à laquelle sont joints la licence et le certificat) dans un bureau de douane à compétence BCE. La présentation du bien culturel exporté peut être exigée par le service des douanes (<http://www.douanes.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/cult.htm&cusnum=731>).

Equivalente (Brasil): *Declaração de exportação*

1. Documento utilizado para algumas mercadorias exportadas. A maior parte de nossa pauta de exportações é amparada em Registros de Exportação (VAZQUEZ, 2001, p.62).
2. Documento submetido à Alfândega através do SISCOMEX, com a finalidade de processar a liberação da carga para embarque (LUNA, 2003, p. 71).

Outras designações (Brasil): Export declaration, Export customs declaration.

Contexto de uso (Brasil):

O despacho de exportação será realizado com base em **declaração de exportação** apresentada no SISCOMEX (http://www.columbia.com.br/columbiaApp/Portal/contport1.nsf/va_sysProd01/armalfentrepostoaduaneironaimportacaoexportacao?op_menu_l=PRD&path_type=FULL).

§ 3º Os bens a serem admitidos no regime deverão estar descritos detalhadamente na respectiva **declaração de exportação**, de modo a permitir sua identificação quando do retorno ao País (<http://www.cultura.gov.br/legislacao/docs/IN-10012003.htm>).

Notas sobre o termo: A *Declaração de exportação* no Brasil é semelhante à *Déclaration d'exportation* na França, não equivalente.

Déclaration d'importation: s.f.

Formulaire douanier utilisé lors de l'importation de produits libres à l'entrée en France mais assujettis à une procédure de surveillance; celle-ci s'exerce a priori lorsque la DI doit être visée préalablement à l'importation/introduction; ce visa est délivré par le service technique du ministère compétent. La surveillance s'exerce a posteriori lorsque le ministère est informé de l'importation/introduction après sa réalisation (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DI, Import Customs Entry-ICE.

Contexto de uso (França):

Dans les relations avec les pays tiers: l'autorisation d'importation doit être présentée au bureau de dédouanement à l'appui de la **déclaration d'importation** (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/pse.htm&cusnum=464>).

L'opération de dédouanement est matérialisée par l'établissement d'une **déclaration d'importation** sur un formulaire communautaire appelé Document Administratif Unique (DAU: feuillets 6, 7 et 8) (http://www.touraine.cci.fr/dossier.php4?id_dossier=10&id_metier=4&id_sousmetier=16).

Equivalente (Brasil): *Declaração de Importação*

Declaração formulada pelo importador no Siscomex e que contém as informações para o desembaraço e a admissão da mercadoria importada em território brasileiro (VAZQUEZ, 2001, p.52).

Outras designações (Brasil): DI.

Contexto de uso (Brasil):

A **Declaração de Importação - DI** compreende o conjunto de informações gerais correspondentes a uma determinada operação de importação e conjuntos de informações específicas de cada mercadoria objeto de importação. A DI será elaborada pelo importador, ao introduzir no sistema os dados gerais da declaração objeto do despacho (<http://www.firjan.org.br/notas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4079&sid=35>)

Notas sobre o termo: A *Declaração de importação* no Brasil é semelhante à *Déclaration d'importation* na França, não equivalente.

Dépotage: s.m.

Action consistant à vider un conteneur ou une citerne à l'arrivée au port ou à destination (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Stripping.

Contexto de uso (França):

Dépotage: 1. Déchargement de marchandises pulvérulentes, liquides ou gazeuses, d'un véhicule de transport. 2. Déchargement des marchandises d'un conteneur ou d'une caisse mobile (<http://www.patrimoine-de-france.org/mots/mots-neo-0-3021.html>).

Sur nos quais, nous assurons tous les mouvements de vos conteneurs vides ou chargés, leur **dépotage** ou rempotage, leur gestion sur notre aire de stockage ainsi que leur lavage et les petites réparations (<http://www.colmar.cci.fr/equipements/port-rhenan/terminal.htm>).

Equivalente (Brasil): *Desovar*

Retirar a carga do contêiner. Contrasta com estufar (VAZQUEZ, 2001, p.51).

Outras designações (Brasil):**Contexto de uso (Brasil):**

A colocação e retirada da carga do equipamento tem as seguintes denominações:

Estufar/ovar: é o ato de encher o container com mercadorias, podendo ser estas a granel, embaladas ou paletizadas.

Desovar: é o ato de retirar mercadorias do container. É conveniente que antes de se iniciar a estufagem de um container, se faça um "plano de estiva" para adequação da carga ao mesmo, para evitar surpresas desagradáveis no momento de estufá-lo na prática (http://www.intranews.com.br/interna.php?tipo=normal&&id_cat=8&&conteudo=241).

Notas sobre o termo: -

DI: sigla V. Déclaration d'importation.

Direction des relations économiques extérieures: s.f.

La Direction des Relations Économiques Extérieures met en oeuvre la politique des pouvoirs publics en ce qui concerne les relations économiques extérieures, en soutenant le développement international des entreprises. La DREE gère notamment tous les postes d'expansion économiques répartis dans plus de 120 pays dans le monde (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): DREE.

Contexto de uso (França):

La vocation de la **Direction des Relations Economiques Extérieures (DREE)** est de préparer et mettre en œuvre la politique des Pouvoirs publics en matière de relations économiques extérieures et de développement international des entreprises (http://www.minefi.gouv.fr/pole_ecofin/international/coop_adetef/thdree.htm).

La **Direction des Relations Économiques Extérieures** est une Direction à services déconcentrés du Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie et placée sous l'autorité du Secrétaire d'État au commerce Extérieur. Sa vocation est de préparer et de mettre en œuvre la politique des pouvoirs publics en matière de relations économiques extérieures, en particulier en soutenant le développement international des entreprises (<http://www.izf.net/izf/FicheIdentite/DREE.htm>)

Equivalente (Brasil): *Direção de Relações Econômicas Externas*

Outras designações (Brasil): DREE.

Contexto de uso (Brasil):

A Direção de Relações Econômicas Externas (DREE)

Além da função de definir a política comercial dentro do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria, a **DREE** é investida de três missões nas áreas da informação, da promoção das exportações e do acompanhamento das empresas. Em sua função de informação ela divulga junto às empresas as informações econômicas e comerciais coletadas no mundo inteiro graças aos 174 Postos de Expansão Econômica (PEE) distribuídos em 115 países. Eles fornecem, em particular, uma avaliação do mercado do qual possuem a responsabilidade, especialmente no que se refere a seu porte, seu ambiente econômico, comercial e regulamentar, bem como um estudo sobre a concorrência (<http://www.france.org.br/abr/label/Label29/Dossier/dispositif.html>).

Em 28 de novembro de 1996, o Ministério das Relações Exteriores organizou juntamente com o Ministério do Comércio Exterior e **Direção de Relações Econômicas Exteriores (DREE)** um seminário que reuniu em Nantes 300 chefes de pequenas e médias empresas na presença de 11 embaixadores da França convidados a informá-los e ajudá-los a estar mais presentes nos mercados internacionais (<http://www.france.org.br/abr/label/Label29/Dossier/conquete.html>).

Notas sobre o termo: -

Document administratif unique: s.m.

Formulaire douanier communautaire utilisable dans les relations intracommunautaires et dans les échanges avec les pays tiers qui doit être établi par les opérateurs du commerce international (importateurs, exportateurs ou leurs représentants légaux, déclarants en douane). Entré en application le 1er janvier 1988, ce document se substitue aux formulaires communautaires et nationaux suivants: C et C bis, S et S bis, E, E bis et EA, ET, ES, A, T, T2L. Le DAU sert à la fois de titre d'exportation, d'importation et de mise à la consommation de marchandises communautaires ou en provenance de pays tiers et mises en libre pratique. Il sert également de titre et de placement des marchandises sous tout autre régime douanier dans l'État membre de destination. Les informations contenues dans ce formulaire, sous forme de codifications harmonisées, permettent aux autorités douanières d'identifier la nature des produits faisant l'objet d'une transaction et le régime douanier sous lequel s'effectue cette transaction à l'intérieur de la CE ou entre les États membres et les pays tiers (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DAU.

Contexto de uso (França):

Le **document administratif unique** est un document harmonisé au sein de l'Union Européenne qui sert à dédouaner les marchandises importées ou exportées (<http://www.essonne.cci.fr/formalites/internationales/reforme-du-dau-article421.html>).

Le **document administratif unique (DAU)** se présente sous la forme d'une liasse constituée de huit exemplaires. Si nécessaire (déclaration comportant plus de deux articles), des formulaires intercalaires peuvent être constitués par des *primata* dans le cas notamment où les déclarations sont établies par un système informatique privé (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d1133241.htm&cusnum=779#général>)

Equivalente (Brasil): *Documento administrativo único*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

No Brasil, a exportação depende das leis brasileiras e, segundo elas, a mercadoria vendida pode chegar até a fronteira da União Européia. A partir daí, alteram-se as regras e surgem as condições de importação que se relacionam ao produto, ao empacotamento, à documentação (fatura comercial, **documento administrativo único**, licença ou declaração de importação, certificado de origem, declaração de valor, documento de transporte e de seguro etc.). Essas informações não são facilmente encontradas, e sem os documentos exigidos a alfândega do país importador não permite a entrada da mercadoria para a livre circulação na União Européia (<http://www.fae.edu/intelligentia/artigos/lerArtigo.asp?lngIdArtigo=2175&pagina=3>).

Os transportes rodoviários serão muito favorecidos com a queda das barreiras e controles nas fronteiras. Para eles, a liberação será completa com a supressão, inclusive, do chamado "**documento administrativo único**", o que permitirá aos caminhoneiros passar as fronteiras sem parada obrigatória (<http://www.copa.esp.br/ext/diariodopassado/20030101/000026076.htm>).

Notas sobre o termo: No Brasil, esse documento não existe, mas será necessário utilizá-lo ao exportar para a França.

Documentary credit: inglês V. Crédit documentaire.

Douane: s.f. V. Bureau de douane.

DREE: sigla V. Direction des relations économiques extérieures.

Droit d'accise: s.m. V. Accises.

Droit de tirage spécial: s.m.

Unité de compte instituée sous l'égide du Fonds monétaire international (FMI) pour assurer la croissance des réserves officielles. Le DTS est devenu depuis la principale ressource du Fonds Monétaire International. Sur le plan technique, il se présente comme un panier de monnaies qui, à l'origine, était constitué de 16 devises choisies parmi celles des principaux États membres. Il n'est plus constitué de nos jours que des cinq grandes monnaies: dollar US, deutsche Mark, franc français, yen, livre sterling (CCIP, 2003).

Outras designações (França): DTS, Special drawing rights – SDR.

Contexto de uso (França):

Les sommes indiquées en **droits de tirage spéciaux** dans la présente convention sont considérées comme se rapportant au **droit de tirage spécial** tel que défini par le Fonds monétaire international. La conversion de ces sommes en monnaies nationales s'effectuera, en cas d'instance judiciaire, suivant la valeur de ces monnaies en **droit de tirage spécial** à la date du jugement. La valeur, en **droit de tirage spécial**, d'une monnaie nationale d'un État partie qui est membre du Fonds monétaire international, est calculée selon la méthode d'évaluation appliquée par le Fonds monétaire international à la date du jugement pour ses propres opérations et transactions (<http://www.senat.fr/leg/pjl01-387.html>).

Equivalentente (Brasil): *Direito especial de saque*

Um tipo de reserva ou moeda internacional criada em 1967, na Conferência do Fundo Monetário Internacional, realizada no Rio de Janeiro, para substituir o ouro como o principal meio de liquidação de transações financeiras internacionais, e por essa razão também denominado ouro-papel. Cada país pode saldar os déficits de seu balanço de pagamentos com DES, ouro ou com moedas fortes. Os DES foram criados para aliviar as tensões criadas pela escassez de ouro e de outros tipos de reserva em face de um comércio internacional em expansão (GAROFALO FILHO, 2004, p.88).

Outras designações (Brasil): DES, Special drawing rights – SDR.

Contexto de uso (Brasil):

O FMI, Instituição criada em 1944, pelo Acordo de Bretton Woods, desenvolveu, em 1969, o **Direito Especial de Saque – DES** - (em inglês: **Special Drawing Rights - SDR**), moeda escritural utilizada como Reserva dos Estados, naquela Instituição, juntamente com o ouro e moedas de alguns países de economia forte e estável, constituindo as Reservas dos Estados junto ao FMI (<http://www.sbda.org.br/artigos/Anterior/07.htm>).

Notas sobre o termo: Tanto na França, quanto no Brasil o termo em inglês e sua respectiva sigla são as formas mais usadas.

DTS: sigla V. Droit de tirage spécial.

Duty free purchase: inglês V. Achat en détaxe.

DV 1: sigla V. Déclaration de la valeur.

E

ECE: sigla V. Déclaration d'exportation.

Economic Interest Grouping: inglês V. Groupement d'intérêt économique.

ECSC: sigla V. Communauté européenne de charbon et d'acier.

EFTA: acrônimo V. Association européenne de libre échange.

Empotage: s.m.

Terme utilisé pour désigner le chargement des marchandises dans un conteneur (GDT, 2005).

Outras designações (França): Stuffing.

Contexto de uso (França):

Empotage: 1. Chargement de marchandises pulvérulentes, liquides ou gazeuses, dans un véhicule de transport. 2. Chargement de marchandises dans un conteneur, une caisse mobile ou une citerne (<http://www.patrimoine-de-france.org/mots/mots-neo-0-3021.html>).

Il s'agit de gérer les conteneurs Messina et ceux de tout autre armateur, faire la manutention, l'entreposage, la livraison de tout type de conteneur, l'**empotage** et le dépotage de toutes marchandises (http://www.malipages.com/presse/news_10_04/news_0034.asp).

Equivalente (Brasil): *Estufar*

Carregar um contêiner (VAZQUEZ, 2001, p.140).

Outras designações (Brasil): Stuffing

Contexto de uso (Brasil):

A colocação e retirada da carga do equipamento tem as seguintes denominações:

Estufar/ovar: é o ato de encher o container com mercadorias, podendo ser estas a granel, embaladas ou paletizadas.

Desovar: é o ato de retirar mercadorias do container. É conveniente que antes de se iniciar a estufagem de um container, se faça um "plano de estiva" para adequação da carga ao mesmo, para evitar surpresas desagradáveis no momento de estufá-lo na prática (http://www.intranews.com.br/interna.php?tipo=normal&&id_cat=8&&conteudo=241).

Notas sobre o termo: -

Entrepôt: s.m.

Établissement soumis au contrôle de la douane où les marchandises peuvent être placées en suspension des droits de douane, taxes, prohibitions et autres mesures économiques, fiscales ou douanières. Suivant sa destination, il est appelé entrepôt de stockage (public, privé banal, privé particulier, spécial, d'avitaillement) entrepôt d'exportation et entrepôt industriel (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Warehouse, Entrepôt de douane.

Contexto de uso (França):

Entrepôt de douane, lieu où sont déposées les marchandises à leur arrivée dans un pays, avant d'être soumises aux formalités douanières: il est réel s'il appartient à l'Administration; il est fictif s'il appartient à des particuliers, et est placé sous surveillance de la douane (<http://perso.wanadoo.fr/robert.courtiau/GLOSSAIRE.HTM>).

Entrepôt de douane, lieu où sont déposées des marchandises pour lesquelles les droits de douane ne sont pas encore acquittés (<http://www.patrimoine-de-france.org/mots/mots-acade-34-16931.html>).

Equivalente (Brasil): *Entrepoto*

Grande centro de armazenagem de mercadorias originárias do exterior e que devem ser reexportadas, estando isentas de taxas alfandegárias. Destacam-se como grandes entrepostos mundiais portos como os europeus de Roterdã e Antuérpia (GAROFALO FILHO, 2004, p.97).

Outras designações (Brasil): Entrepot, Warehouse.

Contexto de uso (Brasil):

O setor administrativo do **entrepoto** de Sorocaba abriga escritórios, dependências da Receita Federal (que fiscaliza todo o processo) e posto bancário. Sua estrutura metálica, assim como a do galpão, é do tipo independente (<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura29.asp>).

Do ponto de vista do fluxo comercial da mercadoria, o **Entrepoto** pode ser dividido em:

72.6.1 - DE IMPORTAÇÃO

Quando recebe somente mercadoria importada do exterior.

72.6.2 - DE EXPORTAÇÃO

Quando recebe somente mercadoria a ser exportada (http://www.lunabrasil.com.br/m_entre_adu.htm).

Notas sobre o termo: -

Entrepôt de douane: s.m. V. Entrepôt.

Entrepôt fiscal: s.m.

Régime d'entrepôt sous lequel des marchandises communautaires sont stockées en France en suspension de TVA (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Bonded ou Customs Warehouse.

Contexto de uso (França):

« II. -Sur demande des opérateurs, les dispositions du I peuvent s'appliquer aux alcools, boissons

alcooliques et tabacs manufacturés qu'ils détiennent en suspension des droits sous un régime d'**entrepôt fiscal** prévu aux *a, b* et *c* du 2° du I de l'article 277 A et sous un régime suspensif des droits d'accises, lorsque ces opérateurs détiennent également des alcools et boissons alcooliques sous un régime douanier communautaire mentionné au *b* du 1° du I de l'article 302 D.» (<http://www2.equipement.gouv.fr/bulletinofficiel/fiches/Bo199924/A0240006.htm>).

Equivalente (Brasil): *Entrepósito aduaneiro*

Regime aduaneiro especial que permite o depósito das mercadorias em local determinado, com suspensão do pagamento dos tributos. Aplica-se esse regime à exportação e à importação (VAZQUEZ, 2001, p.59).

Outras designações (Brasil): Bonded Warehouse.

Contexto de uso (Brasil):

O conceito legal de **Entrepósito Aduaneiro** consta do art. 356 do RA, que diz: "O regime de Entrepósito Aduaneiro é o que permite a armazenagem de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento dos impostos incidentes na importação." (DL 1.455/76, art. 9º, com a redação da MP 2.158-35/2001) (http://www.lunabrasil.com.br/m_entre_adu.htm).

Notas sobre o termo: -

Entreprise commune: s.f. V. Joint venture.

Entreprise en participation: s.f. V. Joint venture.

EPO: acrônimo V. Office européen des brevets.

ESC: sigla V. Comité européen de normalisation.

Espèce tarifaire: s.f.

Termes dans lesquels les marchandises sont désignées dans le tarif douanier commun (art. 28 du Code des douanes). La connaissance de l'espèce d'un produit permet de déterminer le régime qui lui est applicable à l'importation, à l'exportation, etc... ainsi que les éléments de taxation et de contrôle auxquels il est assujéti: taux de droits de douane, taxes et impositions diverses, application de contingents, prohibitions et normes, contrôles sanitaires ou phytosanitaires, etc (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Espèce tarifaire d'une marchandise, customs item.

Contexto de uso (França):

L'**espèce tarifaire** est l'une des trois notions essentielles, avec l'origine et la valeur en douane, pour déterminer le traitement douanier à réserver à une marchandise importée dans la Communauté ou exportée vers les pays tiers (<http://www.douane.gouv.fr/pvoir.asp?page=entreprise/d1311.htm&idsee=331>).

Equivalente (Brasil): *Classificação tarifária*

Ação de determinar o código que corresponde a uma mercadoria na nomenclatura tarifária de que se trate (Naladi, NCM) (VISONET, 2003).

Outras designações (Brasil): Classificação Tarifária de Mercadorias.

Contexto de uso (Brasil):

Seleção do produto a ser importado e **classificação tarifária** do produto para verificação dos impostos incidentes sobre as mercadorias, tratamentos administrativos e benefícios de redução de alíquotas através dos acordos internacionais (<http://www.firjan.org.br/notas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4080&sid=35>).

O processo de identificação do produto a ser exportado consiste em, fundamentado em uma Nomenclatura, posicioná-lo na chamada **Classificação Tarifária**. Utilizar uma Nomenclatura para dar uma **Classificação Tarifária** ao produto é um dos primeiros passos que a empresa fabricante de máquinas e equipamentos deve tomar quando decide exportar (http://www.aprendendoaexportar.gov.br/maquinas/como_exp/ident_produto/index.asp).

Notas sobre o termo: -

Espèce tarifaire d'une marchandise: s.f. V. Espèce tarifaire.

EUR1: sigla

Désigne un modèle de certificat de circulation utilisé dans les échanges commerciaux effectués dans le cadre d'accords conclus entre les États membres de la Communauté économique européenne (CEE) et les pays de l'Association européenne de libre échange (AELE), du Maghreb (Algérie, Maroc, Tunisie), du Machrak (Égypte, Jordanie, Liban, Syrie), des PTOMA (pays et territoires d'outre-mer associés), des pays ACP (Afrique, Caraïbes, Pacifique), Chypre, Israël, Malte, Turquie et Yougoslavie (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Les documents **EUR1**, EUR2 et ATR permettent au destinataire de bénéficier de franchise de droits et taxes de douane ou de réductions tarifaires et facilitent le dédouanement:

Le document **EUR1** s'utilise pour les envois de marchandises obligatoirement originaires et fabriquées dans l'Union Européenne: (1) en fonction de la valeur douanière, (2) selon les accords économiques préférentiels du pays destinataire avec l'Union Européenne. Le document EUR2 s'utilise de la même façon que l'**EUR1** mais de façon très limitée à destination de l'Algérie et la Syrie uniquement. À la différence de l'**EUR1**, il n'est pas soumis au visa de l'autorité douanière (<http://www.laposte.fr/courrierinternational/index.php?id=410#304>).

D'autres documents seront à présenter au moment des opérations de dédouanement tels que: -la facture commerciale

- les titres de transit couvrant le transport
- les certificats de circulation et d'origine (à faire viser par le services des douanes)
- les certificats de circulation: **EUR1**, EUR2, ATR1
- le document T2L (feuillet 4 du DAU pour les DOMTOM) (http://www.interex.fr/serv/frame_dynamique.asp?url=/ATLAS/interex/method5.htm).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: Documento utilizado apenas pelos países da Comunidade Econômica Européia e pelos países que fecharam acordo com eles. Como o Brasil não participa do acordo, esse documento não existe em nosso país.

EUR2: sigla

Désigne un formulaire de certificat de circulation des marchandises généralement utilisé pour les mêmes échanges commerciaux que l'EUR.1 mais pour accompagner les envois postaux (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Les documents EUR1, **EUR2** et ATR permettent au destinataire de bénéficier de franchise de droits et taxes de douane ou de réductions tarifaires et facilitent le dédouanement:

Le document EUR1 s'utilise pour les envois de marchandises obligatoirement originaires et fabriquées dans l'Union Européenne: (1) en fonction de la valeur douanière, (2) selon les accords économiques préférentiels du pays destinataire avec l'Union Européenne. Le document **EUR2** s'utilise de la même façon que l'EUR1 mais de façon très limitée à destination de l'Algérie et la Syrie uniquement. À la différence de l'EUR1, il n'est pas soumis au visa de l'autorité douanière (<http://www.laposte.fr/courrierinternational/index.php?id=410#304>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: Documento utilizado apenas pelos países da Comunidade Econômica Européia e pelos países que fecharam acordo com eles. Como o Brasil não participa do acordo, esse documento não existe em nosso país.

European Free Trade Area: inglês V. Association européenne de libre échange.

European Free Trade Association: inglês V. Association européenne de libre échange.

European Investment Bank: anglais V. Banque européenne d'investissement.

European Patent Office: anglais V. Office européen des brevets.

European Standards Committee: anglais V. Comité européen de normalisation.

Excise tax: anglais V. Accises.

Export Certificate: anglais V. Certificat d'exportation.

Export Credit Insurance: anglais V. Assurance crédit.

Export Customs Entry: anglais V. Déclaration d'exportation.

F

Factoring: inglês V. Affacturage.

Facture commerciale-proforma: s.f. V. Facture pro forma.

Facture pro forma: s.f.

Offre commerciale qui comprend toutes les spécificités nécessaires (nature des produits, délais de validité de l'offre, conditions de livraison et de règlement. Établie par un vendeur (exportateur) en vue de permettre à l'acheteur d'obtenir une licence d'importation, ou une demande d'autorisation de transfert de fonds ou d'octroi de crédit (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Facture commerciale-proforma, Pro forma invoice, Commercial Invoice-proforma.

Contexto de uso (França):

(...) une facture pro-forma mentionnant que les matériels ont été acquis en France toutes taxes comprises ou ont fait l'objet d'une importation moyennant paiement des droits et taxes exigibles (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/exportempo.htm&cusnum=1297>).

Facture pro-forma

Facture "pour la forme" ou devis présentant tous les éléments d'une facture ordinaire mais non pris en compte dans la comptabilité des entreprises et ne correspondant à aucun paiement (<http://www.douane.gouv.fr/pvoir.asp?page=documentation/lexique.htm&idsee=48>).

Equivalentente (Brasil): *Fatura pró-forma*

Documento de responsabilidade do exportador, emitido a pedido do importador, para que este providencie e cumpra exigências legais em seu país, inclusive eventual licenciamento da importação. A fatura pro forma é o modelo de contrato mais freqüente, servindo para formalizar e confirmar a negociação, desde que devolvido ao exportador, contendo o aceite do importador para as especificações contidas. Este documento não gera obrigações de pagamento por parte do importador (GAROFALO FILHO, 2004, p.107).

Outras designações (Brasil): Proforma, Pro forma invoice, Fatura pro forma.

Contexto de uso (Brasil):

Imediatamente após o registro da LI no Siscomex, o importador deverá encaminhar ao Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a fatura pro forma, na qual deve constar o valor comercial dos bens e a declaração de que a operação é caracterizada como doação. Na hipótese de o frete e/ou seguro ser de responsabilidade do importador brasileiro, ou este tiver que ressarcir o exportador por tais despesas, essa informação deve ser mencionada na referida fatura pro forma e consignada no campo "Informações Complementares" da ficha "Complementares" da LI (<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/ImportFormDoacao.htm>).

Confirmado o fechamento do negócio, o exportador deve formalizar a negociação enviando uma fatura pró-forma. Esta fatura é um pré-contrato, semelhante a um pedido de compra, contendo o logotipo da empresa, informações sobre o importador e o exportador, descrição da mercadoria, peso líquido e bruto, quantidade, preço unitário e total, condição de venda, modalidade de pagamento, meio de transporte e tipo de embalagem. A fatura pró-forma garante as informações necessárias para a emissão da Carta de Crédito e para o fechamento de câmbio no caso de pagamento antecipado. Não existe nenhum padrão de pró-forma, cada exportador pode montar o seu, desde que contenha todas as informações descritas acima (<http://www.exporta.sp.gov.br/2004/pages/popPasso.asp?id=9>).

Notas sobre o termo: -

Facture consulaire: s.f.

Exigée par certains pays, la facture consulaire fournit le détail des biens expédiés et informe sur les identités du donneur d'ordre et du destinataire et sur la valeur de l'expédition. Elle est certifiée par une administration du pays de destination et doit être présentée à un commissionnaire en douane (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Consular Invoice.

Contexto de uso (França):

La facture consulaire

Ces factures sont nécessaires à l'importation dans les pays qui en prescrivent l'emploi pour permettre le dédouanement des marchandises. Il n'existe pas de formulaire type. Chaque pays a défini un imprimé qui lui est propre, comme par exemple le Canada (bourgogne.cci.fr/Juribourgogne/documents/Flash_nr5.pdf).

La facture consulaire. Cette facture, est un document qui permet en pratique de vérifier si la marchandise ne provient pas d'un pays ou une région sous embargo. Ce document porte le visa du pays de destination, qui constate ainsi l'origine et la valeur de la marchandise; ce qui permettra par ailleurs aux autorités douanières d'appliquer le tarif douanier approprié (<http://leopoldsea.viabloga.com/news/2.shtml>).

Equivalentente (Brasil): *Fatura consular*

Documento exigido por alguns países que menciona detalhes da mercadoria embarcada, tais como: nome do consignador, consignatário, valor da mercadoria, etc. Autenticado por um representante consular do país importador, é utilizado com propósitos alfandegários, no controle do preço da mercadoria, quantidade e procedência do embarque (VAZQUEZ, 2001, p.41).

Outras designações (Brasil): Consular invoice.

Contexto de uso (Brasil):

- **Fatura Consular** – exigida por alguns poucos países, repete a maioria das informações contidas na Fatura Comercial (uso externo); (http://www.abre.org.br/exportacao/como_exportar.htm).

Fatura consular: Documento emitido pelo consulado do país importador, exigido apenas por alguns países. Dependendo do destino da exportação, para emitir a fatura consular o consulado pode exigir a apresentação da fatura comercial, do certificado de origem, do conhecimento de embarque entre outros (<http://www.portalnacional.com.br/index.cfm?fuseaction=ver&cod=16303>).

Notas sobre o termo: -

FCR: sigla V. Forwarder's cargo receipt.

Ferroutage: s.m.

Transport de marchandises sur des véhicules routiers qui sont eux mêmes acheminés par le rail sur une partie du parcours. Ce type de transport (ferroutage) obéit à des dispositions particulières (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Piggyback railroad transportation, Piggyback Transport.

Contexto de uso (França):

Le **ferroutage**, c'est l'utilisation de deux modes de transport de surcroît très lourds, pour une seule charge (http://www.la-gauche.org/article.php3?id_article=233).

On aurait pu pourtant faire dès cette époque d'importantes économies d'énergie, avec le **ferroutage** (transport des marchandises par train et container) les autoroutes ferroviaires (train-auto, comme dans le tunnel sous la Manche) (http://www.shedrupling.org/activist/heure/heure.php?lang=fr_).

Equivalente (Brasil): *Transporte piggyback*

Outras designações (Brasil): Sistema piggyback, Piggyback Transport.

Contexto de uso (Brasil):

7.1.1.5. Para fins deste Regulamento, chama-se sistema **piggyback** ao transporte de veículos rodoviários em vagões ferroviários.

7.1.1.6. Veículos rodoviários transportados pelo sistema **piggyback** bem como seu carregamento deverão obedecer às prescrições estipuladas neste Regulamento, para o transporte rodoviário de produtos perigosos (http://www.antt.gov.br/acpublicas/apublica2003-08/APublica2003-08_19.pdf).

TRANSPORTE PIGGYBACK (PIGGYBACK TRANSPORT)

Transporte combinado via rodovia ou ferrovia (http://www.sindiex.org.br/template-conteudo-06.asp?cod_con=708&cod_sec=5&cod_subsec=27&cod_cat=-1&cod_subcat=-1&cod_niv=-1).

Notas sobre o termo:

FMI: sigla V. Fonds monétaire international.

Fonds Monétaire International: s.m.

Organisme de l'ONU créé par les accords de Bretton Woods en 1944, qui avait pour mission de mettre en place, sur le plan international, un nouvel ordre monétaire. Parmi les principes les plus importants défendus par cette institution figurent: la coopération monétaire internationale, l'expansion et l'accroissement équilibré du commerce international, la stabilité des taux de change (CCIP, 2003).

Outras designações (França): IMF - International Monetary Fund, FMI.

Contexto de uso (França):

Le **Fonds Monétaire International** veut faciliter les paiements internationaux et assurer la stabilité des taux de change, à grands coûts d'ajustements structurels dévastateurs pour l'environnement et les populations locales (http://www.amisdelaterre.org/rubrique.php3?id_rubrique=28).

Les banques commerciales étant devenues méfiantes vis-à-vis des pays en développement en raison de la crise de la dette, le **FMI** assure désormais la fonction de prêteur en dernier ressort et a pour vocation de renflouer les économies en difficulté, afin de rétablir la confiance de la sphère privée. Les prêts se font sous certaines conditions et sont assujettis à la mise en place de programmes d'ajustement structurel (PAS), qui imposent la libéralisation de l'économie.

Le **Fonds monétaire international** - qui compte 184 Etats membres -s'organise autour de trois structures principales: le Conseil des gouverneurs, le Comité intérimaire et le Conseil d'administration (http://www.globenet.org/ifi/article.php3?id_article=40).

Equivalente (Brasil): *Fundo Monetário Internacional*

Organização financeira internacional criada em 1944 na Conferência Internacional de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos. É uma agência especializada na Organização das Nações Unidas - ONU, com sede em Washington, e que faz parte do sistema financeiro internacional, ao lado do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Bird. O FMI foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo, de coordenar as paridades monetárias, isto é, evitar desvalorizações concorrenciais e de levantar fundos entre os diversos países-membros para auxiliar os que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais. Ver www.imf.org (GAROFALO FILHO, 2004, p.119-120).

Outras designações (Brasil): FMI, IMF - International Monetary Fund.

Contexto de uso (Brasil):

O **Fundo Monetário Internacional** foi criado em 1945 e tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 181 países membros. Juntamente com o BIRD, o **FMI** emergiu das Conferências de Bretton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do pós-Guerra. O **FMI** objetiva evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros possam prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. O Fundo favorece a progressiva eliminação das restrições cambiais nos países membros e concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, o FMI planeja e monitora programas de ajustes estruturais e oferece assistência técnica e treinamento para os países membros (<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgfin/fmi/apresent.htm>).

Notas sobre o termo: -

Force majeure: s.f.

Se dit d'une circonstance telle que le débiteur ne peut s'acquitter de ses obligations en raison d'un événement qu'il ne pouvait ni prévoir ni empêcher et qui le libère de sa responsabilité (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Act of God.

Contexto de uso (França):

Une première conclusion est que la **force majeure** est une règle qui peut être invoquée actuellement par la majeure partie de Etats dits du Tiers Monde pour arrêter de remplir leurs obligations financières internationales. L'autre est qu'on peut invoquer la force majeure parce que celle-ci fait partie de l'arsenal juridique international reconnu et réaffirmé par la pratique internationale. Une troisième conclusion est que, en tant règle juridique coutumière, le recours à cette règle est indépendant du fait qu'il existe une clause explicite dans un accord international (<http://www.france.attac.org/r345>).

Force majeure: Événement extérieur au débiteur, imprévisible et irrésistible qui l'empêche d'exécuter son obligation et l'exonère de sa responsabilité (<http://www.droit.pratique.fr/dictionnaire/force+majeure>).

Equivalente (Brasil): *Força maior*

Acontecimento ou circunstâncias imprevistas ou incontroláveis, como terremotos, inundações, guerras, calamidades públicas, e que não permitem ao transportador entregar as mercadorias (VAZQUEZ, 2001, p. 70).

Outras designações (Brasil): Force majeure, act of god.

Contexto de uso (Brasil):

Força Maior (Force Majeure)

- (1) Um conceito da lei comum emprestado da lei civil francesa. “**Força maior**” significa força superior ou irresistível que desculpa uma falha. Tem sido definida no Supremo Tribunal dos Estados Unidos como uma causa que está “além do controle e sem falha ou negligência” da parte desculpada. Eventos de força maior podem também ter sido razoavelmente previstos; p. ex., nos casos de meteorologia, uma tempestade em Houston em janeiro pode ser um evento de força maior, mas uma tempestade em Montana não o será.
- (2) Algo que aconteceu ou deixou de acontecer por motivo além das possibilidades de controle (http://www.duke-energy.com.br/PT/Negocios/dicionario/index.asp?G_ID=349&Letra=F&id=1_A2).

Sem prejuízo do pagamento do imposto nos prazos regulamentares, a pessoa jurídica poderá requerer ao chefe da repartição lançadora de seu domicílio fiscal (Delegado ou Inspetor), antes do vencimento da data estabelecida para a entrega, prorrogação de prazo pelo tempo necessário à apresentação da declaração, até o máximo de 60 (sessenta) dias, desde que justifique devidamente os motivos de **força maior** que impossibilitam a apresentação no prazo fixado (RIR/99, art. 828) (<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/dipj/2002/PergResp2002/pr16a19.htm>).

Notas sobre o termo: -

Forfaitage: s.m.

Le forfaitage ou forfaiting est une technique de financement reposant sur l'escompte sans recours (contre l'exportateur) de créance à l'exportation à court et à moyen terme, matérialisé par des effets commerciaux avalisés ou garantis par une banque acceptable par le banquier forfaitier. Le Crédit agricole est un des premiers intervenants européens en forfaiting. Il est membre du board de l'Association internationale des forfaitiers (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Forfeiting.

Contexto de uso (França):

Le **forfaitage** est un type de mécanisme d'escompte de créances par lequel un forfaitier achète à un exportateur, à escompte et sans recours, un billet à ordre, une lettre de change, un crédit documentaire, etc., émis par l'acheteur (<http://r0.unctad.org/infocomm/Diversification/bamako/MOYO1fr-2702.doc>).

Le **forfaiting** est une technique de financement international qui consiste à l'escompte des traites sans recours contre le tireur (l'exportateur), en cas de non paiement. Le forfaiting n'est pratiqué que moyennant une garantie donnée par une banque de premier ordre du pays importateur. Il s'applique généralement à des traites comportant une échéance de 2 à 5 ans (<http://www.asmex.org/asmex/Rubriques.jsp?THM=10&MOD=58&RUB=201>).

Equivalente (Brasil): *Forfaiting*

Operação de financiamento de títulos a receber semelhante a factoring. Na Alemanha e na Áustria, são denominados *forfaitierung*. Enquanto uma operação de factoring implica títulos de curto prazo, no *forfaiting* um banco compra títulos a receber a longo prazo. Ao banco de *forfaiting* não cabe recorrer ao vendedor das mercadorias, objeto da operação financeira, caso o comprador não pague, mas em compensação adquire os títulos com um desconto substancial. É, portanto, sem direito de regresso. Os mais tradicionais centros de *forfaiting* são Zurique e Viena, de onde os grandes bancos processam o *forfaiting* por intermédio de suas filiais ou subsidiárias especializadas (GAROFALO FILHO, 2004, p.114-115).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Forfaiting

O que é? Desconto de títulos de crédito (saque) provenientes de compras financiadas pelo exportador no exterior a um importador brasileiro.

A quem se destina: Empresas importadoras interessadas em ampliar os prazos de pagamento de suas importações e que possuam linha de crédito aprovada no Unibanco.

Vantagens: Cobertura do Unibanco em diversos países através do relacionamento com seus bancos correspondentes (<http://www.unibanco.com.br/epd/cex/imp/des/index.asp>).

Forfaiting

Constitui uma forma de desconto de títulos representativos de importações externas, através da qual, com a intermediação do Santander, o exportador pode vender suas mercadorias a prazo e receber à vista. Tem como objetivo a antecipação ao exportador dos recursos provenientes de sua exportação, equivalendo a um desconto da cambial, em virtude de tratar-se da venda de recebíveis ou títulos (obrigações do importador) como: nota promissória, saque ou Carta de Crédito (<http://www.santander.com.br/portal/bsb/script/templates/GCMRequest.do?page=9196&entryID=3458>).

Notas sobre o termo: Em páginas francesas na Internet, encontramos com mais frequência a forma em inglês *forfeiting*, enquanto que nas páginas brasileiras a forma em inglês mais frequente foi *forfaiting*.

Forfeiting: inglês V. Forfaitage.

Fortune de Mer: s.f.

Désigne tous les risques susceptibles de survenir au cours du transport maritime (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Perils of the sea.

Contexto de uso (França):

Le transport maritime peut s'analyser en un regroupement de personnes ayant sinon des objectifs, tout du moins un intérêt commun. Il fut décidé, dès le début de la navigation de prendre en compte ces risques spéciaux qu'encouraient toutes expéditions maritimes. Pour cela il fut créé l'expression de «**fortune de mer**» regroupant l'ensemble de ces risques. De cette manière, les transporteurs et leurs assureurs disposaient d'un outil juridique, permettant de faire supporter à l'ensemble des participants à une expédition maritime ces risques (<http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/memoires/2003/m03joje.html>).

Art. 101.- L'assureur couvre les dommages matériels causés selon le cas aux biens assurés, facultés ou corps de navires, résultant d'événements fortuits, de force majeure et/ou de **fortune de mer**, aux conditions fixées au contrat (<http://membres.lycos.fr/lexalgeria/assur1.htm>).

Equivalente (Brasil): *Riscos marítimos*

Refere-se, em seguros, a acidente ou desastre causado pelo mar, sem qualquer interferência do proprietário, capitão ou tripulante (LUNA, 2003, p.130).

Outras designações (Brasil): Perils of the sea, Riscos marítimos fortuitos, fortuna do mar.

Contexto de uso (Brasil):

A expressão "**fortuna do mar**" indica o patrimônio de mar pertencente ao armador. É, portanto, o conjunto de bens representados pelo navio e pelos fretes vencidos ou a vencer, bens estes que ao armador é facultado abandonar em favor dos credores. Cada navio, vale dizer, representa uma determinada fortuna do mar por si só individualizada. Além desse sentido próprio, a expressão é empregada também em sentido comum, querendo significar os acidentes ocorridos no mar, o caso fortuito, a força maior ou os **riscos marítimos** (<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=44>).

Fortuna do Mar: É todo e qualquer caso fortuito ou azar que possa atingir um navio ou as mercadorias nele embarcadas, caracterizado pelos riscos no mar e não em razão do mar (http://www.vivatranquilo.com.br/seguro/glossario_seguro/mat_f.htm).

Notas sobre o termo: -

Forwarder's Cargo Receipt: inglês

C'est un document émis par un transitaire qui atteste de la prise en charge des marchandises chez le vendeur et qui annonce ainsi la mise à disposition des marchandises à l'acheteur par l'exportateur (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): FCR, forwarder's certificate of receipt, attestation de prise en charge du transitaire.

Contexto de uso (França):

La FIATA a créé le **FCR** qui constitue une **attestation de prise en charge par le transitaire** ([/www.class/outils/MAG/janfev00/ART8.HTM](http://www.class/outils/MAG/janfev00/ART8.HTM)).

^{3^{ème}} *cas:* Expédition via un groupeur qui prépare les unités de chargement (ULD) à remettre à la compagnie

Les différents chargeurs reçoivent du groupement une **attestation de prise en charge (FCR-Forwarder's Certificate of Receipt)**. Puis après la livraison de la compagnie, une HAWB (House Air Way Bill) matérialise le contrat liant le groupeur à son client. Pour la compagnie aérienne, seule la LTA appelée Master Air Way Bill, constitue le contrat officiel (http://babylonechat.free.fr/cours_lea/cours_cts2.htm).

Equivalente (Brasil): *Certificado de recebimento do agente de transportes*

Outras designações (Brasil): FCR, forwarder's certificate of receipt, forwarder's certificate receipt.

Contexto de uso (Brasil):

**CERTIFICADO DE RECEBIMENTO DO AGENTE DE TRANSPORTES
(FORWARDER CERTIFICATE OF RECEIPT - FCR)**

Documento pelo qual o agente de transportes certifica que tomou posse dos produtos com instruções irrevogáveis para entregá-los ao destinatário determinado (http://www.sindiex.org.br/template-conteudo06.asp?cod_con=994&cod_sec=5&cod_subsec=27&cod_cat=-1&cod_subcat=-1&cod_niv=-1).

Notas sobre o termo: A sigla em inglês é a forma mais usada para se referir a esse documento tanto na França quanto no Brasil.

Forwarder's certificate of receipt: inglês V. Forwarder's cargo receipt.

Forwarding agent: inglês V. Transitaire.

Franchisage: s.f.

Contrat entre une entreprise (le franchiseur) et une ou plusieurs entreprises (le franchisé) qui implique que: 1) -le franchiseur mette à la disposition des entreprises franchisées la propriété d'une raison sociale, d'un nom commercial, de symboles, d'une marque de fabrique, de commerce ou de service et d'un savoir-faire, ainsi qu'un ensemble de produits et/ou de services offert d'une manière originale et spécifique et entièrement exploité selon des techniques commerciales uniformes, préalablement expérimentées, constamment contrôlées, 2) -le franchisé consente au franchiseur, propriétaire de la marque et du savoir-faire, une rémunération ou un avantage économique et un droit de contrôle sur la manière dont il applique le contrat (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Franchising.

Contexto de uso (França):

Franchisage: Le fait pour une entreprise de concéder à des entreprises indépendantes, en contrepartie d'une redevance, le droit de se présenter sous sa raison sociale et sa marque pour vendre des produits ou services (<http://www.patrimoine-de-france.org/mots/mots-neo-0-841.html>).

L'engouement pour les produits manufacturés à base de manioc s'est traduit au Brésil par la création de chaînes de **franchising** avec 141 boutiques dans tout le pays, comme le groupe "Casa do Pão de Queijo", qui vend du pain de manioc au fromage et du café (<http://www.fao.org/nouvelle/2000/000405-f.htm>).

Equivalentente (Brasil): *Franquia*

Método de comercialização em que se paga uma quantia em dinheiro durante determinado período pelo uso de uma marca, passando-se a operar de acordo com um padrão estabelecido de funcionamento. É o sistema de vendas das lanchonetes McDonald's, por exemplo. Cada uma das lojas é chamada de franquia (GAROFALO FILHO, 2004, p.115).

Outras designações (Brasil): Franchise, franchising.

Contexto de uso (Brasil):

O mercado de **franshising** no País vem se consolidando e aparecendo como alternativa para quem pretende abrir um negócio. Entre as vantagens de adquirir uma franquia está o fato de iniciar o trabalho com uma marca já estruturada e a despreocupação com o treinamento de pessoal, lay out do negócio e com a renovação do mix de produtos (<http://www.pe.gov.br/jornal/jor25/midia.htm>).

A **franquia** é um contrato por meio do qual uma empresa (“a franquiadora”) tem o direito de comercializar ou produzir um determinado produto, em troca de contra prestações econômicas específicas (www.iadb.org/iic/espanol/ar99/portuguese/Port4.pdf).

Notas sobre o termo: -

Franchising: inglês V. Franchisage.

Free Trade Zone: inglês V. Zone franche.

Freeport: inglês V. Zone franche.

G

General average: inglês V. Avarie commune.

General system of preferences: inglês V. Système des préférences généralisées.

GIE: acrônimo V. Groupement d'intérêt économique.

Grossiste: s.m.

Le grossiste achète pour revendre à des commerçants, des détaillants, ou à des entreprises (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Wholesaler, commerçant grossiste.

Contexto de uso (França):

Le **commerçant grossiste** qui se trouve au début du réseau de distribution en ville, achète en brousse, transporte, paie les taxes au service des Eaux et Forêts, assure la manutention (chargement et déchargement du camion), le débitage et le conditionnement (<http://www.sommetjohannesburg.org/initiatives/energie-developpement-cas3.html>).

GROSSISTE

Commerçant, distributeur stockant et revendant les marchandises aux détaillants (<http://www.museedelapub.org/virt/univers/dicopub/pageGdef.htm>).

Equivalente (Brasil): *Atacadista*

Relativo ao comércio feito por atacado; que ou o que compra em grandes quantidades os artigos de sua especialidade e os revende igualmente por lotes aos comerciantes do varejo (diz-se de comerciante) (HOUAISS, 2001).

Outras designações (Brasil): Grossista, comerciante atacadista.

Contexto de uso (Brasil):

Quando for atribuída a condição de responsável ao industrial, ao **comerciante atacadista** ou ao produtor, relativamente ao imposto devido pelo comerciante varejista, a base de cálculo do imposto será:

- a) o valor da operação promovida pelo responsável, acrescido da margem estimada de lucro do comerciante varejista obtida mediante aplicação de percentual fixado em lei sobre aquele valor;
- b) o valor da operação promovida pelo responsável, acrescido da margem de lucro atribuída ao revendedor, no caso de mercadorias com preço de venda, máximo ou único, marcado pelo fabricante ou fixado pela autoridade competente (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp44.htm).

Nas saídas de cervejas e refrigerantes promovidas por estabelecimentos industriais, distribuidores e **comerciantes atacadistas** destinadas a **comerciantes atacadistas** e ou varejistas localizados em qualquer das unidades convenientes, o imposto de circulação de mercadorias será retido na fonte, pelo respectivo fabricante, distribuidor ou pelo **comerciante atacadista** (http://www.sef.rj.gov.br/legislacao/tributaria/convenios_ajustes_protocolos/confaz/protocolos/1972/prot7202.shtml).

Notas sobre o termo: -

Groupage: s.m.

Action consistant à grouper des marchandises provenant de plusieurs expéditeurs pour un seul destinataire ou provenant d'un expéditeur unique pour plusieurs destinataires, et à organiser le transport du lot ainsi réalisé. Le groupage est pratiqué pour tous les modes de transport (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Consolidated Shipment.

Contexto de uso (França):

Le transport aérien de **groupage**, pris dans sa totalité, est effectué sous le couvert d'un contrat entre le groupeur et la compagnie aérienne; ce contrat est dénommé "LTA mère" ("Master Air Waybill"). De plus, le **groupage** fait l'objet d'un manifeste de **groupage** qui est un relevé analytique des envois contenus dans le **groupage** avec références aux lettres de transport aérien domestiques ("House Air Waybill") relatives à chaque envoi (www.douane.gouv.fr/dab/pdf/01-139p4-3.pdf).

Equivalente (Brasil): *Consolidação de carga*

Consolidação de várias mercadorias ou embarques de vários expedidores, para formar uma carga única (RATTI, 2003, p.127).

Outras designações (Brasil): Embarque consolidado, groupage, consolidated shipment.

Contexto de uso (Brasil):

CONSOLIDAÇÃO DE CARGA - Consiste em criar grandes carregamentos a partir de vários outros pequenos. Resulta em economia de escala no custo dos fretes. É preciso um bom gerenciamento para utilizar este método, pois é necessário analisar quais cargas podem esperar um pouco mais e serem consolidadas. Se mal executado, compromete a qualidade do serviço de transportes, pois gerará atrasos (<http://www.tigerlog.com.br/logistica/glossario.asp#C>).

Notas sobre o termo: -

Groupe de Visegrad: s.m. V. Visegrad.

Groupement d'intérêt économique: s.m.

Groupement de personnes physiques ou morales, de nature juridique originale, distincte de la société et de l'association, dont l'objet est de faciliter l'exercice de l'activité économique de ses membres par la mise en commun de certains aspects de cette activité: comptoir de ventes, services d'importation ou d'exportation, laboratoire de recherches, etc. Il a la personnalité morale et doit être immatriculé au Registre du Commerce et des Sociétés (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): GIE, Economic Interest Grouping.

Contexto de uso (França):

Groupement d'intérêt économique, GIE

Groupement doté de la personnalité morale qui permet à ses membres (qui doivent être deux au minimum) de mettre en commun certaines de leurs activités afin de faciliter ou développer leur activité, ou d'améliorer ou d'accroître les résultats de cette activité et ceci tout en conservant leur individualité. Cette structure intermédiaire entre la société et l'association, dont l'objet ne peut être que de prolonger l'activité de ses membres, a été instituée par l'Ordonnance du 23 septembre 1967, qui est aujourd'hui intégrée dans le Code de commerce aux articles L. 251-1 et suivants

(http://www.lawperationnel.com/Dictionnaire_Juridique/Groupement%20d'interet%20economique.htm).

Equivalente (Brasil): *Agrupamento de Interesse Econômico – AIE*

Outras designações (Brasil): Grupos de Interesse Econômico – GIE.

Contexto de uso (Brasil):

As principais instituições locais atuando nas questões ligadas à agricultura urbana e ao uso de águas servidas são os chamados **Grupos de Interesse Econômico (GIEs)**. Os GIEs são associações econômicas locais que trabalham para desenvolver os negócios e outras atividades econômicas nas comunidades. Além de representantes locais e agentes de ONGs e congêneres, muitos agricultores urbanos também participam. Certos grupos são particularmente dinâmicos e têm desenvolvido abordagens apropriadas para aliviar a pobreza em suas comunidades. Entretanto, os resultados de seu trabalho têm sido limitados e dispersos (Enda/IFAN, 2002) (<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU8/AU8dacar.html>).

Entre as diferentes fórmulas de colaboração, (consórcios de importação, empresa mista, central de compras, etc) o denominado **Agrupamento de Interesse Econômico (AIE)** apresenta-se como a mais barata sem a necessidade de remuneração do capital social. Os sócios unem seus esforços para cumprir objetivos únicos (basicamente conseguir novos clientes), cujos benefícios provêm de porcentagens das vendas ou serviços que as empresas associadas proporcionam (<http://www.fesprr.br/~fabio/Publica%E7%F5es%20do%20Professor/ARTIGO-REDES%20DE%20EMPRESAS.doc>).

Notas sobre o termo:

Groupement momentané d'entreprises: s.m. V. Joint venture.

GSP: sigla V. Système des préférences généralisées.

H

I

IATA: acrônimo V. Association du transport aérien international.

ICC: sigla V. Chambre de commerce internationale.

ICE: sigla V. Déclaration d'importation.

IMF: sigla V. Fonds monétaire international.

Import Certificate: inglês V. Certificat d'importation.

Import customs entry: inglês V. Déclaration d'importation.

Incoterms: acrônimo

Contraction de International Commercial Terms; règles de caractère facultatif (mais d'application stricte dans les contrats qui s'y réfèrent), établies par la Chambre de commerce internationale (CCI) et qui sont régulièrement mises à jour. Elles ont pour but de préciser l'interprétation des termes utilisés dans les contrats de vente avec l'étranger, et notamment les obligations respectives du vendeur et de l'acheteur en matière de livraison, d'assurance, d'emballage, de manutention et de transport de la marchandise. Les Incoterms sont publiés par les soins de la CCI; on en recense actuellement 13: CFR, CIF, CPT, CIP, DAF, DES, DEQ, DDU, DDP, EXW, FAS, FCA, FOB. Ces sigles correspondent à la version anglaise de l'Incoterm. Les règles d'utilisation des Incoterms ont été modifiées en 2000 (CCIP, 2003).

Outras designações (França): International Commercial Terms.

Contexto de uso (França):

Les **Incoterms** sont des termes commerciaux reconnus à l'échelle internationale qui déterminent la répartition du risque et des coûts au titre d'un contrat de vente international. Ces termes spécifient quelles sont les obligations des parties signataires du contrat en matière de transport, d'assurance, et de dédouanement import et export (http://www.boutique.ccip.fr/incoterms_2000.html).

Equivalente (Brasil): *Incoterms*

Sigla da expressão em inglês International Commercial Terms, que significa termos do comércio internacional. São os termos de comércio internacional que definem as responsabilidades do vendedor e do comprador em cada transação, no que diz respeito à contratação de transporte, seguro e outras modalidades, além de identificar claramente o local de entrega das mercadorias. Os incoterms surgiram em 1936, quando a Câmara de Comércio Internacional, CCI, resolveu editar um livro consolidando e interpretando as várias fórmulas contratuais que vinham, desde longa data, sendo utilizadas pelos comerciantes internacionais. Ficou conhecido como incoterms 1936. Em 1953, foi reformulado, tendo sofrido algumas emendas e adições em 1967, 1976 e 1980, sendo que, atualmente, o novo conjunto de regras denomina-se incoterms 2000. Essas regras são facultativas e devem as partes aceitá-las para que possam ser utilizadas para dirimir dúvidas ou arbitrar contendas entre vendedores e compradores (GAROFALO FILHO, 2004, p.134).

Outras designações (Brasil): International Commercial Terms, Termos Comerciais Internacionais, Termos do Comércio Internacional.

Contexto de uso (Brasil):

Incoterms: Regras de âmbito internacional e de caráter facultativo, que definem responsabilidades (comprador e vendedor) quanto ao pagamento de frete, seguro e despesas portuárias, etc. (<http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&q=incoterms>).

Os **Incoterms** determinam os direitos e obrigações mínimas do exportador e do importador quanto a fretes, seguros, movimentação em terminais, liberações em alfândegas e obtenção de documentos. Essas obrigações estão diretamente ligadas ao custo de uma operação, daí o significado de sua importância (<http://www.netcomex.com.br/exportacao/artigo.asp?t=inco>).

Notas sobre o termo: -

Intermodal transport: inglês V. Transport intermodal.

International Air Transport Association: inglês V. Association du transport aérien international.

International Bank for Reconstruction and Development: inglês V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

International Chamber of Commerce: inglês V. Chambre de commerce internationale.

International Commercial Terms: anglais V. Incoterms.

International Monetary Fund: anglais V. Fonds monétaire international.

International Road Transit: anglais V. Transit international par route.

IRT: sigla V. Transit international par route.

J

Join transportation: inglês V. Transport combiné.

Joint Venture: s.f.

Entreprise commune; société créée par deux entreprises parfois de nationalités différentes, pour l'exploitation commune d'une activité précise (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Coentreprise, co-entreprise, entreprise commune, groupement momentané d'entreprises, entreprise en participation.

Contexto de uso (França):

Joint venture

Ces types d'accord fournissent les formes les plus complètes de contrat entre entreprises. Ils impliquent la création d'un lien formalisé entre les partenaires et l'échange d'informations commercialement sensibles pour permettre le développement de nouvelles technologies, procédés et produits (http://www.euro-innovation.org/francais/le_partenariat.htm).

L'ouverture au capital étranger (dans des entreprises «mixtes», de type «**joint-venture**»), la création de petites entreprises privées avec peu de salariés, le recours à des échanges marchands se sont produits dans les anciens systèmes dits socialistes - et dès la période de la NEP des années 1920, en URSS (<http://www.france.attac.org/a1778>).

Equivalentente (Brasil): *Joint-venture*

Sociedade em cotas de participação que significa união de risco e designa o processo mediante o qual pessoas ou empresas se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro. Uma joint venture pode ocorrer entre empresas privadas, entre empresas públicas e privadas, e entre empresas públicas e privadas nacionais e estrangeiras. Durante a vigência da joint venture, cada empresa participante é responsável pela totalidade do projeto. No caso brasileiro, esta modalidade foi estimulada especialmente durante os anos de 1970, envolvendo empresas privadas nacionais, empresas estatais e empresas estrangeiras (GAROFALO FILHO, 2004, p.146).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

O Freedows Consortium é uma **joint venture** entre as empresas Free Software e Cobra Tecnologia, com apoio da ABRASOL Empresarial – Associação Brasileira das Empresas de Software Livre. É responsável pelo desenvolvimento do Freedows (<http://mulheres.softwarelivre.org/news/3714>).

O sufixo específico foi requisitado por uma **joint venture** formada por gigantes entre as operadoras e fabricantes de celulares no mundo: Hutchison 3, GSM Association, Ericsson, Microsoft, Nokia, Samsung, Telefonica Moviles, T-Mobile e Vodafone (<http://cgibr.gulms.org/news/64>).

Notas sobre o termo: -

K

L

Labeling-Marking: inglês V. Marquage.

Laissez-passer PV 04: s.m. V. Certificat phytosanitaire.

Lettre de crédit: s.f. V. Crédit documentaire.

Lettre de réserves: s.f.

Document que le réceptionnaire doit obligatoirement adresser au transporteur pour obtenir ultérieurement une indemnisation des dommages constatés. En cas de dommages pendant le transport, l'acheteur doit formuler une réclamation motivée auprès du transporteur dans un délai de trois jours à compter de la livraison, ou, pour un envoi postal, auprès du bureau de poste de distribution dans un délai de 24 heures à compter de la livraison (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

2. EN CAS DE DOMMAGES NE SE RÉVÉLANT QU'APRÈS LA LIVRAISON: a). arrêter aussitôt le déballage et convoquer le commissaire d'avaries. b). expédier sans délai une **lettre de réserves** recommandée au transporteur et/ou autre tiers responsable, l'informant des dommages constatés (<http://www.tpi-paris.com/assurances.htm>).

Si les dommages ne sont pas apparents

Adresser une **lettre de réserves** au transporteurs dans les sept jours suivant la livraison (dimanche et jours fériés non compris) (http://www.acier-srpm.com/_ancien/htdocs/srpm-conseils.html).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Lettre de transport aérien: s.f.

Document tenant lieu de contrat de transport dans les acheminements par la voie aérienne. Ce formulaire est parfois appelé connaissance aérien (CCIP, 2003).

Outras designações (França): LTA, Airway Bill - AWB, Air Consignment Note, Air Way Bill of Lading.

Contexto de uso (França):

La **lettre de transport aérien** ou le récépissé de marchandises contiennent:

- a) l'indication des points de départ et de destination;
- b) si les points de départ et de destination sont situés sur le territoire d'un même Etat partie et qu'une ou plusieurs escales sont prévues sur le territoire d'un autre Etat, l'indication d'une de ces escales;
- c) La mention du poids de l'expédition (<http://www.senat.fr/leg/pjl01-387.html>).

La **Lettre de Transport Aérien (LTA)** ou **Air Way Bill (AWB)** est un document normalisé dans le cadre de l'IATA légalement par l'expéditeur, en pratique par l'agent. L'exportateur est responsable des énonciations qui sont portées sur ces **LTA**. La **LTA** est signée par la compagnie aérienne puis remise au chargeur avant l'embarquement effectif de la marchandise (<http://www.fret-toulouse.com/fr/pageEdito.asp,UIDcNode,6320A768,UIDcRoot,35,IDPAGE,217.rwi.html>).

Equivalentente (Brasil): *Conhecimento aéreo*

Conhecimento de transporte emitido por empresa de navegação aérea (RATTI, 2003, p.84).

Outras designações (Brasil): AWB, Airway Bill, Air Bill of Lading, Air Freight Bill, Air Consignment Note, letra de transporte aéreo.

Contexto de uso (Brasil):

Conhecimento aéreo é o contrato de transporte, realizado entre o agente consolidador e a empresa de transporte aéreo, englobando várias partidas de mercadorias, cobertas por mais de um conhecimento denominado "filhote" (<http://www.dac.gov.br/legislacao/port0725.htm>).

O **conhecimento aéreo (air way bill – AWB)** - materialização do contrato de transporte aéreo de carga, será feito pelo expedidor, que responderá, civil e penalmente por todos os prejuízos que em decorrência de suas indicações ou declarações irregulares, vier a sofrer o transportador ou qualquer outra pessoa (<http://www.sbda.org.br/revista/Anterior/1715.htm>).

Notas sobre o termo: -

Libre Circulation: s.m.

L'élimination des droits de douane et des restrictions quantitatives (contingents) entre les États membres, qui devait être complète à la fin de la période de transition, a été réalisée dès le 1er juillet 1968 soit un an et demi à l'avance. En revanche, les objectifs complémentaires que sont l'interdiction des mesures d'effet équivalant aux droits de douane et aux restrictions quantitatives et l'harmonisation des législations nationales en cause n'ont pu être atteints dans ce délai. Ils sont devenus les instruments d'un effort permanent de réalisation de la liberté de circulation auquel la politique du marché intérieur a donné une nouvelle impulsion. 1. Interdiction des taxes d'effet équivalant à des droits de douane: articles 23 §1 et 25 (9 § 1 et 12) CE2. Interdiction des mesures d'effet équivalant à des restrictions quantitatives: article 28 (30) CE3. L'article 30 (36) CE permet aux États membres de prendre des mesures d'effet équivalant à des restrictions quantitatives lorsqu'elles sont justifiées par un intérêt général non économique. 4.

L'harmonisation des dispositions nationales. 5. La réalisation du marché intérieur (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Libre circulation des marchandises.

Contexto de uso (França):

La **libre circulation des marchandises** est l'un des fondements essentiels du Marché unique européen.

L'Europe communautaire s'est dotée d'importants dispositifs réglementaires et de régulation au cours des 20 dernières années, afin:

- d'organiser cette liberté en vue de prévenir les obstacles techniques aux échanges;
- de la concilier avec certains droits des États membres comme celui de préserver la santé et la sécurité de leurs ressortissants et de leur environnement ;
- d'en assurer l'impartialité et l'équité en se fondant sur la reconnaissance mutuelle des compétences techniques dans le respect des règles de concurrence ;
- de l'inscrire dans le cadre des obligations internationales de la Communauté (http://www.industrie.gouv.fr/pratique/nouvelle/sp_nouv02.htm).

Equivalente (Brasil): *Livre circulação de mercadorias*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

A Zona de Livre Comércio é o estabelecimento, pela via de tratados internacionais, da **livre circulação das mercadorias** sem barreiras ou restrições quantitativas ou aduaneiras, conservando os Estados integrantes total liberdade nas relações com terceiros países, inclusive com matérias relacionadas com importação e exportação. A União Aduaneira é um passo além da zona de livre comércio cujo elemento característico da **livre circulação de mercadorias** incorpora, completando-o com a adoção de uma tarifa aduaneira comum, que teve início em 01.01.95. Estabelecida a alíquota comum, normalizados os procedimentos de importação e exportação em face dos países fora da zona aduaneira, os produtos circulam livremente no seu interior, onde recebem a proteção possível pela via da tarifa única e da dimensão do mercado abrangido. Tal integração para prosperar deverá ser acrescida de outras liberdades de circulação de pessoas, serviços e capitais (http://www.plannersbrasil.com.br/mercosul/prof_maria2.html).

Notas sobre o termo: -

Libre circulation des marchandises: s.f. V. Libre circulation.

Libre pratique: s.f.

Régime douanier qui confère à une marchandise tierce le statut de marchandise communautaire après application des mesures de politique commerciale, accomplissement des autres formalités prévues pour l'importation dans le territoire douanier de la Communauté européenne et perception des droits légalement dus (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): MLP, mise en libre pratique.

Contexto de uso (França):

La **mise en libre pratique** peut être effectuée sans présentation des marchandises au bureau de douane et avant le dépôt de la déclaration qui s'y rapporte. Aucune information préalable n'est à fournir au bureau de contrôle de l'entrepôt, lors de la sortie pour la mise en libre pratique et la mise à la consommation. La mise en libre pratique est effectuée par simple annotation de la comptabilité-matières (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/stockage.htm&cusnum=1295>).

Libre pratique : situation des marchandises importées des pays tiers bénéficiant du statut douanier communautaire par suite de l'application à leur égard des mesures communautaires tarifaires et de politique commerciale (http://www.oise.cci.fr/web_ccio/international/lexique.html).

Equivalente (Brasil): *Livre prática*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Quando introduzidas em **livre prática** no território aduaneiro da Comunidade, as mercadorias provenientes de países terceiros: devem ser objeto de uma declaração aduaneira, (art.º 59.º das DACAC); ficam sujeitas ao pagamento dos direitos aduaneiros legalmente devidos (art.º 79.º das DACAC) baseados na Pauta Aduaneira das Comunidades (art.º 20.º do CAC); ficam sujeitas ao pagamento do IVA, à taxa legalmente devida (Código do IVA) (<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/Exigencias/portugal/texteis.asp>).

Parágrafo único. Sempre que a autoridade sanitária do porto receber, do comandante da embarcação, via rádio, informações satisfatórias quanto ao estado sanitário de bordo, deverá autorizar a "**Livre Prática**" e conseqüente atracação, salvo indicação contrária, de natureza sanitária, de que tenha conhecimento, por fontes oficiais (Redação dada pelo Decreto-lei nº 24, de 1966) (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5025.htm).

Notas sobre o termo: -

Licence: s.f.

Document administratif pour le contrôle du commerce extérieur qui autorise l'importation ou l'exportation de produits contingentes (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Trente douaniers ont été formés au contrôle et à la surveillance des importations/exportations de SAO et de produits en contenant. Les participants ont été informés du système national de **licence** d'importation/exportation, de la situation régionale du commerce illégal, des méthodes d'identification des SAO et des équipements en contenant et ont bénéficié d'une expérience pratique sur l'identification des SAO (www.uneptie.org/ozonaction/library/mmcfiles/3139-f-oan39.pdf).

Une **licence** est une autorisation d'un pays pour l'exportation d'un produit dit "sensible". Ce pays demande des renseignements et des garanties sur le client destinataire, et l'utilisation du matériel afin d'éviter tout risque de détournement de son usage initial (http://www.infratechnic.com/delai_licence.htm).

Equivalente (Brasil): *Licença*

Documento emitido pelo Governo, autorizativo de importação ou exportação (LUNA, 2003, p.106).

Outras designações (Brasil): Licence.

Contexto de uso (Brasil):

Art. 14. São intransferíveis as **licenças** de importação, que devem declarar, além do que o Regulamento determine, a espécie, qualidade e valor da mercadoria, o país de origem, a espécie da moeda e o nome do importador (<http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=290&sid=68>).

A importação de qualquer espécime de uma espécie incluída no Anexo I requererá a concessão e apresentação prévia de uma **licença de importação** e de uma **licença de exportação** ou certificado de reexportação (<http://www.bdt.fat.org.br/sma/entendendo/cites1>).

Notas sobre o termo: -

Liste de colisage: s.f.

Document récapitulatif des marchandises, en spécifiant le nombre, la quantité, le poids, la dimension des colis et la nature de ce qu'ils contiennent ainsi que toutes les caractéristiques utiles (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Packing List.

Contexto de uso (França):

Document de contrôle des marchandises qui fait ressortir les caractéristiques des divers colis constituant une expédition (nombre, poids, marque), le total devant correspondre avec les indications des autres documents (<http://www.termisti.refer.org/data/credoc/61.htm>).

La **liste de colisage**. Aboutissement de l'emballage et du marquage, la **liste de colisage** énumère pour chaque colis ses marques, numéros, poids brut en kilos, poids net en kilos, dimensions en centimètres, cubage et détails du contenu. Cette liste inclut aussi le nombre total de colis, ainsi que le poids brut et le volume total. C'est la pièce essentielle, exigée notamment par les douanes et indispensable à tous les opérateurs (http://www.forumducommerce.org/news/fullstory.php/aid/131/L%92emballage_%E0_1%92exportation_.html).

Dans le cas de l'expédition groupée de cartons semblables, il est courant de réaliser une **liste de colisage (packing list)** indiquant de manière précise le contenu de chaque colis (<http://www.lomag-man.org/incoterms/incotermsintroduction.php>).

Equivalente (Brasil): *Romaneio*

Lista com as características dos diferentes volumes que compõem um embarque (número, peso, marca etc.), destinada a auxiliar a identificação e a fiscalização de volumes e desembarques aduaneiros (VAZQUEZ, 2001, p.121).

Outras designações (Brasil): Packing List, romaneio de embarque.

Contexto de uso (Brasil):

PACKING LIST (ROMANEIO)

É o documento de embarque que descreve todas as mercadorias embarcadas, ou todos os componentes de uma mesma mercadoria em quantas partes estiver fracionada. O **Romaneio** tem o objetivo de facilitar a identificação e localização de qualquer produto dentro de um lote, além de permitir a fácil conferência da mercadoria por parte da fiscalização, tanto no embarque como no desembarque (<http://eeni.org/br73.asp?mode=>).

Notas sobre o termo: O termo em inglês *packing list* é mais usado tanto na França quanto no Brasil.

Load unit: inglês V. Unité de chargement.

Loading unit: inglês V. Unité de chargement.

LTA: sigla V. Lettre de transport aérien.

M

MADT: sigla V. Magasin et aire de dédouanement temporaire.

Magasin et aire d'exportation: s.m. V. Magasin et aire de dédouanement temporaire.

Magasin et aire de dédouanement temporaire: s.m.

Emplacement sous la surveillance et le contrôle des services douaniers destiné à recevoir les marchandises importées qui ne sont pas déclarées dans les délais réglementaires, ou qui ne sont pas immédiatement réexportées, ou qui doivent être réacheminées, sous un régime de transit, sur un autre bureau de douane. L'aire de dédouanement reçoit les marchandises qui, en raison de leur volume, ne peuvent être placées en magasin de dédouanement (CCIP, 2003).

Outras designações (França): MADT, Magasin et Aire d'Exportation, Magasins et aires de dédouanement, Aire de dédouanement.

Contexto de uso (França):

Les **magasins et aires de dédouanement** sont destinés à recevoir les marchandises qui ne sont pas immédiatement déclarées en détail ou réexportées à l'issue de leur conduite en douane, ainsi que les marchandises en suite de transit (http://www.douane.gouv.nc/douane/reglementation/Arrete_1286_du_29_juillet_1998.html).

La création de **magasins et aires de dépôt temporaire** peut être envisagée soit dans des locaux préexistants, soit dans des locaux à construire sur un emplacement déterminé. De même, la création d'aires de dépôt temporaire peut être envisagée sur des espaces libres dans les installations portuaires, aéroportuaires, les gares ferroviaires ou routières, etc. Ces créations sont subordonnées à un accord d'établissement préalable qui a pour objet de permettre à

l'administration des douanes d'apprécier si les emplacements choisis, les travaux et constructions projetés et les aménagements immobiliers envisagés sont de nature à assurer une correcte exécution du service et le bon fonctionnement de la procédure des magasins et aires de dépôt temporaire. Les décisions en objet sont prises par les chefs de circonscriptions territorialement compétents (<http://douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d1133232.htm&cusnum=467#condition>).

Equivalente (Brasil): *Armazém alfandegado*

Armazém sob supervisão governamental, no qual as mercadorias importadas podem ser armazenadas temporariamente, sem pagamento de direitos aduaneiros. Estes somente serão exigidos quando a mercadoria sair do armazém para internamento no país (RATTI, 2003, p.28).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

O **armazém alfandegado** permite que o exportador brasileiro estoque seus produtos no México, sem pagamento de impostos, até que os clientes nacionalizem e retirem as quantidades desejadas. O exportador tem controle total sobre o estoque e as retiradas têm que ser autorizadas por ele (<http://www.ccmecosul.org.br/index.php?menu=14&mostrar=3>).

ARMAZÉM ALFANDEGADO: Um tipo de armazém na qual as empresas colocam os produtos sem a necessidade de pagar taxas ou tarifas aduaneiras. Local reservado para armazenagem e custódia de mercadorias importadas que estão sujeitas as taxas ou tarifas alfandegárias: até que elas sejam quitadas os produtos devem ficar retidos ou ser devolvidos para o país de origem. Este armazém deve ter aprovação do governo e estar sob leis e garantias de funcionamento (<http://www.transpost.com.br/default.asp?siteAcao=mostraPagina&paginaId=137>).

Notas sobre o termo: -

Magasins et aires de dédouanement: s.m.pl. V. Magasin et aire de dédouanement temporaire.

Mainlevée: s.f.

Acte par lequel le service des douanes autorise l'enlèvement d'une marchandise qui lui est présentée. Cette autorisation intervient également après un contrôle du produit, une vérification des formalités exigibles, le versement éventuel des droits, taxes et autres impositions. La main-levée peut être signifiée par l'apposition sur la déclaration de la mention bon à enlever ou bon à exporter (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Main-levée des marchandises, restoration, release.

Contexto de uso (França):

Mainlevée: Acte par lequel l'agent des douanes après accomplissement des formalités de la déclaration en détail autorise le déclarant à enlever des marchandises pour donner la destination conforme au régime sous lequel elles ont été déclarées (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/lexique.htm&cusnum=48>).

Equivalente (Brasil): *Autorização de saída de mercadoria*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

§ 1º A solicitação para **autorização de saída** de mercadoria nas hipóteses previstas neste artigo será feita com base em "Autorização de Movimentação de Bens Submetidos ao Recof (Ambra)", emitida pelo sistema informatizado de controle do beneficiário.

§ 2º A saída de mercadoria do País na forma deste artigo e o seu retorno deverão ser instruídos com a Ambra, com a Nota Fiscal e com o conhecimento de transporte correspondentes (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2004/in4172004.htm>).

Notas sobre o termo: -

Main-levée des marchandises: s.f. V. Mainlevée.

Making up: inglês V. Compensation.

Manifest: inglês V. Manifeste.

Manifeste: s.m.

Document de transport maritime (ou aérien) qui récapitule l'ensemble des marchandises chargées dans un port ou aéroport à destination d'un autre port (ou aéroport) (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Manifest.

Contexto de uso (França):

Les États-Unis exigent que le «**manifeste**» du navire (l'inventaire des marchandises mises à bord) soit communiqué 24 heures au plus tard avant le départ du navire. Ils demandent également que des données complémentaires figurent dans le **manifeste**. Le non-respect de cette disposition entraînerait des pénalités et l'interdiction de décharger aux États-Unis (<http://junon.u-3mrs.fr/ad210w00//actu/surete.html>).

Manifeste: Document de transport maritime (ou aérien) qui récapitule l'ensemble des marchandises chargées dans un port ou aéroport à destination d'un autre port (ou aéroport) (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/lexique.htm&cusnum=48>).

Equivalente (Brasil): *Manifesto*

Instrumento escrito, assinado pelo capitão do navio, que lista individualmente os embarques que constituem a carga embarcada (VAZQUEZ, 2001, p. 138).

Outras designações (Brasil): Ship's manifest, manifest, manifesto do embarcador, manifesto de carga..

Contexto de uso (Brasil):

Para o propósito deste guia o **manifesto** é um “documento” que compila todos os conhecimentos de embarque (referidos neste texto como Bill of Lading ou simplesmente BL), em que se inclui toda a informação relativa a um navio e a carga nele transportada para uma viagem em particular (<http://www.lem.ep.usp.br/~Siqueira/ifcsumV1.doc>).

Manifesto, documento contendo uma relação de todos os conhecimentos de embarque, com seus principais detalhes, relativa às diversas cargas embarcadas no navio num determinado porto ou numa aeronave num aeroporto (<http://www.amello.com.br/terminologia2.htm>).

Notas sobre o termo: -

Marchandise communautaire: s.f.

Cette expression désigne les marchandises: - entièrement obtenues sur le territoire douanier de la Communauté, sans apport de marchandises importées des pays ou territoires ne faisant pas partie du territoire douanier de la Communauté - importées de pays ou territoires ne faisant pas partie du territoire douanier de la Communauté et mises en libre pratique - obtenues, dans le territoire douanier de la Communauté, soit à partir de marchandises visées au deuxième tiret exclusivement, soit à partir de marchandises visées aux premier et deuxième tiret (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Une **marchandise communautaire** est, ou bien un produit originaire d'un État membre de la Communauté européenne, ou bien un produit provenant de pays tiers mais se trouvant en libre pratique dans les États membres, c'est-à-dire pour lequel les formalités d'importation dans l'État membre ont été accomplies et les droits de douane et taxes d'effet équivalent perçus et qui n'a pas bénéficié d'une ristourne totale ou partielle de ces droits et taxes (<http://senat.fr/rap/196-288/196-28857.html>).

Equivalentente (Brasil): *Mercadoria comunitaria*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Código Aduaneiro do Mercosul

9. "**Mercadorias comunitárias**":

- a) as obtidas no território, de conformidade com as disposições de origem estabelecidas neste Código;
- b) as importadas de terceiros países ou territórios e despachadas para consumo em livre circulação no território aduaneiro.

10 "**Mercadorias não-comunitárias**":

- a) aquelas não abrangidas pelo item 7;
- b) as que perdem a condição de comunitárias ao serem exportadas a título definitivo do território aduaneiro (<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/bila/1994/769.pdf>).

Notas sobre o termo: Pelos contextos extraídos da internet, nota-se que o termo "mercadoria comunitária" existe também no Brasil, porém referindo-se a mercadorias que são produzidas ou que circulam pelo Mercosul, ou seja, pela comunidade dos países que fazem parte do Mercosul. Já na Europa, são chamadas "mercadorias comunitárias" aquelas que circulam pelos países membros da União Européia. Tanto no Brasil quanto na Europa a descrição desse tipo de mercadoria é semelhante.

Market exploration insurance: inglês V. Assurance prospection.

Marking: inglês V. Marquage.

Marquage: s.m.

Indication apposée sur un produit pour en faire connaître l'origine. Le Code des douanes (art. 39) précise à ce sujet. La marquage d'origine n'est plus obligatoire dans la Communauté européenne, à quelques exceptions près: fruits et légumes, risques de confusion avec des produits communautaires (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Labeling-Marking, Marking.

Contexto de uso (França):

Dans le contexte actuel de mondialisation et de délocalisation des processus de fabrication, la DGCCRF et la DGDDI sont de plus en plus fréquemment interrogées par les entreprises qui souhaitent savoir quand elles peuvent apposer un **marquage** d'origine "*made in*" suivi du nom du pays d'origine, et plus particulièrement "*made in France*", sur leurs produits dans la fabrication desquels sont intervenus des facteurs de production provenant de plusieurs pays (composants, matières premières et diverses étapes de la fabrication) (http://www.finances.gouv.fr/DGCCRF/04_dossiers/qualite/marquage.htm?ru=04).

Aucun projet de **marquage** pour l'identification permanente de ses produits, pièces ou composants, n'est identique (<http://www.technifor.com/fr/htm/product/menu.htm>).

Equivalente (Brasil): *Marcação*

Marcas; letras, números e outros símbolos colocados na embalagem da carga para facilitar sua identificação (VAZQUEZ, 2001, p.104).

Outras designações (Brasil): Marking, marks.

Contexto de uso (Brasil):

Norma Técnica: Documento aprovado por uma instituição reconhecida, que prevê, para um uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para os produtos ou processos e métodos de produção conexos, e cuja observância não é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, **marcação** ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas (<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/faq/definicao.asp>).

Art. 5º Compete ao INMETRO expedir regulamentos técnicos, que estabeleçam características obrigatórias para produtos, processos ou serviços, em matéria de metrologia, normalização e qualidade, inclusive requisitos de terminologia, símbolos, embalagens, **marcação**, rotulagens e o modo de sua aplicação aos produtos, processos ou serviços (...) (http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/pl3125.htm).

Notas sobre o termo: -

MCNE: sigla V. Mobilisation de créance née sur l'étranger.

Merchant: s.m. V. Négociant.

MFA: sigla V. Accord multifibres.

MFN: sigla V. Clause de la nation la plus favorisée.

Mise en libre pratique: s.f. V. Libre pratique.

MLP: sigla V. Libre pratique.

Mobilisation de créances à court terme nées sur l'étranger: s.f. V. Mobilisation de créance née sur l'étranger.

Mobilisation de créance née sur l'étranger: s.f.

Technique de crédit qu'utilise l'exportateur en remettant à l'escompte, après que les marchandises ont passé la douane, des effets qu'il a tirés sur sa banque, ou des billets qu'il a souscrits à l'ordre de celle-ci. Les crédits obtenus par cette opération sont appelés crédits de mobilisation de créances nées (CCIP, 2003).

Outras designações (França): MCNE, Mobilisation de créances à court terme nées sur l'étranger, Accounts receivable financing.

Contexto de uso (França):

Escompte pouvant être obtenu auprès d'une banque dès la remise de la marchandise à la douane. Avantage: La **MCNE** permet de financer les créances export de l'entreprise. Inconvénient: La **MCNE** permet de financer des créances export sur les pays de l'OCDE, rarement sur d'autres pays (<http://www.affectassur.com/affacturage/Financement.asp>).

Mobilisation sur Créances Nées à l'étranger (MCNE): crédit accordé en contrepartie de la cession auprès de sa banque de factures export émises (<http://www.cash-flow.fr/glossaire.html>).

Equivalentente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Most-Favoured Nation clause: inglês V. Clause de la nation la plus favorisée.

Multi-fiber Arrangement: inglês V. Accord multifibres.

Multimodal Transport: inglês V. Transport multimodal.

N

NAFTA: acrônimo V. Association de libre échange nord américaine.

NDP: sigla V. Nomenclature douanière.

Négociant: s.m.

Un négociant est une entreprise dont la fonction consiste à acheter pour son compte (il devient le propriétaire de la marchandise) et à revendre en son propre nom avec la marge qu'il choisit. Au niveau international, le recours à un négociant permet de pallier la méconnaissance des marchés étrangers, de réduire les difficultés dues aux usages internationaux et d'organiser une meilleure maîtrise des risques. La profession du négociant est organisée en spécialités soit géographiques, soit par type de produit (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Négociant international, trader, merchant.

Contexto de uso (França):

En effet, le **négociant international** remplit des fonctions économiques spécifiques qui donnent des caractéristiques originales à ses activités: C'est un opérateur qui relie les marchés de production de matières premières aux marchés de consommation. Il se porte alors acheteur et vendeur de grandes quantités de marchandises dont le prix est volatil au cours du temps. Il les transporte dans l'espace du lieu de leur production vers leur lieu de consommation. Il les transporte également dans le temps, d'une époque de production déterminée par des conditions climatiques

objectives vers celle déterminée par les habitudes de consommation qui peuvent être différentes (<http://pgfinances.fr/lessocietesdenegoce.html>).

Equivalente (Brasil): *Negociante*

Pessoa que compra e vende ações por conta própria de preferência a deter posições de carteiras (GAROFALO FILHO, 2004, p. 259).

Outras designações (Brasil): Merchant, trader, comerciante.

Contexto de uso (Brasil):

Ao pé da letra, a palavra inglesa **trader** significa **comerciante, negociante**. Mas o **trader** é muito mais. "É um profissional especializado em comércio exterior, marketing internacional e com conhecimentos de economia e sociologia", define Davis Tenório, da Uniblock Comércio Exterior e Negócios Internacionais (http://www2.uol.com.br/revistadomercosul/pesquisa-public/mercosul/mercosul_64_4.htm).

Existe uma nova modalidade de emprego no mercado que possibilita tudo o que os novos profissionais almejam; vagas, boa remuneração e possibilidades de ascensão e crescimento profissional. Tal modalidade é denominada **Trader** (palavra vinda da língua inglesa que pode ser traduzida como "negociante").

Essa nova modalidade seria a evolução do vendedor tradicional, transformando-o em um vendedor, ou consultor de negócios, globalizado, expondo-o a todas as novas formas de negociação, em todos os mercados possíveis que a empresa em que se trabalha tenha algum interesse (http://academiadetalentos.com.br/novo/revista2%20_palestra_trader.htm).

Notas sobre o termo: -

Négociant internationale: s.m. V. Négociant.

Nomenclature de dédouanement des produits: s.f. V. Nomenclature douanière.

Nomenclature douanière: s.f.

Classification des marchandises par catégories, espèces, etc., en fonction de leur nature, de leur degré d'élaboration et d'un certain nombre de critères (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Classification, nomenclature de dédouanement des produits, NDP, Customs classification.

Contexto de uso (França):

Nomenclature douanière: Classification détaillée des marchandises (<http://www.douane.gouv.fr/Listethemevoir.asp?idsee=30>).

La **nomenclature douanière** couramment utilisée ne permet pas de distinguer de façon sûre les vins de pays des vins de table. Seule, une nomenclature à 9 chiffres permettrait de repérer les vins de pays, mais celle ci est facultative. Celle à 8 chiffres regroupe vin de table et vin de pays (http://www.oenologie.fr/dossier_agreste_001.shtml).

Equivalente (Brasil): *Nomenclatura aduaneira*

Classificação por categorias das mercadorias objeto do comércio internacional, para fins de taxaçaõ alfandegária (LUNA, 2003, p.56).

Outras designações (Brasil): Customs classification, Classification, Classificação, Customs nomenclature, Classificação aduaneira.

Contexto de uso (Brasil):

A **nomenclatura** ou classificação fiscal ordena por códigos as mercadorias de acordo com sua natureza e características, relacionando as informações básicas necessárias à transação comercial, como incidência de impostos (Tabela de Incidência sobre Produto Industrializado - TIPI, por exemplo), contingenciamentos, acordos internacionais e normas administrativas. No Brasil existem dois tipos de nomenclatura. A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a **Nomenclatura Aduaneira** para a Aladi (Naladi-SH). As duas são semelhantes, já que se baseiam no Sistema Harmonizado de Codificação de Mercadorias (S.H.), têm a mesma estrutura e número de dígitos (<http://www.netcomex.com.br/exportacao/print.asp?t=cf>).

Notas sobre o termo: -

North American Free Trade Agreement: inglês V. Association de libre échange nord américaine.

NPF: sigla V. Clause de la nation la plus favorisée.



OCDE: sigla V. Organisation de coopération et le développement économique.

OEB: sigla V. Office européen des brevets.

OECD: sigla V. Organisation de coopération et le développement économique.

Office Européen des Brevets: s.m.

Organisme international dont le siège est à Munich (RFA) qui instruit et délivre (ou rejette) les demandes de brevet européen après un examen de brevetabilité. Site internet: www.european-patent-office.org (CCIP, 2003).

Outras designações (França): OEB, European Patent Office – EPO.

Contexto de uso (França):

L'Office européen des brevets – l'administration chargée de délivrer les brevets pour l'Europe – est une organisation intergouvernementale autofinancée qui possède un effectif de plus de 6 000 agents répartis sur 4 sites différents. Il compte actuellement 31 Etats membres et est responsable du système régional de brevets qui connaît la croissance la plus rapide au monde. Travailler pour l'OEB, c'est encourager l'innovation, la compétitivité et la croissance économique, dans l'intérêt des citoyens européens (<http://www.lepoint.fr/emploi/fiche.html?idfiche=3370>).

Equivalente (Brasil): *Instituto Europeu de Patentes*

Outras designações (Brasil): IEP.

Contexto de uso (Brasil):

O relator referiu por fim que a crise que a União Europeia atravessa tem muito a ver com as "insuficiências democráticas", de que este dossier é exemplo. Deve ser uma lição para o Conselho, concluiu. A rejeição é também uma mensagem para o **Instituto Europeu de Patentes (IEP)** e na sua "deriva" na atribuição de patentes (<http://www.popular.inf.br/noticia.php?id=11837>).

Isto é uma grande vitória para aqueles que têm lutado por assegurar que a inovação e a competitividade Europeia está protegida da ameaça das patentes de software e métodos de negócio. Marca o fim desta tentativa da Comissão Europeia de codificar em lei a prática similar à dos EUA do **Instituto Europeu de Patentes**. Acreditamos que o trabalho do Parlamento, em particular as 21 emendas de compromisso, providenciam uma boa base sobre a qual poderão ser construídos futuros projetos legislativos (http://www.leo.cabral.nom.br/post.php?id_post=84).

Notas sobre o termo: Não há, no Brasil, um *Office Européen des Brevets*, no entanto, em alguns sites na Internet localizamos a tradução *Instituto Europeu de Patentes (IEP)*. No Brasil, o *INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)* é a autarquia federal responsável pelo tratamento da propriedade industrial no Brasil, a qual subdividiu suas diretorias de acordo com os assuntos

tratados. A diretoria responsável por assuntos relacionados a patentes é a *DIRPA (Diretoria de Patentes)*.

Office national de la navigation: s.m. V. Voies navigables de France.

OMC: sigla V. Organisation mondiale du commerce.

OMPI: sigla V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

On board B/L: inglês V. Connaissance à bord.

On Board Bill of Lading: inglês V. Connaissance à bord.

Organisation de coopération et de développement économique: s.f. V. Organisation de coopération et le développement économique.

Organisation de Coopération et le Développement Économique: s.f.

Organisation créée par les 18 États européens membres de l'ex-OECE (Organisation européenne de développement économique), les États-Unis, le Canada puis le Japon; par la suite, d'autres États ont rejoint l'organisation qui compte actuellement 24 membres: Allemagne fédérale, Australie, Autriche, Belgique, Canada, Danemark, Espagne, États-Unis, Finlande, France, Grèce, Irlande, Islande, Italie, Japon, Luxembourg, Norvège, Nouvelle-Zélande, Pays-Bas, Portugal, Royaume-Uni, Suède, Suisse, Turquie. La Yougoslavie dispose d'un statut spécial. L'objectif de l'OCDE est de favoriser le développement économique des États membres et d'harmoniser leurs efforts en faveur des pays en voie de développement (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Organisation de coopération et de développement économique, OCDE, Organisation for Economic Cooperation and and Development-OECD.

Contexto de uso (França):

L'Organisation de Coopération et le Développement Economique (Organisation for Economic Cooperation and Development) comprend les pays de l'UE, les États-Unis, le Canada et le Japon. L'OCDE a pour principal objectif d'étudier la conjoncture économique et d'aider les pays en difficultés. L'OCDE analyse de plus les différentes entraves liées aux échanges

internationaux (https://prospection-etranger.creditlyonnais.fr/Ressources/pages_html/lexique_contenu.htm).

Equivalente (Brasil): *Organização para cooperação e desenvolvimento econômico*

Instituição criada em substituição à Organização Européia de Cooperação Econômica – OECE. A inclusão dos Estados Unidos e do Canadá e a adoção da ajuda ao desenvolvimento como um dos objetivos justificaram a mudança do nome. Essa entidade é integrada pelos antigos membros da OECE - Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, mais os Estados Unidos, Canadá, Espanha, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Outras informações disponíveis em: www.iccti.mct.pt/pt/multilateral/ocde.htm (GAROFALO FILHO, 2004, p.193).

Outras designações (Brasil): OCDE, Organização da cooperação e desenvolvimento econômico, Organization for Economic Cooperation and Development – OECD.

Contexto de uso (Brasil):

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): A OCDE promove políticas voltadas para a obtenção do crescimento econômico sustentado e do emprego nos países-membros. Na área da promoção do funcionamento eficiente dos mercados, a OCDE encoraja a convergência de políticas, leis e regulamentos que cobrem mercados financeiros e empresas (http://www.fazenda.gov.br/sain/m_codigos.htm).

Notas sobre o termo: -

Organisation for economic cooperation and development: inglês V. Organisation de coopération et le développement économique.

Organisation mondiale de la propriété intellectuelle: s.f.

Institution spécialisée des Nations Unies créée par une convention signée le 14 juillet 1967, qui a pour but de promouvoir la protection de la propriété intellectuelle à travers le monde et d'assurer la coopération administrative entre les unions de propriété intellectuelle. À ce titre, l'OMPI administre de nombreux traités ou unions dans le domaine de la propriété industrielle et du droit d'auteur, notamment l'Union de Paris pour la protection de la propriété industrielle, l'Union de Madrid (voir Arrangement de Madrid) pour l'enregistrement international des marques, l'Union de La Haye pour le dépôt international des dessins et modèles, l'Union des PCT (Traité de coopération en matière de brevets) etc. Site internet: www.wipo.org/fre/main.htm (CCIP, 2003).

Outras designações (França): OMPI, World Intellectual Property Organization – WIPO.

Contexto de uso (França):

Organisation Mondiale de la Propriété Intellectuelle (OMPI) Il s'agit d'une organisation internationale dédiée à promouvoir l'utilisation et la protection des travaux de l'esprit humain. Ces travaux – la propriété intellectuelle – repoussent les limites de la science et de la technologie et enrichissent le monde des arts. A travers ces travaux, l'OMPI joue un rôle important en augmentant la qualité et le plaisir de la vie, ainsi qu'en créant de la vraie richesse pour les nations (http://portal.unesco.org/education/fr/ev.php-URL_ID=19970&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html).

Equivalente (Brasil): *Organização Mundial da Propriedade Intelectual*

Com sede em Genebra, foi instituída em 1967 pela Convenção de Estocolmo, ratificada pelo Brasil e tem por finalidade estabelecer as normas de proteção à propriedade intelectual, direitos autorais,

franquias, propriedade industrial, entre outros. Para dirimir questões no plano jurídico, a Ompi criou, em 1993, o seu centro de arbitragem. Este centro de arbitragem tem a finalidade de resolver contendas em nível internacional, que envolve problemas de propriedade intelectual por meio da mediação, arbitragem ou arbitragem expedita previstas em seu regulamento. É uma ação extrajudicial e, portanto, menos dispendiosa do que um processo que envolva as cortes oficiais. Disponível em: www.wipo.int (GAROFALO FILHO, 2004, p.194).

Outras designações (Brasil): OMPI, World Intellectual Property Organization – WIPO.

Contexto de uso (Brasil):

A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI**, criada em 1967, é um dos 16 (dezesseis) organismos especializados do sistema das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, com sede em Genebra, Suíça. Sua função é:

1. Estimular a proteção da Propriedade Intelectual em todo o mundo mediante a cooperação entre os Estados;
2. Assegurar a cooperação administrativa entre as Uniões de propriedade intelectual. Como Uniões entende-se: A União (Convenção) de Paris, o Acordo de Madri, a União (Convenção) de Madri, União dos países membros do PCT, etc; e
3. Estabelecer e estimular medidas apropriadas para promover, a atividade intelectual criadora e facilitar a transmissão de tecnologia relativa à propriedade industrial para os países em desenvolvimento em vista de acelerar o desenvolvimento econômico, social e cultural (http://www.inpi.gov.br/patentes/instituicoes/organicacao_propriedade.htm?tr12).

Notas sobre o termo: -

Organisation mondiale du commerce: s.f.

Organisation mondiale du commerce (World Trade Organisation) a été créée en 1947 sous son ancienne appellation "GATT" (General Agreement on Tariffs and Trade). L'OMC a pour but de favoriser les échanges et de mettre fin au protectionisme. L'OMC compte plus d'une centaine de pays signataires. Aujourd'hui, la finalité de l'OMC est de mettre un terme aux obstacles tarifaires et de mettre en place des règles communes afin d'accéder à une libéralisation totale des échanges (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): OMC, World Trade Organisation – WTO.

Contexto de uso (França):

L'**Organisation mondiale du commerce (OMC)**, a été conçue et voulue par les pays développés (surtout les États-Unis) et par leurs entreprises transnationales (ETN). Elle a été créée pour aller au-delà de l'Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce (GATT) de 1947, qui ne couvrait que les produits industriels et ne pouvait imposer d'arbitrages en cas de litige (http://www.local.attac.org/35/rubrique.php3?id_rubrique=67).

Equivalente (Brasil): *Organização Mundial do Comércio*

Organismo substituto do General Agreement on Trade and Tariffs - GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), que esgotou suas atividades de acordo provisório na reunião de Marrakesh, no Marrocos, onde 97 países assinaram um acordo para a sua constituição a partir de 1995. De modo diferente do GATT, a OMC tem caráter permanente, tendo iniciado suas operações em 1999. Disponível em: www.wto.org/ (GAROFALO FILHO, 2004, p.195).

Outras designações (Brasil): OMC, WTO – World Trade Organisation.

Contexto de uso (Brasil):

A **Organização Mundial do Comércio (OMC)** é a organização internacional que tem por funções principais facilitar a aplicação das regras de comércio internacional já acordadas internacionalmente e servir de foro para negociações de novas regras ou temas relacionados ao comércio. É dotada também de um sistema de solução de controvérsias em matéria de comércio

internacional. **Periodicamente revisa as políticas comerciais de cada um dos atuais 140 países membros.** A OMC se baseia em princípios de comércio internacional desenvolvidos ao longo dos anos e consolidados em acordos comerciais estabelecidos em oito rodadas de negociações multilaterais no âmbito do GATT ("General Agreement on Tariffs and Trade"), das quais a mais abrangente foi a oitava, a chamada Rodada Uruguai, iniciada em 1986 e finalizada em 1993 (os acordos foram firmados em cerimônia em Marraqueche, no Marrocos, em abril de 1994). O objetivo definido para a **OMC** é garantir o cumprimento das normas que regulam o comércio internacional. Para tanto, procura assegurar que as referidas normas sejam estáveis, transparentes e eqüitativas (http://www.mre.gov.br/portugues/questoes/questoes/p_omc.asp).

Notas sobre o termo: -

P

PA: sigla V. Perfectionnement actif.

Packing list: inglês V. Liste de colisage.

Pallet: inglês V. Palette.

Palette: s.f.

Dispositif de conditionnement de la marchandise destiné à faciliter la manutention mécanique; la palette constitue une unité de charge (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Pallet.

Contexto de uso (França):

La **palette** supporte la marchandise et assure toutes les opérations de la chaîne de distribution. Son rôle est important puisqu'elle est présente de bout en bout de l'expédition. La **palette** peut être - en bois, - en métal, - en aluminium, - en plastique, - en carton (<http://www.europal.net/palettes/intro/definition.htm>).

Moyen de stockage et d'expédition par excellence, la **palette** regroupe et protège votre chargement, même lourd (http://www.raja.fr/webapp/wcs/stores/servlet/Static?page=astuce_palettisation&langId=-2&storeId=10051&catalogId=10051).

Equivalente (Brasil): *Pallet*

Estrados utilizados para facilitar o transporte de determinadas mercadorias. Pertencem aos exportadores e podem ser retornados individualmente ou em lotes acondicionados ou não em cofres de carga, também conhecidos por contêiners (GAROFALO FILHO, 2004, p.200).

Outras designações (Brasil): Pallets, paleta, palete.

Contexto de uso (Brasil):

Pallet: Espécie de bandeja ou estrado de madeira, com orifícios para encaixe dos garfos das empilhadeiras, sobre o qual a carga é posta, presa e transportada até o destino (<http://www.amello.com.br/terminologia2.htm>).

Notas sobre o termo: -

Particular average: inglês V. Avarie particulière.

Perfectionnement actif: s.m.

Régime douanier qui permet, sous certaines conditions, l'importation/introduction sur le territoire douanier, en exonération totale ou partielle des droits et taxes exigibles, de marchandises en provenance de l'étranger en vue de leur réexportation/réexpédition au terme de leur séjour. Ces produits sont admis temporairement pour y subir une transformation, une ouvraison ou un complément de main-d'œuvre, être incorporés à d'autres produits (ce type d'opération est appelé régime du perfectionnement actif), ou être utilisés en l'état dans le cadre d'essais, de démonstrations, expositions et foires, etc (CCIP, 2003).

Outras designações (França): PA.

Contexto de uso (França):

Le régime du **perfectionnement actif** permet d'importer temporairement des marchandises de pays extérieurs à l'Union européenne (matières premières, matériels ou pièces détachées) pour les transformer, les ouvrir, les réparer, les monter ou les incorporer à d'autres fabrications avant de réexporter les produits finis obtenus (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/perfactif.htm&cusnum=1291>).

Equivalente (Brasil): *Aperfeiçoamento ativo*

Regime aduaneiro que permite receber no território aduaneiro nacional, sob mecanismo que suspende os direitos de alfândega, impostos e outros encargos de importação, as mercadorias destinadas a serem enviadas para o exterior após submetidas a um processo de conserto, montagem, incorporação a conjuntos, máquinas, equipamentos de transporte em geral ou aparelhos de maior complexidade tecnológica e funcional, elaboração, obtenção, transformação, reparação, manutenção, adequação, produção ou fabricação de bens (GAROFALO FILHO, 2004, p.132).

Outras designações (Brasil): Importação temporária, admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.

Contexto de uso (Brasil):

Parágrafo único. Os produtos importados mediante a aplicação do regime especial de que trata este

artigo poderão ser exportados no mesmo estado ou sob a forma dos produtos obtidos no processo de **aperfeiçoamento ativo** dos bens no País, ou reexportados (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/1999/Dec331299.htm>).

Admissão temporária para aperfeiçoamento ativo

Regime aduaneiro que permite a entrada ao território aduaneiro, com suspensão do pagamento de gravames de importação e da aplicação de restrições de caráter econômico, de mercadorias, para operações de aperfeiçoamento e posterior reexportação sob a forma de produtos resultantes (<http://www.aladi.org/nsfaladi/glosario.nsf/7d11cde16adaa1b58325693600604a3c/7809660e7f599f0b0325689400633bef?OpenDocument>).

Notas sobre o termo: -

Perfectionnement passif: s.m.

Régime douanier qui permet d'exporter/expédier temporairement des marchandises communautaires en dehors du territoire douanier pour les soumettre à des opérations de perfectionnement (ouvraison, transformation, réparation) et de mettre les produits résultant de ces opérations en libre pratique dans le territoire douanier de la CEE, en exonération totale ou partielle des droits à l'importation (CCIP, 2003).

Outras designações (França): PP.

Contexto de uso (França):

Le régime du **perfectionnement passif** permet d'exporter temporairement des marchandises communautaires en vue de les faire ouvrir, monter, transformer, ou réparer dans un pays tiers puis de réimporter en exonération totale ou partielle des droits à l'importation les produits compensateurs (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/perfpassif.htm&cusnum=1292>).

Perfectionnement passif: ce régime offre la possibilité d'exporter temporairement des marchandises communautaires en vue de les faire ouvrir, monter, transformer, réparer dans un pays tiers puis de réimporter les produits compensateurs résultant de ces opérations en exonération totale ou partielle des droits et taxes (http://www.oise.cci.fr/web_ccio/international/lexique.html).

Equivalente (Brasil): *Exportação temporária para aperfeiçoamento passivo*

Regime aduaneiro que permite a saída, do País, por tempo determinado, de mercadoria nacional ou nacionalizada para ser submetida à operação de transformação, elaboração, beneficiamento ou montagem, no exterior, e sua reimportação, na forma do produto resultante dessas operações, com pagamento do imposto incidente sobre o valor agregado (LUNA, 2003, p.136).

Outras designações (Brasil): Exportação temporária com aperfeiçoamento passivo.

Contexto de uso (Brasil):

Art. 72. Aplica-se a multa de:

II – 5% (cinco por cento) do preço normal da mercadoria submetida ao regime aduaneiro especial de **exportação temporária**, ou de **exportação temporária para aperfeiçoamento passivo**, pelo descumprimento de condições, requisitos ou prazos estabelecidos para aplicação do regime (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.833compilado.htm).

Art. 3º A exportação por beneficiário do regime de admissão temporária ou admissão temporária para aperfeiçoamento ativo, ou a importação por beneficiário do **regime de exportação temporária** ou **exportação temporária para aperfeiçoamento passivo**, de bem trocado por equivalente ao admitido ou ao exportado temporariamente, será processada por meio de Declaração Simplificada de Exportação (DSE) ou de Declaração Simplificada de Importação (DSI),

respectivamente, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº155/99, de 22 de dezembro de 1999, instruída também com o Requerimento para Reconhecimento de Equivalência entre Produtos (REP) (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2003/in3682003.htm>).

Notas sobre o termo: -

Perils of the sea: inglês V. Fortune de mer.

Phytosanitary inspection certificate: inglês V. Certificat phytosanitaire.

Piggyback railroad transportation: inglês V. Ferroutage.

Piggyback transport: inglês V. Ferroutage.

Political risk: inglês V. Risque politique.

PP: sigla V. Perfectionnement passif.

Préfixation des restitutions: s.f. V. Certificat d'exportation.

Procédure simplifiée: s.f.

Nom donné à différents régimes douaniers qui permettent, sous certaines conditions, l'accomplissement de formalités douanières selon des modalités assouplies. Les bénéficiaires de ces procédures sont les importateurs ou exportateurs qui réalisent un grand nombre d'opérations de même nature. Il existe des procédures simplifiées pour l'exportation/expédition, l'importation/introduction, le transit, les produits pétroliers (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Simplified procedures.

Contexto de uso (França):

Il vous faudra utiliser un carnet ATA, délivré exclusivement par les CCIs, qui est une **procédure simplifiée** d'exportation temporaire (http://www.dunkerque.cci.fr/prestation_ccid/fortifier_entreprise/international/foire_aux_questions/).

La procédure Delt@-D (dédouanement en ligne par transmission automatisée) s'inscrit dans le droit fil des projets communautaires en matière de dédouanement électronique et à ce titre préfigure le dédouanement futur. L'informatisation de la **procédure simplifiée** de dédouanement à domicile marque la première étape de ce vaste chantier (http://www.cordexa.org/actu/cgi-bin/pagesweb.cgi?mode=101&id_rubrique=2&id_article=855).

Equivalente (Brasil): *Procedimento simplificado*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Art. 2º A aplicação dos **procedimentos simplificados** de despacho aduaneiro de exportação de petróleo depende de prévia habilitação da empresa interessada, na Secretaria da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2003/in3632003.htm>).

Art. 1º O despacho aduaneiro de exportação em consignação de pedras preciosas ou semipreciosas e de jóias transportadas por mandatário de empresa do setor, bem assim o de retorno ao País das mercadorias não vendidas, poderão ser executados mediante os **procedimentos simplificados** estabelecidos nesta Instrução Normativa (http://www.secta.com.br/banco_dados/boletim_2003/indiretos/31/indiretos_fed_31_exportacao.as).

Notas sobre o termo: -

Pro forma invoice: inglês V. Facture pro forma.

Q

Quota: s.f. V. Contingent.

Quotité garantie: s.f.

Pourcentage à hauteur duquel le risque est couvert par la Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur (COFACE). Les assurances gérées par la COFACE laissent par principe à la charge de l'assuré une fraction du risque pour l'intéresser à la bonne fin de l'opération d'exportation (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Quotité garantie

Pourcentage à hauteur duquel un assureur couvre le montant d'un risque. En vertu du principe de responsabilisation de l'assuré, une fraction du risque est laissée à la charge de ce dernier pour qu'il contribue au bon déroulement de son opération. Dans les cas où l'assuré ne peut contribuer à la prévention du risque (garanties portant sur les atteintes aux actifs) la quotité est garantie à 100% par la Compagnie (http://www.unistrat.com/article.php3?id_article=189).

Equivalentente (Brasil): *Percentagem de cobertura*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

PERCENTAGEM DE COBERTURA: percentagem do RISCO DE FABRICAÇÃO ou DE CRÉDITO a ser assumida pela SEGURADORA, fixada nas Condições Particulares, representando o máximo que a SEGURADORA irá suportar no risco coberto (http://www.sbce.com.br/site/area_clientes/mutuuario_privado.pdf).

A **percentagem de cobertura** incide sobre o valor do financiamento da operação, no caso de risco de crédito (www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/financiamento/financiamento.pdf).

Notas sobre o termo: -

R

Régime de transit communautaire externe: s.m. V. T1.

Règles et usances uniformes: s.f.pl.

Règles mises au point par la Chambre de commerce internationale pour unifier et codifier les usages en matière d'émission et d'utilisation des crédits documentaires. Elles sont admises par les banques d'un grand nombre de pays (CCIP, 2003).

Outras designações (França): RUU, Règles et usances uniformes relatives aux crédits documentaires, Règles et usances uniformes pour les crédits documentaires, RUU 500.

Contexto de uso (França):

Les **Règles et Usances Uniformes** de la CCI relatives aux crédits documentaires (**RUU**), publiées pour la première fois en 1933, sont un ensemble de dispositions universellement reconnues qui régissent l'utilisation des crédits documentaires dans le commerce international. Les banques de 160 pays et territoires ont, individuellement ou par l'intermédiaire de leurs associations professionnelles, adopté la précédente version des règles, datant de 1983 (www.savoie.cci.fr/download/international/credit_docs_ru500.pdf).

Dans le secteur bancaire également, la CCI a normalisé les pratiques relatives aux lettres de crédit dans ses **Règles et usances uniformes pour les crédits documentaires (RUU 500)**, dont la dernière version date de 1993 (http://www.forumducommerce.org/news/fullstory.php/aid/443/Les_r%C3%A8gles_du_commerce_international:_Ce_que_tout_exportateur_de_vrait_savoir.html).

Ils vérifient que la lettre de crédit est régie par les **RUU 500 (Règles et usances uniformes relatives aux crédits documentaires)** et conforme à ces règles et que toutes les conditions requises peuvent être contrôlées par la banque au moyen des documents présentés (<http://www.un.org/french/Depts/oip/cpmd/lcF.html>).

Equivalent (Brasil): *Regras e Usos Uniformes sobre Créditos Documentários*

Outras designações (Brasil): Uniform Customs & Practice for Documentary Credit - UCP 500, Publicação 500, Práticas e Costumes Uniformes para Crédito Documentário, Regras e Usos Uniformes relativos a créditos documentários, Brochura 500.

Contexto de uso (Brasil):

É regulamentada pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), que estabelece as **Regras e Usos Uniformes sobre Créditos Documentários** que se encontram na **Publicação 500** ou **UCP 500 (Uniform Customs and Practice for Documentary Credits)**, como é mundialmente conhecida (www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/informativos/info33.pdf).

As cartas de crédito deverão ser emitidas com base nas regras constantes das **Práticas e Costumes Uniformes para Crédito Documentário** da Câmara de Comércio Internacional (“**UCP - Uniform Customs and Practice for Documentary Credit** – International Chamber of Commerce”) (www.bcb.gov.br/htmls/editais/BEP/manualInstrucoes/manualInstrucaoBEP_cap2.pdf).

O Banco do Brasil disponibiliza o serviço para clientes e não clientes exportadores, de acordo com as normas da **Publicação 500 - Regras e Usos Uniformes relativos a créditos documentários**, da Câmara de Comércio Internacional, que regem e amparam os negócios com cartas de crédito (<http://www.bb.com.br/appbb/portal/on/intc/rvst/Secao.jsp?Periodico.codigo=117&SecaoPeriodico.codigo=2648>).

3. Carta de Crédito

Esta modalidade tem seus procedimentos definidos pelas **Regras e Usos Uniformes sobre Créditos Documentários** da Câmara de Comércio Internacional (CCI), conhecidas como **Brochura 500 (UCP 500)**, em vigor desde janeiro de 1994 (<http://www.comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/exp/11.cfm>).

Notas sobre o termo: -

Règles et usances uniformes pour les crédits documentaires: s.f.pl. V. Règles et usances uniformes.

Règles et usances uniformes relatives aux crédits documentaires: s.f.pl. V. Règles et usances uniformes.

Release: inglês V. Mainlevée.

Restitution: s.f.

Subvention versée aux exportateurs de certains produits agricoles livrés hors de la CEE lorsque les prix communautaires sont plus élevés que les cours mondiaux. Les restitutions tendent à abaisser les prix pratiqués dans la Communauté au niveau des cours mondiaux pour rendre les produits compétitifs (CCIP, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Les **restitutions** seront payées sur 110 % du poids provisoire déclaré : **21 890 Kg** (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/02-048.html>).

Le système de préférence communautaire lorsque le cours mondial est inférieur au prix intérieur européen, ce qui est généralement le cas, une taxe variable à l'importation est prélevée (prélèvement), qui correspond à la différence entre le prix intérieur européen et le cours mondial. A l'inverse, une subvention (**restitution**) variable est versée aux produits exportés, pour qu'ils puissent être vendus au prix du marché mondial (http://forum1.inter-reseaux.net/article.php3?id_article=297).

Equivalentente (Brasil): *Subsídio agrícola*

Benefícios econômicos concedidos pelo governo a produtores de determinados bens. Podem ter como objetivo melhorar sua posição competitiva externa ou, apenas, diminuir os seus preços internamente para torná-los acessíveis às classes menos favorecidas (RATTI, 2003, p.275).

Outras designações (Brasil): Subsídio, subsidy.

Contexto de uso (Brasil):

O Brasil concede "relativamente pouco" **subsídio** aos seus agricultores, aponta um estudo inédito sobre a política agrícola brasileira feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O apoio ao produtor brasileiro somou 3% do valor bruto das receitas agrícolas entre 2002 e 2004, de acordo com o relatório, abaixo de países como a Austrália (4%) e muito aquém da média dos 30 países da OCDE (30%). O maior nível de subsídios é dado para a importação de farinha, milho, arroz e algodão, girando entre 6% e 17% (http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1101/1101_ocde.asp).

Os gastos com **subsídios agrícolas** em 2002 foram de US\$ 317 bilhões. Deste total, 81% são pagos pelos Estados Unidos, União Européia e Japão. Em alguns países, os gastos com subsídios chegam a representar 79% do total da produção agrícola. É o caso do Japão, onde a produção do setor é de cerca de US\$ 70 bilhões por ano e as despesas com subsídios atingem US\$ 55 bilhões (<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=223529>).

Notas sobre o termo: -

Restoration: inglês V. Mainlevée.

Risque commercial: s.m.

Risque qui résulte d'une détérioration de la situation financière de l'acheteur privé. Il se définit par l'insolvabilité juridiquement constatée de l'acheteur ou sa carence pure et simple (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Risque d'origine commerciale, Commercial risk.

Contexto de uso (França):

Risque commercial

Risque résultant de l'insolvabilité d'un acheteur privé, dans le cadre d'une vente de marchandises ou d'une prestation de service, ou d'un fournisseur privé dans le cadre d'une opération de préfinancement, notamment. La couverture de ce risque peut être limitée à l'insolvabilité juridiquement constatée ou élargie à l'insolvabilité de fait (présumée) ou à la carence pure et simple (défaut) (http://www.unistrat.com/article.php3?id_article=192).

Equivalente (Brasil): *Risco comercial*

Risco decorrente da deteriorização financeira do comprador. Cláusula de seguros que cobre os riscos comerciais de não-pagamento, por razões diferentes dos riscos políticos (LUNA, 2003, p. 43).

Outras designações (Brasil): Commercial risk.

Contexto de uso (Brasil):

O papel preponderante dos bancos regionais nas operações de câmbio reduziu significativamente o **risco comercial** para os exportadores, uma vez que o banco em que passou a ser fechado o câmbio não só tem perfeito conhecimento do risco de sua filial como também tem dados cadastrais e avaliação de crédito do importador (http://www.fazenda.gov.br/sain/m_ccr.htm).

Art 5º As situações caracterizadoras de **risco comercial** e de risco político e extraordinário, previstos nos arts. 2º e 3º deste Decreto, somente prevalecerão quando expressamente notificadas nas condições do contrato de seguro (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2369.htm).

Notas sobre o termo: -

Risque d'origine commerciale: s.m. V. Risque commercial.

Risque d'origine politique: s.m. V. Risque politique.

Risque politique: s.m.

Risque qui résulte, au sens strict, d'un fait politique tel qu'une guerre, une révolution, une émeute ou encore une décision gouvernementale faisant obstacle à l'exécution d'un contrat (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Risque d'origine politique, Political Risk.

Contexto de uso (França):

Par **risque politique**, l'on entend celui “résultant soit d'actes ou de mesures prises par les autorités publiques locales ou du pays d'origine, soit d'événements internes (émeutes) ou externes (guerre)” (www.etudes.ccip.fr/dossiers/chine/chine_risquepol.pdf).

Risque politique

Risque résultant d'un acte ou d'une décision d'un gouvernement, du non-respect de ses obligations contractuelles par une entité publique, ou d'un événement politique. L'assurance du risque politique couvre les effets directs de ces faits sur les contrats d'exportation ou d'importation, les investissements et les financements (http://www.unistrat.com/article.php3?id_article=193).

Equivalente (Brasil): *Risco político*

Risco que resulta de perdas causadas por ações governamentais, como: inconversibilidade da moeda, proibição da entrada da mercadoria, expropriação ou confisco, guerra etc (VAZQUEZ, 2001, p.124).

Outras designações (Brasil): Political risk.

Contexto de uso (Brasil):

O **risco político** é uma das variáveis mais importantes na análise de investimentos e afeta diretamente os preços do título da dívida de um país, de uma debênture ou mesmo da ação de uma empresa. Esse risco é maior nos setores regulados pelos governos federal, estadual ou municipal e tem ligação com a maior ou menor estabilidade política do país e de suas instituições (<http://www.cbiee.com.br/noticias02.asp?id=5331>).

Por bem ou mal, os governos em todos os níveis exercem um grande impacto no clima de investimentos. **Risco político** inclui não só uma revolução, mas taxas, tratados, regulamentações, educação e política social. Uma posição do governo face ao capital e aos negócios define o cenário tanto para o sucesso quanto para o fracasso de sua economia (<http://www.bertolo.pro.br/MatFin/HTML/Investimentos.htm>).

Notas sobre o termo: -

Roll-on-roll-off: inglês V. Transroulage.

Ro-ro: anglais V. Transroulage.

Roulage: s.m. V. Transroulage.

RUU 500: sigla V. Règles et usances uniformes.

RUU: sigla V. Règles et usances uniformes.

S

SDR: sigla V. Droit de tirage spécial.

Set-off: inglês V. Compensation.

Settlement: inglês V. Apurement.

SGP: sigla V. Système des préférences généralisées.

SH: sigla V. Système harmonisé.

Shipper: inglês V. Chargeur.

Simplified procedures: inglês V. Procédure simplifiée.

SOFI: acrônimo V. Système d'ordinateur pour le fret international.

Special drawing rights: inglês V. Droit de tirage spécial.

SPG: sigla V. Système des préférences généralisées.

Stripping: inglês V. Dépotage.

Stuffing: inglês V. Empotage.

Système des préférences généralisées: s.m.

Ensemble de mesures adoptées par la Conférence des Nations Unies pour le commerce et le développement (CNUCED) qui s'est tenue à New Delhi en 1968 et au cours de laquelle les pays industrialisés membres de l'OCDE se sont mis d'accord pour favoriser l'industrialisation des pays en voie de développement. Ces préférences consistent essentiellement en une réduction ou une suppression des droits de douane applicables à certains produits originaires des pays bénéficiaires. En anglais General System of Preferences (CCIP, 2003).

Outras designações (França): SPG, Système généralisé de préférences - SGP, General System of Preferences – GSP.

Contexto de uso (França):

L'article 67 § 4 instaure ce cumul d'origine dans la mesure où la Suisse et la Norvège octroient des préférences tarifaires généralisées aux produits originaires des pays bénéficiaires du **SPG** et appliquent une définition de l'origine correspondant à celle établie par la Communauté européenne dans le cadre du **système des préférences généralisées** qu'elle accorde elle-même à ces pays (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/01-114.html>).

Le problème sur cet aspect, c'est qu'à l'instar de la «directive Bolkestein» avalisée par le gouvernement Raffarin au printemps 2004 (avant sa tardive rétractation d'ordre tactique), cette décision d'anticiper le nouveau **système des préférences généralisées** a obtenu, le 28 janvier, l'accord unanime du Conseil des ministres, et donc aussi du gouvernement français (<http://www.humanite.fr/journal/2005-02-21/2005-02-21->).

Equivalente (Brasil): *Sistema Geral de preferências*

Os países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, por meio de acordo aprovado em outubro de 1970 pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - Unctad/CNUCED, estabeleceram o SGP, mediante o qual concedem redução parcial ou total do imposto de importação incidente sobre determinados produtos, quando originários e procedentes de países em desenvolvimento (...) (GAROFALO FILHO, 2004, p.238).

Outras designações (Brasil): SGP, GSP – Generalized System of Preferences.

Contexto de uso (Brasil):

Os países desenvolvidos, membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de acordo aprovado em outubro de 1970 pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, estabeleceram o **Sistema Geral de Preferências (SGP)**, mediante o qual concedem redução parcial ou total do imposto de importação incidente sobre determinados produtos, quando originários e procedentes de países em desenvolvimento.

O benefício do **SGP** consiste na redução parcial ou total da tarifa de importação incidente sobre determinado produto originário e procedente de países em desenvolvimento (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/preTarAmbUnctda.php>).

Notas sobre o termo: -

Système d'ordinateur pour le fret international: s.m.

Cette procédure, publiée au Journal officiel du 31 mars 1976, permet, aux déclarants qui en bénéficient, de dédouaner les marchandises sous tous régimes à partir de terminaux d'ordinateurs mis à leur disposition. Ce système a été initialement mis en place sur les aéroports d'Orly et de Roissy pour le traitement du fret aérien. Il était alors connu sous le nom de SOFIA (CCIP, 2003).

Outras designações (França): SOFI.

Contexto de uso (França):

La résolution N° 91, adoptée par le Conseil national de gestion (CNG) du **SOFI** du 18 décembre 1990, a élargi les moyens d'accès au système de dédouanement SOFI. Elle prévoyait deux étapes pour y parvenir. 1991 a constitué la première étape, au cours de laquelle les utilisateurs et usagers ont fait leur choix du mode d'accès. La seconde étape, en 1992, prévoyait le transfert du coût réel de la liaison avec le système, du budget **SOFI** à l'abonné. Ce dernier devait souscrire son contrat avec France-Telecom ou Transpac selon la nature de son installation (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/04-023.html>).

En France, le premier système informatisé, mis en service en 1976, a été conçu pour le traitement du seul fret aérien. Il a été remplacé par la suite par un système dit «**système d'ordinateur pour le traitement du fret international**» (**SOFI**), adapté au traitement des déclarations de marchandises relatives aux produits transportés par tout mode de transport. Il a fait l'objet d'aménagements successifs par la voie de plusieurs arrêtés d'application dont l'arrêté du 23 avril 1993 qui régit actuellement le système (http://www.senat.fr/commission/fin/collectif_2004/40decies_43/40decies_4318.html).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Système généralisé de préférences: s.m. V. Système des préférences généralisées.

Système Harmonisé: s.m.

Système universel de classement et de codification des marchandises utilisé par les opérateurs du commerce international qui est entré en application le 1er janvier 1988. Élaboré par le Conseil de coopération douanière (CCD), le SH est fondé sur la nomenclature du CCD et sur la Classification type pour le commerce international (CTCI) révisée 2. Il comporte 5 019 rubriques regroupant plusieurs catégories de produits identifiés par une codification de 6 chiffres (CCIP, 2003).

Outras designações (França): SH, Système harmonisé de désignation et de codification, Système harmonisé de désignation et de codification des marchandises.

Contexto de uso (França):

Le **Système Harmonisé (S.H.)** assure une classification méthodique et unique, pour les pays qui l'utilisent, des marchandises faisant l'objet d'échanges internationaux et permet la comparaison

de leur flux commerciaux (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d1311.htm&cusnum=331>).

Le **Système harmonisé de désignation et de codification des marchandises**, généralement dénommé "**Système harmonisé**" ou "**SH**", est une nomenclature internationale polyvalente élaborée par l'Organisation mondiale des douanes (OMD). Il comprend environ 5 000 groupes de marchandises, identifiés par un code à six chiffres et classés suivant une structure légale et logique ; il repose sur des règles bien déterminées destinées à faciliter son application uniforme (http://www.lexportateur.ccip.fr/pages.asp?id_page=5).

Equivalente (Brasil): *Sistema harmonizado*

Sistema de classificação mundial de mercadorias, para ser utilizado pelos fabricantes, transportadores, exportadores, importadores, alfândegas, de maneira a permitir uma classificação uniformizada das mercadorias no mercado internacional. A nomenclatura é composta de seis códigos digitais comuns às mercadorias para todos os países. Além dos seis dígitos, os países estão livres para introduzirem outros algarismos, para efeito de distinções tarifárias ou fins estatísticos. A Tarifa Externa Comum (TEC), do Mercosul, da qual o Brasil faz parte, tem oito dígitos verificadores (VAZQUEZ, 2001, p.81).

Outras designações (Brasil): SH, Harmonized system, Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias.

Contexto de uso (Brasil):

O **Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias**, ou simplesmente **Sistema Harmonizado (SH)**, é um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições.

Este Sistema foi criado para promover o desenvolvimento do comércio internacional, assim como aprimorar a coleta, a comparação e a análise das estatísticas, particularmente as do comércio exterior. Além disso, o SH facilita as negociações comerciais internacionais, a elaboração das tarifas de fretes e das estatísticas relativas aos diferentes meios de transporte de mercadorias e de outras informações utilizadas pelos diversos intervenientes no comércio internacional (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/acoComerciais/nomComMercosul.php>).

Notas sobre o termo: -

Système harmonisé de désignation et de codification des marchandises: s.m. V. Système harmonisé.

Système harmonisé de désignation et de codification: s.m. V. Système harmonisé.

T

T1: sigla

Le sigle T1 désigne une opération de transit communautaire externe (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Transit communautaire externe, régime de transit communautaire externe.

Contexto de uso (França):

Transit communautaire externe T1: Concerne la circulation de marchandises non communautaires (marchandises d'origine non UE non mises en libre pratique) sur le territoire douanier européen, entre l'AELE (Association Européenne de Libre Échange - Islande, Suisse, Norvège et Lichtenstein) et l'UE ou entre les pays dits de VISEGRAD (Tchéquie, Slovaquie, Hongrie et Pologne) et l'UE (<http://www.eur-export.com/francais/apptheo/logistique/douane/transit.htm>).

T1

Le **régime de transit communautaire externe (T1)** s'applique principalement à la circulation de marchandises non communautaires. Il suspend les droits et autres taxes applicables jusqu'à ce que les marchandises parviennent à leur destination dans la Communauté.

Toutefois, le **régime de transit communautaire externe (T1)** est aussi obligatoire pour la circulation de certaines marchandises communautaires lorsqu'elles sont exportées vers un ou plusieurs pays de l'AELE, ou qu'elles doivent les traverser, avec application de la convention relative à un régime. Document utilisé pour :

- le transit communautaire externe: circulation des marchandises tierces en suspension de tout droits et taxes sur le territoire de l'Union européenne.
- l'exportation vers un pays tiers de marchandises communautaires relevant de la politique agricole commune (PAC) e de transit commun (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/lexique.htm&cusnum=48#t>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

T2: sigla

Le sigle T2 désigne une opération de transit communautaire interne (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Transit communautaire interne.

Contexto de uso (França):

Transit communautaire interne T2: Concerne la circulation sur le territoire douanier européen de marchandises communautaires. Ce régime n'a théoriquement plus lieu d'exister depuis 1993, date à laquelle fut instaurée la libre circulation des biens et des personnes au sein de l'UE. Pourtant, il existe toujours et est requis dans les cas suivants: pour la circulation des biens entre les DOM (Départements d'Outre-Mer) ou entre les DOM et l'UE et pour la circulation de biens

dans l'UE si ces biens empruntent le territoire d'un pays de l'AELE (<http://www.eur-export.com/francais/apptheo/logistique/douane/transit.htm>).

T1 ou **T2** (Douane)

Déclarations de transit communautaire établies en principe sur le DAU. Le chiffre 1 ou 2 identifie le statut douanier des marchandises (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1802).

Le **transit communautaire interne (document T2)** qui concerne l'expédition de marchandises communautaires d'un point à l'autre de l'Union Européenne via un ou plusieurs pays de l'AELE (Islande, Norvège, Suisse) (http://www.mondissimo.com/pages_fr/fromatoz/?from=follow&id_indices=2&id_concepts=23&id_keywords=351&sh).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

T2L: sigla

Le sigle T2L désigne les marchandises d'origine communautaire ne circulant pas sous le transit communautaire (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Lorsque des marchandises sont présentées aux autorités douanières andorranes en vue de leur expédition vers la Communauté, celles-ci délivrent un **document T2L**, qui sera présenté au bureau d'entrée dans la Communauté, aux fins de justifier la libre pratique dans la principauté d'Andorre (http://admi.net/eur/loi/leg_euro/fr_291D0907_03.html).

T2 L (exemplaire n° 4 du document administratif unique) et T2 LF

Document sous couvert duquel s'effectuent les échanges de marchandises communautaires avec une partie du territoire douanier communautaire à statut fiscal particulier (ex. D.O.M.). Lorsqu'il y a lieu de prouver le caractère communautaire des marchandises, un document (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/lexique.htm&cusnum=48#t>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

T5: sigla

Le document T5 est un formulaire qui dans le cadre de la PAC certifie l'exportation de produits agricoles (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

En principe, les exemplaires de contrôle **T5** et les documents de transit (T1, TIR ...) doivent être

déposés avec la déclaration de régularisation et reprendre le poids réel déclaré après chargement du moyen de transport (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/02-048.html>).

T5

Document d'accompagnement permettant d'attester la sortie du territoire douanier de la Communauté de produits PAC lorsque le bureau de sortie est différent du bureau de dédouanement (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/lexique.htm&cusnum=48#t>).

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

TARIC: acrônimo V. Tarif intégré des communautés européennes.

Tarif douanier commun: s.m. V. Tarif extérieur commun.

Tarif extérieur commun: s.m.

Nom donné à l'ensemble des droits de douane en vigueur dans les pays du Marché commun et qui s'appliquent aux importations en provenance des pays tiers. Le TEC est également appelé tarif douanier commun (TDC) (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Tarif douanier commun - TDC, TEC, Common Customs Tariffs – CCT, Common external tariff.

Contexto de uso (França):

La nomenclature combinée, les taux et les dispositions du tarif intégré des Communautés européennes (TARIC) constituent le **tarif douanier commun** (<http://www.france.attac.org/a4229>).

Le JO publie les règlements, directives, décisions, recommandations et avis adoptés par les instances communautaires, applicables par les États membres [traités CE et CECA] et notamment la nomenclature combinée (nomenclature des marchandises pour les statistiques du commerce extérieur de la Communauté et du commerce entre les États membres) et ses mises à jour annuelles, ainsi que le **tarif douanier commun (TDC)** (<http://www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=documentation/guidoc.htm&cusnum=46>).

Le **tarif extérieur commun (TEC)** est l'un des traits essentiels de l'union douanière européenne: il s'agit d'appliquer des droits de douane uniformes aux produits importés des pays tiers quel que soit l'État membre de destination (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/fr/lvb/r11000.htm>).

Les contingents tarifaires permettent l'abandon total ou partiel des droits de douane applicables aux marchandises importées pour une quantité limitée sur des matières premières, semi-produits ou composants qui sont indisponibles en quantité suffisante à l'intérieur de l'UE. Il s'agit d'une exception à la règle générale du **tarif extérieur commun (TEC)** (<http://www.douane.gouv.fr/dab/html/02-081.html>).

Equivalente (Brasil): *Tarifa externa comum*

Trata-se do estabelecimento de uma tarifa comum para as importações de países assinantes de um acordo de integração econômica ou comercial como o Mercosul (GAROFALO FILHO, 2004, p.251).

Outras designações (Brasil): TEC, Common external tariff – CET.

Contexto de uso (Brasil):

Como previsto no Tratado de Assunção, a partir de 01/01/95, os quatro Estados Partes do MERCOSUL adotaram a **Tarifa Externa Comum (TEC)**, com base na Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), com os direitos de importação incidentes sobre cada um desses itens. Segundo as diretrizes estabelecidas, desde 1992, a **TEC** deve incentivar a competitividade dos Estados Partes e seus níveis tarifários devem contribuir para evitar a formação de oligopólios ou de reservas de mercado. Também foi acordado que a **TEC** deveria atender aos seguintes critérios: a) ter pequeno número de alíquotas; b) baixa dispersão; c) maior homogeneidade possível das taxas de promoção efetiva (exportações) e de proteção efetiva (importação); d) que o nível de agregação para o qual seriam definidas as alíquotas era de seis dígitos. A aprovação da **TEC** também incluiu alguns mecanismos de ajuste das tarifas nacionais, através de Listas de Exceções, com prazos definidos para convergência aos níveis da **TEC**, de forma linear, gradual e automática. A **TEC** foi implantada no Brasil pelo Decreto 1.343, de 23/12/94, e a legislação que efetuou alterações no Brasil está indicada no arquivo a seguir (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/tec/apresentacao.php>).

O que é uma **Tarifa Externa Comum -TEC**? É uma tarifa comum cobrada por um grupo de países sócios que exigem o mesmo imposto à entrada de mercadorias provenientes de terceiros países (http://www.mre.gov.br/portugues/questoes/questoes/p_ir.asp).

Notas sobre o termo: -

Tarif intégré communautaire: s.m. V. Tarif intégré des communautés européennes.

Tarif intégré des communautés européennes: s.m.

La nomenclature TARIC est une codification à 10 chiffres qui permet d'intégrer des mesure réglementaires communautaires telles que les préférences tarifaires, les contingents tarifaires, les droits anti-dumping. Le tarif douanier commun est basé sur le TARIC (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Tarif intégré communautaire, TARIC.

Contexto de uso (França):

Le **TARIC (tarif intégré des Communautés européennes)** est une nomenclature à 10 chiffres reprenant les réglementations européennes, notamment les suspensions et préférences tarifaires, les prohibitions, les licences ou les droits anti-dumping (<http://www.douanes.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d1311.htm&cusnum=331>).

Le **Tarif intégré des Communautés européennes (TARIC)** reprend toutes les mesures relatives à la législation communautaire tarifaire, commerciale et agricole, applicables aux échanges. Il est disponible sur Internet à l'adresse: http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/dds/fr/home.htm où il est mis à jour quotidiennement, garantissant ainsi la disponibilité immédiate au grand public, dans les différentes langues communautaires sauf le maltais, de mesures telles que les mesures tarifaires, les mesures agricoles, les mesures commerciales, les mesures relatives aux restrictions de mouvements de biens, les mesures de collecte de données statistiques. Compte tenu, d'une part, de l'évolution journalière des mesures susvisées, et d'autre part, de la mise en

oeuvre future de la «douane électronique», les services de la Commission ont décidé de mettre un terme à la publication annuelle du **TARIC** dans le Journal officiel de l'Union européenne série C (Communication de la Commission européenne en date du 20 octobre 2004 (2004/C 258/06) (<http://www.oec-paris.fr/actus/fiscal.asp>).

Equivalente (Brasil): *Tarifa Integrada das Comunidades Europeias*

Outras designações (Brasil): Tarifa Integrada da Comunidade, TARIC.

Contexto de uso (Brasil):

As importações portuguesas estão sujeitas às regras da União Europeia. A UE concede preferências tarifárias a diversos países, entre eles o Brasil. Todas as normas a serem aplicadas nas importações dos Estados Membros estão descritas na **Tarifa Integrada da Comunidade (Taric)**, que é atualizada uma vez ao ano. Nela também estão definidas as normas da TEC (Tarifa Externa Comum) europeia (<http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/on/intc/rvst/SubSecao.jsp?Periodico.codigo=49&SecaoPeriodico.codigo=826&SecaoPeriodico.codigoSubsecao=822>).

É possível verificar se um produto procedente e originário do Brasil recebe o tratamento preferencial no âmbito do SGP da União Europeia por meio da “**Tarifa Integrada da Comunidade**” - **TARIC** (em português) (http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/neginternacionais/acocomerciais/pretarregproben_unieurop.php).

A TEC e todas as informações relevantes sobre questões aduaneiras estão contidas na **Tarifa Integrada das Comunidades Europeias (TARIC)** atualizada anualmente pela União Europeia (www.braziltradenet.gov.br/Publicacoes/Arquivos/ComoExportarPara/UniaoEuropeia.pdf).

Notas sobre o termo: -

Taxe à la valeur ajoutée: s.f.

Impôt indirect qui frappe les marchandises nationales ou importées lorsque celles-ci sont mises à la consommation. Son taux varie en fonction du produit auquel elle s'applique. Les exportations en sont exonérées (CCIP, 2003).

Outras designações (França): TVA, value added tax – VAT, taxe sur la valeur ajoutée.

Contexto de uso (França):

Née en France en 1954, la **taxe à la valeur ajoutée (T.V.A.)** a été notamment adoptée par la république fédérale d'Allemagne, la Belgique, les Pays-Bas, le Luxembourg, le Danemark, la Norvège, la Suède, le Royaume-Uni, l'Italie, et l'Irlande.

Les taxes sur le chiffre d'affaires se sont développées en Europe et aux États-Unis à partir de 1915. Elles présentaient l'avantage de s'appliquer à tous les produits consommés, leur inconvénient majeur se situant dans les distorsions fiscales qu'elles provoquaient (http://www.edvfrance.com/actualites/generalite_tva.html)

Equivalente (Brasil): *Imposto sobre valor agregado*

Imposto indireto de consumo, cobrado sobre a parte incremental dos custos incidentes na produção e distribuição desses bens. Na cadeia de produção, o imposto pago é recuperado na operação de venda (VAZQUEZ, 2001, p.150).

Outras designações (Brasil): Value added tax, valor agregado, IVA.

Contexto de uso (Brasil):

O **imposto sobre valor agregado – IVA**, instituído, por exemplo, entre os países da União Européia, é um imposto incidente sobre o faturamento, não-cumulativo, ou seja, o imposto repassado nas aquisições pode ser deduzido do incidente nas vendas, e também é discriminado na nota fiscal, possibilitando ao consumidor saber exatamente a quantidade de tributo que está embutido no preço do bem ou serviço adquirido. Se fosse implantado no Brasil, poderia substituir a COFINS, o PIS, o IPI, o ICMS, o ISS e até o ITBI (<http://www.sinprofaz.org.br/CEJ/Trabalhos/OIMPOSTOSOBREVALORAGREGADO.htm>).

Notas sobre o termo: -

Taxe sur la valeur ajoutée: s.f. V. Taxe à la valeur ajoutée.

TDC: sigla V. Tarif extérieur commun.

TEC: acrônimo V. Tarif extérieur commun.

Terminal: s.f. V. Chantier de transbordement.

TIR: acrônimo V. Transit international par route.

Trader: inglês V. Négociant.

Transbordement: s.m.

Transfert d'une marchandise d'un moyen de transport à un autre (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Transshipment.

Contexto de uso (França):

"**transbordement**": le régime douanier en application duquel s'opère, sous contrôle de la douane, le transfert de marchandises qui sont enlevées du moyen de transport utilisé à l'importation et chargées sur celui utilisé à l'exportation, ce transfert étant effectué dans le ressort d'un bureau de douane qui constitue, à la fois, le bureau d'entrée et le bureau de sortie (http://www.wcoomd.org/ie/Fr/SujetsDouaniers/FacilitationProcedureDouaniere/Kyoto_New/Contenu/body_spane.html).

Le Transport Combiné est la combinaison de plusieurs modes de transport lors d'un seul et même trajet. Une connexion est établie entre différents modes (au moins 2) par le **transbordement** (http://www.gco-strasbourg.org/sinformer/deplacements/etat_lieux/transport_combine.php).

Equivalente (Brasil): *Transbordo*

Tranferência de carga de um transporte para outro num ponto intermediário da rota, especialmente quando, para o destino final, não existe linha direta ou escala regular. O transbordo via marítima é indesejável em razão dos riscos corridos pela carga e as despesas geradas pelo múltiplo manuseio. A cláusula de transbordo permitido ou não é usual nas Cartas de Crédito (LUNA, 2003, p.165).

Outras designações (Brasil): Transshipment.

Contexto de uso (Brasil):

TRANSBORDO (TRANSHIPMENT)

Ação pela qual os produtos são transferidos de um meio de transporte para outro no decorrer de uma operação de transporte (http://www.sindiex.org.br/template-conteudo06.asp?cod_con=708&cod_sec=5&cod_subsec=27&cod_cat=-1&cod_subcat=-1&cod_niv=-1).

Transbordo ou Transshipment

Transferir mercadorias/produtos de um para outro meio de transporte ou veículo, no decorrer do percurso da operação de entrega (http://www.fiesp.com.br/infra_estrutura/secao2/secao3/index.asp?id=2183).

Em Itacoatiara, um terminal de **transshipment** de grãos foi construído no Rio Amazonas, destinado a descarregar barcaças e carregar navios de longo curso na faixa de 50.000 DWT (<http://www.corredor.com.br/Corredor%20Atlantico/pca.htm>).

Notas sobre o termo: -

Transshipment: inglês V. Transbordement.

Transit advice note: inglês V. Certificat de passage.

Transit Certificate: inglês V. Certificat de passage.

Transit communautaire externe: s.m. V. T1.

Transit communautaire interne: s.m. V. T2.

Transit douanier: s.m. V. Transit.

Transit international par route: s.m.

Régime douanier issu de la nouvelle Convention de Genève du 14 novembre 1975; il a pour but d'accélérer l'acheminement des marchandises en réduisant les formalités aux frontières. Les transports s'effectuent avec les carnets TIR dont l'émission est assurée par les organismes garants; en France, ces documents sont émis par le Service du carnet TIR et de transit communautaire - 8 place de la Concorde - 75008 – Paris. La plupart des pays d'Europe ont adhéré à la Convention TIR; à l'intérieur de la CEE ce régime est remplacé par le transit communautaire (CCIP, 2003).

Outras designações (França): TIR, Transit International Routier, International road transit – IRT.

Contexto de uso (França):

Procédure de transit qui permet à un camion scellé, transportant des marchandises suivant un itinéraire déterminé et dans certains délais, d'effectuer un transport empruntant le territoire de plusieurs États, sans vérification de son chargement aux passages de frontière, et en suspension de droits et taxes nationales des pays traversés sous couvert d'un carnet cautionné visé par les autorités douanières (<http://www.eur-export.com/francais/default.htm>).

TIR (Douane)

Transit international routier. Régime de transit permettant à un camion ou à un conteneur plein, chargé sur un châssis routier, de ne pas être ouvert au passage d'une frontière pour vérification de son contenu, opérations effectuées au départ et à destination (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1823).

Equivalentente (Brasil): *Transporte Internacional Rodoviário*

Outras designações (Brasil): TIR.

Contexto de uso (Brasil):

3.1 O regime de trânsito **TIR (Transporte Internacional Rodoviário)**

O **TIR** abrange uma área geográfica mais vasta. Baseia-se na convenção aduaneira sobre o transporte internacional de mercadorias ao abrigo de cadernetas TIR (Convenção TIR, 1975), que conta, presentemente, com 64 partes contratantes, incluindo todos os Estados-membros da UE. As mercadorias podem circular ao abrigo de uma única operação TIR por entre as partes contratantes, mas a operação não pode ser confinada ao território da CE.

A caderneta TIR serve de declaração aduaneira e de garantia. A caderneta é impressa e distribuída pela União Internacional dos Transportes Rodoviários (IRU) emitida aos utilizadores pelas associações garantes nacionais, para o efeito autorizadas pelas autoridades competentes (por norma aduaneiras) de cada parte contratante (www.sefaz.rs.gov.br/EICMS/eICMSdoc2_IVAeuropeu.pdf - Resultado Adicional).

Notas sobre o termo: -

Transit international routier: s.m. V. Transit international par route.

Transit: s.m.

Régime douanier qui permet l'acheminement sous douane de marchandises étrangères ou nationales et sans rupture de charge à l'intérieur d'un même pays ou sur un parcours qui comporte plusieurs États. Le transit peut revêtir plusieurs formes: transit national, communautaire, domicilié, international par fer ou par route (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Transit douanier.

Contexto de uso (França):

Le **transit douanier** est une procédure douanière facilitant le transport de marchandises entre deux points du territoire douanier, via un autre territoire douanier, ou entre deux ou plusieurs territoires douaniers différents. Il permet une suspension temporaire des droits, taxes et mesures de politique commerciale qui sont applicables à l'importation, permettant ainsi d'effectuer les formalités de dédouanement à destination plutôt qu'au point d'entrée sur le territoire douanier (http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/customs/procedural_aspects/transit/index_fr.htm).

Equivalente (Brasil): *Trânsito aduaneiro*

Régime aduaneiro especial que permite o trânsito de mercadorias, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão de tributos (VAZQUEZ, 2001, p.147).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Art. 3º Serão objeto de despacho para **trânsito aduaneiro**, do local de entrada no território nacional até o local de saída ou onde se encontrar o veículo, sempre que transportados em outro veículo:

- I - as partes, peças e componentes necessários à manutenção de embarcações em viagem internacional, independentemente de sua bandeira, quando adquiridos sem cobertura cambial; e
- II - os materiais de uso, reposição ou conserto de embarcações, aeronaves ou outros veículos estrangeiros, estacionados ou de passagem pelo território aduaneiro (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2002/in2482002.htm>).

O regime especial de **trânsito aduaneiro** é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão de tributos (Decreto-lei 37/66, art. 73 Decreto 91.030/85, art. 252). O regime subsiste do local de origem ao local de destino e desde o momento do desembarço para trânsito aduaneiro pela repartição de origem até o momento em que a repartição de destino certifica a chegada da mercadoria (<http://www.swm.com.br/norma.asp?li=Trânsito%20Aduaneiro%20-%20Regime%20Especial.htm>).

Notas sobre o termo: -

Transitaire: s.m.

Auxiliaire de transport qui organise le transport et assure les opérations complémentaires (emballage, groupage, entreposage, etc.) dans les échanges internationaux. Il agit au nom de son client dont il est le mandataire, avec obligation de moyens, ou en qualité de commissionnaire de transport. Dans la pratique, les deux activités sont très souvent exercées par une même entreprise (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Carrier, forwarding agent.

Contexto de uso (França):

Transitaire (Forwarding agent): Entreprise mandatée par l'expéditeur ou le destinataire d'une marchandise qui doit subir plusieurs transports successifs. Sa mission est d'organiser la liaison entre les différents transporteurs et d'assurer ainsi la continuité du transport (<http://www.faq-logistique.com/Definition-Transitaire.htm>).

Equivalente (Brasil): *Agente embarcador*

Indivíduo ou empresa que se especializa no manuseio de embarques de exportação ou de importação. Seus serviços incluem: a programação do transporte de uma carga desde o ponto de origem ao ponto de destino; obtenção de espaço para a carga; seguro do embarque; armazenamento; consolidação de lotes para embarque; desmembramento de lotes para entrega; preparação e processamento da documentação aduaneira, etc. (RATTI, 2003, p.153).

Outras designações (Brasil): Carrier, forwarding agent, freight forwarder, transitário, agente de embarque, transitário de carga.

Contexto de uso (Brasil):

Transitário (Freight Forwarder ou Forwarding Agent) - em geral são multinacionais ou empresas que se associam a outros transitários em diversos países, oferecendo aos clientes um trabalho praticamente de porta a porta, especialmente para aquelas empresas não afeitas e com estrutura para executar os trabalhos de importação e exportação, como emissão de documentos, negociação bancária, contratação de câmbio e ações junto a repartições públicas e agências marítimas (www.transportes.gov.br/bit/estudos/Log_Trans/Monografia.doc).

Transitário de Carga (Freight Forwarder ou Forwarding Agent)

É um prestador de serviços que está habilitado a fazer por seu cliente um trabalho completo, desde a retirada da mercadoria em seu depósito/fábrica até a entrega no armazém do importador. Realiza todos os trâmites necessários, como reserva de espaço em veículos transportadores, embarque, desembarque, emissão de documentos, contratação de câmbio, etc., bem como operações de liberação e despacho da carga, executando também as funções de comissária de despachos.

Normalmente são multinacionais ou empresas que se associam a outros transitários em diversos países, para assim poderem oferecer a seus clientes um serviço porta a porta (door to door), principalmente para aqueles comerciantes que não têm uma estrutura suficientemente capaz de executar todos os trabalhos pertinentes à importação e exportação ou que, eventualmente, desejem terceirizar os serviços que não fazem parte das suas atividades principais (http://www.unoescjba.edu.br/~roni/disciplinas/AULA%20NAVEGA__O%20COMERCIAL.htm).

Notas sobre o termo: -

Transport accompagné: s.m.

Transport d'un ensemble routier complet par un autre mode de transport (par exemple par train ou par ferry), accompagné de son conducteur (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Accompanied transport.

Contexto de uso (França):

transport accompagné: Acheminement d'un ensemble routier complet, accompagné du conducteur, par le rail (www.ademe.fr/auto-diag/transport/rubrique/Dossiers/doc/reduction_CO2.pdf).

Equivalente (Brasil): *Transporte acompanhado*

Outras designações (Brasil): Transporte combinado acompanhado, accompanied transport.

Contexto de uso (Brasil):

Transporte acompanhado (accompanied transport) - Utilização de outro tipo de modal no transporte rodoviário, acompanhado de motorista (<http://www.canaldotransporte.com.br/letrat.asp>).

Notas sobre o termo: -

Transport Combiné: s.m.

Transport intermodal dont les parcours européens s'effectuent principalement par rail, voies navigables ou mer, et les parcours initiaux et/ou terminaux, les plus courts possible, par route (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Combined Transport, join transportation.

Contexto de uso (França):

Transport combiné

Déplacement exécuté, en vertu d'un titre unique, par plusieurs modes de transport généralement soumis à des régimes juridiques différents (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1845).

Equivalentente (Brasil): *Transporte combinado*

Transporte multimodal, intermodal, transporte efetuado por diversos meios de transportes combinados (LUNA, 2003, p.42).

Outras designações (Brasil): Combined transport.

Contexto de uso (Brasil):

Transporte combinado: é aquele em que há intervenção de mais de um meio de transporte, tais como aéreo, terrestre, marítimo ou fluvial, isto é, efetuado parte por via aérea, parte por qualquer outro meio alternativo de transporte. Muito comum nos dias de atuais relativamente a carga. A jurisprudência dominante tem incorporado princípio geral pelo qual a responsabilidade de cada empresário se esgota no meio que lhes é próprio. (Eduardo Cosentino). Tal entendimento, em relação ao transporte aéreo, está sedimentado na lei (art. 224 do CBA e 31 da Convenção de Varsóvia) (<http://www.sbda.org.br/revista/Anterior/1715.htm>)

Notas sobre o termo: -

Transport Intermodal: s.m.

Acheminement d'une marchandise utilisant plusieurs modes de transport mais dans le même contenant, sans rupture de charge. Le contenant peut être un véhicule routier ou une unité de transport intermodale (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Intermodal Transport.

Contexto de uso (França):

Le **transport intermodal** consiste à acheminer une marchandise avec plusieurs modes de transport, mais sans la changer de conteneur ([http://www.lafarge.com/cgi-bin/lafcom/jsp/pratic.do?oid=536879028&function=pratiques&partenaire=http://www.google.fr/search?hl=fr\\$as_qdr=all\\$q=+%22Transport+Intermodal%22\\$btnG=Rechercher\\$meta=cr%3DcountryFR](http://www.lafarge.com/cgi-bin/lafcom/jsp/pratic.do?oid=536879028&function=pratiques&partenaire=http://www.google.fr/search?hl=fr$as_qdr=all$q=+%22Transport+Intermodal%22$btnG=Rechercher$meta=cr%3DcountryFR)).

Equivalente (Brasil): *Transporte intermodal*

Transporte que utiliza múltiplas modalidades de transporte (ferroviário, aquático, rodoviário, etc) (VAZQUEZ, 2001, p.90).

Outras designações (Brasil): Intermodal, Intermodal Transport.

Contexto de uso (Brasil):

Existe diferença entre **Intermodalidade** e Multimodalidade? Esta é uma pergunta interessante, porque ainda constatamos muita confusão entre os dois termos. As duas não são irmãs como muitos acreditam, sendo apenas primas, pois embora partam de uma mesma matriz, tomam caminhos diferenciados logo adiante. As duas significam transportes de cargas com mais de um modal. Isto quer dizer transportar uma mercadoria do ponto de origem até o ponto de entrega por modais diferentes. Então qual a diferença? A **intermodalidade** significa a emissão de documentos de transportes independentes, um de cada transportador, cada um assumindo a responsabilidade pelo seu transporte. Na multimodalidade, ao contrário, existe a emissão de apenas um documento de transporte, emitido pelo OTM – Operador de Transporte Multimodal, de ponta a ponta. Quanto à responsabilidade da carga, ela é do OTM do ponto de partida até a entrega final ao destinatário (<http://logpro.com.br/logpro/IntermodalidadeeMultimodalidade.asp>).

Notas sobre o termo: -

Transport multimodal: s.m.

Transport de marchandises nécessitant au moins deux modes de transport différents. Deux possibilités se présentent: soit à chaque mode de transport correspond un contrat de transport et une succession de titres de transport, soit le transport est régi de bout en bout par un seul contrat et un seul titre (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Multimodal transport.

Contexto de uso (França):

Transport multimodal

Système permettant de transporter sans rupture de charge une marchandise par différents moyens de transport (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1850).

Equivalente (Brasil): *Transporte multimodal*

Quando ocorre a utilização de mais de uma modalidade de transporte, desde a origem até o destino da carga, regida por um único contrato de transporte (RATTI, 2003, p.292).

Outras designações (Brasil): Multimodal transport, Multimodal.

Contexto de uso (Brasil):

3) O que é **Transporte Multimodal**?

Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal - OTM.

5) Qual a diferença entre transporte Intermodal e **Multimodal**?

A **multimodalidade** e a intermodalidade são operações que se realizam pela utilização de mais de um modal de transporte. Isto quer dizer transportar uma mercadoria do seu ponto de origem até a entrega no destino final por modalidades diferentes.

A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela divisão de responsabilidade entre os transportadores. Na **multimodalidade**, ao contrário, existe a emissão de apenas um documento de transporte, cobrindo o trajeto total da carga, do seu ponto de origem até o ponto de destino. Este documento é emitido pelo OTM, que também toma para si a responsabilidade total pela carga sob sua custódia (Resposta baseada na literatura intitulada: Logística de Transporte Internacional, de autoria de Samir Keedi) (<http://www.antt.gov.br/faq/multimodal.asp>).

Art. 1º O **Transporte Multimodal de Cargas** rege-se-á pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º **Transporte Multimodal de Cargas** é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

Parágrafo único. O **Transporte Multimodal de Cargas** é:

I - nacional, quando os pontos de embarque e de destino estiverem situados no território nacional;

II - internacional, quando o ponto de embarque ou de destino estiver situado fora do território nacional.

Art. 3º O **Transporte Multimodal de Cargas** compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, unitização desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas.

Art. 4º O Ministério dos Transportes é o órgão responsável pela política de **Transporte Multimodal de Cargas** nos segmentos nacional e internacional, ressalvada a legislação vigente e os acordos, tratados e convenções internacionais (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9611.htm).

Notas sobre o termo: -

Transport non accompagné: s.m.

Transport d'un ensemble routier complet par un autre mode de transport (par exemple par train ou par ferry), sans la présence de son conducteur (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Unaccompanied Transport.

Contexto de uso (França):

(...) le **transport non accompagné**, le passage d'un mode de transport à l'autre s'effectuant dans un terminal adapté (routier, maritime, fluvial, ferroviaire, aérien) (<http://www.uic.asso.fr/tc/Definitions.html>)

Depuis le printemps 2004, le **transport non accompagné** est désormais possible ; le camionneur peut déposer la remorque seule et la récupérer à l'autre extrémité (<http://www.assemblee-nationale.fr/12/budget/plf2006/a2570-12.asp>)

Equivalente (Brasil): -

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil): -

Notas sobre o termo: -

Transroulage: s.m.

Plus couramment appelé Ro-Ro (de l'anglais Roll-On-Roll-Off), cette technique permet à un véhicule routier d'entrer/de sortir par ses propres moyens d'un navire, ou dans le cas de la route roulante, d'un train (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): Roulage, roll-on-roll-off, ro-ro.

Contexto de uso (França):

transroulage (ro-ro)

Embarquement ou débarquement d'un navire d'un véhicule routier, d'un wagon ou d'une UTI, sur ses roues ou sur des roues qui lui sont ajoutées à cette fin. Dans le cas de la route roulante, seuls les véhicules routiers entrent et sortent du train par leurs propres moyens (<http://www.ac-nancy-metz.fr/enseign/TransportsLP/lexique%20combine.htm>).

Equivalente (Brasil): *Roll-on-roll-off*

Sistema de transporte caracterizado pelo uso misto de transporte rodoviário e marítimo. Os veículos embarcam por seus próprios motores por meio de rampas e, no porto de desembarque, descem e prosseguem até o ponto de destino. Abreviatura: Ro e Ro-Ro (GAROFALO FILHO, 2004, p.229).

Outras designações (Brasil): Ro-Ro.

Contexto de uso (Brasil):

Roll-on/Roll-off: apropriado para o transporte de veículos, que são embarcados e desembarcados, através de rampas, com os seus próprios movimentos. Pode propiciar a conjugação com o transporte terrestre, ao carregar a própria carreta ou o contêiner sobre rodas ("boogies") (www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/logistica/logistica.pdf).

Notas sobre o termo: -

TVA: sigla V. Taxe à la valeur ajoutée.

U

ULD: sigla V. Unit load device.

Unaccompanied transport: inglês V. Transport non accompagné.

Unit load device: inglês

Unité de charge utilisée dans le fret aérien, conteneur, palette, igloo (CCIP, 2003).

Outras designações (França): ULD.

Contexto de uso (França):

Unit Load Device - Unité de chargement en transport. Notion utile en matière de tarification des transports (http://www.contactsmonde.com/Glossaire/gloss_qz.htm).

La définition du terme anglais «**unit load device**» (**Unité de chargement**), et toutes les mentions de ce terme au Chapitre 4, devraient être supprimées, en raison 1) des problèmes de traduction potentiels dans d'autres langues, et 2) de l'existence d'une définition bien établie dans le lexique de l'Association du transport aérien international (IATA) (www.icao.int/icao/en/atb/fal/panels/falp3/wp23f.pdf).

Unit load devices (aérien)

Désigne les *unités de chargement* utilisées par les compagnies qui permettent de rassembler des expéditions multiples pour une même destination, en un seul ensemble (ex.: conteneur, palette, igloo...) (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1874).

Equivalente (Brasil): *Unit load device*

Outras designações (Brasil): ULD, equipamento de unitização de carga.

Contexto de uso (Brasil):

ULD (Unit load device)

Container para *transporte* de carga numa *aeronave* (http://www.indaialogistica.com.br/utilitarios_glossario04.aspx).

Segundo Vieira (2003), entende-se por **equipamento de unitização de carga (Unit Load Device – ULD)** qualquer tipo de *pallet ou container*, utilizados no *transporte aéreo*, que se distinguem em formatos e tamanhos. Os **ULDs** poderão pertencer aos transportadores, aos embarcadores, ou a empresas de leasing. Quando pertencentes às aeronaves (Aircraft ULDs), encaixam-se perfeitamente às medidas do avião, otimizando a utilização de espaço. Quando não pertencem às aeronaves (Non-Aircraft ULDs), deverão seguir as especificações técnicas da IATA, objetivando uma melhor adaptação aos aviões (<http://deitado.ubbihp.com.br/trabalhos/transporteaereo.html>).

Notas sobre o termo: Em alguns contextos, o termo *unit load device* e sua respectiva sigla são utilizados no sentido de “qualquer contêiner ou pallet utilizados no transporte de mercadorias”, não especificando se o transporte é aéreo, terrestre ou marítimo. Nesse caso, o equivalente de *unit load device* será *unidade de carga*.

Unité de charge: s.m.

Marchandise conditionnée pour faciliter sa manutention et son transport. La palette, le pré-élingage (assemblage de colis reliés entre eux) en sont des exemples. Le terme de conteneur est employé distinctement pour bien spécifier cette technique. Les unités de charge s'adaptent particulièrement bien au roulage (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Charge unitisée.

Contexto de uso (França):

V - UNITÉ DE CHARGE

1. Plate-forme, généralement en bois, permettant une manutention plus facile des marchandises. Les dimensions normalisées les plus utilisées en Europe sont: 1000 mm x 1200 mm (ISO) et 800 mm x 1200 mm (CEN). **2. Unité de charge.** Charge palettisée ou unité préemballée dont la surface au sol est conforme aux dimensions des palettes et qui peut être chargée dans une UTI (www.cnt.fr/Dossiers/TC/CNTRapportTCAnnexe12.pdf).

Equivalente (Brasil):

1. *unidade de carga*

2. *carga unitizada, carga unificada*

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

A **unidade de carga** pode ser tanto o palete como o contêiner ou a carroçaria do caminhão (http://www.cetea.ital.org.br/dige_instrucoes.htm).

Unidade de carga

Parte do equipamento de transporte que seja adequado para a unitização de mercadorias que devam ser transportadas e que permita seu movimento completo durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Consideram-se como unidades de carga, entre outros, os containers em geral, os containers chatos (flat containers), as palhetas, as eslingas e qualquer outro equipamento de transporte que se ajuste à definição anterior (<http://www.aladi.org/nsfaladi/glosario.nsf/walfap/282144249939D90A0325689400633C93>).

Da **Carga unitizada** e das **Unidades de Carga**.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, denominam-se:

I - **Carga Unitizada:** um ou mais volumes acondicionados em uma unidade de carga;

II - **Unidade de Carga:** os equipamentos de transportes adequados à unitização de mercadorias a serem transportadas, passíveis de completa manipulação, durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados.

Parágrafo único. São consideradas unidades de carga os «containers» em geral os «pallets», as pré-lingadas e outros quaisquer equipamentos de transportes que atendam aos fins acima indicados e que venham a ser definidos em regulamento (<http://www.guialog.com.br/legislacao-mercadorias.htm>).

Notas sobre o termo: De acordo com o contexto 1 em francês, o equivalente de *unité de charge* é *unidade de carga*. De acordo com o contexto 2 em francês, o equivalente de *unité de charge* é *carga unitizada*.

Unité de chargement: s.m.

Équipement spécialisé consistant en palettes, igloos ou conteneurs, qui permet de rassembler plusieurs marchandises destinées à une même destination en un seul ensemble prêt au transport (GDT, 2005).

Outras designações (França): Loading Unit, load unit.

Contexto de uso (França):

Les **unités de chargement** prévues pour l'acheminement ferroviaire en transport combiné doivent se trouver dans un bon état technique pour éviter tout risque, toute pollution de l'environnement et tout autre problème d'exploitation résultant de défauts techniques (ex.: fuites) (<http://www.chimedit.com/WEB/signalisation.htm>).

- l'emballage logistique, le plus généralement composé de l'unité de manutention ou de regroupement, fardeau portable par un individu, et de l'**unité de chargement**, permettant l'optimisation du stockage et du transport (http://www.conseil-emballage.org/emballage.2000/CNERUB/catalogue_definirlapreevention.htm).

Equivalent (Brasil): *Unidade de carga*

Outras designações (Brasil): Dispositivo de carga unitizada.

Contexto de uso (Brasil):

A **unidade de carga** pode ser tanto o palete como o contêiner ou a carroçaria do caminhão (http://www.cetea.ital.org.br/dige_instrucoes.htm).

Unidade de carga

Parte do equipamento de transporte que seja adequado para a unitização de mercadorias que devam ser transportadas e que permita seu movimento completo durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Consideram-se como unidades de carga, entre outros, os containers em geral, os containers chatos (flat containers), as palhetas, as eslingas e qualquer outro equipamento de transporte que se ajuste à definição anterior (<http://www.aladi.org/nsfaladi/glosario.nsf/walfap/282144249939D90A0325689400633C93>).

Notas sobre o termo: O termo em português *unidade de carga* é empregado com mais frequência que o termo *dispositivo de carga unitizada*.

V

Valeur en douane: s.f.

Valeur attribuée à une marchandise au moment où elle est présentée en douane pour son importation/introduction ou son exportation/expédition. La détermination de cette valeur tient compte, en plus du prix des produits, de frais accessoires (transport, assurance). Les pays de la CEE appliquent une définition de la valeur en douane qui leur est commune (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Customs Value.

Contexto de uso (França):

La **valeur en douane** sert à fixer l'assiette taxable au titre des droits de douane et au titre de la TVA. La valeur en douane au titre des droits de douane est la valeur commerciale de la marchandise au point d'introduction dans l'Union Européenne. La valeur en douane au titre de la TVA est la valeur commerciale de la marchandise arrivée à destination (<http://www.eur-export.com/francais/default.htm>).

VALEUR EN DOUANE Valeur retenue pour l'application du tarif douanier commun et entrant dans les bases de calcul des droits de douanes et taxes. Elle repose normalement sur la notion de valeur transactionnelle et à défaut découle de l'application de diverses méthodes de substitution par les services douaniers. La valeur en douane est déterminée au lieu d'importation dans le territoire douanier communautaire et au moment de la mise en libre pratique des marchandises. S'il s'agit d'une exportation, la valeur en douane est déterminée au lieu de sortie du territoire douanier communautaire (valeur départ usine + frais de transport jusqu'à la frontière) (www.touraine.cci.fr/formulaires/international/lexique_commerce_international.pdf).

La **valeur en douane** est la valeur des marchandises déclarées au vu de la réglementation douanière et sur laquelle vont être assis les droits de douane. (http://www.senat.fr/commission/fin/collectif_2004/40decies_43/40decies_4318.html)

Equivalente (Brasil): *Valor aduaneiro*

Determinação, por parte dos funcionários aduaneiros, do valor das mercadorias importadas, com o objetivo de estipular o valor dos direitos a serem cobrados (RATTI, 2003, p.303).

Outras designações (Brasil): Valoração aduaneira, customs valuation, customs value.

Contexto de uso (Brasil):

Art. 2º Toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente **valor aduaneiro**.

§ 1º O controle a que se refere este artigo consiste no procedimento de verificação da conformidade do **valor aduaneiro** declarado pelo importador às regras estabelecidas pelo Acordo de Valoração Aduaneira (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/Ant1999/Dec249898.htm>).

A Lei 10.865/2004, estatui que, para fins de definição da base de cálculo do PIS e da Cofins sobre a importação, deve-se entender por **valor aduaneiro** o valor que servir ou que serviria de base de cálculo do imposto de importação, acrescido do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições (http://www.aemp.com.br/p_colunistas_mostra_colunista_detalhe.php?id_colunista=15&id_colunista_artigo=167).

Valoração aduaneira consiste na adoção de alguns critérios que permitem a determinação do valor de uma mercadoria importada. Esses critérios são utilizados no cálculo das tarifas de importação.

O Acordo sobre Valoração Aduaneira da OMC tem por objetivo estabelecer um sistema justo, uniforme e neutro para o estabelecimento da valoração para fins aduaneiros - um sistema que conforme as realidades comerciais e, ao mesmo tempo, torne ilegal as valorações arbitrárias ou fictícias

(<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=160&Integra=Sim>).

Notas sobre o termo: -

Value added tax: inglês V. Taxe à la valeur ajoutée.

VAT: acrônimo V. Taxe à la valeur ajoutée.

Visegrad: s.m.

Groupe de pays d'Europe centrale ayant signé en 1991 des accords douaniers entre eux: la République tchèque, la Slovaquie, La Hongrie et la Pologne. Cette expression est le plus souvent utilisée en matière de transit. Ces États bénéficient d'un statut proche de celui des pays de l'AELE en matière de transit commun (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Groupe de Visegrad.

Contexto de uso (França):

Le **Groupe de Visegrad** a été fondé en février 1991 à Budapest (château de Visegrad), avec la signature de la « déclaration sur une position commune et coordonnée pour l'intégration européenne » (signataires : M. Vaclav Havel, Président de la République fédérale de Tchécoslovaquie, M. Josef Antall, Premier ministre hongrois et M. Lech Walesa, Président de la Pologne). Depuis la partition de la Tchécoslovaquie, le 1er janvier 1993, le **Groupe de Visegrad** compte quatre membres (http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/republique-tcheque_228/presentation-republique-tcheque_1424/politique-exterieure_1065.html).

Equivalente (Brasil): *Países de Visegrado*

Outras designações (Brasil): Grupo de Visegrado.

Contexto de uso (Brasil):

Mas o objetivo primeiro de Clinton era convencer os países do **grupo de Visegrado** de que eles podem confiar no acordo "Parceria pela Paz", aprovado pela cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que determina a adesão gradual do Leste à aliança militar (<http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20040112/000204708.htm>).

O trânsito comum é aplicado à circulação de mercadorias entre os 15 Estados-Membros da CE, os países da EFTA (Islândia, Noruega, Suíça e Liechsteintein) e os quatro **países de Visegrado** (República Checa, Hungria, Polônia e República Eslovaca). Este regime baseia-se na convenção relativa ao trânsito comum de 20 de Maio de 1987 (www.sefaz.rs.gov.br/EICMS/eICMSdoc2_IVAEuropeu.pdf).

A União Européia (UE) ganhou nova dimensão com a adesão dos países do **Acordo de Visegrad** (Polônia, Hungria, República Checa, Eslováquia), das três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia,

Lituânia), além da Eslovênia, Malta e a parte grega de Chipre. As promessas de um futuro melhor para tais países são muitas, apesar das dificuldades que serão enfrentadas para a conversão de empresas que ainda funcionam no estilo burocrático soviético, a configuração de infra-estrutura mais moderna e a pressão sobre os movimentos interfronteiriços de pessoas. A Alemanha é a grande vencedora de tal processo, pois, apesar dos ressentimentos que ainda a afasta de alguns povos (sobretudo dos checos), conseguiu imantar a noção de “Europa Central” (www2.mre.gov.br/irbr/cacd/cacd2005/guia.doc).

Notas sobre o termo: -

VNF: sigla V. Voies navigables de France.

Voies navigables de France: s.f.pl.

Établissement public à caractère industriel et commercial qui a en charge toutes les affaires générales intéressant les voies d'eau et l'application de la réglementation y afférant. Il dispose de directions régionales. En 1991, Voies navigables de France (VNF), établissement public à caractère industriel et commercial (EPIC), succède à l'Office National de la Navigation (ONN) à compétence nationale. Site internet: ww.vnf.fr/ (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Office national de la navigation (depuis 1991 VNF).

Contexto de uso (França):

Voies navigables de France

Établissement public chargé principalement d'exploiter, d'entretenir et d'améliorer les voies navigables. Connue sous cette dénomination depuis le décret du 18 juillet 1991, il remplace l'ancien «Office national de la navigation» (http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1902).

C'est dans un contexte de développement du transport fluvial que l'État et VNF ont signé le 16 novembre 2004 un contrat d'objectifs et de moyens courant la période 2005-2008. Ce contrat constitue une étape décisive pour l'établissement et affirme les priorités de l'État en terme de sécurité du réseau et de développement du transport fluvial de marchandises (http://www.vnf.fr/vnf/content.vnf?action=content&occ_id=25616).

Equivalente (Brasil): *Vias navegáveis da França*

Outras designações (Brasil): VNF.

Contexto de uso (Brasil):

O conjunto das vias navegáveis na França é gerido por um Estabelecimento Público do Estado com caráter industrial e comercial "**Vias navegáveis da França**" (V.N.F.) cujo orçamento, alimentado pelas taxas sobre os transportes fluviais assim como sobre as extrações de águas brutas pelos usuários dos canais completados por uma dotação do Estado é destinado a assegurar e a desenvolver as missões de serviços públicos: promoção da via aquática como modo de transporte de mercadorias e, do turismo fluvial, exploração técnica;

Conservação, desenvolvimento dos canais: gestão do patrimônio e do meio ambiente, melhoramento e desenvolvimento da rede, gestão do patrimônio público fluvial e dos lagos;

Constituição de um observatório do transporte fluvial com: a coleta, o processamento, a difusão e a exploração dos dados estatísticos, a realização dos estudos econômicos.

O estabelecimento dispõe de um pessoal constituído por 5.740 empregados que intervêm sobre todo o território nacional e enquadram um volume importante de atividades de transporte de

mercadorias e de turismo fluvial (http://www.oieau.org/portugai/gest_eau/part_c.htm).

Estabelecimento público de caráter industrial e comercial, o departamento de **Vias Navegáveis da França (VNF)** é o responsável pela gestão da maior parte dos canais, riachos e rios navegáveis da França, mas também a ponta-de-lança do turismo fluvial. Criada em 1991, esta estrutura, que emprega 6.000 pessoas, tem como missão explorar e manter 6.800 km dos 8.500 km de vias navegáveis, no coração de 80.000 hectares de domínio público fluvial. O VNF também é encarregado de valorizar o patrimônio fluvial (represas, barragens, encostas, etc.), 2.000 casas de guardas de represas e 360 barragens. E, para concluir, ele participa da política de meio ambiente e de promoção da vida da água, como instrumento profissional e turístico (<http://www.france.org.br/abr/label/label31/region/eau/eau.html>).

Notas sobre o termo: Não há, no Brasil, um estabelecimento chamado *Vois navigables de France*, portanto, encontramos em *sites* brasileiros apenas traduções.

W

Warehouse: inglês V. Entrepôt.

Warrant: inglês

Titre souscrit par un commerçant et dont le paiement est garanti par un gage portant sur des marchandises déposées dans des "magasins généraux". Par contre, les warrants hôteliers, pétroliers et industriels sont régis par des réglementations particulières et constituent des gages sans dépossession par inscription au greffe du tribunal de commerce (à l'exception des warrants agricoles qui sont inscrits au tribunal d'Instance) (INTEREX, 2003).

Outras designações (França): -

Contexto de uso (França):

Warrant: Titre à effet de levier permettant de jouer à une échéance donnée une valeur ou un indice. Autre nom pour "option" (<http://definition.actufinance.fr/warrant-660/>).

Les **warrants** sont émis par les banques. Sur le marché parisien, la société générale et la citibank sont les principaux émetteurs de warrants (<http://bourse.lepoint.fr/Guide/Lexiques/lexique.asp?TypeLexique=2>)

Equivalentente (Brasil): *Warrant*

Termo utilizado internacionalmente para designar títulos de garantia emitidos por companhias de armazéns gerais e que representam as mercadorias ali depositadas. Esse documento prova a propriedade da mercadoria e, quando acompanhado do certificado de depósito, assume valor

próprio porque a mercadoria é penhor do título e, portanto, pode ser negociado. No mercado de capitais, warrant é o documento que garante aos acionistas que, num prazo fixado, poderão adquirir certo número de ações adicionais, a preço determinado. Pode, ainda, significar: garantia, fiança, penhor, cautela, caução. Nos Estados Unidos, guia de recolhimento ou pagamento, título da dívida pública, isto é, contabilidade pública (GAROFALO FILHO, 2004, p.271).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

Warrant: Garantia de comprar ações a um preço pré-determinado e em geral com prazo maior que os direitos de subscrição normais. Tal direito é negociável, podendo inclusive ser atrativo aos especuladores, dadas suas características. Vale ressaltar que não há direitos a dividendos ([https://www.econofinance.com.br/econofinance/econo/educacao_dicionario.jsp?detalha=Warrant%20\(securities\)&busca=](https://www.econofinance.com.br/econofinance/econo/educacao_dicionario.jsp?detalha=Warrant%20(securities)&busca=))

Notas sobre o termo: -

Wholesaler: inglês V. Grossiste.

WIPO: sigla V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

World Bank: inglês V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

World Intellectual Property Organization: inglês V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

World Trade Organisation: inglês V. Organisation mondiale du commerce.

WTO: sigla V. Organisation mondiale du commerce.

X

Y

Z

Zone franche: s.f.

Parcelle de territoire à l'étendue dûment limitée et souvent clôturée qui offre aux marchandises y séjournant différents avantages et facilités de caractère douanier qui peuvent consister en exemptions de droits, taxes, impositions diverses pendant la durée du séjour, dispenses de dépôt de garantie, possibilités d'entreposage avec faculté de procéder aux opérations de triage, assemblage, emballage, transformation, etc. avant la mise à la consommation au moment où le marché est le plus favorable pour le produit considéré, etc. (CCIP, 2003).

Outras designações (França): Freeport; Free trade zone.

Contexto de uso (França):

«Dans cette **zone franche**, je suis exonérée d'impôt sur les bénéfices et sur mes revenus, souligne la fondatrice et gérante de la société Abaca, une SARL de famille spécialisée dans le télémarketing. J'emploie six à dix salariés pour lesquels je ne règle aucune charge sociale» (<http://www.lentreprise.com/creation/50.26.69.809.14.0.html>).

Expliquer aux opérateurs économiques les opportunités de la **Zone franche** industrielle et les conditions à remplir pour y avoir accès, telles sont les raisons essentielles qui sont à la base de l'organisation d'une journée d'information et de sensibilisation hier jeudi à la Chambre de commerce et d'industrie du Bénin (Ccib) (http://www.fraternite-info.com/article.php3?id_article=2474).

Equivalente (Brasil): *Zona franca*

Área limitada no interior de um país e beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Seu objetivo é estimular o comércio e, às vezes, acelerar o desenvolvimento industrial de uma região. Há zonas francas em Marselha, na França, Hamburgo, na Alemanha, Hong-Kong, na China e Copenhague, na Dinamarca (GAROFALO FILHO, 2004, p.277).

Outras designações (Brasil): -

Contexto de uso (Brasil):

zona franca, que é uma categoria genérica na qual podem ser incluídas quase duas dezenas de denominações distintas, utilizadas por diferentes países, para designar áreas especiais onde não se aplicam as regulamentações e os gravames aduaneiros normais da economia. As mercadorias que nelas transitam (ou nelas são produzidas) são consideradas como não tendo ingressado (ou não tendo sido produzidas) no território aduaneiro do país. As zonas francas que contam apenas com este benefício de natureza aduaneira, mais algumas facilidades de infra-estrutura e de serviços de apoio, são chamadas de zonas francas comerciais. Quando outros incentivos adicionais são incluídos, tais como isenções tributárias, liberdade cambial, legislação trabalhista mais flexível etc., com o objetivo básico de atrair investimentos produtivos, tem-se a zona franca industrial.

As **zonas francas** podem ainda ser classificadas em públicas ou privadas e em fechadas (isoladas por cerca, quando próximas a centros urbanos servidos com múltiplas vias de acesso) ou abertas (normalmente em áreas remotas e atrasadas, onde as distâncias e a precariedade da infra-estrutura tornam dispensável, para efeito do controle aduaneiro, o cercamento da área) (<http://www.cnpat.embrapa.br/users/jsneto/diversosdocs/zpe.pdf>).

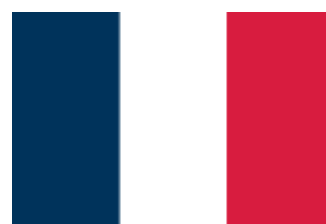
Existem atualmente 33 **zonas francas** em funcionamento nos países da Comunidade Européia (CE): oito na Alemanha, oito no Reino Unido, cinco na Suécia, três na Espanha, duas na Irlanda, duas na Itália, duas na Grécia, uma em Portugal, uma na Dinamarca e uma na Finlândia. Oferecendo facilidades semelhantes às zonas francas, há também 220 depósitos francos na Holanda, 22 em Portugal, 16 na Espanha, oito na Itália e cinco na França. Boa parte das zonas francas em operação na CE são do tipo porto livre, especialmente as alemãs e as inglesas (...) (<http://www.cnpat.embrapa.br/users/jsneto/diversosdocs/zpe.pdf>).

Notas sobre o termo: Em cada país, as zonas francas têm regras e características diferentes. Aliás, como se nota pelos contextos em português, na Europa, as zonas francas são geralmente do tipo *porto franco*. Por essa razão, o termo em português *zona franca* é equivalente parcial do termo em francês *zone franche*.

3.3 Glossário bilíngüe português-francês de Comércio Internacional



PORTUGUÊS-FRANCÊS



A

Accompanied transport: inglês V. Transport accompagné.

Acordo de têxteis e vestuários: s.m. V. Accord multifibres.

Acordo multifibras: s.m. V. Accord multifibres.

Acordo norte-americano de livre comércio: s.m. V. Association de libre échange nord américaine.

Act of God: inglês V. Force majeure.

Admissão temporária para aperfeiçoamento ativo: s.f. V. Perfectionnement actif.

Aduana de saída: s.f. V. Bureau de sortie.

Aduana: s.f. V. Bureau de douane.

AELC: sigla V. Association européenne de libre échange.

Afretamento: s.m. V. Affrètement.

Agência de promoção de exportações: s.f. V. Comité de développement extérieur.

Agência nacional de valorização da pesquisa: s.f. V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

Agent: inglês V. Courtier.

Agente comercial: s.m. V. Agent commercial.

Agente de embarque: s.m. V. Transitaire.

Agente embarcador: s.m. V. Transitaire.

Agente exclusivo: s.m. V. Agent général.

Agente: s.m. V. Agent.

Agente: s.m. V. Courtier

Agrupamento de interesse econômico: s.m. V. Groupement d'intérêt économique.

AIE: sigla V. Groupement d'intérêt économique.

Air Bill of Lading: inglês V. Lettre de transport aérien.

Air Consignment Note: inglês V. Lettre de transport aérien.

Air Freight Bill: inglês V. Lettre de transport aérien.

Airway Bill: inglês V. Lettre de transport aérien.

Alfândega de saída: s.f. V. Bureau de sortie.

Alfândega: s.f. V. Bureau de douane.

AMN: sigla V. Comité européen de normalisation.

ANVAR: acrônimo V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

Aperfeiçoamento ativo: s.m. V. Perfectionnement actif.

APEX: acrônimo V. Comité de développement extérieur.

Applicant: inglês V. Déclarant.

Arbitragem: s.f. V. Arbitrage.

Arbitramento: s.m. V. Arbitrage.

Armazém alfandegado: s.m. V. Magasin et aire de dédouanement temporaire.

Associação de Transporte Aéreo Internacional: s.f. V. Association du transport aérien international.

Associação Europeia de Livre Comércio: s.f. V. Association européenne de libre échange.

Associação Internacional de Transporte Aéreo e Internacional: s.f. V. Association du transport aérien international.

Associação Mercosul de Normalização: s.f. V. Comité européen de normalisation.

Atacadista: s.m. V. Grossiste.

ATV: sigla V. Accord multifibres.

Autorização de saída de mercadoria: s.f. V. Mainlevée.

Avaria comum: s.f. V. Avarie commune.

Avaria geral: s.f. V. Avarie commune.

Avaria grossa: s.f. V. Avarie commune.

Avaria particular: s.f. V. Avarie particulière.

Avaria simples: s.f. V. Avarie particulière.

Avaria: s.f. V. Avarie.

AWB: sigla V. Lettre de transport aérien.

B

BAF: acrônimo V. Bunker Adjustment Factor.

Banco europeu de investimento: s.m. V. Banque européenne d'investissement.

Banco internacional de reconstrução e desenvolvimento: s.m. V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

Banco Mundial: s.m. V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

BEI: acrônimo V. Banque européenne d'investissement.

Bill of lading: inglês V. Connaissance maritime.

BIRD: acrônimo V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

Bonded warehouse: inglês V. Entrepôt fiscal.

Brochura 500: s.f. V. Règles et usances uniformes.

Broker: inglês V. Courtier.

Bunker Adjustment Factor: inglês V. Bunker Adjustment Factor.

Bunker surcharge: inglês V. Bunker adjustment factor.

C

Caderneta TIR: s.f. V. Carnet TIR.

CAF: acrônimo V. Currency Adjustment Factor.

Câmara de Comércio Internacional: s.f. V. Chambre de commerce internationale.

Carga unificada: s.f. V. Unité de charge.

Carga unitizada: s.f. V. Unité de charge.

Carnê TIR: s.m. Carnet TIR.

Carnet ATA: s.m. V. Carnet ATA.

Carnet: inglês V. Carte d'exportation temporaire.

Carrier: inglês V. Transitaire.

Carta de crédito: s.f. V. Crédit documentaire.

Cash on delivery: inglês V. Contre-remboursement.

CECA: acrônimo V. Communauté européenne de charbon et d'acier.

CEN: sigla V. Comité européen de normalisation.

Certificado de exportação: s.m. V. Certificat d'exportation.

Certificado de importação: s.m. V. Certificat d'importation.

Certificado de inspeção sanitária: s.m. V. Certificat phytosanitaire.

Certificado de origem: s.m. V. Certificat d'origine.

Certificado de recebimento do agente de transportes: s.m. V. Forwarder's cargo receipt.

Certificado de trânsito: s.m. V. Certificat de passage.

Certificado fitossanitário: s.m. V. Certificat phytosanitaire.

Certificado sanitário: s.m. V. Certificat phytosanitaire.

Certificate of origin: inglês V. Certificat d'origine.

CET: sigla V. Tarif extérieur commun.

CIM: acrônimo V. Convention internationale pour les marchandises.

CIS: sigla V. Certificat phytosanitaire.

Classificação aduaneira: s.f. V. Nomenclature douanière.

Classificação tarifária de mercadorias: s.f. V. Espèce tarifaire.

Classificação tarifária: s.f. V. Espèce tarifaire.

Classificação: s.f. V. Nomenclature douanière.

Classification: inglês V. Nomenclature douanière.

Cláusula de nação mais favorecida: s.f. V. Clause de la nation la plus favorisée.

Clean: inglês V. Clean.

Clean Bill of Lading: inglês V. Clean.

Clearing: inglês V. Compensation.

CMR: sigla V. Convention de marchandise par route.

Código de subsídios: s.m. V. Code de restitution.

COFACE: acrônimo V. Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur.

Cofre de carga: s.m. V. Conteneur.

Combined transport: inglês V. Transport combine.

Comerciante: s.m. V. Négociant.

Comerciante atacadista: s.m. V. Grossiste.

Comissão Panamericana de Normas Técnicas - hemisfério americano: s.f. V. Comité européen de normalisation.

Comitê Europeu de Normalização: s.m. V. Comité européen de normalisation.

Commercial risk: inglês V. Risque commercial.

Common external tariff: inglês V. Tarif extérieur commun.

Companhia Francesa de Seguro para o Comércio Exterior: s.f. V. Compagnie française d'assurance pour le commerce extérieur.

Compensação: s.f. V. Compensation.

Compensation: inglês V. Compensation.

Compra livre de impostos: s.f. V. Achat en détaxe.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço: s.f. V. Communauté européenne de charbon et d'acier.

Conhecimento a bordo: s.m. V. Connaissance à bord.

Conhecimento aéreo: s.m. V. Lettre de transport aérien.

Conhecimento de embarque: s.m. V. Connaissance maritime.

Conhecimento marítimo: s.m. V. Connaissance maritime.

Consolidação de carga: s.f. V. Groupage.

Consolidated shipment: inglês V. Groupage.

Consular Invoice: inglês V. Facture consulaire.

Container: inglês V. Conteneur.

Contêiner: s.m. V. Conteneur.

Convenção relativa ao contrato de transporte rodoviário internacional de mercadorias: s.f. V. Convention de marchandise par route.

Convenção relativa ao transporte ferroviário internacional: s.f. V. Convention des transports internationaux ferroviaires.

Convention internationale concernant le transport de marchandise par chemin de fer: s.f. V. Convention Internationale pour les marchandises.

COPANT: acrônimo V. Comité européen de normalisation.

Corretor: s.m. V. Courtier.

Cota: s.f. V. Contingent.

COTIF: acrônimo V. Convention des transports internationaux ferroviaires.

Credit insurance: inglês V. Assurance crédit.

Crédito documentário: s.m. V. Crédit documentaire.

Customhouse broker: inglês V. Commissionnaire en douane.

Customs broker: inglês V. Commissionnaire en douane.

Customs classification: inglês V. Nomenclature douanière.

Customs house: inglês V. Bureau de douane.

Customs nomenclature: inglês V. Nomenclature douanière.

Customs valuation: inglês V. Valeur en douane.

Customs value: inglês V. Valeur en douane.

Customs: inglês V. Bureau de douane.

D

Damage: inglês V. Avarie.

Declaração de exportação: s.f. V. Déclaration d'exportation.

Declaração de importação: s.f. V. Déclaration d'importation.

Declaração de valor aduaneiro: s.f. V. Déclaration de la valeur.

Declaração simplificada de exportação: s.f. V. Déclaration d'autorisation de sortie.

Declarante: s.m. V. Déclarant.

Departamento de Promoção Comercial: s.m. V. Comité de développement extérieur.

DES: sigla V. Droit de tirage spécial.

Desovar: verbo V. Dépotage.

Despachante aduaneiro: s.m. V. Commissionnaire en douane.

Despachante: s.m. V. Commissionnaire en douane.

DI: sigla V. Déclaration d'importation.

Direção de Relações Econômicas Externas: s.f. V. Direction des relations économiques extérieures.

Direito especial de saque: s.m. V. Droit de tirage spécial.

Diretoria de Patentes: s.f. V. Office européen des brevets.

DIRPA: acrônimo V. Office européen des brevets.

Dispositivo de carga unitizada: s.m. V. Unité de chargement.

Documentary Credit: inglês V. Crédit documentaire.

Documento administrativo único: s.m. V. Document administratif unique.

DPR: sigla V. Comité de développement extérieur.

DREE: sigla V. Direction des relations économiques extérieures.

DSE: sigla V. Déclaration d'autorisation de sortie.

Duty free purchase: inglês V. Achat en détaxe.

DVA: sigla V. Déclaration de la valeur.

E

EFTA: acrônimo V. Association européenne de libre échange.

Embarcador: s.m. V. Chargeur.

Embarque consolidado: s.m. V. Groupage.

Empréstimo a curto prazo: s.m. V. Avance en devises.

Entrepósito aduaneiro: s.m. V. Entrepôt fiscal.

Entrepósito: s.m. V. Entrepôt.

Entrepot: inglês V. Entrepôt.

Equipamento de unitização de carga: s.m. V. Unit load device.

Estados ACP: s.m.pl. V. Afrique, Caraïbes et Pacifique (ACP).

Estados da África, Caribe e Pacífico: s.m.pl. V. Afrique, Caraïbes et Pacifique (ACP).

Estufar: verbo V. Empotage.

European Free Trade Agreement: inglês V. Association européenne de libre échange.

European Free Trade Association: inglês V. Association européenne de libre échange.

Excise duty: inglês V. Accises.

Excise tax: inglês V. Accises.

Excise: inglês V. Accises.

Expedidor: s.m. V. Chargeur.

Export Credit Insurance: inglês V. Assurance crédit.

Export Customs Declaration: inglês V. Déclaration d'exportation.

Export Declaration: inglês V. Déclaration d'exportation.

Export Licence: inglês V. Certificat d'exportation.

Exportação temporária com aperfeiçoamento passivo: s.f. V. Perfectionnement passif.

Exportação temporária para aperfeiçoamento passivo: s.f. V. Perfectionnement passif.

Exportação temporária: s.f. V. Carte d'exportation temporaire.

F

Factoring: inglês V. Affacturage.

Fator de ajuste cambial: s.m. V. Currency Adjustment Factor.

Fatura consular: s.f. V. Facture consulaire.

Fatura pro forma: s.f. V. Facture pro forma.

Fatura pró-forma: s.f. V. Facture pro forma.

FCR: sigla V. Forwarder's cargo receipt.

Financiadora de estudos e projetos: s.f. V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

FINEP: acrônimo V. Agence nationale de la valorisation et de la recherche.

FMI: sigla V. Fonds monétaire international.

Força maior: s.f. V. Force majeure.

Force majeure: s.f. V. Force majeure.

Forfaiting: inglês V. Forfaitage.

Fortuna do mar: s.f. V. Fortune de mer.

Forwarder's certificate receipt: inglês V. Forwarder's cargo receipt.

Forwarder's certificate of receipt: inglês V. Forwarder's cargo receipt.

Forwarding agent: inglês V. Transitaire.

Franchise: inglês V. Franchisage.

Franchising: inglês V. Franchisage.

Franquia: s.f. V. Franchisage

Free Trade Zone: inglês V. Zone franche.

Freight Forwarder: inglês V. Transitaire.

Fundo Monetário Internacional: s.m. V. Fonds monétaire international.

G

General average: anglais V. Avarie commune.

Generalized system of preferences: anglais V. Système des préférences généralisées.

GIE: acronyme V. Groupement d'intérêt économique.

Grossista: s.m. V. Grossiste.

Groupage: s.m. V. Groupage.

Grupo de Visegrado: s.m. V. Visegrad.

Grupos de interesse econômico: s.m.pl. V. Groupement d'intérêt économique.

GSP: sigla V. Système des préférences généralisées.

H

Harmonized system: anglais V. Système harmonisé.

I

IATA: acronyme V. Association du transport aérien international.

IBRD: sigla V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

ICC: sigla V. Chambre de commerce internationale.

IEP: sigla V. Office européen des brevets.

IMF: sigla V. Fonds monétaire international.

Import Certificate: anglais V. Certificat d'importation.

Import Licence: anglais V. Certificat d'importation.

Importação temporária: s.f. V. Perfectionnement actif.

Imposto seletivo: s.m. V. Accises.

Imposto sobre valor agregado: s.m. V. Taxe à la valeur ajoutée.

Incoterms: acronyme V. Incoterms.

Instituto Europeu de Patentes: s.m. V. Office européen des brevets.

Intermodal transport: anglais V. Transport intermodal.

Intermodal: s.m. V. Transport intermodal.

International Air Transport Association: anglais V. Association du transport aérien international.

International Bank for Reconstruction and Development: anglais V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

International Chamber of Commerce: anglais V. Chambre de commerce internationale.

International Commercial Terms: anglais V. Incoterms.

International Monetary Fund: anglais V. Fonds monétaire international.

IVA: sigla V. Taxe à la valeur ajoutée.

J

Joint-venture: anglais V. Joint venture.

K

L

L/C: sigla V. Crédit documentaire.

Letra de transporte aéreo: s.f. V. Lettre de transport aérien.

Letter of credit: inglês V. Crédit documentaire.

Licença de exportação: s.f. V. Certificat d'exportation.

Licença de importação: s.f. V. Certificat d'importation.

Licença: s.f. V. Licence.

Licence: inglês V. Licence.

Liquidação de conta: s.f. V. Apurement.

Livre circulação de mercadorias: s.f. V. Libre circulation.

Livre prática: s.f. V. Libre pratique.

M

Manifest: inglês V. Manifeste.

Manifesto de carga: s.m. V. Manifeste.

Manifesto do embarcador: s.m. V. Manifeste.

Manifesto: s.m. V. Manifeste.

Marcação: s.f. V. Marquage.

Marking: inglês V. Marquage.

Marks: inglês V. Marquage.

Mercadoria comunitária: s.f. V. Marchandise communautaire.

Merchant: inglês V. Négociant.

MFA: sigla V. Accord multifibres.

Multi-fiber arrangement: inglês V. Accord multifibres.

Multimodal transport: inglês V. Transport multimodal.

Multimodal: s.m. V. Transport multimodal.

N

Nafta: acrônimo V. Association de libre échange nord américaine.

Negociante: s.m. V. Négociant.

Nomenclatura aduaneira: s.f. V. Nomenclature douanière.

North American Free Trade Agreement: inglês V. Association de libre échange nord américaine.

O

OCDE: sigla V. Organisation de coopération et le développement économique.

Ocean Bill of Lading: inglês V. Connaissance maritime.

OECD: sigla V. Organisation de coopération et le développement économique.

OMC: sigla V. Organisation mondiale du commerce.

OMPI: sigla V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

On board bill of lading: inglês V. Connaissance à bord.

Organisation for Economic Cooperation and Development: inglês V. Organisation de coopération et le développement économique.

Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico: s.f. V. Organisation de coopération et le développement économique.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual: s.f. V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

Organização Mundial do Comércio: s.f. V. Organisation mondiale du commerce.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: s.f. V. Organisation de coopération et le développement économique.

Origin certificate: inglês V. Certificat d'origine.

P

Packing list: inglês V. Liste de colisage.

Pagamento contra entrega: s.m. V. Contre-remboursement.

Pagamento na entrega: s.m. V. Contre-remboursement.

Países de Visegrado: s.m.pl. V. Visegrad.

Paleta: s.f. V. Palette.

Palete: s.m. V. Palette.

Pallet: inglês V. Palette.

Particular average: inglês V. Avarie particulière.

Percentagem de cobertura: s.f. V. Quotité garantie.

Perils of the sea: inglês V. Fortune de mer.

Phytosanitary inspection certificate: inglês V. Certificat phytosanitaire.

Piggyback transport: inglês V. Ferroutage.

Political risk: inglês V. Risque politique.

Práticas e costumes uniformes para crédito documentário: s.f.pl. V. Règles et usances uniformes.

Pro forma invoice: inglês V. Facture pro forma.

Procedimentos simplificados: s.m.pl. V. Procédure simplifiée.

Proforma: inglês V. Facture pro forma.

Publicação 500: s.f. V. Règles et usances uniformes.

Q

Quota: s.f. V. Contingent.

R

Regras e usos uniformes relativos a créditos documentários: s.f.pl. V. Règles et usances uniformes.

Regras e usos uniformes sobre créditos documentários: s.f.pl. V. Règles et usances uniformes.

Repartição de saída: s.f. V. Bureau de sortie.

Representante comercial: s.m. V. Agent commercial.

Risco comercial: s.m. V. Risque commercial.

Risco político: s.m. V. Risque politique.

Riscos marítimos: s.m.pl. V. Fortune de mer.

Riscos marítimos fortuitos: s.m.pl. V. Fortune de mer.

Roll-on-roll-off: inglês V. Transroulage.

Romaneio de embarque: s.m. V. Liste de colisage.

Romaneio: s.m. V. Liste de colisage.

Ro-ro: inglês V. Transroulage.

S

SCE: sigla V. Assurance crédit.

SDR: sigla V. Droit de tirage spécial.

SECOM: acrônimo V. Comité de développement extérieur.

Seguro de crédito à exportação: s.m. V. Assurance crédit.

Seguro de crédito: s.m. V. Assurance crédit.

Seguro de empréstimo ou crédito externo: s.m. V. Assurance crédit.

Seguro de Prospeção de Mercado: s.m. V. Assurance prospection.

Seguro-prospeção: s.m. V. Assurance prospection.

Setor de promoção comercial: s.m. V. Comité de développement extérieur.

Settlement: inglês V. Apurement.

SGP: sigla V. Système des préférences généralisées.

SH: sigla V. Système harmonisé.

Shipper: inglês V. Chargeur.

Ship's manifest: inglês V. Manifeste.

Short term loan: inglês V. Avance en devises.

Sistema Geral de Preferências: s.m. V. Système des préférences généralisées.

Sistema harmonizado de designação e de codificação de mercadorias: s.m. V. Système harmonisé.

Sistema Harmonizado: s.m. V. Système harmonisé.

Sistema Piggyback: s.m.V. Ferroutage.

Sobretaxa de combustível: s.f. V. Bunker Adjustment Factor.

Special drawing rights: inglês V. Droit de tirage spécial.

Stuffing: inglês V. Empotage.

Subsídio agrícola: s.m. V. Restitution.

Subsídio: s.m. V. Restitution.

Subsidy: inglês V. Restitution.

T

TARIC: acrônimo V. Tarif intégré des communautés européennes.

Tarifa externa comum: s.f. V. Tarif extérieur commun.

Tarifa integrada da comunidade: s.f. V. Tarif intégré des communautés européennes.

Tarifa integrada das comunidades europeias: s.f. V. Tarif intégré des communautés européennes.

TEC: acrônimo V. Tarif extérieur commun.

Terminal: s.m. V. Chantier de transbordement.

Termos Comerciais Internacionais: s.m.pl. V. Incoterms.

Termos do Comércio Internacional: s.m.pl. V. Incoterms.

TIR: acrônimo V. Transit international par route.

Trader: inglês V. Négociant.

Transbordo: s.m. V. Transbordement.

Transshipment: inglês V. Transbordement.

Transitário de carga: s.m. V. Transitaire.

Transitário: s.m. V. Transitaire.

Trânsito Aduaneiro: s.m. V. Transit.

Transporte acompanhado: s.m.V. Transport accompagné.

Transporte Combinado: s.m. V. Transport Combine.

Transporte Intermodal: s.m. V. Transport intermodal.

Transporte Internacional Rodoviário: s.m. V. Transit international par route.

Transporte Multimodal: s.m. V. Transport multimodal.

Transporte Piggyback: s.m. V. Ferroutage.

Tratado de Livre Comércio Europeu: s.m. V. Association européenne de libre échange.

Tratado Norte-Americano de Livre Comércio: s.m. V. Association de libre échange nord américaine.

U

UCP 500: sigla V. Règles et usances uniformes.

ULD: sigla V. Unit load device.

Unidade de carga: s.f. V. Unité de charge.

Unidade de carga: s.f. V. Unité de chargement.

Uniform customs & practice for documentary credit: inglês V. Règles et usances uniformes.

Unit load device: inglês V. Unit load device.

V

Valor Aduaneiro: s.m. V. Valeur en douane.

Valor Agregado: s.m. V. Taxe à la valeur ajoutée.

Valoração Aduaneira: s.f. V. Valeur en douane.

Value Added Tax: anglais V. Taxe à la valeur ajoutée.

Vias Navegáveis da França: s.f.pl. V. Voies navigables de France.

VNF: sigla V. Voies navigables de France.

W

Warehouse: anglais V. Entrepôt.

Warrant: anglais V. Warrant.

WIPO: sigla V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

World Bank: anglais V. Banque internationale pour la reconstruction et le développement.

World Intellectual Property Organization: anglais V. Organisation mondiale de la propriété intellectuelle.

World Trade Organisation: anglais V. Organisation mondiale du commerce.

WTO: sigla V. Organisation mondiale du commerce.

X

Y

Z

Zona franca: s.f. V. Zone franche.

4 Análise dos dados

4.1 *Equivalências francês-português entre termos do domínio do Comércio Internacional*

O ponto de partida de nossa pesquisa foi uma nomenclatura preestabelecida em francês, fruto do recorte de duas obras francesas e buscamos os equivalentes em português baseando-nos, inicialmente, em alguns dicionários de Comércio Internacional e, posteriormente, buscando contextos reais de uso na Internet, os quais nos auxiliaram a compreender melhor o conceito de cada termo, além de confirmar a equivalência entre um termo do francês e outro do português.

4.1.1 *Graus de equivalência em Comércio Internacional*

Como já foi visto no capítulo 1.4.5.1. *Comparando realidades distintas*, o lexicógrafo ou terminólogo pode se deparar com casos em que a realidade na língua fonte é idêntica à realidade na língua alvo, a realidade na língua fonte é semelhante, mas não idêntica, à realidade na língua alvo, configurando-se caso de equivalência aproximativa, ou a realidade existe apenas em uma das línguas (CLAS, 1996).

Essas três principais relações de equivalência entre os termos são chamadas por Dubuc, respectivamente, de equivalência total, equivalência parcial ou correspondência e não-equivalência.

Ao compararmos realidades distintas, como as das terminologias em francês e em português do Comércio Internacional, deparamo-nos com casos como os acima descritos. Os resultados obtidos, assim como nossas reflexões sobre as situações com as quais nos deparamos, serão expostos nos próximos itens deste capítulo.

4.1.1.1 Casos de equivalência total

Para identificarmos dois termos como sendo totalmente equivalentes, é preciso observar, segundo Dubuc:

- a) se há identidade de sentido entre os termos;
- b) se esses se situam no mesmo nível de língua sociolingüístico;
- c) se há identidade de uso entre os termos.

Seguindo esses três critérios propostos, identificamos vários equivalentes totais no subconjunto terminológico que compôs nosso objeto de estudo.

Dentre os equivalentes totais, algumas categorias de termos predominaram, como, por exemplo, termos que se referem a nomes de Instituições internacionais, a documentos utilizados em nível internacional, a acordos internacionais, a unidades de carga, a tipos de transporte utilizados na exportação e importação, a operações financeiras.

Como exemplo de instituição internacionalmente reconhecida, tomemos a *Câmara de Comércio Internacional* também conhecida, tanto no Brasil, quanto na França, como *CCI*. Analisemos esse termo, primeiramente, do ponto de vista conceptual:

Termo em francês: <i>Chambre de Commerce Internationale</i>	Termo em português: <i>Câmara de Comércio Internacional</i>
Organisme de droit privé créé en 1919 pour promouvoir une plus grande liberté du commerce international, harmoniser et faciliter les affaires au niveau international . La CCI exerce une activité normative par l'établissement des Règles et usances uniformes du commerce international, et assure des arbitrages dans les litiges commerciaux internationaux. - Siège: 38 cours Albert 1er -75008 Paris (CCIP, 2003).	Organismo fundado em 1919 , com sede em Paris, França . Objetiva favorecer a expansão do comércio e sua liberalização em nível mundial (RATTI, 2003, p.54). A razão de ser da CCI é promover e estimular o comércio entre os países do mundo, sendo uma de suas tarefas principais revisar permanentemente as práticas comerciais internacionais em várias áreas (...) (LUNA, 2003, p.98).

Analisando as definições acima, identificamos ganchos terminológicos (em negrito) que demonstram que, no que tange ao conceito, os termos identificam-se em ambas as línguas. São, portanto, equivalentes do ponto de vista conceptual.

Quanto ao nível de língua sociolinguístico, pode-se dizer que são equivalentes também, já que, tanto em francês quanto em português, utilizamos dicionários elaborados por especialistas da área, ou seja, os termos foram extraídos de textos que se situam em mesmo nível de língua. Pode ocorrer, às vezes, que essas obras tragam variantes ortográficas ou sinônimos desaconselhados, no entanto, isso não ocorreu com esses termos.

Com relação ao uso, também se caracterizam como equivalentes totais, já que são empregados nos mesmos tipos de texto e nas mesmas situações comunicativas, o que pode ser verificado nos contextos extraídos da Internet.

Verificamos a relação de equivalência total também entre os termos *Certificat d'origine* em francês e *Certificado de origem* em português. Comparemos os conceitos em ambas as línguas:

Termo em francês: <i>Certificat d'origine</i>	Termo em português: <i>Certificado de origem</i>
<p>Ce certificat justifie l'origine de la marchandise. Il est visé par les chambres de commerce. Le certificat d'origine est souvent exigé à l'importation, car l'origine de certaine marchandise bénéficie d'un régime préférentiel. Le certificat d'origine est souvent exigé dans le cadre d'un crédit documentaire (INTEREX, 2003).</p>	<p>Documento que comprova o país de origem de mercadorias transacionadas no mercado internacional. O certificado é exigido pelas autoridades alfandegárias quando os produtos do país em questão são beneficiados por tarifas preferenciais. É emitido pelas federações de agricultura, da indústria e do comércio, por associações comerciais, centros e câmaras de comércio. O importador o utiliza para comprovação da origem da mercadoria e habilitação à isenção ou redução do imposto de importação, em decorrência de disposição prevista em acordos internacionais, ou ao cumprimento de exigências impostas pela legislação do país de destino. Os certificados de origem são fornecidos mediante a apresentação de cópia da fatura comercial e documentos de análise previstos em cada acordo internacional. É documento a ser providenciado pelo exportador (GAROFALO FILHO, 2004, p.48).</p>

Do ponto de vista conceptual, observa-se que esses termos também são equivalentes totais.

Mais uma vez, reforçamos que os termos foram extraídos de obras elaboradas por especialistas da área, sendo, portanto, termos que se situam no mesmo nível de língua.

No que tange ao uso, também são equivalentes totais já que encontramos apenas um termo, tanto em francês quanto em português, para se referir a esse documento.

Abaixo apresentaremos mais alguns pares de termos que exemplificam a presença de equivalência total nesse domínio.

Termo em francês: <i>Accord multifibres</i>	Termo em português: <i>Acordo Multifibras</i>
Nom usité pour désigner l'arrangement concernant le commerce international des textiles ; élaboré dans le cadre du GATT, signé en 1973 et renouvelé en 1977 et 1982, il a pour but de concilier les besoins d'exportation de textile à très bas prix des pays du tiers-monde et la protection de l'emploi dans les pays industrialisés . Il comporte trois clauses principales: la libération de principe des obstacles contingentaires ou tarifaires, des restrictions temporaires possibles et une sauvegarde durable permettant aux pays importateurs de revenir sur leurs obligations (CCIP, 2003).	Acordo entre os maiores países produtores e importadores mundiais de têxteis e que permite a restrição quantitativa na importação, a fim de evitar colapsos, muito embora o próprio Gatt considere essas medidas ilegais (pela imposição de restrições). Contudo é assim que o acordo funciona. Seu objetivo é equilibrar a oferta e a demanda (VAZQUEZ, 2001, p.108).

Accord multifibres e *Acordo multifibras* são exemplos de equivalência total entre termos que designam acordos internacionais. Quanto ao uso, tanto em francês quanto em português são utilizados por especialistas e pelos meios de comunicação. Para se referir a este mesmo acordo, em francês localizamos o termo “arrangement multifibre” (termo utilizado com menor frequência) e a sigla *AMF*, utilizada com a mesma frequência que a forma expandida *Accord multifibres*. Em português também encontramos a sigla *AMF* com a mesma frequência de uso da forma expandida *Acordo multifibras* e encontramos ainda as seguintes formas utilizadas em documentos e leis: *Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis*, *Acordo Internacional sobre Comércio Têxtil* e *Acordo relativo ao comércio internacional de têxteis*. Apesar da existência dessas variantes, os termos *Accord Multifibres* e *Acordo multifibras* são, do ponto de vista conceptual, de uso e de nível de língua, equivalentes totais. As demais formas designativas são, porém, equivalentes parciais.

Abaixo segue um exemplo de equivalência total entre termos que designam uma unidade de carga:

Termo em francês: <i>Conteneur</i>	Termo em português: <i>Contêiner</i>
Caisse de dimensions normalisées pour le transport des marchandises , destinée à éviter les ruptures de charges et à être acheminée par plusieurs modes de transport (terrestre, fluvial, maritime). Il existe différents types de conteneurs (réfrigérés ou citernes par exemple) et des conteneurs spéciaux pour le transport aérien. Le conteneur réduit les risques et facilite le groupage. Sur mer, les conteneurs sont généralement transportés sur des navires spécialement adaptés (porte-conteneurs) (CCIP, 2003).	Cofre de carga, recipiente, vasilha, equipamento internacionalmente padronizado para o transporte de mercadorias composto de módulos retangulares, com altura de 8 pés e comprimentos que variam entre 5, 10, 20, 30 e 40 pés, apresentando como principais vantagens a inviolabilidade , redução de 10% no frete marítimo e taxas especiais para o transporte rodoferroviário, prêmios de seguros menores e livre trânsito em todo o território nacional. Sistema de embalagem de mercadorias em recipientes metálicos para o transporte, o que aumenta a velocidade de embarque e desembarque, reduzindo, portanto, os custos de transporte (GAROFALO FILHO, 2004, p.66).

Esses termos também são equivalentes do ponto de vista conceptual, como demonstram os ganchos terminológicos. No que concerne ao nível de língua e ao uso, configuram-se, também, como equivalentes perfeitos, já que os termos foram encontrados em obras, francesas e brasileiras, elaboradas por especialistas e são utilizados em qualquer situação comunicativa.

A título de ilustração, podemos citar, ainda, os seguintes equivalentes perfeitos:

<u>Francês</u>		<u>Português</u>
Crédit documentaire	→	Crédito documentário
Palette	→	Pallet
Transport Intermodal	→	Transporte intermodal
Transport multimodal	→	Transporte multimodal
Valeur en douane	→	Valor aduaneiro
Chantier de transbordement	→	Terminal

Pelos exemplos acima, podemos verificar que vários são os termos do domínio do Comércio Internacional que mantêm uma relação de equivalência total, comprovando que essa é uma terminologia que tende a uma homogeneização em nível mundial, já que, nas

transações comerciais entre os países, é necessário que os negociantes se compreendam e entrem em acordo.

4.1.1.2 Casos de equivalência parcial

Como já foi visto no capítulo 1.4.5.3. *Equivalência parcial* nesta dissertação, Dubuc afirma que há equivalência parcial (ou correspondência) quando o campo de significação de um termo na língua fonte recobre parcialmente o conceito de um termo na língua alvo ou vice-versa. O fenômeno da equivalência parcial pode se dar também porque dois termos de línguas diferentes, embora apresentem conteúdo conceptual semelhante, situem-se em níveis de língua diferentes ou porque se distinguem quanto ao uso.

Em nossa pesquisa, vários foram os casos de equivalência parcial detectados, alguns dos quais, a título de exemplo, apresentaremos aqui. Um primeiro caso seria o do termo francês *arbitrage*, cuja definição é a seguinte:

Glossaire de l'exportation
<i>Arbitrage</i> – anglais: arbitration Règlement d'un conflit présent ou à venir pour lequel il est fait appel à un arbitre, juge non professionnel, choisi par accord entre les parties (INTEREX, 2003).

Dictionnaire commercial
<i>Arbitrage</i> – anglais : arbitration, arbitrage 1. Disposition grâce à laquelle un litige est porté, par accord entre les parties, non devant le tribunal de droit commun qui normalement devrait en connaître, mais devant une ou plusieurs personnes (le ou les arbitres) choisies en raison de leur compétence et de leur honorabilité, constituées en "instance arbitrale" chargée de rendre un jugement appelé "sentence arbitrale". Les arbitres, lorsque les parties leur donnent des pouvoirs d'amiables compositeurs, peuvent statuer en toute indépendance; leur décision est alors sans recours. 2. Opération consistant à tirer profit, par des achats et des ventes combinés, des différences de cours de valeurs mobilières ou de biens qui existent à un moment donné sur plusieurs marchés. 3. Opération consistant à substituer à une créance utilisable dans une devise et sous certaines conditions une créance utilisable dans une autre devise et sous certaines autres conditions (CILF, 2003).

Nota-se que, em francês, o termo *arbitrage* recobre três conceitos diferentes, tendo como equivalentes em inglês os termos *arbitration* e *arbitrage*. Em português encontramos

dois termos diferentes que representam os conceitos de *arbitrage* em francês. São eles: *arbitragem* e *arbitramento*. Analisemos as definições encontradas para esses termos nas obras que compõem nosso *corpus* em português:

Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio:

<i>Arbitramento</i>
1. avaliação, averiguação, decisão, julgamento por árbitros, louvados ou peritos 2. decisão do juiz, quando segue a própria consciência, em pontos que a lei deixa a seu critério 3. análise, por árbitros designados por uma bolsa de mercadorias e futuros, a que é submetida uma mercadoria a ser entregue, quanto ao tipo, à qualidade e às especificações do contrato 4. Comércio: cálculo para encontrar o meio mais lucrativo na feitura de uma transação 5. Direito: jurisdição ou poder concedido a pessoas determinadas por lei ou escolhidas pelas partes, para dirimirem questões entre elas suscitadas 6. Direito internacional: decisão pela qual uma terceira potência, chamada a intervir, põe termo ao litígio entre dois Estados 7. BM&F: procedimento pelo qual as partes recorrem ao juízo arbitral da BM&F para resolver pendências ou litígios sem utilização do Poder Judiciário, conforme estabelecido no Estatuto Social, Regulamentos e Normas da Bolsa (GAROFALO FILHO, 2004, p.20).

<i>Arbitragem</i>
Atividade do mercado de commodities que consiste em comprar ativos numa praça e vendê-los em outra por preço maior. Tal atividade tende a igualar o preço nas duas praças em questão, exercendo, assim, uma função reguladora e estabilizadora nos mercados. Isso ocorre porque o aumento da demanda de uma mercadoria numa praça em que o preço é mais baixo faz com que este aumente, ocorrendo o inverso na praça em que o preço é mais elevado. No Brasil, a arbitragem é predominantemente cambial: os bancos que operam com moeda estrangeira possuem arbitadores que se encarregam de trocar, nas praças internacionais, de uma para outra moeda estrangeira as disponibilidades de divisas que possuem, se precavendo, assim, contra possíveis quedas e/ou auferindo lucros com a operação (GAROFALO FILHO, 2004, p.12).

Nessa obra, o termo inglês *arbitration* também é entrada e significa “arbitragem”.

No *Dicionário de termos de Comércio Exterior*, encontramos a seguinte definição:

<i>Arbitrage</i>
Arbitragem (compra e venda simultânea). É uma modalidade de compra de moeda estrangeira, ações, bônus e outras mercadorias num mercado e imediata venda a outro, por preço maior, propiciando um ganho ao investidor (VAZQUEZ, 2001, p.16).

Em *Terminglês*, as definições para os termos em inglês *arbitrage* e *arbitration* são:

<i>Arbitrage</i>
Arbitramento. Forma de dirimir disputas comerciais ou não constante dos contratos por meio de árbitros, nomeados pelos litigantes. Arbitragem. A compra e venda simultânea do mesmo produto ou de uma moeda estrangeira, em dois ou mais mercados, a fim de obter vantagem da diferença de preços (LUNA, 2003, p.20).

<i>Arbitration</i>

Arbitragem, julgamento. As disputas comerciais internacionais podem ser resolvidas por arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ou julgadas pela Corte Internacional de Haia (LUNA, 2003, p.20).
--

Por fim, vejamos as definições encontradas no *Vade-Mécum de Comércio Internacional e Câmbio*:

<i>Arbitramento</i> – inglês: arbitration

Resolução de uma pendência fora da corte, ambas as partes tendo concordado em aceitar o julgamento de uma pessoa ou pessoas não diretamente envolvidas na pendência (RATTI, 2003, p.27).
--

<i>Arbitragem</i> (arbitrage)

Compra e venda simultâneas de câmbio objetivando a obtenção de lucros em razão de discrepâncias entra as taxas cambiais vigentes na mesma época em diferentes centros, ou entre margens futuras (forward) para diferentes vencimentos, ou entre taxas de juros vigentes ao mesmo tempo em diferentes centros ou em diferentes moedas (RATTI, 2003, p.26).

Analisando atentamente todas essas definições, observamos que o termo *arbitramento* engloba apenas um dos conceitos representados por *arbitrage* em francês: resolução de litígios por intermédio de um árbitro devidamente escolhido pelas partes litigantes. Já o termo *arbitragem* é polissêmico, assim como o termo francês o é.

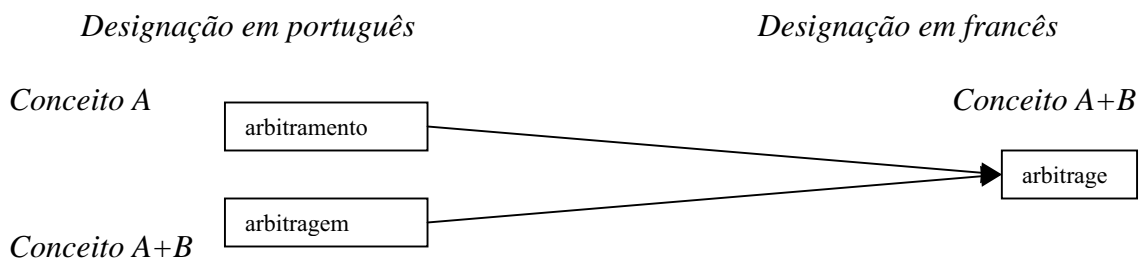
Há uma relação de interseção de conceitos entre esses três termos. Primeiramente, entre os dois termos em português. De fato, no sentido de “resolução de uma pendência fora da corte, ambas as partes tendo concordado em aceitar o julgamento de uma pessoa ou pessoas não diretamente envolvidas na pendência” (RATTI, 2003, p.27), *arbitramento* e *arbitragem* são sinônimos. Porém, no sentido de “compra e venda simultâneas de câmbio objetivando a obtenção de lucros em razão de discrepâncias entra as taxas cambiais vigentes na mesma época em diferentes centros, ou entre margens futuras (forward) para diferentes vencimentos, ou entre taxas de juros vigentes ao mesmo tempo em diferentes centros ou em diferentes moedas” (RATTI, 2003, p.26), esses termos se distinguem, já que a única denominação em português para tal conceito é *arbitragem*.

Temos então o seguinte esquema:



Assim, o termo em português *arbitragem* contém, do ponto de vista do conteúdo conceptual, o termo *arbitramento*, mas *arbitramento* não contém *arbitragem*.

Quanto à relação de equivalência, pode-se dizer que os pares *arbitrage* (fr.)/*arbitragem* (port.) mantêm uma relação de equivalência total do ponto de vista conceptual, de nível de língua e de uso; já os pares *arbitrage* (fr.)/*arbitramento* (port.) mantêm uma relação de equivalência parcial, já que o conceito do termo em português só recobre parcialmente o conceito do termo francês e, portanto, não são intercambiáveis em todas as situações de comunicação. Observemos essa relação no esquema abaixo:



Vejamos mais um exemplo da relação de equivalência parcial entre termos do Comércio Internacional. Nas obras francesas que compõem nosso *corpus*, deparamo-nos com o termo inglês *Unit load device*, mais conhecido como *ULD*, como entrada tanto no dicionário da *Interex*, quanto no dicionário da *CCIP*. Ao procurarmos uma forma francesa para tal termo, encontramos o termo *unité de chargement* no *Grand Dictionnaire Terminologique*, elaborado pelo Office de la Langue Française do Québec. Entretanto, se observarmos a definição de *unit*

load device no *Dictionnaire du Commerce International*, elaborado pela CCIP, notaremos que seu hiperônimo, dentro de uma hierarquia de sentidos, é *unité de charge*:

Unit load device – ULD

<i>Unité de charge</i> utilisée dans le fret aérien, conteneur, palette, igloo (CCIP, 2003).
--

Buscamos, então, definições sobre os termos *unité de chargement* e *unité de charge* para que pudéssemos identificar o equivalente francês para o termo em inglês *unit load device*. No *GDT*, encontramos a seguinte definição para *unité de chargement*:

unité de chargement n. f.

Équipement spécialisé consistant en palettes, igloos ou conteneurs, qui permet de rassembler plusieurs marchandises destinées à une même destination en un seul ensemble prêt au transport (GDT, 2005).

No dicionário elaborado pela *CCIP*, a definição do termo *unité de charge* é a que segue:

unité de charge :

Marchandise conditionnée pour faciliter sa manutention et son transport. La palette, le pré-élingage (assemblage de colis reliés entre eux) en sont des exemples. Le terme de conteneur est employé distinctement pour bien spécifier cette technique. Les unités de charge s'adaptent particulièrement bien au roulage (voir roll on/roll of) (CCIP, 2003).
--

Observando as definições acima, nota-se que se tratam de termos distintos. Mas, então, qual seria a relação entre *unit load device*, *unité de chargement* e *unité de charge*? Tentando responder a essa pergunta, buscamos contextos na Internet que pudessem solucionar esse problema. Os contextos encontrados foram:

La définition du terme anglais « Unit load device » (Unité de chargement), et toutes les mentions de ce terme au Chapitre 4, devraient être supprimées, en raison 1) des problèmes de traduction potentiels dans d'autres langues, et 2) de l'existence d'une définition bien établie dans le lexique de l'Association du transport aérien international (IATA) (GROUPE D'EXPERTS DE LA FACILITATION - FALP, 2001).

Unité de charge = Unit load device (ULD) (LYCÉE PIERRE LESCOT, 2005).
--

Unit Load Device - Unité de chargement en transport. Notion utile en matière de tarification des transports (CONTACTS MONDE INC., 2005).

Observando os contextos na página anterior, nota-se que os termos *ULD*, *unité de charge* e *unité de chargement* são sinônimos no sentido de “unidade de carga utilizada no transporte”, mas não se especifica se é no transporte aéreo, terrestre ou marítimo.

Vejamos mais alguns contextos em que esses termos aparecem:

Unit load devices (aérien)

Désigne les *unités de chargement* utilisées par les compagnies qui permettent de rassembler des expéditions multiples pour une même destination, en un seul ensemble (ex.: conteneur, palette, igloo...) (ROSGOVAS, 2005).

ULD: Unit load device. *Unité de charge* utilisée dans le fret aérien, conteneur, palette (HARRIS & SAUNDERS, 2005).

Nesses contextos, fica claro que *unité de charge* e *unité de chargement* são hiperônimos de *ULD*, sendo que esta última denominação é empregada para se referir a unidades de carga utilizadas no transporte aéreo, assim como observamos na definição deste termo em *CCIP*.

Durante a busca de contextos na Internet, ainda encontramos os seguintes conceitos para *unité de charge*:

V - UNITÉ DE CHARGE

Plate-forme, généralement en bois, permettant une manutention plus facile des marchandises. Les dimensions normalisées les plus utilisées en Europe sont: 1000 mm x 1200 mm (ISO) et 800 mm x 1200 mm (CEN). *Unité de charge. Charge palettisée* ou unité préemballée dont la surface au sol est conforme aux dimensions des palettes et qui peut être chargée dans une UTI (CONSEIL NATIONAL DES TRANSPORTS, 2005).

Charge unitisée

Unité de charge dont le volume minimal est égal à 450 litres, constituée par un ou plusieurs colis rassemblés et maintenus suivant une disposition appropriée, telle que la palettisation, et permettant d'assurer toutes les opérations de la chaîne de distribution à l'aide d'engins de manutentions mécanisés, sans dissociation de cette charge. On utilise aussi l'expression "charge unitaire" (LECOMTE; PRESSET, 2004).

De acordo com os contextos acima, o termo *unité de charge* é utilizado com dois sentidos:

- 1) unidade de carga, como contêiner;
- 2) charge unitisée, ou seja, o conjunto de mercadorias agrupadas de modo a serem transportadas por uma das unidades de carga.

Assim, nota-se que, em francês, os termos *unité de charge* e *unité de chargement* aparecem como sinônimos de *ULD* no sentido de unidade de carga em geral, ou seja, qualquer contêiner, pallet utilizados no transporte de mercadorias. Mas quando falamos em unidade de carga utilizada no transporte aéreo, apenas *ULD* é empregado. Concluímos, ainda, que *unité de charge* também é empregado como sinônimo de *charge unitisée*. Tendo definido exatamente o conceito expresso pelos termos acima citados, iniciamos a busca dos equivalentes em português.

Nas obras que compõem nosso *corpus* em português, encontramos apenas o termo *unitized cargo*, assim definido em Luna:

unitized cargo
Carga unificada. Mesmo que CONSOLIDATED SHIPMENT. As cargas utilizadas ou consolidadas podem ser: a) carga <u>pré-lingada</u> (pré-sling cargo); b) carga <u>paletizada</u> (palletized cargo); c) carga <u>containeirizada</u> (containerized cargo); d) carga em carretas em navio (roll on/roll off); e) carga em navios <u>roll on/roll off</u> (roll on/roll off cargo); f) carga em barcaças (lash cargo) (LUNA, 2003, p.169).

Comparemos a definição acima com os contextos extraídos da Internet:

Da Carga unitizada e das Unidades de Carga. Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, denominam-se: I - Carga Unitizada: <u>um ou mais volumes acondicionados em uma unidade de carga;</u> II - Unidade de Carga: os equipamentos de transportes adequados à unitização de mercadorias a serem transportadas, passíveis de completa manipulação, durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Parágrafo único. São consideradas unidades de carga os «containers» em geral os «pallets», as pré-lingadas e outros quaisquer equipamentos de transportes que atendam aos fins acima indicados e que venham a ser definidos em regulamento (BRASIL, 1976).

A seguir, apresentamos a definição de *unité de charge* em *CCIP*, destacando os ganchos terminológicos (sublinhado) entre o conceito do termo em francês e o conceito de *unitized cargo*, visto em *Luna*, e o de *carga unitizada*, visto no contexto acima:

unité de charge :

Marchandise conditionnée pour faciliter sa manutention et son transport. La palette, le pré-élingage (assemblage de colis reliés entre eux) en sont des exemples. Le terme de conteneur est employé distinctement pour bien spécifier cette technique. Les unités de charge s'adaptent particulièrement bien au roulage (voir roll on/roll of) (CCIP, 2003).

Nota-se, assim, que, no sentido de “carga embalada de acordo com as dimensões de uma unidade de carga para facilitar o transporte”, *unité de charge* (sinônimo: *charge unitisée*) tem como equivalentes em português *carga unitizada* ou *carga unificada*.

Analisemos, então, alguns contextos, em português, em que os termos *unit load device* - *ULD* e *unidade de carga* aparecem:

Dispositivo de carga unitizada (unit load device) - Qualquer dispositivo de estocagem e movimentação de materiais ou sistemas que combinam produtos em quantidades que podem ser movimentadas ou estocadas, combinadas em unidades únicas (CANAL DO TRANSPORTE, 2005).

A **unidade de carga** pode ser tanto o palete como o contêiner ou a carroçaria do caminhão (CENTRO DE TECNOLOGIA DE EMBALAGEM, 2005).

Unidade de carga

Parte do equipamento de transporte que seja adequado para a unitização de mercadorias que devam ser transportadas e que permita seu movimento completo durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Consideram-se como unidades de carga, entre outros, os containers em geral, os containers chatos (flat containers), as palhetas, as eslingas e qualquer outro equipamento de transporte que se ajuste à definição anterior (ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO-ALADI, 2005).

Nesses três contextos, temos *dispositivo de carga unitizada*, *unit load device* e *unidade de carga* como sinônimos no sentido de “qualquer dispositivo de estocagem como o contêiner ou o pallet, utilizados no transporte de cargas”, sem especificar se é no transporte aéreo, terrestre ou marítimo.

Encontramos, ainda, na Internet os seguintes contextos para *unit load device-ULD*:

ULD (Unit load device)

Container para *transporte* de carga numa *aeronave* (INDAÍÁ LOGÍSTICA INTERNACIONAL, 2005)

Segundo Vieira (2003), entende-se por **equipamento de unitização de carga (Unit Load Device – ULD)** qualquer tipo de *pallet* ou *container*, utilizados no *transporte aéreo*, que se distinguem em formatos e tamanhos (DEITADO, 2003).

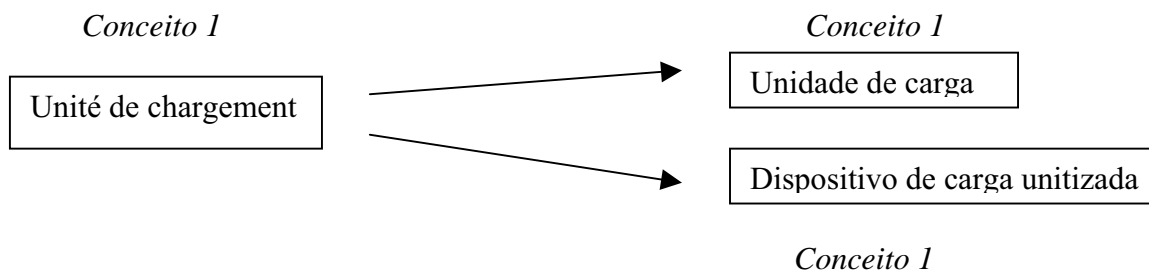
Durante a busca na Internet, encontramos o termo *unit load device*, bem como a sigla *ULD* utilizados com maior frequência referindo-se às unidades de carga utilizadas em transporte aéreo, assim como observamos nos contextos que acabamos de ver.

Desse modo, podemos resumir as informações anteriormente arroladas da seguinte forma:

- 1) Para designar o conceito “equipamento utilizado no transporte de carga em geral, tal como contêiner, pallet, etc”, há quatro formas em francês (*unité de chargement, unité de charge, unit load device, ULD*) e quatro formas em português (*dispositivo de carga unitizada, unidade de carga, unit load device, ULD*).
- 2) Para designar o conceito “equipamento utilizado no transporte aéreo de carga”, há duas formas terminológicas empregadas na França (*unit load device, ULD*) e duas empregadas no Brasil (*unit load device, ULD*).
- 3) Para designar o conceito “conjunto de cargas unificadas, agrupadas para facilitar o transporte”, há dois termos em francês (*unité de charge e charge unitisée*) e dois em português (*carga unificada e carga unitizada*).

Portanto, do ponto de vista do conteúdo conceptual em 1, 2, e 3, os termos utilizados na França e no Brasil se equivalem.

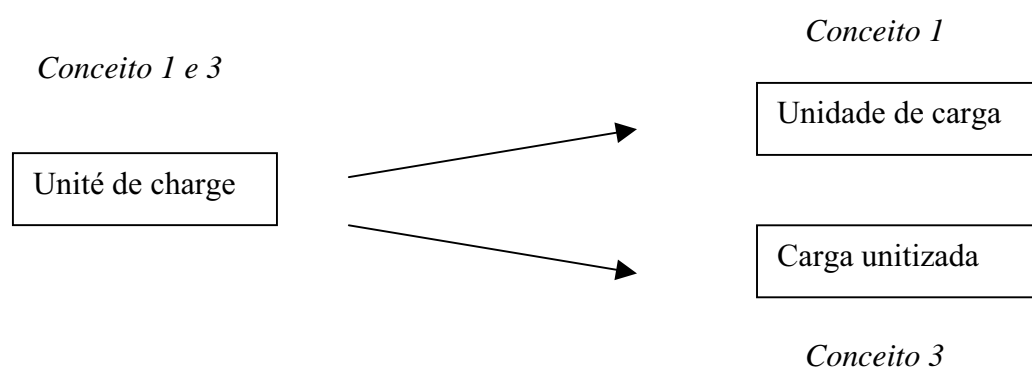
Podemos, assim, concluir que o par sinónimo em português *dispositivo de carga unitizada* e *unidade de carga* são equivalentes parciais do termo francês *unité de chargement*.



Os termos acima representam o mesmo conceito e situam-se em mesmo nível de língua, uma vez que foram extraídos de dicionários especializados e de *sites* na Internet. No

entanto, do ponto de vista do uso são equivalentes parciais, pois o termo *unidade de carga* é empregado com mais frequência que *dispositivo de carga unitizada* no Brasil, desse modo, não se pode afirmar que ambos os termos em português são utilizados com a mesma frequência e nas mesmas situações que o termo em francês *unité de chargement*. Ainda são parcialmente equivalentes pelo fato de que o falante brasileiro pode escolher entre duas unidades terminológicas no momento da fala, enquanto que o falante francês tem apenas uma opção.

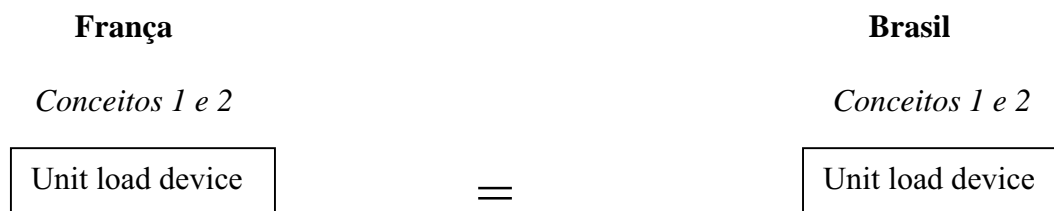
O par sinónimo em português *dispositivo de carga unitizada* e *unidade de carga* são equivalentes parciais do termo em francês *unité de charge*, já que os conceitos desses termos em português só recobrem parcialmente o conceito representado por *unité de charge*:



Pelo esquema acima, nota-se que, enquanto na França há apenas um termo para designar os conceitos de “unidade de carga em geral” e “conjunto de cargas agrupadas de modo a facilitar o transporte”, no Brasil há um termo diferente para cada conceito, configurando-se casos de intersecção de conteúdo conceptual. Desse modo, o que vai determinar, no momento da tradução, por exemplo, qual termo em português equivale ao termo francês *unité de charge*, será o contexto. Do ponto de vista do nível de língua, esses termos se equivalem, visto que são utilizados no discurso técnico do Comércio Internacional. Porém, do ponto de vista conceptual e, conseqüentemente, do uso, são equivalentes parciais.

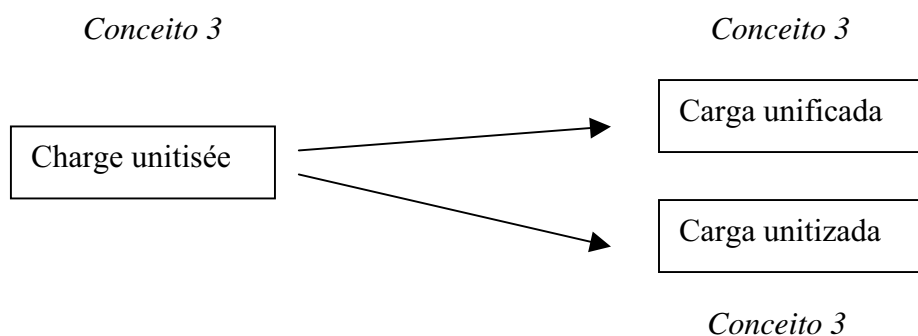
No que concerne ao termo utilizado no Brasil *unit load device* e a respectiva sigla

ULD, pode-se dizer que equivalem ao termo utilizado na França *unit load device* e sua respectiva sigla *ULD*, apenas do ponto de vista conceptual, como se observa no esquema abaixo:



Como se sabe, na França há uma política de protecionismo lingüístico bastante forte. Por essa razão, os termos em inglês, ou em qualquer outra língua estrangeira, são sempre vistos como desaconselháveis ou impróprios, havendo, geralmente, uma forma em francês que substitua a forma estrangeira. Por essa razão, do ponto de vista do uso, os termos acima são equivalentes parciais, já que o termo em inglês, na França, será sempre uma forma estigmatizada, enquanto que, no Brasil, não há restrições quanto ao uso de palavras estrangeiras, sobretudo em áreas de especialidade.

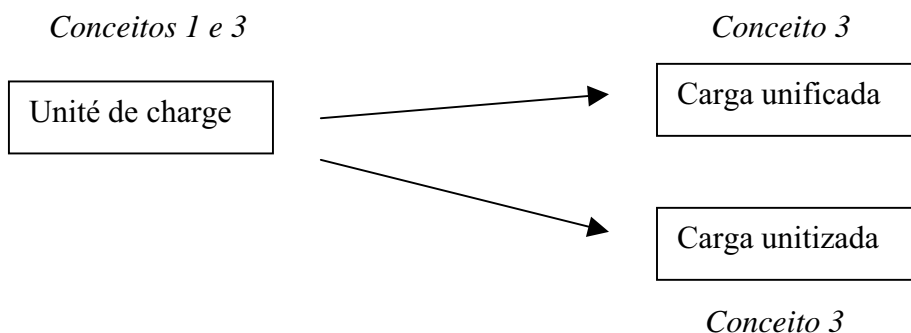
A relação de equivalência entre o par sinónimo em português *carga unificada* e *carga unitizada* e o termo em francês *charge unitisée* também se dá de forma parcial. Embora os termos em português e o termo em francês representem o mesmo conceito, distinguem-se do ponto de vista do uso.



O termo *carga unitizada* é empregado com mais freqüência que o termo *carga unificada* no Brasil. Assim, nenhum dos termos em português é utilizado com a mesma

freqüência e nem nas mesmas situações comunicativas que o termo *charge unitiséé* na França.

Ainda verificamos relação parcial de equivalência entre o par sinónimo em português *carga unificada* e *carga unitizada* e o termo em francês *unité de charge*:



Como se pode observar no esquema acima, o conceito expresso pelos termos em português recobre apenas parcialmente o conceito expresso pelo termo em francês e, portanto, não são intercambiáveis em todas as situações comunicativas. O termo *unité de charge* na França possui uma extensão conceptual mais ampla que a dos termos em português. São, portanto, do ponto de vista do conceito e do uso, equivalentes parciais. Quanto ao nível de língua, equivalem-se por serem termos que fazem parte do jargão técnico do Comércio Internacional e por terem sido encontrados nos mesmos tipos de contextos, ou seja, em *sites* especializados nesse domínio e em dicionários técnicos.

Outro exemplo de equivalência parcial são os termos *zone franche* (fr.)/*zona franca* (port.). Ao nos depararmos com o termo francês *zone franche*, de início pareceu-nos óbvio que seu equivalente em português seria *zona franca*. Entretanto, analisemos a definição desse termo em francês:

Dictionnaire du Commerce International:

zone franche
Parcelle de territoire à l'étendue dûment limitée et souvent clôturée qui offre aux marchandises y séjournant différents avantages et facilités de caractère douanier qui peuvent consister en exemptions de droits, taxes, impositions diverses pendant la durée du séjour, dispenses de dépôt de garantie, possibilités d'entreposage avec faculté de procéder aux opérations de triage, assemblage, emballage, transformation, etc. avant la mise à la consommation au moment où le marché est le plus favorable pour le produit considéré, etc (CCIP, 2003).

Grand Dictionnaire Terminologique:

zone franche

Portion de territoire plus ou moins étendue pouvant se réduire à une ville portuaire (port franc) soustraite, en vue de favoriser le négoce et la transformation des produits étrangers, à l'application des droits de douane. Ce régime est réglementé dans un esprit restrictif par des dispositions du Code des Douanes demeurées inappliquées.

Note(s) :

Ce que l'on appelle en France, dans la pratique, Zones franches est représenté par des territoires peu étendus à l'intérieur desquels des produits originaires ou à destination d'un État limitrophe circulent à des conditions fiscales privilégiées (par ex. Pays de Gex, à la frontière francohelvétique). En métropole, il n'existe pas de port franc; le port de Djibouti a reçu ce statut afin de faciliter son rôle de débouché maritime de l'Éthiopie (GDT, 2005).

Nessas mesmas obras, encontramos como equivalentes em inglês, para o termo *zone franche*, os seguintes termos: *Freeport, free zone, free trade zone*.

Intrigados com os equivalentes em inglês apresentados pelas obras francesas, buscamos, nas obras brasileiras, os mesmos termos para compararmos as definições.

Em *Vazquez*, encontramos a seguinte definição:

Free zone – Free trade zone – Foreign trade zone (Zona livre de comércio)

Local especialmente designado pelo governo de um país para entrada livre de mercadoria, sem nenhuma proibição. A mercadoria pode ser armazenada, exibida, usada industrialmente etc. na zona e reexportada sem pagar os impostos. Os impostos só serão devidos e pagos quando a mercadoria destinar-se ao mercado interno, sujeitando-se à nacionalização e a todas as obrigações daí decorrentes (VAZQUEZ, 2001, p.72).

Nessa obra, não encontramos definição para o termo em português *zona franca*. Já em *Ratti*, *zona franca*, cujo sinônimo é *zona livre*, é entrada e tem como equivalentes em inglês os termos *foreign trade zone* e *free zone*. Vejamos a definição deste termo:

Zona franca

Área dentro de um país (porto marítimo, aeroporto, armazém ou qualquer área designada) considerada fora de seu território aduaneiro. Os importadores podem trazer, para tal área, mercadorias de origem estrangeira, sem pagar direitos ou taxas alfandegárias (RATTI, 2003, p.315).

Em *Garofalo Filho*, *zona franca* é definida da seguinte forma:

Zona franca

Área limitada no interior de um país e beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Seu objetivo é estimular o comércio e, às vezes, acelerar o desenvolvimento industrial de uma região. Há zonas francas em Marselha, na França, Hamburgo, na Alemanha, Hong-Kong, na China e Copenhague, na Dinamarca (GAROFALO FILHO, 2004, p.277).

Até o momento, vimos definições de *zona franca*, *free zone* e *free trade zone*.

Vejam, agora, definições para *free port* em português:

porto franco: free port; porto livre. Aquele onde o governo abre mão de todas as suas prerrogativas fiscais ou aduaneiras. Os navios podem entrar, descarregar ou carregar produtos, sem estar sujeitos a inspeção aduaneira ou pagamento de direitos (RATTI, 2003, p.236).

Free port (porto livre) - área de uma cidade portuária (pode ser porto "seco") em que as mercadorias são movimentadas livremente sem o pagamento de impostos (VAZQUEZ, 2001).

É digno de nota que o conceito de *porto franco* não é o mesmo expresso por *zone franche*. Então, por que as obras francesas apresentaram como equivalente em inglês o termo *free port*? Tentando entender a relação entre esses termos, mais uma vez fomos buscar respostas na Internet e encontramos informações bastante esclarecedoras, como as que seguem:

zona franca, que é uma categoria genérica na qual podem ser incluídas quase duas dezenas de denominações distintas, utilizadas por diferentes países, para designar áreas especiais onde não se aplicam as regulamentações e os gravames aduaneiros normais da economia. As mercadorias que nelas transitam (ou nelas são produzidas) são consideradas como não tendo ingressado (ou não tendo sido produzidas) no território aduaneiro do país. As zonas francas que contam apenas com este benefício de natureza aduaneira, mais algumas facilidades de infra-estrutura e de serviços de apoio, são chamadas de zonas francas comerciais. Quando outros incentivos adicionais são incluídos, tais como isenções tributárias, liberdade cambial, legislação trabalhista mais flexível etc., com o objetivo básico de atrair investimentos produtivos, tem-se a zona franca industrial. As zonas francas podem ainda ser classificadas em públicas ou privadas e em fechadas (isoladas por cerca, quando próximas a centros urbanos servidos com múltiplas vias de acesso) ou abertas (normalmente em áreas remotas e atrasadas, onde as distâncias e a precariedade da infra-estrutura tornam dispensável, para efeito do controle aduaneiro, o cercamento da área) (BRAGA, 1999).

Fica claro, nesse contexto, que o termo *zona franca* designa qualquer área em que mercadorias circulam livres de impostos, podendo essas áreas receber diferentes denominações de país para país, de acordo com as características particulares das mesmas.

Nesse mesmo documento, da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação, vimos que não se pode comparar totalmente as zonas francas dos mais diversos países, porque “cada país utiliza pacotes de incentivos mais adequados à sua situação concreta e aos objetivos que se propõe a alcançar” (BRAGA, 1999, p.5). Nos Estados Unidos, por

exemplo, as áreas que recebem benefícios fiscais são chamadas de *Foreign Trade Zone* ou *Free Trade Zone*, o que explica o fato de as obras francesas terem apresentado esses termos como equivalentes de *zone franche*.

Com relação à Europa, Braga afirma que

Existem atualmente 33 zonas francas em funcionamento nos países da Comunidade Européia (CE): oito na Alemanha, oito no Reino Unido, cinco na Suécia, três na Espanha, duas na Irlanda, duas na Itália, duas na Grécia, uma em Portugal, uma na Dinamarca e uma na Finlândia. Oferecendo facilidades semelhantes às zonas francas, há também 220 depósitos francos na Holanda, 22 em Portugal, 16 na Espanha, oito na Itália e cinco na França. Boa parte das zonas francas em operação na CE são do tipo porto livre, especialmente as alemãs e as inglesas (...) (BRAGA, 1999, p.6).

Como vimos, *zona franca* é um termo genérico, podendo haver vários tipos da mesma, dentre eles o *porto franco*. Nos Estados Unidos, as zonas francas são chamadas *Foreign Trade zones* e, na Europa, a maioria das zonas francas são do tipo porto franco, razão pela qual as obras francesas apresentaram o termo *free port* como equivalente inglês para *zone franche*.

No entanto, *zone franche*, *free trade zone*, *zona franca* e *porto franco* não designam exatamente o mesmo conceito, já que os referentes representados por esses termos não são idênticos. Cada um é regulamentado por regras distintas de acordo com as necessidades de um país. A *zona franca* brasileira tem função **semelhante** à *foreign trade zone* americana e à *zone franche* francesa, mas **não idêntica**. São, portanto, equivalentes parciais ou correspondentes.

Os exemplos aqui citados dão uma amostra dos equivalentes parciais encontrados no conjunto vocabular que estudamos, confirmando que, em áreas de especialidade, nem sempre é possível encontrar equivalentes totais de uma língua para outra, uma vez que questões econômicas, políticas e culturais estão envolvidas na caracterização e na denominação dos mais diversos referentes.

4.1.1.3 Casos de não-equivalência

De acordo com Auger, o fenômeno da não-equivalência pode se dar pelo fato de o levantamento das nomenclaturas ter sido feito de forma diferente em cada língua, pelo fato de a documentação em uma língua ser mais pobre que na outra, ou por, realmente, não existir determinado conceito na língua de chegada.

No domínio do Comércio Internacional, há uma tendência à homogeneização da terminologia em nível mundial. Desse modo, poucos foram os termos franceses para os quais não encontramos equivalente em português. Os termos para os quais não localizamos sequer uma tradução são, sobretudo, aqueles que se referem a documentos que circulam exclusivamente na França ou na União Européia. Alguns exemplos são:

Termo em francês: <i>Déclaration d'échange de biens</i>
--

Déclaration mensuelle de nature statistique et fiscale qui reprend l'ensemble des mouvements de marchandises communautaires qui circulent d'un État membre à un autre. Le nombre d'informations que les entreprises sont tenues de fournir sont en fonction de leur degré d'insertion dans les courants d'échanges intracommunautaires. Seuls les opérateurs ayant réalisé un montant d'introduction ou d'expédition de marchandises supérieur à 2 300 000 EUR seront soumis à l'obligation la plus détaillée. Établie sur support papier (CERFA), magnétique (disquettes) ou par moyen électronique (e-mail ou modem), au coup par coup ou de manière récapitulative, la déclaration doit être transmise au plus tard le 10ème jour ouvrable suivant le mois de référence. Selon le support concerné (papier, informatique), les déclarations sont collectées soit par un des six Centres Inter régionaux de Saisie des Données (CISD), soit par la Direction Nationale des Statistiques du Commerce Extérieur (DNSCE) (CCIP, 2003).
--

Já na primeira linha da definição do termo *déclaration d'échange de biens*, também conhecido como *DEB*, fica claro que se trata de um documento mensal que circula entre os Estados membros da União Européia, por meio do qual se “retoma o conjunto das movimentações de mercadorias que circulam de um Estado membro a outro” [tradução nossa]. Por essa razão, não encontramos equivalente em português em nenhuma de nossas fontes, incluindo a Internet. Posteriormente, a assessora científica de nossa pesquisa confirmou desconhecer tal termo.

Outro exemplo de não-equivalência ocorreu com as siglas *EUR1* e *EUR2*. Observemos as definições desses termos:

Termo em francês: <i>EUR1</i>
Désigne un modèle de certificat de circulation utilisé dans les échanges commerciaux effectués dans le cadre d'accords conclus entre les États membres de la Communauté économique européenne (CEE) et les pays de l' Association européenne de libre échange (AELE) , du Maghreb (Algérie, Maroc, Tunisie) , du Machrak (Égypte, Jordanie, Liban, Syrie) , des PTOMA (pays et territoires d'outre-mer associés) , des pays ACP (Afrique, Caraïbes, Pacifique) , Chypre, Israël, Malte, Turquie et Yougoslavie (CCIP, 2003).

Termo em francês: <i>EUR2</i>
Désigne un formulaire de certificat de circulation des marchandises généralement utilisé pour les mêmes échanges commerciaux que l' <i>EUR.1</i> mais pour accompagner les envois postaux (CCIP, 2003).

Nota-se que essas siglas designam certificados de circulação de mercadorias utilizados por vários países (em negrito), mas não é utilizado pelo Brasil, razão pela qual não existem termos equivalentes em nosso país.

Ressaltamos que as fontes utilizadas tanto em francês quanto em português são de grande confiabilidade, visto terem sido indicadas por especialistas da área que conhecem bem o vocabulário utilizado nas transações comerciais internacionais. Assim, a falta de equivalência para os termos apresentados acima não se deve à pobreza das fontes. Esse fato certamente não se deve tampouco a um levantamento diferenciado dos termos em cada língua, já que, tanto no momento de levantar os termos em francês, quanto no momento de buscar os equivalentes em português, baseamo-nos em dicionários especializados e no *site* de busca *Google*, na Internet.

Desse modo, podemos concluir que não foram encontrados equivalentes para tais termos em português simplesmente porque não existem os referentes no Brasil.

Devemos lembrar, no entanto, que a linguagem utilizada em Comércio Internacional é bastante viva, podendo sempre surgir novos termos, fruto de mudanças políticas e de novos acordos feitos entre os mais diversos países.

4.2 Termos traduzidos

Dentre os termos que fazem parte do conjunto vocabular estudado por nós, vários se referem a nomes de instituições e a documentos utilizados nas transações comerciais. Apesar de muitas dessas instituições e desses documentos serem exclusivamente franceses, ou seja, existirem apenas na França, são conhecidos internacionalmente, o que justifica a tradução de tais termos para outras línguas, no caso do Brasil, o português.

Nas obras que compõem nosso *corpus* de estudo, não foram encontrados equivalentes nem traduções para os termos que ora apresentaremos. Contudo, em pesquisa na Internet em *sites* do governo, da imprensa ou de empresas especializadas em Comércio Internacional, encontramos a tradução para alguns desses termos, dentre os quais destacamos *Agence Nationale de la Valorisation et de la Recherche - ANVAR*. Analisemos a definição desse termo:

Agence Nationale de la Valorisation et de la Recherche
Etablissement public à caractère industriel et commercial, qui a pour objet de promouvoir les innovations techniques françaises notamment à l' étranger , éventuellement en co-développement avec un partenaire étranger (CCIP, 2003).

Como se pode perceber na definição em francês, esta é uma agência que promove as inovações tecnológicas francesas no exterior. Desse modo, não há no Brasil uma *ANVAR*, mas pode haver uma correlata com outro nome. Buscamos, primeiramente, uma tradução já consagrada no Brasil para o termo em francês e encontramos, no *site* da Embaixada Francesa, o seguinte contexto em português:

A Agência Nacional de Valorização da Pesquisa (ANVAR) apóia a inovação nas pequenas e médias empresas contribuindo para o financiamento das despesas em R&D ligadas a seus projetos de inovação. Ela pode, por outro lado, participar do financiamento do recrutamento de pessoal de nível científico e técnico. A agência acompanha também as empresas através de consultorias e de uma intermediação entre parceiros graças a suas 25 delegações regionais (ANVAR, 2001).
--

O excerto acima confirma que o termo francês, ainda que traduzido, é conhecido no Brasil. Mas haveria uma agência que desempenha função semelhante em nosso país?

Tentando responder a essa questão, continuamos a busca na Internet e encontramos as seguintes informações:

A **FINEP** mantém convênio com **entidades congêneres** em dois países:

- na Espanha, com o **CDTI** (Centro para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial) e
- **na França, com a ANVAR** (Agência Nacional de Valorização de Pesquisa).

A FINEP também representa o Brasil como organismo gestor do programa **Projetos IBEROEKA**, juntamente com outras 20 instituições de países ibero-americanos. O IBEROEKA oferece oportunidades de parceiros para projetos inovadores entre empresas dos países participantes. Além disso, a FINEP participa em Comitês Gestores de mais de 20 **acordos de cooperação** firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e seus parceiros de outros países (PROSSIGA, 2005).

A **Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)** assinou nesta quarta-feira com a **Agência Nacional de Valorização da Pesquisa da França (Anvar)** um **acordo de cooperação** para estimular a pesquisa, desenvolvimento e inovação a serem feitos em parceria de empresas, universidades e institutos de pesquisa brasileiros e franceses. "Esse acordo consiste na troca de informação e experiências entre França e Brasil", disse o presidente da Finep, Mauro Marcondes Rodrigues (AGÊNCIA ESTADO, 2002).

Por meio desses contextos, concluímos que, no Brasil há uma agência correlata à ANVAR francesa e essa agência é a *Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)*, com a qual a ANVAR mantém relações de cooperação.

Diante dessa situação, adotamos a seguinte postura em nosso dicionário: colocamos os contextos em português nos quais aparece o termo traduzido, neste caso, *Agência Nacional de Valorização da Pesquisa (ANVAR)* e colocamos também contextos em que a agência correlata no Brasil aparece. No campo "Notas sobre o termo" chamamos a atenção do leitor para o fato de que não são agências equivalentes, mas semelhantes.

Ocorreram casos, no entanto, em que apenas encontramos a tradução do termo em português, mas não identificamos instituição correlata no Brasil, como observaremos no exemplo abaixo:

Banque Européenne d'Investissement
La Banque Européenne d'Investissement (European Investment Bank) est **l'institution financière de la communauté européenne**. La BEI collecte l'épargne sur les marchés des capitaux et l'orienté vers le financement des projets d'investissement. Les crédits accordés par la BEI ont pour but de mettre en valeur les régions les plus défavorisées. La BEI a financé le tunnel sous la Manche (INTEREX, 2003).

Certamente, não há, no Brasil, o mesmo banco com a mesma função, mas dada a sua importância no cenário mundial, encontramos, na Internet, contextos em que aparece a tradução do termo, como se pode ver abaixo:

O Banco Europeu de Investimento (BEI) é uma **instituição de crédito autônoma no seio da União Européia (UE)**, com sede em Luxemburgo. Foi criado em 1958 pelo Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Européia, com o objetivo de financiar projetos de investimento que promovam o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da União Européia e contribuam para a consecução dos objetivos de política geral desta. Os financiamentos do Banco destinam-se essencialmente a projetos nos Estados-Membros da UE (BRASIL 2005).

Ocorreu caso semelhante com referência a um documento utilizado em Comércio Internacional. Trata-se do *Carnet TIR*. Observemos a definição desse termo em francês:

Carnet TIR
Le **carnet TIR, reconnu internationalement, accompagne les marchandises**. Il est pris en charge par les services douaniers dans le pays de départ et sert de document de contrôle douanier dans les pays de départ, de transit et de destination.
L'association garante se porte caution des opérateurs agréés qui utilisent les carnets TIR.
Chaque carnet TIR est garanti pour un montant de: 50 000 US\$.
En pratique, en application de l'article 2 de la convention **TIR, ce régime peut être utilisé :**
- pour les **transports de marchandises qui ont débuté ou doivent se terminer à l'extérieur de la Communauté ;**
- pour les transports de marchandises réalisés par un même véhicule et comportant deux ou trois lieux de déchargement, dont l'un au moins situé dans un pays tiers ;
- pour les **transports de marchandises d'un point à l'autre de la Communauté** avec emprunt d'un pays tiers autre qu'un pays de AELE (ex : Grèce => France via l'Albanie et la Slovénie) (DIRECTION GÉNÉRALE DES DOUANES ET DROITS INDIRECTS, 2005).

Como se pode observar na definição acima, este documento é apenas utilizado na União Européia. Nas obras que compõem nosso *corpus* de estudo e na Internet não encontramos nenhum documento semelhante no Brasil. Entretanto, a tradução do termo foi localizada em *sites* brasileiros que fornecem dicas sobre como exportar, sobretudo, para a Alemanha e Turquia, como se observa no contexto a seguir:

O TIR abrange uma área geográfica mais vasta. Baseia-se na convenção aduaneira sobre o transporte internacional de mercadorias ao abrigo de **cadernetas TIR** (Convenção TIR, 1975), que conta, presentemente, com 64 partes contratantes, incluindo todos os Estados-membros da UE. As mercadorias podem circular ao abrigo de uma única operação TIR por entre as partes contratantes, mas a operação não pode ser confinada ao território da CE.

A **caderneta TIR** serve de declaração aduaneira e de garantia. A caderneta é impressa e distribuída pela União Internacional dos Transportes Rodoviários (IRU) e emitida aos utilizadores pelas associações garantidas nacionais, para o efeito autorizadas pelas autoridades competentes (por norma aduaneiras) de cada parte contratante (GUARANÁ, 2003).

Assim, em casos como o do *Carnet TIR* e do *Banque Européenne d'Investissement*, apresentamos, em nosso dicionário, apenas os contextos em que o termo traduzido apareceu, ressaltando que são referentes existentes apenas na Europa ou na França.

4.3 Termos em inglês

No início de nossa pesquisa, quando procedemos ao levantamento dos termos franceses que comporiam nosso *corpus* de estudo, observamos a presença de inúmeros termos em inglês. Esse fato nos causou, em princípio, certo espanto, uma vez que, na França, há uma política de protecionismo lingüístico bastante forte por meio do Projeto de Lei nº 75-1349, de 1975, substituído pela Lei nº 94-665, de 1994 (aprimorada e mais abrangente), que obriga o uso do francês em todos os setores de atividade. No entanto, sabe-se que é praticamente impossível impedir as pessoas de usarem palavras estrangeiras no seu dia-a-dia, sobretudo nos discursos técnicos e científicos.

Atualmente, devido à velocidade com que as ciências e as técnicas evoluem, muitas vezes fica quase impossível utilizar uma terminologia vernácula para designar os frutos da modernidade. Frequentemente, “a nacionalização das terminologias estrangeiras se torna difícil, dada a rapidez com que surgem novidades” (MANZOLILLO, 2000). Por essa razão, os empréstimos, em vez de serem condenados, devem ser vistos como enriquecedores da língua. Segundo Alves et al., “ao longo de sua história, as línguas recebem influência de

povos diversos e, portanto, de línguas diversas” o que se reflete nos empréstimos (ALVES et al., 2004, p.122).

Cada época tem sua língua franca, ou seja, “uma língua que serviu (serve) como instrumento auxiliar de comunicação entre pessoas de lugares e culturas (e línguas) diferentes” (BAGNO, 2001, p.79). No início do século XX, a língua franca era o francês. No atual mundo globalizado, não se pode negar a hegemonia da língua inglesa. Devido ao crescimento acelerado das ciências e técnicas nos EUA, além de todo o universo dos negócios e de consumo por eles mediado, é quase inevitável, até mesmo na França, fazer referência a essa cultura e, conseqüentemente, a seu idioma, reconhecidamente a língua internacional dos negócios (GARCEZ; ZILLES, 2001, p. 22).

Encontramo-nos, portanto, em meio a um embate: de um lado, um governo (francês) que tenta proteger ao máximo sua língua da influência de outras culturas, do outro lado, a língua inglesa, atual língua franca, predominante, sobretudo, no mundo dos negócios. Refletindo sobre esse assunto, surgiram os seguintes questionamentos:

1. Será que, em áreas de especialidade, como o Comércio Internacional, o protecionismo lingüístico francês funciona?
2. Será que, para cada termo de origem inglesa que tenta entrar na língua o governo impõe um termo francês para ser utilizado em seu lugar?
3. Se isso ocorre, será que o termo francês é a forma privilegiada, ou seja, a forma mais empregada?

Buscando respostas a essas perguntas, decidimos verificar o tratamento dado aos termos em inglês do domínio do Comércio Internacional em algumas obras francesas que compõem nosso *corpus*. Consultamos a obra intitulada *Dictionnaire du Commerce International*, elaborada pela Câmara de Comércio e da Indústria de Paris- CCIP (2003), observamos qual o tratamento dado aos termos em inglês nessa obra e confrontamos-lo com o

tratamento dado aos mesmos termos no *Le Robert & Collins du management pratique* (1999) e no *Nouveau Petit Robert* eletrônico (1996).

Procedemos, então, ao levantamento dos termos em inglês que constituem entradas no *Dictionnaire du Commerce International*. Dentre os 885 termos que compõem essa obra, 190 são termos em inglês, dentre os quais 50 são siglas ou acrônimos nesse idioma. Em seguida, para descrevermos o tratamento dado a esses 190 termos nessa primeira obra, dividimos os mesmos em 4 categorias:

1. forma em inglês como entrada do verbete principal: 103 termos

Dentre esses 103 termos, vários foram os tipos de verbetes encontrados, tais como:

a) apresenta definição, mas não há referência a equivalente em francês:

Dumping: Pratique qui consiste à vendre, dans le pays d'importation, des marchandises à un prix inférieur à celui en vigueur, dans des conditions de pleine concurrence dans le pays de provenance, d'origine ou de transit.

Joint venture: Entreprise commune; société créée par deux entreprises parfois de nationalités différentes, pour l'exploitation commune d'une activité précise.

b) apresenta definição e há referência a equivalente em francês, porém este não chega a ser entrada nessa obra:

Delivery order: Bon de livraison, ordre qui permet de diviser la cargaison faisant l'objet d'un connaissement de sorte que le propriétaire peut en disposer en cours de transport pour des opérations portant sur des parties de la dite cargaison.

Revolving: Renouvelable. Qualifie une opération susceptible de renouvellements multiples et convenus à l'avance notamment dans le cadre du crédit documentaire.

c) a entrada é uma sigla em inglês. Não apresenta definição, apenas a forma expandida em inglês e, às vezes, um equivalente em francês:

FIW: Abréviation de free in wagon. Franco sur wagon.

GW: Gross weight.

d) a forma em francês é remissiva à forma em inglês:

Accord d'échange: Voir SWAP.

SWAP: Échange de dettes entre deux entités qui ont pris des risques différents. Risque de taux (fixe ou variable) ou risque de change. Ces entités peuvent trouver un avantage à échanger leurs dettes pour diversifier par exemple le nombre des monnaies dans lesquelles elles sont endettées. Un SWAP se négocie par l'intermédiaire d'une banque qui prélève une commission.

e) não apresenta definição, mas tão somente seu equivalente francês:

Average: Avarie

Broker: Courtier.

Esses foram os tipos de verbetes encontrados dentre os termos cuja forma privilegiada é a forma em inglês, sendo esta entrada do verbete principal.

As outras três categorias em que dividimos os 190 termos em inglês que compõem o *Dictionnaire du Commerce International* são:

2. forma em inglês como verbete remissivo à forma em francês: 62 termos

Bill of lading (B/L): Voir connaissance.

Container: Voir conteneur.

3. sigla em inglês como verbete remissivo à forma expandida em inglês: 18 termos

AWB: Voir air way bill.

Ro/ro: Voir roll on/roll off.

ULD: Voir unit load device.

4. tanto a forma em inglês quanto a forma em francês são entradas: sete termos

Shipper: Chargeur.

Chargeur: Personne qui confie au navire une marchandise pour qu'elle soit transportée.

Bulk carrier: Vraquier

Vraquier: Navire pour le transport de vrac exploité le plus souvent au tramping.

Nesse caso, o verbete cuja entrada é um termo em inglês faz uma remissão subentendida, uma vez que indica o equivalente em francês e, para se obter a informação desejada, deve-se procurar o verbete cuja entrada é o termo em francês.

Nosso objetivo ao dividir os termos nessas categorias era observar a importância dada aos termos em inglês nessa obra francesa sobre o domínio do Comércio Internacional. Com base nos dados apresentados, notamos que um número significativo de termos que são entradas nessa obra são de origem inglesa, sendo que, dentre esses, a maioria é considerada pelos autores como a forma privilegiada em detrimento da forma em francês.

Com o objetivo de verificar quantos desses termos em inglês encontrados no *Dictionnaire du Commerce International* já foram incorporados à língua geral francesa, pesquisamos no *Le Robert et Collins du management pratique* e no *Nouveau Petit Robert* eletrônico (dicionário de língua geral) se esses mesmos 190 termos em inglês eram entradas nessas outras duas obras. Obtivemos os seguintes resultados:

- a- entrada apenas no *Dictionnaire du Commerce International*: 161 termos (incluindo siglas e verbetes remissivos)
- b- entrada no *Dictionnaire du Commerce International* e no *Le Robert et Collins du management pratique* : 4 termos
- c- entrada no *Dictionnaire du Commerce International* e no *Nouveau Petit Robert* : 8 termos
- d- entrada nas três obras: 17 termos

Consideramos como termos que já entraram no léxico francês aqueles que apareceram como entrada nas três obras, principalmente por ser o *Nouveau Petit Robert* um dicionário de língua geral. Dentre esses termos, todos mantiveram sua grafia original nas três obras, como se pode observar nos exemplos a seguir:

1)

Dictionnaire du Commerce International

Dumping: Pratique qui consiste à vendre, dans le pays d'importation, des marchandises à un prix inférieur à celui en vigueur, dans des conditions de pleine concurrence dans le pays de provenance, d'origine ou de transit.

Le Robert et Collins du management pratique

Dumping: dumping. faire du dumping. to dump goods, practise dumping (p.110).

Nouveau Petit Robert

dumping n. m.

• v. 1900; mot angl., de *to dump* « entasser, déblayer »

Anglic. Écon. Pratique qui consiste à vendre sur les marchés extérieurs à des prix inférieurs à ceux qui sont pratiqués sur le marché national ou même à des prix inférieurs aux prix de revient. *Faire du dumping* (cf. fam. Casser* les prix).

2)

Dictionnaire du Commerce International

Joint venture: Entreprise commune; société créée par deux entreprises parfois de nationalités différentes, pour l'exploitation commune d'une activité précise.

Le Robert et Collins du management pratique

Joint-venture: joint venture (p.179).

Nouveau Petit Robert

joint venture ou joint-venture n. f.

• v. 1970; mot angl. amér.

Anglic. Écon. Association d'entreprises ayant pour objet la réalisation d'un projet commun. *Des joint ventures*. Recomm. offic. *Coentreprise*.

Os demais termos, como foram encontrados apenas em uma ou em duas das três obras, consideramos que ainda não foram incorporados ao léxico francês, mas estão passando por um processo de integração à língua, uma vez que já se encontram dicionarizados em algumas obras francesas.

Lembramos ainda que não tínhamos como objetivo fazer uma classificação tipológica dos termos em inglês empregados no domínio do Comércio Internacional, mas apenas verificar o tratamento dado a esses termos em alguns dicionários franceses.

Em nossa obra, há vários termos cuja forma mais utilizada tanto na França quanto no Brasil é a forma em inglês. Em grande parte dos casos, apesar de a forma em inglês ser a mais empregada na linguagem dos negócios, na França há uma forma em francês sugerida preferencial, enquanto que, no Brasil, existe apenas a forma em inglês para designar determinado conceito. São exemplos desse caso, os seguintes termos:

Forma em inglês efetivamente empregada	Forma em francês sugerida	Forma em português sugerida
factoring	affacturage	-
forfaiting	forfaitage	-
franchising	franchisage	-
joint venture	coentreprise	-
piggyback	ferroustage	-

Em outros casos, há uma forma sugerida tanto em francês quanto em português, mas a forma em inglês é a mais utilizada tanto na França como no Brasil:

Forma inglesa privilegiada	Forma francesa sugerida	Forma brasileira sugerida
packing list	liste de colisage	romaneio
FCR – Forwarder’s Certificate Receipt/ Forwarder certificate of receipt	attestation de prise en charge du transitaire	certificado de recebimento do agente de transportes
broker	courtier	agente, corretor
special drawing rights - SDR	droit de tirage spécial – DTS	direitos especiais de saque – DES

Houve ainda um caso em que apenas a forma inglesa é empregada tanto na França quanto no Brasil, não havendo nenhuma forma sugerida nessas duas línguas para designar tal conceito. Trata-se do termo em inglês *warrant*.

Os dados acima expostos mostram-nos que significativo número de termos em inglês têm sido empregados no domínio do Comércio Internacional na França, apesar do protecionismo lingüístico existente no país. Isso só reflete o atual cenário comercial no internacional, em que os EUA e, portanto, seu idioma, dominam as relações comerciais no mundo.

Considerações finais

Os principais objetivos de nossa pesquisa eram: dar um tratamento terminográfico a um conjunto vocabular, em francês, do Comércio Internacional e buscar equivalentes em português para, na seqüência, refletirmos sobre os principais problemas de equivalência encontrados nesse domínio.

Para elaborarmos o *Dicionário bilíngüe francês-português do Comércio Internacional*, seguimos os passos metodológicos sugeridos por Felber (1984), Cabré (1992), Alpizar-Castillo (1995), Aubert (1996), Barros (2004) e Krieger & Finatto (2004).

Durante a primeira etapa de nossa pesquisa, que consistiu na delimitação da nomenclatura em francês (nossa língua de partida), observamos uma grande presença de termos em inglês nos dicionários que compõem nosso *corpus* em língua francesa. Sabendo do forte protecionismo lingüístico existente na França, decidimos observar como os dicionários franceses *Dictionnaire du Commerce International* (2003), elaborado pela Câmara de Comércio e da Indústria de Paris, *Le Robert & Collins du management pratique* (1999) e *Nouveau Petit Robert* eletrônico (1996) tratavam os termos em inglês da área do Comércio Internacional, ou seja, se esses termos eram entrada de verbete principal ou se tinham apenas a função de fazer remissão a uma forma em francês. Queríamos, também, observar se para cada termo em inglês havia uma sugestão de termo em francês.

Um levantamento estatístico mostrou-nos que, no *Dictionnaire du Commerce International*, obra composta por 885 termos, 190 eram termos em inglês, sendo que, desses, 103 eram formas privilegiadas e constituíam entradas dos verbetes principais. Dos 190 termos encontrados na primeira obra, 17 constavam nos outros dois dicionários. Em nosso dicionário, 28% dos termos, na parte francês-português, eram termos em inglês, contra 34% na parte português-francês.

Esses dados nos mostram que, apesar do protecionismo lingüístico vigente na França, as palavras de origem estrangeira, sobretudo de origem inglesa, continuam entrando na língua, principalmente em áreas de especialidade, como a do Comércio Internacional. No mundo atual, os EUA têm presença preponderante no cenário econômico, o que acaba se refletindo na língua, tornando-se praticamente inevitável o uso de palavras em língua inglesa nas relações comerciais entre países.

Ressaltamos que a delimitação da nomenclatura a ser estudada se deu a partir do cruzamento de dois dicionários franceses: *Dictionnaire du Commerce International* (Câmara de Comércio e da Indústria de Paris, 2003) e *Glossaire de l'exportation* (Interex SA., 2003). Os termos pertencentes igualmente às duas obras constituíram nosso objeto de estudo. Após identificarmos umas das principais características do vocabulário do Comércio Internacional (a forte presença de termos em inglês) e tendo delimitado o conjunto terminológico com o qual iríamos trabalhar, procedemos à busca das equivalências, em português, dos termos em francês (língua de partida). As fichas terminológicas foram elaboradas com o auxílio do Access 2000.

Elaboramos, ainda, um modelo de macro e microestrutura que pudesse atender às necessidades dos tradutores, em que o verbete apresente os termos e as definições em francês, equivalentes em português, seguidos das respectivas definições e contextos de uso em ambas as línguas.

Quanto aos graus de equivalência com os quais o terminólogo pode se deparar durante uma pesquisa bilíngüe, percebemos que grande parte dos problemas descritos por Clas (1996), Dubuc (1985), Szende (1996), Alpizar-Castillo (1995) e Auger (1978) se manifesta também na terminologia do Comércio Internacional.

Por ser uma linguagem utilizada internacionalmente, grande foi o número de equivalentes totais encontrados em nossa pesquisa. Nesses casos, os termos em francês e em

português designam o mesmo conceito, situam-se em um mesmo nível de língua e identificam-se, também, quanto ao uso por parte dos especialistas. A equivalência total ocorreu, sobretudo, entre termos que se referem a nomes de Instituições internacionais, a documentos utilizados em nível internacional, a acordos internacionais, a unidades de carga, a tipos de transporte utilizados na exportação e importação e a operações financeiras.

Embora o fenômeno da equivalência total tenha ocorrido com grande frequência em nossa pesquisa, vários foram os casos de equivalência parcial, uma vez que, ao lidar com áreas de especialidade em línguas diferentes, está-se lidando também com culturas diferentes. Uma vez que o léxico representa o recorte que uma comunidade faz da realidade, ou seja, os objetos são nomeados de acordo com a função e importância que desempenham para um povo, nem sempre há equivalentes totais entre termos de línguas distintas. A equivalência parcial, ou correspondência, ocorreu entre termos franceses e brasileiros pertencentes à nomenclatura estudada quando os termos em análise mantêm uma relação de intersecção de conceito ou por denominarem referentes com características semelhantes, mas não idênticas, como foi o caso da *zona franca* brasileira e a *zone franche* francesa.

Ainda que em número menor, também houve casos de não-equivalência na terminologia estudada. Dentre os 150 termos pesquisados, não foram encontrados equivalentes para apenas 14% deles. Pudemos constatar a ausência de equivalência, sobretudo, em termos que se referem a nomes de documentos utilizados apenas na França ou na Europa, o que demonstra a diferença de recorte que cada cultura faz da realidade. Se no Brasil determinado documento não existe é porque, de acordo com nosso sistema político, econômico e social, ele não é necessário.

Dentre os termos que compõem a terminologia tratada nessa pesquisa, muitos referem-se a nomes de Instituições francesas. Embora essas instituições não existam no Brasil, têm uma importância no cenário mundial. Nesses casos, encontramos, em *sites* na Internet,

traduções para esses termos. Em nossa obra, sempre que isso ocorreu, tentamos localizar uma instituição que desempenhe papel semelhante em nosso país. Assim, apresentamos, no dicionário, os contextos em que a tradução do termo é empregada e, quando possível, demos a indicação de instituição congênere do Brasil a título de informação suplementar ao consulente.

Fruto da dinâmica e da multidisciplinaridade da área, o vocabulário do Comércio Internacional é bastante variado, abarcando conceitos de diversas áreas de especialidade, além de ser uma linguagem que precisa ser atualizada constantemente. Assim, trabalhar com esse domínio foi uma descoberta a cada dia, pois termos são substituídos ou desaparecem devido a novos acordos comerciais entre os países. Essa dinâmica nos dava sempre a sensação de que algo estava incompleto. Mas acreditamos que resida nesse ponto o grande sentido da pesquisa científica: a busca incessante por respostas.

Não existe hoje, nem no Brasil nem na França, um repertório terminológico bilíngüe francês-português especializado em Comércio Internacional. Desse modo, esperamos que este trabalho dê uma contribuição aos estudos terminológicos e terminográficos e à difusão do conhecimento em Comércio Internacional, além de auxiliar na atividade dos tradutores.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA ESTADO. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/ clipping/ meio&imagem/ u18303.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

ALPÍZAR-CASTILLO, R. *Cómo hacer un diccionario científico-técnico?*. La Habana: Félix Varela, 1995.

ALVES, I. M. et al. Estrangeirismos no português brasileiro: do mito à realidade. *Revista Estudos Lingüísticos*, [S.l], v. 33, p.116-123, 2004.

ANVAR. *A inovação e a criação de empresas inovadoras*. Disponível em: <<http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/innovadoras.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO- ALADI. *Glossário de Térmos Aduaneiros e de Comércio Exterior*. Disponível em: <<http://www.aladi.org/ nsfaladi/ glosario.nsf/walfap/282144249939D90A0325689400633C93>>. Acesso em: 25 out. 2005.

AUBERT, F. H. Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe. *Cadernos de Terminologia 2*, São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP, 1996.

AUGER, P.; ROUSSEAU, L.-J. *Méthodologie de la recherche terminologique*. Québec: Office de la langue française, 1978.

BAGNO, M. Cassandra, fênix e outros mitos. In: FARACO, C.A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p.49-84.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São José do Rio Preto: [s.n], 2004.

BERBER SARDINHA, T. *Lingüística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.

BERBER SARDINHA, T. *Lingüística de Corpus: Histórico e problemática*. Disponível em: <www.cvlnet.net/linguistica_de_corpus/>. Acesso em: 20 ago. 2002.

BIDERMAN, M. T. C.; ALMEIDA, G. M. B. (Orgs.). *O estado da arte nas ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. São Paulo: EDUNESP, 1998. 268 p.

BIDERMAN, M. T. C. Teoria Lingüística. In: _____. *A língua e o computador*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.75-93.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec, 1985. (Cahiers de l'Office de la langue française).

BRAGA, H. C. *Zonas de processamento de exportação: teoria e experiência internacional e importância para o desenvolvimento econômico do Brasil*. Disponível em: <<http://www.cnpat.embrapa.br/users/jsneto/diversosdocs/zpe.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

BRASIL. Lei 6288, de 11 de dezembro de 1975. Dispõe sobre mercadorias em unidades de carga. *Mercadorias em unidades de carga*, Brasília, DF, 07 abril 1976. Disponível em: <<http://www.guialog.com.br/legislacao-mercadorias.htm>>. Acesso em: 20 out. 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Manual de financiamentos externos: organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito/Secretaria de Assuntos Internacionais*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seain/manual_financiamento.doc>. Acesso em: 05 nov. 2005.

CABRÉ, M. T. *La terminología: la teoría, les metodes, les aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries, 1992.

CABRÉ, M. T. *La terminologia: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA, 1999.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antàtida/Empúries, 1993.

CANAL DO TRANSPORTE. *Dicionário de Transporte e Logística*. Disponível em: <<http://www.canaldotransporte.com.br/letrad.asp>>. Acesso em: 20 out. 2005.

CENTRO DE TECNOLOGIA DE EMBALAGEM. *Instruções do DiGE*. Disponível em: <http://www.cetea.ital.org.br/dige_instrucoes.htm>. Acesso em: 20 out. 2005.

CINTRA NETO, M. F. Apresentação. In: FILHO, E. G. *Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio*. São Paulo: Saraiva, 2004.

CLAS, A. Problèmes de préparation rédactionnelle de dictionnaires bilingues spécialisés: quelques réflexions. In: THOIRON, P., BÉJOINT, H. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996. p. 199-211.

CONSEIL NATIONAL DES TRANSPORTS-CNT. *Annexes au rapport sur le transport combiné présenté en section permanente du CNT le 29 mars 2005*. Disponível em: <www.cnt.fr/Dossiers/TC/CNTRapportTCAnnexe12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2005.

CONTACTS MONDE INC. *Glossaire*. Disponível em: <http://www.contactsmonde.com/Glossaire/gloss_qz.htm>. Acesso em: 18 nov. 2005.

DEITADO. *Transporte aéreo*. Disponível em: <<http://deitado.ubbihp.com.br/trabalhos/transporteaereo.html>>. Acesso em: 25 out. 2005.

DIRECTION GÉNÉRALE DES DOUANES ET DROITS INDIRECTS. Disponível em: <www.douane.gouv.fr/finc.asp?page=entreprise/d11525.htm&cusnum=479>. Acesso em: 05 nov. 2005.

DUBUC, R. *Manuel pratique de terminologie*. 2. ed. Québec: Linguattech, 1985.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

FELBER, H. *Manuel de terminologie*. [pour le Programme général d'information et l'UNISIST et pour le Centre international d'information pour la terminologie]. Paris: UNESCO/INFOTERM, 1984.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p.15-36.

GAROFALO FILHO, E. *Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio*. São Paulo: Saraiva, 2004.

GAUDIN, E. *Pour une socioterminologie: Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

GLINIASTY, J. de *Entrevista para a Revista Brasil - Marca de Excelência*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.ccfb.com.br/sobre/clipping/embaixador.html>. Acesso em: 05 jul. 2005.

GROUPE D'EXPERTS DE LA FACILITATION (FALP). *Rapport de la troisième réunion Montréal, 12 – 16 février 2001*. Disponível em: <www.icao.int/icao/en/atb/fal/panels/falp3/wp23f.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2005.

GROUPE DE TRAVAIL EN TERMINOLOGIE ET DOCUMENTATION. *Recommandations relatives à la Terminologie*. Berne: Conference des Services de Traduction des États de l'Europe Occidentale, 1990.

GRUNDY, V. Utilisation d'un corpus dans la rédaction du dictionnaire bilingue. In: THOIRON, P.; BÉJOINT, H. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996. p.127-149.

GUARANÁ, N. B. *A União européia e o IVA europeu*. Disponível em: <www.sefaz.rs.gov.br/EICMS/eICMSdoc2_IVAeuropeu.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2005.

HARRIS&SAUNDERS. *Lexique*. Disponível em: <<http://www.welcomexport.org/fr/information/lexique/frame.html>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

HISTOIRE D'ÉCONOMIE. Disponível em: <babylonechat.free.fr/cours_lea/commerce_exterieur.htm>. Acesso em: 05 jul. 2005.

INDAIÁ LOGÍSTICA INTERNACIONAL. *Glossário*. Disponível em: <http://www.indaialogistica.com.br/utilitarios_glossario04.aspx>. Acesso em: 25 out. 2005.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. Terminologia revisitada. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001.

LECOMTE, S.; PRESSET, A. *Glossaire*. Disponível em: <<http://www.univ-reims.fr/UFR/ESIEC/Documentation/glossair.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

LERAT, P. *Les langues spécialisées*. Paris: PUF, 1995. (Linguistique nouvelle).

LYCÉE PIERRE LESCOT. *Lexique*. Disponível em: <<http://membres.lycos.fr/bacproeurope/pages/Ressources/lexique.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2005.

MANZOLILLO, V. C. O. Empréstimo lingüístico: necessidade ou modismo? In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 4., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: [s.n.], 2000. (Série IV, nº03 _Artes do Léxico).

MAXICOURS. *Le commerce extérieur français*. Disponível em: <www.exam.fr/se/fiche/Histoire-geographie>. Acesso em: 05 jul. 2005.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Terminologie – Vocabulaire*, Genebra: ISO, 1990. (Norme Internationale ISO 1087: 1990).

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Terminologie – Vocabulaire*, Genebra: ISO, 2000. (Norme Internationale ISO 1087: 2000).

PAVEL, S.; NOLET, D. *Manual de terminologia*. Tradução de Enilde Faustich. Hull: Ministério de Obras Públicas e Governamentais do Canadá, 2002. Disponível em: <www.translationbureau.gc.ca>. Acesso em: 01 set. 2002.

PROSSIGA. *O que é Finep/Cooperação Internacional*. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/finep/>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

ROSGOVAS, J. *Actualité Juridique du Droit Maritime*: Journal en ligne consacré aux activités de la mer. Disponível em: <http://droit-maritime.plevsi.com/?id_lexique=1874>. Acesso em: 10 nov. 2005.

SANTOS BORBUJO, A. Terminología y socioterminología. In: REAL, E. et al. (Eds.). *Écrire, traduire et représenter la fête*. Universitat de València: [s.n.], 2001. p. 657-664.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOARES, C. C. *Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SZENDE, T. Problèmes d'équivalence dans les dictionnaires bilingues. In: THOIRON, P.; BÉJOINT, H. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996. p.111-126.

VAZQUEZ, J. L. *Dicionário de termos de Comércio Exterior*. São Paulo: Atlas, 2001.

VEGA, M. A. Terminologia y Traducción. In: JORNADA PANLLATINA DE TERMINOLOGÍA, 1995, Barcelona. *Jornada Panllatina de Terminología: perspectives i camps d'aplicació*. Barcelona: [s.n.], 1995.

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de A.-C. Nokerman. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1998. 227 p.

Corpus de Comércio Internacional

Corpus em francês

DUVAL, A. *Le Robert et Collins du management pratique*. Paris: Le Robert, 1999. 704 p.

CÂMARA DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA DE PARIS. *Dictionnaire du commerce international*. Disponível em: <www3.ccip.fr/pub/115-dico.fr.html>. Acesso em: 28 ago. 2003.

INTEREX. *Glossaire de l'exportation*. Disponível em: <www.interex.fr/glossaire.htm>. Acesso em: 10 set. 2003.

MEMBRES DE LA COMMISSION DU DICTIONNAIRE DE L'ACADÉMIE DES SCIENCES COMMERCIALES. *Dictionnaire Commercial*. Paris: CILF, 2003. Disponível em: <www.dictionnaire-commercial.com>. Acesso em: 28 ago. 2003.

OFFICE DE LA LANGUE FRANÇAISE DU QUÉBEC. *Grand Dictionnaire Terminologique*. Disponível em: <http://www.granddictionnaire.com/btml/fra/r_motclef/index800_1.asp>. Acesso em 10 set. de 2005.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. *Nouveau Petit Robert: dictionnaire analogique et alphabétique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1996. 1 CD-ROM. Version 1.3.

Corpus em português

EURODICAUTOM. *Glossário multilíngue da UE*. Disponível em: <<http://europa.eu.int/eurodicautom/Controller>>. Acesso em: 28 ago. 2003.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Dicionário Multilíngüe do FMI*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/term/index.asp?index=fra&index_langid=2>. Acesso em: 28 ago. 2003.

GAROFALO FILHO, E. *Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio*. São Paulo: Saraiva, 2004. 388p.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0., 2001.

LUNA, E. P. *Terminglês: glossário de expressões inglesas de uso corrente no comércio exterior*, 7. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 223 p.

PONTES, Y. S.; SERRA, A. K. *Dicionário de comércio exterior*. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004. 466 p.

RATTI, B. *Vade-mécum de comércio internacional*. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 332 p.

SOARES, C. C. *Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 2004. 256 p.

VAZQUEZ, J. L. *Dicionário de termos de Comércio Exterior*. São Paulo: Atlas, 2001. 166 p.

VISONET-Portal do exportador. *Dicionário do Comércio Exterior*. Disponível em: <www.visonet.com.br/visonet/dicionario.php>. Acesso em: 28 ago. 2003.